

**Banco Grupo Cajatres, SAU  
e sociedades dependentes**

Contas anuais consolidadas em 31 de Dezembro de 2013  
e relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2013

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU**

**APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

Reunido o Conselho de Administração de Banco Grupo Cajatres, SAU em 26 de Março de 2014 em Saragoça, e em cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação vigente, formula as contas anuais consolidadas do exercício 2013 constituídas pelo balanço consolidado, a demonstração de resultados consolidada, o estado de rendimentos e despesas reconhecidos consolidado, o estado total de câmbios no património líquido consolidado, o estado de fluxos de efetivo consolidado e a memória consolidada (Notas 1 a 42 e Anexos I e II) e o relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2013, os quais foram emitidos em papel timbrado do Estado, com numeração correlativa.

Até onde atinge o nosso conhecimento, as contas anuais consolidadas do exercício 2013 elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade aplicáveis oferecem a imagem fiel do património, da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de efetivo da Entidade e sociedades dependentes que compõem o Grupo Cajatres. Igualmente o relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2013 inclui uma análise fiel da evolução, resultados e posição da Entidade e sociedades dependentes que compõem o Grupo Cajatres.

**ASSINANTES:**

---

**Sr. AMADO FRANCO LAHOZ**

D.N.I.: 17.817.393-E

Presidente

---

**Sr. FRANCISCO SERRANO GILL DE  
ALBORNOZ**

D.N.I.: 18.427.047-E

Administrador Delegado

---

**Sr. JOSÉ LUIS AGUIRRE LOASO**

D.N.I.: 17.109.813-K

Vogal

---

**Sr. FRANCISCO MANUEL GARCÍA PENA**

D.N.I.: 8.692.701-N

Vogal

---

**Sr. EUGENIO NADAL REIMAT**

D.N.I.: 40.826.634-R

Vogal

---

**Sr. JESÚS BUENO ARRESE**

D.N.I.: 17.841.677-W

Vogal

---

**Sra. GABRIELA GONZÁLEZ-BUENO LILLO (\*)**

D.N.I.: 50.264.111-A

Vogal

---

**Sr. JESÚS BARREIRO SANZ**

D.N.I.: 17.846.451-Séc

Secretário Não Administrador

(\*) Esta administradora abstém-se de assinar as presentes contas anuais e relatório de gestão dado que a sua nomeação produziu-se antes de 31 de Dezembro de 2013 e portanto não participou na gestão do exercício finalizado na referida data.

**Banco Grupo Cajatres, SAU  
e sociedades dependentes**

Contas anuais consolidadas em  
31 de Dezembro de 2013

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES**  
**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

ATIVO	Nota	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Nota	2013	2012
<b>Caixa e depósitos em bancos centrais</b>	<b>6</b>	<b>153.657</b>	<b>189.705</b>	<b>Carteira de negociação</b>	<b>7</b>	<b>5.916</b>	<b>10.698</b>
				Derivados de negociação		5.916	10.698
<b>Carteira de negociação</b>	<b>7</b>	<b>6.278</b>	<b>9.160</b>	<b>Outros passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados</b>		<b>48.800</b>	<b>46.002</b>
Derivados de negociação		6.278	9.160	Depósitos da clientela		48.800	46.002
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>		-	-				
<b>Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados</b>				<b>Passivos financeiros a custo amortizado</b>	<b>19</b>	<b>18.889.578</b>	<b>17.820.130</b>
Depósitos em entidades de crédito	<b>8</b>	<b>14.314</b>	<b>46.002</b>	Depósitos de Bancos centrais		2.321.472	2.306.837
Valores representativos de dívida		-	34.362	Depósitos de entidades de crédito		806.474	627.011
Outros instrumentos de capital		13.119	10.378	Depósitos da clientela		14.963.009	14.574.743
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>		1.195	1.262	Débitos representados por valores negociáveis		56.436	110.554
		-	-	Passivos subordinados		659.885	92.801
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>9</b>	<b>1.465.546</b>	<b>2.226.789</b>	Outros passivos financeiros		82.302	108.184
Valores representativos de dívida		1.292.742	1.912.125				
Outros instrumentos de capital		172.804	314.664	<b>Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>12.4</b>	<b>116.741</b>	<b>149.037</b>
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	27.2	506.202	984.570				
<b>Investimentos creditícios</b>	<b>10</b>	<b>9.739.412</b>	<b>13.148.099</b>	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>12.1</b>	<b>212.639</b>	<b>241.410</b>
Depósitos em entidades de crédito		646.665	833.747				
Crédito à clientela		8.609.193	11.148.704	<b>Passivos por contratos de seguros</b>	<b>20</b>	<b>1.029.113</b>	<b>923.932</b>
Valores representativos de dívida		483.554	1.165.648				
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	27.2	624.223	1.218.343	<b>Provisões</b>	<b>21</b>	<b>137.573</b>	<b>124.054</b>
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	<b>11</b>	<b>7.416.094</b>	<b>1.798.543</b>	Fundos para pensões e obrigações semelhantes		42.546	97.307
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	27.2	4.852.235	1.673.450	Provisões para impostos e outras contingências legais		607	350
<b>Acertos a ativos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>12.4</b>	<b>40.135</b>	<b>33.858</b>	Provisões para riscos e compromissos contingentes		15.091	9.451
				Outras provisões		79.329	16.946
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>12.1</b>	<b>22.886</b>	<b>40.109</b>	<b>Passivos fiscais</b>		<b>144.379</b>	<b>167.106</b>
				Correntes		3.011	46.919
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>13</b>	<b>80.363</b>	<b>266.215</b>	Diferidos	25	141.368	120.187
<b>Participações</b>	<b>14</b>	<b>86.970</b>	<b>84.622</b>	<b>Resto de passivos</b>	<b>22</b>	<b>48.874</b>	<b>24.063</b>
Entidades associadas		70.939	53.589				
Entidades multigrupo		16.031	31.033	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>20.633.613</b>	<b>19.506.432</b>
<b>Ativos por reassseguros</b>	<b>15</b>	<b>1.213</b>	<b>731</b>	<b>Fundos próprios</b>	<b>24.1</b>	<b>15.393</b>	<b>152.364</b>
<b>Ativo material</b>	<b>16</b>	<b>631.338</b>	<b>729.948</b>	Capital		204.865	200.000
Imobilizado material		351.110	433.812	Prima de emissão		1.005.154	1.001.019
<i>De uso próprio</i>		349.237	431.630	Reservas		(1.074.842)	(9.993)
<i>Cedido em arrendamento operativo</i>		1.873	2.182	<i>Reservas acumuladas</i>		(1.060.278)	(166)
Investimentos imobiliários		280.228	296.136	<i>Reservas de entidades valorizadas pelo método da participação</i>		(14.564)	(9.827)
<i>Pró-memória: Adquirido em arrendamento financeiro</i>		-	-	Resultado atribuído à entidade dominante		(119.784)	(1.038.662)
<b>Ativo intangível</b>	<b>17</b>	<b>8.424</b>	<b>23.115</b>	<b>Acertos por avaliação</b>		<b>36.948</b>	<b>(10.557)</b>
Fundo de maneo		3.255	6.055	Ativos firm. disponíveis para a venda	23.1	68.881	7.891
Outro ativo intangível		5.169	17.060	Cobertura de fluxos de efetivo	12.2	(222)	(217)
<b>Ativos fiscais</b>		<b>957.304</b>	<b>943.032</b>	Entidades valorizadas pelo método da participação		4.823	1.868
Correntes		18.074	62.486	Resto de acertos de avaliação	23.2	(36.534)	(20.099)
Diferidos	25	939.230	880.546	<b>Interesses minoritários</b>	<b>24.2</b>	<b>(197)</b>	<b>(31.473)</b>
<b>Resto de ativos</b>	<b>18</b>	<b>61.823</b>	<b>76.838</b>	Resto		(197)	(31.473)
Existências		29.230	46.814	<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>52.144</b>	<b>110.334</b>
Outros		32.593	30.024				
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>20.685.757</b>	<b>19.616.766</b>	<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>20.685.757</b>	<b>19.616.766</b>
<b>Pró-memória</b>							
<b>Riscos contingentes</b>	<b>27.1</b>	<b>308.469</b>	<b>353.692</b>				
<b>Compromissos contingentes</b>	<b>27.3</b>	<b>985.782</b>	<b>1.210.287</b>				

BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Milhares de euros)

	Nota	2013	2012
Juros e rendimentos assimilados	28	563.255	663.415
Juros e ónus assimilados	29	290.210	314.886
<b>MARGEM DE JUROS</b>		<b>273.045</b>	<b>348.529</b>
Rendimento de instrumentos de capital	30	1.290	3.120
Resultado de entidades valorizadas pelo método da participação		(5.222)	(16.704)
Comissões recebidas	31	81.851	77.358
Comissões pagas	32	6.422	5.574
<b>Resultado de operações financeiras (líquido)</b>	<b>33</b>	<b>105.044</b>	<b>66.012</b>
Carteira de negociação		200	38.349
Outros instrumentos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados		392	9
Instrumentos financeiros não avalizados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados		106.137	31.653
Outros		(1.685)	(3.999)
<b>Diferenças de câmbio (líquido)</b>	<b>34</b>	<b>339</b>	<b>526</b>
<b>Outros produtos de exploração</b>		<b>272.817</b>	<b>312.533</b>
Rendimentos de contratos de seguros e reaseguros emitidos	20.2	241.497	271.197
Vendas e rendimentos por prestação de serviços não financeiros		16.461	15.708
Resto de produtos de exploração		14.859	25.628
<b>Outros ónus de exploração</b>		<b>298.134</b>	<b>349.246</b>
Despesas de contratos de seguros e reaseguros	20.2	260.615	288.708
Resto de ónus de exploração		37.519	60.538
<b>MARGEM BRUTA</b>		<b>424.608</b>	<b>436.554</b>
<b>Despesas de administração</b>		<b>246.794</b>	<b>304.088</b>
Despesas de pessoal	35	170.916	225.541
Outras despesas gerais de administração	36	75.878	78.547
<b>Amortização</b>	<b>16 e 17</b>	<b>26.608</b>	<b>28.799</b>
<b>Dotações a provisões (líquido)</b>	<b>21</b>	<b>52.143</b>	<b>12.173</b>
<b>Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)</b>		<b>251.767</b>	<b>1.243.416</b>
Investimentos creditícios	10.6	167.357	1.176.168
Outros instrumentos financeiros não avalizados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	9.3	84.410	67.248
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>		<b>(152.704)</b>	<b>(1.151.922)</b>
<b>Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)</b>	<b>37</b>	<b>26.847</b>	<b>139.808</b>
Fundo de maneo e outro ativo intangível		10.558	17.342
Outros ativos		16.289	122.466
<b>Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda</b>	<b>38</b>	<b>718</b>	<b>(3.811)</b>
<b>Diferença negativa em combinações de negócio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas</b>	<b>39</b>	<b>(11.551)</b>	<b>(226.209)</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>(190.384)</b>	<b>(1.521.750)</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>25</b>	<b>(68.512)</b>	<b>(465.338)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>(121.872)</b>	<b>(1.056.412)</b>
<b>Resultado de operações interrompidas (líquido)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(121.872)</b>	<b>(1.056.412)</b>
Resultado atribuído à entidade dominante		(119.784)	(1.038.662)
Resultado atribuído a interesses minoritários		(2.088)	(17.750)

BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES

ESTADOS DE RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS CONSOLIDADOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
(Milhares de euros)

	2013	2012
<b>A) RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(121.872)</b>	<b>(1.056.412)</b>
<b>B) OUTROS RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>52.006</b>	<b>12.362</b>
<b>B.1) Partidas que não serão reclassificadas a resultados</b>	<b>4.498</b>	<b>980</b>
Perdas e ganhos atuariais em planos de pensões de prestação definida	6.426	1.400
Ativos não correntes em venda	-	-
Entidades valorizadas pelo método da participação	-	-
Imposto sobre benefícios relacionado com partidas que não serão reclassificadas a resultados	(1.928)	(420)
<b>B.2) Partidas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>47.508</b>	<b>11.382</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>87.129</b>	<b>27.064</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	136.894	47.529
Custos transferidos à demonstração de resultados	(49.765)	(20.465)
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas dos fluxos de efetivo</b>	<b>(5)</b>	<b>(212)</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	(5)	(212)
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Custos transferidos ao valor inicial das partidas cobertas	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas de investimentos líquidas em negócios no estrangeiro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Entidades valorizadas pelo método da participação</b>	<b>2.955</b>	<b>7.828</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	(205)	7.828
Custos transferidos à demonstração de resultados	1.097	-
Outras reclassificações	2.063	-
<b>Resto de rendimentos e despesas reconhecidas</b>	<b>(23.477)</b>	<b>(19.016)</b>
<b>Imposto sobre benefícios relacionados com partidas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>(19.094)</b>	<b>(4.282)</b>
<b>C) TOTAL RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>(69.866)</b>	<b>(1.044.050)</b>

BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES

ESTADO TOTAL DE CÂMBIOS NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Milhares de euros)

	Fundos próprios					Total Fundos próprios	Acertos por avaliação	Interesses Minoritários	Total Património Líquido
	Capital	Prima de emissão	Reservas acumuladas	Reservas de entidades valorizadas pelo método da particip.	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante				
<b>I. Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>(166)</b>	<b>(9.827)</b>	<b>(1.038.662)</b>	<b>152.364</b>	<b>(10.557)</b>	<b>(31.473)</b>	<b>110.334</b>
Acerto por câmbios de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>(166)</b>	<b>(9.827)</b>	<b>(1.038.662)</b>	<b>152.364</b>	<b>(10.557)</b>	<b>(31.473)</b>	<b>110.334</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.499</b>	<b>-</b>	<b>(119.784)</b>	<b>(115.285)</b>	<b>47.508</b>	<b>(2.089)</b>	<b>(69.866)</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	<b>4.865</b>	<b>4.135</b>	<b>(1.064.611)</b>	<b>(4.737)</b>	<b>1.038.662</b>	<b>(21.686)</b>	<b>(3)</b>	<b>33.365</b>	<b>11.676</b>
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	4.865	4.135	-	-	-	9.000	-	-	9.000
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	(34.649)	-	-	(34.649)	-	34.649	-
Transferências entre partidas de património líquido	-	-	(1.033.925)	(4.737)	1.038.662	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	3.963	-	-	3.963	(3)	(1.284)	2.676
<b>III. Saldo final em 31/12/2013</b>	<b>204.865</b>	<b>1.005.154</b>	<b>(1.060.278)</b>	<b>(14.564)</b>	<b>(119.784)</b>	<b>15.393</b>	<b>36.948</b>	<b>(197)</b>	<b>52.144</b>

BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES

ESTADO TOTAL DE MUDANÇAS NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Milhares de euros)

	Fundos próprios						Acertos por avaliação	Interesses Minoritários	Total Património Líquido	
	Capital	Prima de emissão	Reservas acumuladas	Reservas de entidades valorizadas pelo método da particip.	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Menos: valores próprios				Total Fundos próprios
<b>I. Saldo final em 31/12/2011</b>	<b>200.004</b>	<b>1.001.019</b>	<b>1.209.636</b>	-	<b>15.313</b>	<b>(1.201.018)</b>	<b>1.224.954</b>	<b>(21.531)</b>	<b>1.502</b>	<b>1.204.925</b>
Acerto por câmbios de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>200.004</b>	<b>1.001.019</b>	<b>1.209.636</b>	-	<b>15.313</b>	<b>(1.201.018)</b>	<b>1.224.954</b>	<b>(21.531)</b>	<b>1.502</b>	<b>1.204.925</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	-	-	<b>1.390</b>	-	<b>(1.038.662)</b>	-	<b>(1.037.272)</b>	<b>10.970</b>	<b>(17.748)</b>	<b>(1.044.050)</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	<b>(4)</b>	-	<b>(1.211.192)</b>	<b>(9.827)</b>	<b>(15.313)</b>	<b>1.201.018</b>	<b>(35.318)</b>	<b>4</b>	<b>(15.227)</b>	<b>(50.541)</b>
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	(7.786)	-	(7.786)	-	-	(7.786)
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre partidas de património líquido	-	-	17.329	(9.802)	(7.527)	-	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	(4)	-	(1.228.521)	(25)	-	1.201.018	(27.532)	4	(15.227)	(42.755)
<b>III. Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>(166)</b>	<b>(9.827)</b>	<b>(1.038.662)</b>	-	<b>152.364</b>	<b>(10.557)</b>	<b>(31.473)</b>	<b>110.334</b>

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CONSOLIDADOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

	2013	2012
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.761.119</b>	<b>1.568.453</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(121.872)</b>	<b>(1.056.412)</b>
<b>Acertos para obter os fluxos de efetivo das atividades de exploração</b>	<b>265.294</b>	<b>1.175.740</b>
Amortização	26.608	28.799
Outros acertos	238.686	1.146.941
<b>Aumento/diminuição líquido dos ativos de exploração</b>	<b>1.131.797</b>	<b>986.695</b>
Carteira de negociação	2.882	2.111
Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	31.688	(36.652)
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(414.301)	371.298
Investimentos creditícios	1.284.577	742.127
Outros ativos de exploração	226.951	(92.189)
<b>Aumento/diminuição líquido dos passivos de exploração</b>	<b>481.711</b>	<b>466.857</b>
Carteira de negociação	(4.782)	(3.320)
Outros passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	2.798	36.652
Passivos financeiros a custo amortizado	498.980	60.006
Outros passivos de exploração	(15.285)	373.519
<b>Cobranças/pagamentos por imposto sobre benefícios</b>	<b>4.189</b>	<b>(4.427)</b>
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.766.867)</b>	<b>(1.102.303)</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(1.874.626)</b>	<b>(1.245.492)</b>
Ativos materiais	(1.395)	(40.530)
Ativos intangíveis	(559)	(7.676)
Participações	(32.546)	(50.781)
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos sócios em venda	(660)	(3.016)
Carteira de investimento a vencimento	(1.839.466)	(1.143.489)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
<b>Cobranças</b>	<b>107.759</b>	<b>143.189</b>
Ativos materiais	55.913	32.234
Ativos intangíveis	228	-
Participações	35.759	63.860
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos sócios em venda	15.859	47.095
Carteira de investimento a vencimento	-	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de investimento	-	-

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CONSOLIDADOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

	2013	2012
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>250.000</b>	<b>(311.472)</b>
<b>Pagamentos</b>	-	<b>(311.472)</b>
Dividendos	-	(7.786)
Passivos subordinados	-	(303.686)
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
<b>Cobranças</b>	<b>250.000</b>	-
Passivos subordinados	250.000	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de financiamento	-	-
<b>EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO</b>	-	-
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO EFETIVO E EQUIVALENTES</b>	<b>244.252</b>	<b>154.678</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>233.853</b>	<b>99.832</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>478.105</b>	<b>254.510</b>
<b>Pró-memória:</b>		
<b>Componentes do efetivo e equivalentes ao final do período</b>		
Caixa	75.041	85.773
Saldo equivalente ao efetivo em bancos centrais	78.616	103.932
Outros ativos financeiros	324.448	64.805
Menos: Descobertos bancários reintegráveis à vista	-	-
<b>Total efetivo e equivalentes ao final do período</b>	<b>478.105</b>	<b>254.510</b>

## **Banco Grupo Cajatres, SAU e sociedades dependentes**

Memória das contas anuais consolidadas correspondentes ao  
exercício anual terminado em 31 de Dezembro de 2013

### **Índice**

1. Introdução, bases de apresentação das contas anuais consolidadas e outra informação
2. Princípios e políticas contabilísticas e critérios de avaliação aplicados
3. Gestão do Risco
4. Distribuição dos resultados
5. Retribuições ao Conselho de Administração e à Alta Direção
6. Caixa e depósitos em bancos centrais
7. Carteiras de negociação de ativo e passivo
8. Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados
9. Ativos financeiros disponíveis para a venda
10. Investimentos creditícios
11. Carteira de investimento a vencimento
12. Derivados de cobertura (devedores e credores)
13. Ativos não correntes em venda
14. Participações
15. Ativos por reassseguros
16. Ativo material
17. Ativo intangível
18. Resto de ativos
19. Passivos financeiros a custo amortizado
20. Passivos por contratos de seguros
21. Provisões
22. Resto de passivos
23. Acertos por avaliação
24. Fundos próprios e interesses minoritários
25. Situação fiscal
26. Valor razoável dos ativos e passivos financeiros
27. Outra informação significativa
28. Juros e rendimentos assimilados
29. Juros e ónus assimilados
30. Rendimentos de instrumentos de capital
31. Comissões recebidas
32. Comissões pagas
33. Resultados de operações financeiras
34. Diferenças de câmbio
35. Despesas de pessoal
36. Outras despesas gerais de administração
37. Perdas por deterioro do resto de ativos
38. Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda
39. Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas
40. Partes vinculadas
41. Serviço de atenção ao cliente
42. Balanços em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e demonstração de resultados, estados de rendimentos e despesas reconhecidas, estados totais de câmbios no património líquido e estados de fluxos de efetivo de Banco Grupo Cajatres, SAU correspondentes aos exercícios anuais terminados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## **Banco Grupo Cajatres, SAU e sociedades dependentes**

Memória das contas anuais consolidadas correspondentes ao exercício anual terminado em 31 de Dezembro de 2013

### **1. Introdução, bases de apresentação das contas anuais consolidadas e outra informação**

#### **1.1 Introdução**

Banco Grupo Cajatres, SAU (doravante Banco Grupo Cajatres, o Banco, a Entidade ou a Sociedade), é uma entidade de crédito, integralmente participada por Ibercaja Banco, S.A., constituída em 22 de Dezembro de 2010 em escritura pública ante o Notário Sr. Fernando Gimeno Lázaro. O Banco foi inscrito na Conservatória do Registo Comercial o 23 de Dezembro de 2010 e iniciou às suas atividades em 27 de Dezembro de 2010, data na qual ficou inscrito no Registo de entidades financeiras de Banco de Espanha com o código 2086.

A sede social do Banco encontra-se situada em Saragoça, Paseo Isabel La Católica, número 6, na qual se podem consultar os estatutos sociais do Banco junto de outra informação legal relevante.

Os estatutos do Banco estabelecem as atividades que poderá realizar, que correspondem às atividades típicas das entidades de crédito, e designadamente, se ajustam ao requerido pela Lei de 26/1988, de 29 de Julho, sobre Disciplina e Intervenção das Entidades de Crédito.

Como entidade de crédito, Banco Grupo Cajatres está supervisionada pelo Banco de Espanha e pela Comissão Nacional do Mercado de Valores.

De maneira adicional às atividades que realiza de maneira direta, o Banco é cabeceira de um grupo económico e consolidável de entidades de crédito (doravante, o "Grupo") que se constituiu em Dezembro de 2010, como consequência da assinatura de um Contrato de Integração ("Contrato de Integração Inicial") que deu lugar à criação de um Sistema Institucional de Proteção ("IP") no que se integraram Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón ("Caja Inmaculada"), Caja de Ahorros y Monte de Piedad del Círculo Católico de Operarios de Burgos ("Caja Círculo") e Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz ("Caja Badajoz") (todas elas, as "Caixas").

Os Conselhos de Administração das Caixas, celebrados em 17 de Outubro de 2011, e o Conselho de Administração do Banco, celebrado em 18 de Outubro de 2011, formularam o Projeto Comum de segregação (Nota 1.1.7). A segregação dos negócios financeiros das Caixas a favor do Banco foi aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais das Caixas com data de 21 de Novembro de 2011 e pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco de data 22 de Novembro de 2011.

O 22 de Novembro de 2011 assinou-se um novo Contrato de Integração para regular o funcionamento do Grupo depois da segregação da totalidade dos negócios financeiros das Caixas ao Banco. O 30 de Dezembro de 2011 realizou-se a inscrição na Conservatória do Registo Comercial Mercantil de Saragoça da segregação do negócio financeiro das Caixas a favor do Banco.

Além das operações que realiza diretamente, o Banco é cabeceira de um grupo de entidades dependentes, que se dedicam a atividades diversas e que constituem, junto dele, o Grupo Cajatres (doravante, o "Grupo" ou Grupo Cajatres).

Na Nota 42 apresentam-se os balanços, as demonstrações de resultados, os estados de rendimentos e despesas reconhecidas, os estados totais de câmbios no património líquido e os estados de fluxos de efetivo do Banco correspondentes aos exercícios anuais terminados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, preparados de acordo com os mesmos princípios e normas contabilísticos e critérios de avaliação aplicados nas presentes contas anuais consolidadas do Grupo.

#### **1.1.1 Processo de integração com Ibercaja Banco, SAU e ajudas públicas**

O 27 de Novembro de 2012 Ibercaja Banco, SAU e o Banco assinaram um protocolo de integração, mediante um processo de aquisição por Ibercaja Banco, SAU

O acordo assinado previa que a aquisição se realizasse depois do cumprimento de determinadas condições suspensivas, entre as que encontravam a aprovação pelas autoridades nacionais e comunitárias

competentes de um plano de integração de Ibercaja Banco e do Banco, que o Banco atingisse com a representação dos trabalhadores um acordo laboral para realizar uma redução de modelo, e que se garantisse que as condições, obrigações ou limitações que, se for o caso, pudessem impor as autoridades nacionais ou comunitárias em relacionamento com o plano de reestruturação ou a sua execução ou por razão do apoio financeiro do FROB afetassem exclusivamente ao Banco. O contrato de integração antes citado não chegou a se assinar ao não se ter cumprido a totalidade das condições suspensivas contempladas no mencionado protocolo de integração.

Conforme ao previsto no capítulo III da Lei 9/2012, de 14 de Novembro, de reestruturação e resolução de entidades de crédito apresentou-se ante o FROB o “Plano de Integração Grupo Ibercaja + Cajatres”, de data 5 de Dezembro de 2012, que inclui o plano de reestruturação do Banco (Nota 1.1.2), que foi aprovado pela Comissão Europeia o 20 de Dezembro de 2012, e que supôs uma ajuda de capital de 407 milhões de euros mediante a assinatura de obrigações contingentes convertíveis (CoCos) por parte do FROB (Nota 1.1.4) e o exercício da gestão de híbridos (assunção de perdas pelos detentores de dívida e obrigações subordinadas) (Nota 1.1.5). Este apoio financeiro estava condicionado à integração do Banco em Ibercaja Banco, SAU, e ao cumprimento de determinadas medidas especificadas no Plano de reestruturação (Nota 1.1.2).

O protocolo de integração de 27 de Novembro de 2012, assinado entre Ibercaja Banco, SAU e o Banco, perdia a sua eficácia se chegado o 17 de Dezembro de 2012 não se tivessem cumprido todas as condições suspensivas estabelecidas. Não obstante, os Administradores do Banco, em virtude da aprovação pela Comissão Europeia do plano de integração da entidade combinada, e do cumprimento à data de formulação das contas anuais do exercício 2012 de algumas das condições, consideraram que os acordos incluídos no protocolo seguiam em vigor.

Com data 23 de Maio de 2013, comunicou-se ao mercado que Ibercaja Banco, SAU, Banco Grupo Cajatres, S.A. e as suas respetivas Caixas acionistas acordava a integração dos bancos mediante um processo de troca de ações e posterior fusão por absorção de Banco Grupo Cajatres, S.A. por Ibercaja Banco, SAU

Com data 25 de Julho de 2013, prévio cumprimento das condições suspensivas e a obtenção das isenções e autorizações administrativas preceptivas, Ibercaja Banco passou a ser titular de 100% do capital social de Banco Grupo Cajatres, S.A. Para isso, realizou um aumento de capital por custo de 325,5 milhões de euros que subscreveram os acionistas de Banco Grupo Cajatres S.A. contribuindo como contraprestação todo o capital social. Os novos acionistas passaram a obter uma participação conjunta de 12,20% no capital social de Ibercaja Banco, que depois da ampliação atinge 2.604 milhões de euros.

Numa fase posterior, com um horizonte temporário próximo de Dezembro de 2014, contempla-se a integração plena mediante fusão por absorção de Banco Grupo Cajatres, S.A. por Ibercaja Banco.

### 1.1.2 Plano de reestruturação

O "Plano de Integração Grupo Ibercaja + Cajatres", de data 5 de Dezembro de 2012 (Nota 1.1.1), inclui um apartado específico com o "Plano de reestruturação de Cajatres" que incorpora determinadas medidas que realizará o Banco nos próximos anos no exercício da sua atividade como entidade de crédito, e sempre dentro do enquadramento da integração com Ibercaja Banco, SAU. Igualmente, estas medidas apresentaram-se ante a Comissão Europeia (no documento denominado "*Term Sheet of the Spanish authorities commitments for the approval of the restructuring plan of Banco Cajatres by the European Commission*") para a obtenção da ajuda de capital que se menciona na Nota 1.1.1 anterior. O resumo destas medidas é o seguinte:

- Encerramento de 187 escritórios (Nota 21) e redução do quadro do Banco em 592 empregados (em 15 de Março de 2013 assinou-se um acordo laboral que recolhe as condições nas quais se produzirão estas saídas: Notas 21 e 35). Em 31 de Dezembro de 2013 procedeu-se ao encerramento de 187 escritórios e reduziu-se o quadro em 544 empregados (o compromisso de redução de empregados em 31 de Dezembro de 2013 é de 528 empregados).
- Transferência de ativos relacionados com o setor imobiliário à SAREB que tinham em 30 de Junho de 2012 um valor líquido contabilístico aproximado de 2.404 milhões de euros (de acordo com a Nota 1.1.3 finalmente foram transferidos em Fevereiro de 2013 ativos por 2.212 milhões de euros).
- Desinvestimento em negócios não estratégicos, que inclui a desinvestimento no período 2013-2014 em 87 sociedades participadas relacionadas com o setor imobiliário e a desinvestimento no período 2013-2015 em outras 42 sociedades participadas de carácter não estratégico, cujo valor líquido contabilístico consolidado total em 30 de Junho de 2012 era de 153 milhões de euros (o valor líquido contabilístico consolidado em 31 de Dezembro de 2013 se reduziu a 40 milhões de euros devido a determinados saneamentos e vendas realizados). Igualmente, estabelece-se que se chegado o vencimento dos períodos estabelecidos as participações não fossem vendidas, o Banco, ou a entidade decorrente do processo de integração, procederá à sanção integral do seu valor líquido contabilístico.
- Partilha de ónus (*Burden sharing*) mediante a recompra de passivos subordinados, ou troca por instrumentos de capital, por um valor inferior ao que se encontram contabilizados gerando por dita operação ao menos 36 milhões de euros no *Core Tier 1 capital* (aspeto finalizado antes da integração gerando-se 6 e 34 milhões de euros líquidos de efeito fiscal nos exercícios 2012 e 2013 respetivamente; Nota 1.1.5).

Estas medidas implicam uma importante poupança de custos, e uma vez realizada a integração com Ibercaja Banco, SAU a geração de um resultado positivo recorrente que permitirá a devolução das ajudas de capital antes de finalizar o exercício 2016 (5% em 2014, 40% em 2015 e 55% em 2016), e a recuperação dos ativos fiscais diferidos líquidos (Nota 25.4), contabilizados em 31 de Dezembro de 2013, num prazo máximo de dez anos.

### 1.1.3 Transferência de ativos à SAREB

A Lei 9/2012 estabelece que o FROB pode obrigar uma entidade de crédito a transmitir a uma sociedade de gestão de ativos determinadas categorias de ativos que figurem no seu balanço ou adotar as medidas necessárias para a transferência de ativos que figurem no balanço de qualquer entidade sobre a qual a entidade de crédito exerça controlo no sentido do artigo 42º do Código de Comércio. Por outro lado, no Real Decreto 1559/2012, de 15 de Novembro, estabelece-se o regime jurídico das sociedades de gestão de ativos.

Conforme indicou-se na Nota 1.1.1 anterior, uma das condições impostas para a aprovação das ajudas de capital foi a transferência de determinados ativos vinculados à atividade imobiliária à SAREB. De acordo com ditas condições, os critérios de seleção de ativos a transferir à SAREB foram, fundamentalmente, os seguintes:

- Bens imóveis adjudicados registados no ativo consolidado do Banco em 30 de Junho de 2012, com um valor líquido contabilístico individual superior a 100.000 euros.
- Empréstimos e créditos a promotores imobiliários registados no ativo consolidado do Banco ao 30 de Junho de 2012, com uma exposição mínima perante o prestatário de 250.000 euros em termos de valor líquido contabilístico.

De acordo com o “Contrato de transferência de ativos”, de data 25 de Fevereiro de 2013, o preço de transferência de todos os ativos transferidos pelo Grupo é de 2.212.085 milhares de euros, e determinou-se aplicando os critérios e percentagens fixados pelo Banco de Espanha, segundo o disposto na Lei 9/2012 e o Real Decreto 1559, sobre a base do valor contabilístico dos ativos estimado à data de transferência. O detalhe do preço de transferência é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Valor de transferência / Preço	Valor Bruto
Ativos adjudicados	293.080	826.283
<i>Dos que ativos adjudicados em empresas do Grupo</i>	<i>241.301</i>	<i>722.596</i>
Risco de crédito:	1.919.005	3.491.988
Com garantia hipotecária	1.790.704	3.133.907
Sem garantia	128.301	358.081
	<b>2.212.085</b>	<b>4.318.271</b>

A perda derivada dos ativos adjudicados do Banco, e dos financiamentos transferidos à SAREB foi registada como “Correções de valor por deterioro” em 31 de Dezembro de 2012, reduzindo o valor dos ativos nos correspondentes epígrafes do balanço na referida data. Igualmente, o Banco registou nos seus estados financeiros a perda derivada dos ativos adjudicados em empresas do Grupo, como uma correção de valor do financiamento outorgado a ditas entidades. O impacto aproximado no exercício 2012 pelas dotações extraordinárias efetuadas pelos ativos transferidos à SAREB foi de 1.091 milhões de euros na demonstração de resultados do Banco (1.351 milhões de euros a nível de Grupo na demonstração de resultados consolidada do exercício 2012).

O “Contrato de transferência de ativos” foi subscrito pela SAREB e por Banco Grupo Cajates, S.A. e as suas sociedades dependentes (CAI División de Servicios Generales, S.L., Sociedad Unipersonal; Gedeco Zona Centro, S.L., Sociedad Unipersonal; Nuevas Inversiones Aragonesas 2011, S.L., Sociedad Unipersonal; CAI Inmuebles, S.A., Sociedad Unipersonal; Inmobiliaria Impulso XXI, S.A., Sociedad Unipersonal; Método 21, S.L., Sociedad Unipersonal; Espacio Industrial Cronos, S.L., Sociedad Unipersonal; e Viviendas Caja Círculo, S.A., Sociedad Unipersonal). Igualmente, o citado contrato recolheu no seu anexo 2.5 uma “listagem de entidades excluídas e os seus ativos”, que relacionava as sociedades dependentes seguintes: Arcai Inmuebles, S.A.; Golf de El Puerto, S.A. Sociedad Unipersonal; Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L., Sociedad Unipersonal; e Promociones Inmobiliarias Berbén el Puerto, S.L., Sociedad Unipersonal. Estas sociedades, embora estavam no perímetro de transferência de ativos à SAREB e, por isso se percebeu o correspondente preço de transferência, não puderam transmitir os seus ativos até corrigir diversos aspetos de registo. O 30 de Dezembro de 2013 assinou-se uma Escritura Complementar na que se incluíam os ativos da sociedade Arcai Inmuebles, S.A.

O preço de transferência poderá ajustar-se se a SAREB advertir alguma das seguintes circunstâncias:

- Que exista um erro na classificação de um ativo, incluindo para estes efeitos os supostos nos quais um contrato de financiamento, como consequência de um procedimento de execução judicial, se converte num bem imóvel.
- Que algum dos ativos objeto de transferência seja transferido pelo Banco antes da data de transferência.
- Que a avaliação estimada em 28 de Fevereiro de 2013 de um ativo, sobre a base da qual se determinou o preço, seja errónea ou varie.

SAREB tem um prazo de trinta e seis meses para determinar, numa ou várias vezes, se aconteceu alguma das circunstâncias indicadas nos pontos anteriores. Igualmente, poder-se-á acertar o preço relativamente aos contratos de financiamento, com disponível pendente, caso o Banco de Espanha, a proposta do FROB, concluisse que não foi adequadamente considerado na determinação do preço de transferência.

Adicionalmente, no “Contrato de transferência de ativos”, as sociedades transmitentes realizam uma série de

declarações e garantias, e obrigam-se a indemnizar a SAREB em caso de incumprimento das mesmas.

Dada a natureza do processo através do qual se determinaram os ativos a transferir a SAREB e o preço a que ditos ativos deviam se transferir, os Administradores do Banco consideram que o potencial impacto que pudesse se derivar, se for o caso, da revisão do citado preço, não se pode quantificar de forma objetiva na atualidade, conquanto com a informação disponível neste momento julgam que não é previsível que o citado impacto pudesse ser significativo para o conjunto das contas anuais anexas.

No “Contrato de transferência de ativos” faculta-se ao Banco para receber o preço em nome de todas as entidades transmitentes, que será pago mediante valores de renda fixa a emitir por SAREB. Deste modo, o 26 de Fevereiro de 2013 o Banco assinou um contrato de assinatura, pelo qual o 28 de Fevereiro de 2013 recebeu obrigações por um total de 2.212.000 milhares de euros. As obrigações emitem-se ao 100% do seu valor nominal, contam com a garantia irrevogável da Administração Geral do Estado, e o seu detalhe é o seguinte:

<b>Assinatura</b>	<b>Taxa de juro</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Milhares de euros Custo nominal</b>
SAREB Bono Senior 2013-1	Euribor 3 meses + 1,24%	28 de Fevereiro de 2014	663.600
SAREB Bono Senior 2013-2	Euribor 3 meses + 2,08%	28 de Fevereiro de 2015	995.400
SAREB Bono Senior 2013-3	Euribor 3 meses + 2,46%	28 de Fevereiro de 2016	553.000
			<b>2.212.000</b>

Na mesma data assinou-se um “Contrato de administração e gestão de ativos”, no que se estabelece que o Banco continuará a gerir os ativos transmitidos, estabelecendo os honorários a receber pelo Banco pela sua prestação de serviços, e um *success fee* (honorários de sucesso) quando participe em arrendamento ou transmissão a um terceiro dos ativos geridos. A duração de dito contrato é de um ano prorrogável.

#### **1.1.4 Emissão de obrigações contingentes convertíveis (CoCos)**

A Assembleia de Acionistas do Banco, na sua sessão celebrada em 15 de Fevereiro de 2013, aprovou a emissão de obrigações contingentes convertíveis (CoCos) em ações do Banco por um custo de 407 milhões de euros a subscrever pelo FROB. As obrigações computarão ilimitadamente como recursos próprios básicos de acordo com a Circular 3/2008 de 22 de Maio, do Banco de Espanha, a entidades de crédito, sobre determinação e controlo dos recursos próprios mínimos, e ilimitadamente como capital principal conforme ao Real Decreto-lei 2/2011, de 18 de Fevereiro, para o reforço do sistema financeiro (Nota 1.7). O tipo de emissão das obrigações é simultaneamente, isto é, ao 100% do valor nominal. O valor nominal unitário das obrigações é de 100.000 euros.

Esta emissão configura-se como um apoio financeiro público ao Banco segundo o previsto na Lei 9/2012, e no enquadramento do previsto no Plano de reestruturação (Nota 1.1.2).

A taxa inicial de juro nominal das obrigações será de 8,5%, a pagar trimestralmente. A taxa de juro incrementar-se-á em 25 pontos básicos ao cumprir-se o primeiro exercício posterior à assinatura, e a partir de cumprir-se o segundo exercício incrementar-se-á anualmente em 50 pontos básicos.

O Banco de Espanha poderá exigir a cancelamento do pagamento em numerário da taxa de juro baseando na situação financeira e de solvência da entidade ou o seu grupo consolidável. Nestes casos o Banco pagará ao FROB a remuneração mediante a entrega de um volume de CoCos ou ações da entidade equivalente, em valor económico, ao custo da remuneração que se devesse ter paga.

Salvo que previamente tenham-se recomprado e amortizado ou bem se tenham convertido, as obrigações têm carácter perpétuo, sem que tenham uma data de amortização. Não obstante, conforme ao estabelecido na Lei 9/2012, o Banco deverá recomprar ou amortizar os títulos tão cedo como esteja em condições de fazer nos termos comprometidos no Plano de reestruturação (Nota 1.1.2).

As obrigações situam-se em ordem de prelação:

- Por trás de todos os credores, subordinados ou não;
- Por trás dos detentores de participações preferenciais e/ou ações preferenciais;
- Na mesma ordem de prelação que as demais emissões de participações preferenciais convertíveis ou outros valores convertíveis equivalentes a estes;
- Por adiante dos acionistas ordinários.

As condições para uma possível conversão dos CoCos em ações ordinárias regulam-se pelo descrito nos artigos 32 e 34 da Lei 9/2012 e o previsto no *State Aid nºSA.35489 –Spain Restructuring of Banco Grupo Cajatres, S.A.*

O 12 de Março de 2013 elevou-se a público a emissão, assinatura e realização dos CoCos, por 407 milhões de euros. A assinatura e realização realiza-o integralmente o FROB mediante a entrega ao Banco de títulos de renda fixa emitidos pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (*The European Stability Mechanism, ESM*), pertencentes à emissão de 5 de Fevereiro de 2013.

#### **1.1.5** *Gestão de instrumentos híbridos*

A Lei 9/2012, em cumprimento das obrigações assumidas por Espanha perante a União Europeia no MoU, estabelece no seu artigo 39, que os planos de reestruturação deverão incluir a realização de ações de gestão de instrumentos híbridos e dívida subordinada que tenham emitidos as entidades à que correspondem estes planos. De acordo com esta disposição, o Plano de Reestruturação do Banco (Nota 1.1.2) contém o compromisso de implementar ações de gestão voluntária ou coercitiva de valores de dívida subordinada.

Ao longo do primeiro semestre de 2013, e dentro das ações de gestão de instrumentos híbridos de capital e dívida subordinada estabelecidas no Plano de Reestruturação da Entidade, realizou-se uma oferta de recompra voluntária aos detentores dos títulos correspondentes à 2ª e 3ª Emissão de Dívida Subordinada #Cal (91.250 milhares de euros nominais).

Ao 30 de Junho de 2013 aceitaram dita oferta titulares de 85,37% do saldo vivo das emissões (77.900 milhares de euros nominais); como consequência desta operação a entidade gerou um benefício bruto de 32 milhões de euros.

Durante o mês de Julho de 2013, em virtude do ato administrativo publicado pelo FROB no BOE de 29 de Junho de 2013, procedeu-se à recompra obrigatória dos títulos aos detentores da 3ª Emissão de Dívida Subordinada CAI que não foram à oferta de recompra voluntária, mediante a emissão de 4.864.864 ações ordinárias de 1 euros de nominal. A Entidade realizou um aumento de capital de 9.000 milhares de euros (4.865 milhares de euros de capital e 4.135 milhares de euros de prima de emissão). Estas operações superaram um benefício líquido de 3 milhões de euros.

O impacto em capital da troca voluntária e coercitiva é de 34 milhões de euros (9 milhões de euros de aumento de capital mais 25 milhões de euros de benefício líquido gerado na conversão, uma vez considerado o efeito fiscal; Nota 33); somado ao capital gerado em 2012 (6 milhões de euros de benefício líquido em resultados por recompra de dívida subordinada, o impacto total atinge 40 milhões de euros, superando o objetivo de 36 milhões de euros estabelecido no Plano de Reestruturação (Nota 1.1.2).

#### **1.1.6** *Combinação de negócios*

Uma das principais consequências que se derivaram do Contrato de Integração inicial que deu local à criação do SIP mencionado na Nota 1.1 foi a combinação de negócios de carácter contratual em virtude da qual o Banco adquiriu o controlo, nos termos definidos ao efeito na normativa contabilístico, das Caixas e das suas correspondentes entidades dependentes.

A combinação de negócios realizou-se em 31 de Dezembro de 2010, data acordada pelo Conselho de Administração do Banco para que o Contrato de Integração contasse com plena validade e, adicionalmente, data na que entraram em funcionamento os órgãos e estruturas de decisão e controlo do Banco que fizeram possível o controlo sobre as Caixas e as suas entidades dependentes.

Como consequência da entrada em vigor do Contrato de Integração inicial, o Banco procedeu a contabilizar nos seus estados financeiros consolidados, na data de aquisição do controlo sobre as Caixas, os ativos identificados e os passivos assumidos das Caixas e das suas entidades dependentes por um custo igual aos seus correspondentes valores razoáveis a dita data, com as exceções de registo e avaliação a dito valor razoável estabelecidas no regulamento vigente.

Em aplicação do disposto no regulamento aplicável, a combinação de negócios dantes indicada não deu lugar ao registo de fundo de maneio ou de ganho por compra em situação vantajosa alguma nem nos estados financeiros individuais nem consolidados do Banco.

Ao ter-se realizado a tomada de controlo contabilística do Banco sobre as Caixas em virtude do disposto no Contrato de Integração inicial não existiu contraprestação alguma transferida ou paga pelo Banco para estes efeitos. Na combinação de negócios não se estabeleceu o pagamento de contraprestações contingentes associadas à mesma.

#### **1.1.7 Segregação do património das Caixas a favor do Banco**

Em 28 de Dezembro de 2011, anteriormente à criação do Sistema Institucional de Proteção ("SIP") mencionado na Nota 1.1, assinou-se uma escritura pública (inscrita no Registo Mercantil de Zaragoza o 30 de Dezembro de 2011) na que se inclui, entre outros aspetos, o seguinte:

▪As Caixas segregam e transmitem em bloco e por sucessão universal à sociedade beneficiária da segregação, o Banco, todos os elementos patrimoniais principais e acessórios que compõem o seu negócio empresarial e que compreendem a totalidade dos ativos e passivos da cada entidade segregada, ficando excluídos unicamente, conforme ao indicado no Projeto Comum de segregação, além das ações do Banco das que são titulares as Caixas, determinados elementos patrimoniais, e designadamente:

-Ativos e passivos afetos, diretamente ou indiretamente à Obra Social, junto dos meios humanos adscritos aos mesmos, bem como uma provisão de fundos complementar para assegurar num período inicial a Obra Social correspondente.

-Pessoal afeto aos órgãos de governo e estrutura de direção, bem como uma provisão de fundos para cobrir, durante um período inicial, os custos associados a dito pessoal e à retribuição dos órgãos de governo e de estrutura da direção.

-A titularidade dos signos distintivos próprios da cada Caixa.

O Banco, em virtude da segregação, é sucessor universal da totalidade de direitos, ações, obrigações, responsabilidades e ónus vinculados aos patrimónios segregados das Caixas, estabelecendo-se como balanços de segregação os balanços fechados a 31 de Julho de 2011 e no dia 1 de Janeiro de 2011 como a data a partir da qual as operações próprias das Caixas relativas ao património social segregado se consideram realizadas para efeitos contabilísticos por conta do Banco.

Adicionalmente, realiza-se o aumento de capital descrita ao final do apartado desta Nota e aprova-se a modificação de diferentes artigos dos estatutos sociais.

▪Faz-se constar que as entidades segregadas não se extinguirão como pessoas coletivas como consequência da segregação.

▪A segregação acolhe-se ao regime tributário estabelecido no capítulo VIII do título VII e disposição adicional segunda da Lei do Imposto sobre Sociedades.

Os Conselhos de Administração das Caixas, celebrados em 17 de Outubro de 2011, e o Conselho de Administração do Banco, celebrado em 18 de Outubro de 2011, formularam o Projeto Comum de segregação.

A segregação dos negócios financeiros das Caixas a favor do Banco foi aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais das Caixas com data 21 de Novembro de 2011 e pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco de data 22 de Novembro de 2011.

Conforme indicado nas alíneas anteriores, e de acordo com o estabelecido no Plano Geral de Contabilidade aprovado pelo Real Decreto 1514/2007, de 6 de Novembro, modificado pelo Real Decreto 1159/2010, de 17 de Setembro, a data de efeitos contabilísticos foi 1 de Janeiro de 2011, por ser a incorporação ao Grupo dos ativos segregados anterior à referida data e ser o início do exercício no qual se aprova a segregação. Iguamente, e de acordo com as normas antes mencionadas, os valores pelos quais os ativos, passivos e passivos contingentes segregados registados no Banco foram os mesmos pelos quais figuravam registados nos estados financeiros consolidados do Grupo, que neste caso coincidiam com os valores pelos quais estavam contabilizados nos livros individuais das Caixas que contribuíram os negócios.

Em contraprestação do património recebido o Banco realizou um aumento de capital de 597.721 milhares de euros, detalhado em, de uma parte, uma emissão de novas ações nominativas de 181.970 milhares de euros, e de outra, uma prima de emissão de 415.751 milhares de euros (Nota 24), segundo o seguinte detalhe:

	<b>Capital</b>	<b>Prima de emissão</b>	<b>Total</b>
Caja Inmaculada	74.476	172.084	246.560
Caja Círculo	53.911	123.911	177.822
Caja Badajoz	53.583	119.756	173.339
	<b>181.970</b>	<b>415.751</b>	<b>597.721</b>

Este valor corresponde à aplicação de um fator do 0,5 sobre o custo total do património líquido segregado pelas Caixas a 31 de Julho de 2011. O fator de avaliação fixou-se atendendo ao desconto que se vinha aplicando a entidades financeiras em processos similares e conforme a princípios de avaliação geralmente aceites, e que se considerou como aproximação razoável do valor do património segregado.

Pela diferença entre o património líquido segregado recebido pelo Banco e o custo do aumento de capital efetuada, este registou uma reserva por custo de 597.721 milhares de euros (Nota 24).

## **1.2 Bases de apresentação das contas anuais consolidadas**

As contas anuais consolidadas do Grupo Cajatres do exercício 2013 foram formuladas pelos Administradores da Sociedade, em reunião do seu Conselho de Administração celebrada em 26 de Março de 2014, estando pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante, o Conselho de Administração do Banco entende que ditas contas serão aprovadas sem mudanças significativas. As contas anuais consolidadas do Grupo do exercício 2012 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco celebrada em 30 de Abril de 2013.

As contas anuais consolidadas apresentam-se de acordo com o estabelecido pelas Normas Internacionais de Informação Financeira adaptadas pela União Europeia (doravante, "NIIF-UE") e a Circular 4/2004 de Banco de Espanha, de 22 de Dezembro (doravante, "Circular 4/2004").

A Circular 4/2004 sobre "Normas de informação financeira pública e reservada e modelos de estados financeiros de Entidades de Crédito", tem por objeto adequar o regime contabilístico de ditas entidades ao meio contabilístico derivado da adoção por parte da União Europeia das Normas Internacionais de Informação Financeira, com o objeto de tornar dita Circular plenamente compatível atendendo ao enquadramento concetual em que se baseiam.

As contas anuais consolidadas foram elaboradas tendo em consideração os princípios, normas contabilísticos e critérios de avaliação aplicáveis de forma que mostram a imagem fiel do património e da situação financeira do Grupo em 31 de Dezembro de 2013, dos resultados das suas operações e fluxos de efetivo, consolidados, que se produziram no exercício anual terminado nessa data.

Na Nota 2 resumem-se os princípios e políticas contabilísticos e critérios de avaliação mais significativos aplicados na preparação das contas anuais consolidadas.

Estas contas elaboraram-se a partir dos registos de contabilidade mantidos pela Sociedade e pelas restantes entidades integradas no Grupo. Não obstante, e dado que os princípios contabilísticos e critérios de avaliação aplicados na preparação das contas do Grupo do exercício 2013 podem diferir dos utilizados por algumas das entidades integradas no mesmo, no processo de consolidação introduziram-se os acertos e reclassificações necessários para homogeneizar entre si tais princípios e critérios, para adequá-los às NIIF-UE aplicadas pela Sociedade.

#### ▪Aplicação do princípio contabilístico de empresa em funcionamento

Os administradores aplicaram o princípio contabilístico de empresa em funcionamento já que não existem dúvidas razoáveis sobre a capacidade da Entidade para seguir desenvolvendo a sua atividade num futuro previsível, principalmente considerando o processo de integração com Ibercaja Banco, S.A. que se descreve na Nota 1.1

Não obstante, tal como se observa no balanço de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. que se detalha na Nota 42, a Entidade conta com um património líquido negativo de 20.705 milhares de euros. Uma vez considerada a não computabilidade de determinadas perdas por deterioro como consequência do Real Decreto-Lei 10/2008, o património líquido atinge 1.936 milhares de euros, para efeitos da consideração da causa de dissolução prevista no apartado 1.e) do artigo 363 da Lei de Sociedades de Capital, a qual é de aplicação quando o património líquido fica reduzido por debaixo da metade do capital social.

Com o objetivo de reequilibrar e reforçar a situação patrimonial, o acionista único, com carácter prévio à formulação de contas, realizou uma contribuição para compensar perdas por custo 150.000 milhares de euros.

### **1.3 Estimativas realizadas**

Nas contas anuais consolidadas correspondentes ao exercício 2013 utilizaram-se, em determinadas ocasiões, estimativas para quantificar alguns dos ativos, passivos, rendimentos, despesas e compromissos que figuram registados nelas. Basicamente, estas estimativas referem-se a:

- as perdas por deterioro de determinados ativos (Notas 9 a 11, 13, 14, 16 a 18),
- as hipóteses empregadas no cálculo atuarial dos passivos e compromissos por retribuições pós-emprego e outros compromissos em longo prazo mantidos com os empregados (Notas 2.13 e 35.2),
- a vida útil dos ativos materiais e intangíveis (Notas 2.15 e 2.16),
- a probabilidade de ocorrência daqueles acontecimentos considerados como passivos contingentes e, se for o caso, as provisões necessárias para a cobertura destes factos (Notas 2.20 e 21),
- o valor razoável de determinados ativos não cotados (Nota 26), e
- a recuperabilidade dos ativos por imposto diferido (Notas 2.14 e 25.4).

As estimativas anteriormente descritas realizaram-se em função da melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2013 sobre os factos analisados; não obstante, é possível que acontecimentos futuros obriguem às modificar em próximos exercícios, o que se faria conforme ao estabelecido no regulamento vigente, de forma prospetiva reconhecendo os efeitos da mudança de estimativa na demonstração de resultados consolidada dos exercícios afetados.

### **1.4 Informação referida ao exercício 2012**

Conforme ao exigido pelo regulamento vigente, a informação contida nesta memória referida ao exercício anterior 2012 apresenta-se exclusivamente a efeitos comparativos com a informação relativa ao exercício. Há que considerar, a efeitos de comparar a informação, o impacto do transferência de ativos imobiliários a SAREB que se produziu em Fevereiro de 2013 (Nota 1.1.3).

### **1.5 Contratos de agência**

Nem no encerramento do exercício 2013 nem em nenhum momento durante o mesmo, as entidades

consolidadas mantiveram em vigor “contratos de agência” no sentido previsto no artigo 22º do Real Decreto 1245/1995, de 14 de Julho.

### 1.6 Participações no capital de entidades de crédito

De acordo ao disposto no artigo 20º do Real Decreto 1245/1995, a seguir apresenta-se o detalhe de participações no capital de entidades de crédito, nacionais e estrangeiras, mantidas pelo Grupo que superam 5% do capital ou dos direitos de voto de ditas entidades, e que não entram a fazer parte do Grupo consolidado:

Entidade	% de Participação	2013	2012
		Banco de Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, S.A.	6,91%

### 1.7 Requerimentos e gestão do capital

#### 1.7.1 Coeficiente de Recursos Próprios Mínimos

A Circular 3/2008 do Banco de Espanha, de 22 de Maio, sobre determinação e controlo dos recursos próprios mínimos (doravante, a “Circular 3/2008”) e as suas posteriores modificações, regula os recursos próprios mínimos que têm de manter as entidades de crédito espanholas - tanto a título individual como de grupo consolidado - e a forma na qual têm de ser determinados tais recursos próprios, bem como os diferentes processos de autoavaliação do capital que devem realizar as entidades e a informação de carácter público que devem remeter ao mercado sobre este particular.

Os requerimentos de recursos próprios mínimos que estabelece a mencionada Circular (Pilar I) são calculados em função da exposição do Grupo ao risco de crédito, ao risco de câmbio, ao risco da carteira de negociação, ao risco de mercado e ao risco operacional. Adicionalmente, o Grupo está sujeito ao cumprimento dos limites à concentração de riscos estabelecidos na mencionada Circular.

Quanto ao Pilar II, a citada Circular estabelece a obrigação de realizar um relatório de auto-avaliação de capital cujo objetivo é assegurar o adequado relacionamento entre o perfil de riscos das entidades de crédito e os recursos próprios que efetivamente mantêm, bem como fixar o objetivo de recursos próprios e realizar o planeamento do capital em médio prazo.

Por último no Pilar III a mencionada Circular determina que as entidades deverão elaborar, pelo menos anualmente, um documento denominado “Informação com relevância prudencial”, que incluirá quantas explicações e detalhes sejam necessários em relacionamento aos recursos próprios computáveis, os requerimentos de recursos próprios em função dos níveis de risco assumidos e outros requerimentos adicionais de informação.

#### 1.7.2 Informação quantitativa

Em 31 de Dezembro de 2013 Banco Grupo Cajates cumpre com o coeficiente mínimo de solvência (Pilar I de Basileia) exigido pelo regulamento vigente (8%) e atinge 8,17%, como se detalha no seguinte quadro:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Recursos próprios básicos	364.555	91.900
Recursos próprios de segunda categoria	164.378	9.689
<b>Total recursos próprios computáveis do Grupo</b>	<b>528.933</b>	<b>101.589</b>
Requerimentos de recursos próprios	517.804	660.723
<b>Superávit</b>	<b>11.129</b>	<b>(559.134)</b>

	Posição do Grupo	
	2013	2012
Core capital	5,63%	1,11%
Tier I	5,63%	1,11%
Coeficiente de solvência	8,17%	1,23%

A Comissão Europeia publicou o 20 de Julho de 2011 uma nova proposta legislativa para reforçar o sistema bancário europeu, conhecida como CRD IV (Capital Requirements Directive). Esta proposta foi aprovada pelo Parlamento Europeu com data 26 de Junho de 2013 e substitui às Diretivas 2006/48/CE (CRD II) e 2006/49/CE (CRD III) que, entre outros aspetos, regulam os requisitos de capital, modalidades de governo e superintendência aplicáveis às entidades de crédito e empresas de investimento que exerçam a sua atividade em algum dos estados membros.

A referida Diretiva entra em vigor em 1 de Janeiro de 2014. O Grupo analisou os impactos que a nova regulação supõe e está preparado para a sua adaptação.

### 1.7.3 Gestão do capital

O objetivo do Pilar II de Basileia é assegurar o adequado relacionamento entre o perfil de riscos do Grupo e os recursos próprios que efetivamente mantém. Para isso, o Grupo realiza um processo recorrente que de acordo com o disposto na Circular 3/2008 de Solvência,

- aplica uma série de procedimentos de identificação, medição e agregação de riscos,
- determina o capital necessário para cobri-los: de maneira adicional aos recursos próprios mínimos mantém um nível conforme com os riscos inerentes à sua atividade, ao meio económico no que opera, à gestão e controlo que realiza destes riscos, aos sistemas de governo e auditoria interna dos que dispõe e ao seu plano estratégico de negócio,
- planifica o capital a médio prazo,
- estabelece o objetivo de recursos próprios.

A Sociedade fixa um objetivo de capital que lhe permita manter de forma permanente uma folga adequada sobre as necessidades legais de Pilar I, assegurando o correto relacionamento entre o seu perfil de risco e os seus recursos próprios.

Na quantificação das necessidades de capital interno, o Grupo aplicou os seguintes procedimentos relacionados com a cada um dos seus riscos:

- Risco de crédito: Aplicou-se o método regular estabelecido na Circular de Solvência.
- Risco de concentração de crédito: Aplicou-se a opção simplificada, calculando os índices de concentração setorial e individual estabelecidos pelo Banco de Espanha.
- Risco operacional: Aplicou-se o método básico.
- Risco de taxa de juro estrutural de balanço: Aplicou-se a opção simplificada.
- Risco de liquidez: O Grupo não estima necessidades de capital sócias a este risco, uma vez analisada a política de liquidez, os sistemas de controlo e os planos de contingência.
- Outros riscos: As necessidades de capital sócias a riscos diferentes dos anteriores estimaram-se num 5% dos requerimentos de recursos próprios totais do Grupo segundo o disposto na Circular de Solvência.

O capital total necessário do Grupo avaliou-se mediante a agregação das necessidades de capital sócias à cada risco.

Para realizar um adequado planeamento das necessidades de capital futuras do Grupo, realizaram-se projeções de fontes e consumos de capital derivados da evolução da atividade e dos resultados esperados

com um horizonte temporário de três anos.

Igualmente, o Grupo realiza estimativas em cenários de stress, tais como:

- deterioro geral derivado de uma queda importante da atividade económica,
- deterioro específico de setores da atividade económica que afetem ao negócio do Grupo,
- situações de volatilidade e tensão nos mercados de dinheiro e de outros produtos financeiros,
- quedas significativas nas cotações das bolsas de valores,
- cenários de crises de liquidez.

#### *1.7.4 Informação com relevância prudencial*

Para dar cumprimento às obrigações de informação ao mercado, o Conselho de Administração aprovou a política de divulgação da informação com relevância prudencial (Pilar III de Basileia), de maneira que Grupo Cajatres, ao tempo da publicação e aprovação das contas anuais consolidadas do exercício 2013, fará pública dita informação na sua página site.

#### **1.8 Fundo de Garantia de Depósitos**

A Sociedade está integrada no Fundo de Garantia de Depósitos.

O Real Decreto-Lei 19/2011 modificou o Real Decreto-Lei 16/2011 e estabeleceu que o custo das contribuições das Entidades ao Fundo de Garantia de Depósitos de Entidades de Crédito se incrementa do 1 ao 2 por mil da base de cálculo.

Em 30 de Julho de 2012, a Comissão Gestora do Fundo de Garantia de Depósitos acordou a realização de uma derrama extraordinária entre as entidades aderidas ao mesmo, a pagar por cada entidade mediante dez quotas anuais iguais. O custo da quota correspondente a Banco Grupo Cajatres atinge 29.137 milhares de euros (dez quotas anuais de 2.914 milhares de euros a cada uma). Estas quotas serão deduzidas da contribuição ordinária anual que, se for o caso, satisfaça a entidade, e até o custo dessa contribuição ordinária. O valor atual do custo pendente de realizar figura no epígrafe de outros ativos financeiros incluído em Investimentos "creditícias - Crédito à clientela" do balanço (22.647 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 e 25.162 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012) e "em Outros passivos financeiros" (23.258 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 e 25.479 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). A diferença entre ambos custos se registou como uma despesa financeira no epígrafe "Juros e ónus assimilados" da demonstração de resultados.

O Real Decreto-Lei 6/2013 estabeleceu que, com o fim de reforçar o património do Fundo de Garantia de Depósitos de Entidades de Crédito, a contribuição anual prevista pelo artigo 3 do Real Decreto 2606/1996, de 20 de Dezembro, sobre Fundos de Garantia de Depósitos de Entidades de Crédito, a realizar pelas entidades aderidas sobre os depósitos a 31 de Dezembro de 2012, incrementar-se-á excepcionalmente, e por uma só vez, num 3 por mil adicional.

Este incremento far-se-á efetivo em duas fases:

a) Uma primeira fase equivalente a duas quintas partes do total a satisfazer no prazo de 20 dias úteis desde o 31 de Dezembro de 2013. Dito trecho não é de aplicação às entidades às que se refere a disposição adicional nona da Lei 9/2012, de 14 de Novembro, de reestruturação e resolução de entidades de crédito (Nota 1.1.1) como consequência das considerações previstas pelo regulamento mencionado na alínea anterior.

b) Uma segunda fase equivalente às três quintas partes restantes, que atinge 20.135 milhares de euros, a satisfazer a partir de 1 de Janeiro de 2014 de acordo ao calendário de pagamento que fixe a Comissão Gestora dentro de um prazo máximo de 7 anos. Este custo registrar-se-á na conta de resultados à medida que se realizar o capital. Este tratamento foi trasladado pelo Banco de Espanha às entidades afetadas e é conforme ao estabelecido na Interpretação número 21 do Comité de Interpretações das Normas Internacionais de Informação Financeira, segundo o qual os encargos se têm de adquirir como uma despesa no momento no qual se gera a obrigação da sua liquidação. Conquanto esta Interpretação ainda não foi adotada pela União Europeia, a Entidade espera que se adote no curto prazo e considera que a sua conclusão é adequada e coerente com o Enquadramento normativo da informação financeira que resulta de aplicação.

No exercício 2013, a despesa incorrido pelas contribuições realizadas a este organismo ascendeu a 21.974 milhares de euros (26.723 milhares de euros no exercício 2012) que se registaram no epígrafe "Outros Ônus de Exploração" da demonstração de resultados anexa.

### **1.9 Coeficiente de Reservas Mínimas**

Em 31 de Dezembro de 2013, bem como ao longo do exercício, o Grupo cumpria com os mínimos exigidos para o coeficiente de reservas mínimas (antigo coeficiente de caixa).

Em cumprimento das obrigações legais estabelecidas pelo Banco Central Europeu, a média diária das reservas mínimas a manter em 31 de Dezembro de 2013 atinge 103.276 milhares de euros (108.731 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012); o Grupo cumpriu o mínimo estabelecido legalmente.

Em Janeiro de 2012 entrou em vigor a modificação do regulamento aplicável às reservas mínimas, de maneira que o coeficiente de reserva exigido passou de 2% ao 1%.

### **1.10 Informação do mercado hipotecário**

De acordo com o estabelecido pelo Real Decreto 716/2009, de 24 de Abril, pelo que se desenvolvem determinados aspetos da Lei 2/1981, de 25 de Março, de regulação do mercado hipotecário e outras normas do sistema hipotecário financeiro, e a Circular de Banco de Espanha 3/2010, de 29 de Junho, o Conselho de Administração aprovou o "Manual de políticas e procedimentos de gestão do risco do investimento creditício" desenvolvido pela Entidade para garantir o cumprimento do regulamento que regula o mercado hipotecário, o qual designadamente inclui critérios sobre os seguintes pontos:

- O relacionamento entre custo do empréstimo e o valor de avaliação (conforme à OM ECO/805/2003) do imóvel hipotecado, bem como a seleção de entidades de avaliação autorizadas pelo Banco de Espanha.
- O relacionamento entre a dívida e a capacidade de gerar rendimentos do prestatário, a verificação da informação facilitada pelo mesmo e o seu solvência, bem como a existência de outras garantias adicionais.
- O equilíbrio entre os fluxos procedentes da carteira de cobertura e os derivados da atenção dos pagamentos devidos pelos títulos emitidos.

A Assembleia Geral de Banco Grupo Cajates, SAU tem concorrência para a emissão de obrigações ou outros títulos de renda fixa facultando ao Conselho de Administração para a emissão de qualquer tipo de

empréstimos por um custo máximo, que inclui os títulos do mercado hipotecário.

Os títulos hipotecários emitem-se de conformidade com a legislação espanhola, que regula o Mercado hipotecário e o Mercado de Valores. O regulamento estabelece que o volume das cédulas hipotecárias emitidas por uma entidade e não vencidas não pode superar 80% dos capitais não amortizados de todos os empréstimos e créditos hipotecários da sua carteira elegível, em 31 de Dezembro de 2013 este ratio era de 37,95% (27,85% em 31 de Dezembro de 2012).

As cédulas hipotecárias são valores especialmente garantidos pelo emissor nas quais a totalidade da carteira de empréstimos hipotecários constituídos ao seu favor garantem o cumprimento dos seus compromissos de pagamento.

O grau de sobrecolateralização ou de respaldo das cédulas hipotecárias é de 257% em 31 de Dezembro de 2013 (302% em 31 de Dezembro de 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013, 99% das operações da carteira hipotecária formalizaram-se mediante empréstimos (99% em 31 de Dezembro de 2012); destes, 93% numa periodicidade mensal na cobrança de quotas (81% em 31 de Dezembro de 2012). As operações formalizadas a taxa de juro variável são 98% do total (93% em 31 de Dezembro de 2012) e destas 85% estão referidas ao Euribor (73% em 31 de Dezembro de 2012).

A seguir anexa-se a seguinte informação sobre o mercado hipotecário:

- Informação relativa à emissão de cédulas hipotecárias. Custo total de empréstimos e créditos hipotecários pendentes de amortização (com independência do seu nível de LTV e incluindo titulizações descadastradas do balanço):

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>Valor nominal</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Total empréstimos</b>	<b>6.475.357</b>	<b>10.518.135</b>
<b>Participações hipotecárias emitidas</b>	-	-
Das quais: empréstimos mantidos em balanço	-	-
<b>Certificados de transmissão de hipoteca emitidos</b>	<b>235.112</b>	<b>259.169</b>
Dos quais: empréstimos mantidos em balanço	235.112	259.169
<b>Empréstimos hipotecários afetos em garantia de financiamentos recebidas</b>	-	-
<b>Empréstimos que asseguram a emissão de obrigações hipotecárias e cédulas hipotecárias</b>	<b>6.240.245</b>	<b>10.258.966</b>
Empréstimos não elegíveis	977.023	2.872.534
Cumprem requisitos para ser elegíveis, exceto limite do art. 5.1 do RD 716/2009	732.292	2.455.053
Resto	244.731	417.481
Empréstimos elegíveis	5.263.222	7.386.432
Custos não computáveis	131.298	1.014.828
Custos computáveis	5.131.924	6.371.604
Empréstimos que cobrem emissões de obrigações hipotecárias	-	-
Empréstimos aptos para cobertura das emissões de cédulas hipotecárias	5.131.924	6.371.604

Na Nota 3.1.4 indica-se o valor contabilístico dos empréstimos com garantia hipotecária e a sua conciliação

com a informação do mercado hipotecário.

▪ Informação sobre os empréstimos e créditos hipotecários elegíveis:

	Milhares de euros		Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60 % e inferior ou igual a 80 %	Superior a 80%	Total
	2013	Risco sobre a última avaliação disponível a efeitos do mercado hipotecário (loan to value)				
	Inferior a 40%					
<b>Empréstimos elegíveis para a emissão de obrigações hipotecários e cédulas hipotecárias</b>						<b>5.263.222</b>
Sobre habitação	953.273	1.278.711	1.994.996	13.735		4.240.715
Sobre o resto de bens	368.603	356.919	296.985		1.022.507	

	Milhares de euros		Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60 % e inferior ou igual a 80 %	Superior a 80%	Total
	2012	Risco sobre a última avaliação disponível a efeitos do mercado hipotecário (loan to value)				
	Inferior a 40%					
<b>Empréstimos elegíveis para a emissão de obrigações hipotecárias e cédulas hipotecárias</b>						<b>7.386.432</b>
Sobre habitação	1.029.529	1.382.019	2.719.223	73.212		5.203.983
Sobre o resto de bens	457.264	634.480	1.090.705		2.182.449	

▪ Informação relativa à emissão de cédulas hipotecárias. Custo detalhado de empréstimos e créditos hipotecários pendentes de amortização:

	2013			
	Empréstimos que asseguram a emissão de obrigações hipotecárias e cédulas hipotecárias	Dos que: Empréstimos elegíveis	Empréstimos que asseguram a emissão de obrigações hipotecárias e cédulas hipotecárias	Dos quais: Empréstimos elegíveis
<b>Total</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
<b>Origem das operações</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Originados pela entidade	5.491.583	4.646.183	8.584.491	6.233.432
Sub-rogadas de outras entidades	8.497	7.747	9.969	8.765
Resto	740.165	609.292	1.664.506	1.144.235
<b>Moeda</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Euro	6.240.245	5.263.222	10.258.966	7.386.432
Resto de moedas	-	-	-	-
<b>Situação no pagamento</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Normalidade de pagamento	5.589.825	4.927.566	8.716.879	6.600.899
Outras situações	650.420	335.656	1.542.087	785.533
<b>Vencimento médio residual</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Até dez anos	1.221.635	1.004.849	2.927.755	1.635.011
Mais de dez anos e até vinte anos	2.244.848	1.943.567	2.996.367	2.367.789
Mais de vinte anos e até trinta anos	2.306.774	1.904.674	3.624.161	2.795.967
Mais de trinta anos	466.988	410.132	710.683	587.665
<b>Taxa de juro</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Fixo	105.116	90.306	469.337	186.024
Variável	6.121.311	5.162.494	9.775.049	7.189.348
Misto	13.818	10.422	14.580	11.060
<b>Titulares</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Pessoas coletivas e pessoas singulares empresárias	1.449.386	1.106.809	5.064.302	2.999.716
<i>Do que: promoções imobiliárias</i>	2.165	1.470	326.463	244.975
Resto de pessoas singulares e Instituição sem fins de lucro ao serviço dos lares	4.790.859	4.156.413	5.194.664	4.386.716
<b>Tipo de garantia</b>	<b>6.240.245</b>	<b>5.263.222</b>	<b>10.258.966</b>	<b>7.386.432</b>
Ativos/edifícios terminados	5.909.498	4.982.433	7.935.968	6.388.935
Residenciais	47.565	28.077	2.084.561	1.789.148
<i>Dos que: Moradas de proteção oficial</i>	16.363	-	457.996	373.261
Comerciais	311.354	230.667	517.634	394.325
Restantes	5.550.579	4.723.689	5.333.773	4.205.462
Ativos/edifícios em construção	3.207	2.729	76.294	49.407
Residenciais	2.847	2.369	27.330	17.055
<i>Dos que: Moradas de proteção oficial</i>	-	-	11.877	10.714
Comerciais	360	360	31.165	14.763
Restantes	-	-	17.799	17.589
Terrenos	327.540	278.060	2.246.704	948.090

Urbanizados	224.720	190.100	2.101.898	859.805
Resto	102.820	87.960	144.806	88.285

▪Valor nominal de cédulas emitidas pela Entidade:

	Milhares de euros	
	Valor nominal	
	2013	2012
<b>Cédulas hipotecárias (Nota 19.3)</b>	<b>1.997.222</b>	<b>2.107.222</b>
Caja Inmaculada: Financiamento Investimentos (BEI I)	9.000	9.000
Caja Inmaculada: Financiamento Investimentos (BEI II)	16.000	16.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas IX-A	100.000	100.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas IX-B	100.000	100.000
Caja Inmaculada: Financiamento Investimentos III (BEI III)	15.000	15.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Série IV	50.000	50.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Ampliação Série II	25.000	25.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Série VII	50.000	50.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Série IX	-	50.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Série XIII	50.000	50.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Série XVI	120.000	120.000
Caja Inmaculada: cédulas Caixas Global Série XX	125.000	125.000
Caja Inmaculada: Caixas Global Série *XXIII	150.000	150.000
Caja Círculo: cédulas Caixas X Série A	99.872	99.872
Caja Círculo: cédulas Caixas X Série B	105.128	105.128
Caja Círculo: cédulas Global Série II	27.778	27.778
Caja Círculo: Ampliação Cédula Série II	25.000	25.000
Caja Círculo: cédulas Global Série III	19.444	19.444
Caja Círculo: cédulas Global Série VI	75.000	75.000
Caja Círculo: cédulas Global Série VIII	50.000	50.000
Caja Círculo: cédulas Global Série X	75.000	75.000
Caja Círculo: cédulas Global Série XI	50.000	50.000
Caja Círculo: cédulas Global Série XIII	25.000	25.000
Caja Círculo: cédulas Global Série XIV	25.000	25.000
Caja Círculo: cédulas Caixas Global Série XXIII	100.000	100.000
Caja Badajoz: cédulas Caixas IV	-	60.000
Caja Badajoz: cédulas Caixas VIII-A	65.854	65.854
Caja Badajoz: cédulas Caixas VIII-B	24.146	24.146
Caja Badajoz: cédulas Caixas Global Série VIII	120.000	120.000
Caja Badajoz: cédulas Caixas X-A	29.231	29.231
Caja Badajoz: cédulas Caixas X-B	30.769	30.769
Caja Badajoz: cédulas Caixas Global Série XIII	90.000	90.000
Caja Badajoz: cédulas Caixas Global Série XXIII	60.000	60.000
Caja Badajoz: cédulas Caixas Global Série XXVI	90.000	90.000

▪ Informação sobre o vencimento residual de títulos do mercado hipotecário:

	Milhares de euros			
	2013		2012	
	Custo	Vto. residual médio (meses)	Custo	Vto. residual médio (meses)
<b>Obrigações hipotecárias emitidas vivas</b>	-	-	-	-
<b>Cédulas hipotecárias emitidas</b>	<b>1.997.222</b>	-	<b>2.107.222</b>	-
<i>Das que: Não registadas no passivo do balanço</i>	-	-	-	-
Valores representativos de dívida. Emitidos mediante oferta pública	-	-	-	-
Valores representativos de dívida. Resto de emissões	-	-	-	-
Vencimento residual até um ano	-	-	-	-
Vencimento residual Maior de um ano e até dois anos	-	-	-	-
Vencimento residual Maior de dois e até três anos	-	-	-	-
Vencimento residual Maior de três e até cinco anos	-	-	-	-
Vencimento residual Maior de cinco e até dez anos	-	-	-	-
Vencimento residual Maior de dez anos	-	-	-	-
			2.107.222	
Depósitos	1.997.222	-	2	-
Vencimento residual até um ano	74.854	-	110.000	-
Vencimento residual Maior de um ano e até dois anos	513.027	-	160.854	-
Vencimento residual Maior de dois e até três anos	399.854	-	389.103	-
Vencimento residual Maior de três e até cinco anos	390.000	-	607.778	-
Vencimento residual Maior de cinco e até dez anos	318.591	-	463.591	-
Vencimento residual Maior de dez anos	300.896	-	375.896	-
<b>Participações hipotecárias emitidas</b>	-	-	-	-
Resto de emissões	-	-	-	-
<b>Certificados de transmissão de hipoteca emitidos</b>	<b>235.112</b>	<b>257</b>	<b>259.169</b>	<b>226</b>
Resto de emissões	235.112	257	259.169	226

Nenhuma das emissões foi realizada mediante oferta pública e todas são denominadas em euros. A Entidade não emite obrigações hipotecárias e também não dispõe de ativos de substituição afetos aos mesmos.

▪ Informação relativa aos empréstimos hipotecários que asseguram a emissão de obrigações hipotecárias e cédulas hipotecárias (elegíveis e não elegíveis):

	Milhares de euros			
	2013		2012	
	Empréstimos elegíveis	Empréstimos não elegíveis	Empréstimos elegíveis	Empréstimos não elegíveis
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.386.432</b>	<b>2.872.534</b>	<b>7.541.933</b>	<b>2.956.302</b>
<b>Baixas no período</b>	<b>2.594.364</b>	<b>2.046.361</b>	<b>1.039.091</b>	<b>819.952</b>
Cancelamentos a vencimento	5.990	36.527	77.824	114.583
Cancelamentos antecipadas	152.463	320.980	66.746	132.139
Sub-rogações por outras entidades	8.472	3.873	13.787	751
Vencimentos e outros	2.427.439	1.684.981	880.734	572.479
<b>Altas no período</b>	<b>471.154</b>	<b>150.850</b>	<b>883.590</b>	<b>736.184</b>
Originadas pela entidade	218.181	63.602	430.686	255.669
Sub-rogações de outras entidades	-	-	5.115	-
Resto	252.973	87.248	447.789	480.515
<b>Saldo final</b>	<b>5.263.222</b>	<b>977.023</b>	<b>7.386.432</b>	

				<b>2.872.534</b>
--	--	--	--	------------------

▪ Informação relativa aos empréstimos hipotecários que respaldam a emissão de obrigações hipotecárias e cédulas hipotecárias. Saldos disponíveis:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Total</b>	<b>77.495</b>	<b>164.444</b>
– Potencialmente elegíveis	68.203	127.589
– Não elegíveis	9.292	36.855

### 1.11 Factos posteriores

Entre a data de encerramento e a data de formulação destas contas anuais não se produziu nenhum acontecimento que lhes afete de maneira significativa, adicionais aos mencionados na Nota 1.2.

### 1.12 Mudanças nos critérios e estimativas contabilísticas

#### 1.12.1 Mudanças nos critérios contabilísticos

Durante o exercício 2013, produziram-se modificações na normativa contabilístico aplicável ao Grupo com respeito à aplicada no período anterior. A seguir apresenta-se uma listagem dos câmbios que se podem considerar mais relevantes:

As normas, modificações e interpretações obrigatórias para todos os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2013, as quais não supuseram um impacto significativo para o Grupo, são as seguintes:

- NIC 1 (Modificação) "Apresentação de estados financeiros".
- NIIF 13 "Valoração a valor razoável".
- NIIF 7 (Modificação) "Instrumentos financeiros: informação a revelar".
- NIC 19 (Modificação) "Retribuição aos empregados".

À data de formulação destas contas anuais consolidadas, as seguintes normas e interpretações (as mais relevantes adotadas a essa data) que era publicadas pelo IASB não entrava em vigor, bem porque a sua data de efetividade é posterior à data destas contas, ou bem porque ainda não foram adotadas pela União Europeia:

- NIC 19 (Modificação) "Planos de benefícios definidos: contribuições dos empregados".
- NIC 27 (Modificação) "Estados financeiros separados".
- NIC 28 (Modificação) "Investimentos em entidades associadas e negócios conjuntos".
- NIC 32 (Modificação) "Instrumentos financeiros: apresentação".
- NIC 36 (Modificação) "Informação a revelar sobre o custo recuperável de ativos não financeiros".
- NIC 39 (Modificação) "Novação de derivados e continuação da contabilidade de coberturas".
- NIIF 9 "Instrumentos financeiros".
- NIIF 10 "Estados financeiros consolidados".
- NIIF 11 "Acordos conjuntos".

- NIIF 12 “Detalhes sobre participações em outras entidades”.

- \*CINIIF 21 “Encargos”.

O Grupo está a analisar o impacto que estas normas, modificações e interpretações possam ter sobre os Estados financeiros consolidados.

#### *1.12.2 Mudanças nas estimativas contabilísticas*

A única mudança significativa é o relacionado com a estimativa das perdas por deterioro para ativos refinanciados e reestruturados, que se descrevem na Nota 3.1.5.2.

### 1.13 Qualificações creditícias outorgadas

Entidade	Data		Curto prazo		Longo prazo		Perspetiva	2013	2012
	2013	2012	2013	2012	2013	2012			
Fitch Ratings	Fevereiro 2014	Dezembro 2012	B	B	*BB+	*BB+	Estável		Negativo

As qualificações creditícias referidas correspondem a Banco Grupo Cajatres, SAU

## 2. Princípios e políticas contabilísticas e critérios de avaliação aplicados

Na elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício 2013 foram aplicados os seguintes princípios, políticas contabilísticas e critérios de avaliação:

### 2.1 Consolidação e combinações de negócios

#### 2.1.1 Entidades dependentes

Consideram-se “entidades dependentes” aquelas sobre as quais a entidade tem capacidade para exercer controlo, que se manifesta, general embora não unicamente, pela propriedade, direta ou indireta, de 50% ou mais dos direitos de voto das entidades participadas ou, ainda sendo inferior ou nula esta percentagem, pela existência de outras circunstâncias ou acordos que outorguem o controlo. Conforme o disposto no regulamento vigente, entende-se por controlo o poder de dirigir as políticas financeiras e operativas de uma entidade, com o fim de obter benefícios das suas atividades.

Nos Anexos I e II facilita-se informação significativa sobre estas sociedades. Os estados financeiros das entidades dependentes consolidam-se por aplicação do método de integração global tal e como este é definido no regulamento vigente. Consequentemente, todos os saldos derivados das transações efetuadas entre as sociedades consolidadas por este método e que são significativos foram eliminados no processo de consolidação. Adicionalmente, a participação de terceiros em:

- o património líquido do Grupo apresenta-se no epígrafe “Interesses minoritários” do balanço consolidado,
- os resultados consolidados do exercício apresentam-se no epígrafe “Resultado atribuído a interesses minoritários” da demonstração de resultados consolidada.

A consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes adquiridas num exercício realiza-se tomando em consideração, unicamente, os relativos ao período compreendido entre a data de aquisição e o encerramento desse exercício. Paralelamente, a consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes alienadas num exercício realiza-se tomando em consideração, unicamente, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e a data de alienação.

#### 2.1.2 Entidades multigrupo

Consideram-se “entidades multigrupo” aquelas que, não sendo dependentes, estão controladas conjuntamente por duas ou mais entidades não vinculadas entre si.

O Grupo optou por valorizar estas participações pelo “método da participação” (Nota 2.1.3.).

Nos Anexos I e II facilita-se informação relevante sobre estas sociedades.

#### 2.1.3 Entidades associadas

Consideram-se “entidades associadas” aquelas sobre as que a Instituição tem capacidade para exercer influência significativa, embora não constitui uma unidade de decisão com a mesma nem se encontram sob controlo conjunto. Habitualmente, esta capacidade supõe-se quando se ostenta uma participação (direta ou indireta) igual ou superior ao 20% dos direitos de voto da entidade participada.

Nas contas anuais consolidadas, as entidades associadas valorizam-se pelo “método da participação”, tal e como este é definido no regulamento vigente.

Se como consequência das perdas em que tenha incorrido uma entidade associada o seu património contabilístico fosse negativo, no balanço consolidado figuraria com valor nulo, a não ser que exista a obrigação por parte do Grupo de assegurar financeiramente, em cujo caso registar-se-ia uma provisão para responsabilidades dentro do epígrafe "Provisões" do passivo do balanço.

Nos Anexos I e II facilita-se informação relevante sobre estas entidades.

#### *2.1.4 Combinações de negócios*

Uma combinação de negócios é a união de duas ou mais entidades ou unidades económicas independentes numa única entidade ou grupo de entidades na qual a compradora obtém o controlo do resto de entidades.

À data de aquisição, a entidade compradora incorporará nos seus estados financeiros os ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida, incluídos os ativos intangíveis não reconhecidos por esta, registando inicialmente todos eles pelo seu valor razoável.

As diferenças positivas entre o custo das participações no capital das entidades dependentes, multigrupo e sócias relativamente aos correspondentes valores teórico-contabilísticos adquiridos, acertados na data da primeira consolidação, imputam-se da seguinte forma:

- Se são atribuíveis a elementos patrimoniais concretos das entidades adquiridas, imputam-se aumentando o valor dos ativos ou reduzindo o valor dos passivos cujos valores de mercado fossem superiores ou inferiores, respetivamente, aos valores líquidos contabilísticos com os que figuram nos seus balanços e cujo tratamento contabilístico seja similar ao dos mesmos ativos ou passivos, respetivamente, do grupo.
- Se são atribuíveis a ativos intangíveis concretos, imputam-se mediante o seu reconhecimento explícito no balanço consolidado sempre que o seu valor razoável à data de aquisição possa determinar-se de maneira fiável.
- As diferenças restantes não imputáveis se registam como um fundo de maneo que se atribui a uma ou mais unidades geradoras de efetivo específicas.

As diferenças negativas, uma vez estabelecido o seu custo, reconhecem-se na demonstração de resultados.

Compra-las de interesses minoritários, realizadas anteriormente à tomada de controlo da entidade, registam-se como mais custo da combinação de negócios.

Naqueles casos nos quais o custo da combinação de negócios ou os valores razoáveis atribuídos aos ativos, passivos ou passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida não podem determinar-se de forma definitiva, a contabilização inicial da combinação de negócios considerar-se-á provisório; em qualquer caso, o processo deverá ficar completado no prazo máximo de um ano desde a data de aquisição e com efeito nesta data.

## **2.2 Instrumentos financeiros**

### *2.2.1 Registo inicial de instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros registam-se inicialmente no balanço consolidado quando o Grupo se converte numa parte do contrato que os origina, de acordo com as condições do referido contrato. Em concreto, os instrumentos de dívida tais como os créditos e os depósitos de dinheiro são registados na data na qual surge o direito legal a receber ou a obrigação legal de pagar, respetivamente, efetivo. Por sua vez, os derivados financeiros, com carácter geral, registam-se na data da sua contratação.

As operações de compra de ativos financeiros instrumentadas mediante contratos convencionais registam-se na data na que os benefícios, riscos, direitos e deveres inerentes a todo o proprietário sejam da parte compradora, que dependendo do tipo de ativo financeiro comprado ou vendido pode ser a data de contratação ou a data de liquidação ou entrega. Designadamente, as operações realizadas no mercado de divisas de contado registam-se na data de liquidação, as operações realizadas com instrumentos de capital negociados em mercados secundários de valores espanhóis registam-se na data de contratação e as operações realizadas com instrumentos de dívida negociados em mercados secundários de valores

espanhóis registam-se na data de liquidação.

### **2.2.2***Baixa dos instrumentos financeiros*

Um ativo financeiro descadastra-se do balanço consolidado quando se produz alguma das seguintes circunstâncias:

- Os direitos contratuais sobre os fluxos de efetivo que gera expiraram, ou
- transfere-se o ativo financeiro e transmitem-se substancialmente os seus riscos e benefícios, ou ainda não existindo nem transmissão nem retenção substancial destes, se transmite o seu controlo (Nota 2.7).

Por sua vez, um passivo financeiro descadastra-se do balanço quando se extinguiram as obrigações que gera ou quando se recompra por parte do Grupo.

### **2.2.3***Valor razoável e custo amortizado dos instrumentos financeiros*

Entende-se por valor razoável de um instrumento financeiro numa data determinada o custo pelo que poderia ser comprado ou vendido nessa data entre duas partes, devidamente informadas, numa transação realizada em condições de independência mútua. A referência mais objetiva e habitual do valor razoável de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria num mercado organizado, transparente e profundo (“preço de cotação” ou “preço de mercado”).

Quando não existe preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, recorre-se para avaliar o seu valor razoável ao estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e, no seu defeito, a modelos de avaliação suficientemente contrastados pela comunidade financeira internacional, tendo em consideração as particularidades específicas do instrumento a valorizar e, muito especialmente, os diferentes tipos de riscos que leva associados.

Concretamente, o valor razoável dos derivados financeiros negociados em mercados organizados, transparentes e profundos, incluídos nas carteiras de negociação assimila-se à sua cotação diária e se, por razões excecionais, não se pode estabelecer a sua cotação numa data dada, recorre-se para os valorizar a métodos similares aos utilizados para valorizar os derivados não negociados em mercados organizados.

O valor razoável dos derivados não negociados em mercados organizados ou negociados em mercados organizados pouco profundos ou transparentes se assimila à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da avaliação (“valor atual” ou “encerramento teórico”), utilizando no processo de avaliação métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: “valor atual líquido” (VAN), modelos de determinação de preços de opções, etc.

Por custo amortizado entende-se o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro corrigido pelos reembolsos de principal e de interesses e, segundo o caso, pela parte imputada na demonstração de resultados consolidada, mediante a utilização do método da taxa de juro efetiva, da diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso de ditos instrumentos financeiros. No caso dos ativos financeiros o custo amortizado inclui, ademais, as correções ao seu valor motivadas pelo deterioro que experimente.

A taxa de juro efetiva é o tipo de atualização que iguala o valor inicial de um instrumento financeiro à totalidade dos seus fluxos de efetivo estimados por todos os conceitos ao longo da sua vida remanescente, sem considerar as perdas por risco de crédito futuras. Para os instrumentos financeiros à taxa de juro fixa, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição, acertado, se for o caso, pelas comissões e pelos custos de transação que, de acordo com o disposto no regulamento vigente, devam incluir no cálculo da referida taxa de juro efetiva. Nos instrumentos financeiros à taxa de juro variável, a taxa de juro efetiva estima-se de maneira análoga às operações de tipo fixo, sendo recalculada em cada data de revisão da taxa de juro contratual da operação atendendo aos câmbios que sofram os fluxos de efetivo futuros da operação.

#### **2.2.4** *Classificação e avaliação dos ativos e passivos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentam-se classificados no balanço consolidado do Grupo de acordo com as seguintes categorias:

▪ **Ativos e passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados:** nesta categoria integram-se os seguintes instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros incluídos na carteira de negociação:** aqueles que se adquirem com a intenção de se realizar em curto prazo, os que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, para a qual há evidência de atuações recentes para obter ganhos em curto prazo e os instrumentos derivados que não cumprem com a definição de contrato de garantia financeira e não foram designados como instrumentos de cobertura, incluídos aqueles segregados de instrumentos financeiros híbridos em aplicação do disposto no regulamento vigente.

- **Passivos financeiros incluídos na carteira de negociação:** aqueles que se emitiram com a intenção de readquiri-los num futuro próximo, os que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados ou geridos conjuntamente, para os quais existem evidências de atuações recentes para obter ganhos em curto prazo, as posições curtas de valores fruto de vendas de ativos adquiridos temporariamente com acordo de revenda não facultativo ou de valores recebidos em empréstimo e os instrumentos derivados que não cumprem com a definição de contrato de garantia financeira e não foram designados como instrumentos de cobertura, incluídos aqueles segregados de instrumentos financeiros híbridos em aplicação do disposto no regulamento vigente.

- **Outros ativos ou passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados:** aqueles instrumentos financeiros híbridos compostos simultaneamente por um derivado implícito e por um instrumento financeiro principal que, não fazendo parte da carteira de negociação, cumprem os requisitos estabelecidos no regulamento vigente para se contabilizar de maneira separada e não é possível determinar com fiabilidade o valor do derivado implícito que contém.

Os instrumentos financeiros classificados como valor razoável com câmbios na demonstração de resultados são avaliados inicialmente pelo seu valor razoável. As variações no referido valor razoável devidas aos rendimentos (ou ónus) adquiridos do instrumento financeiro registar-se-ão nos epígrafes de "Juros e rendimentos assimilados", "Juros e ónus assimilados" ou "Rendimento de instrumentos de capital" da demonstração de resultados consolidada, atendendo à sua natureza. Os rendimentos dos instrumentos de dívida incluídos nesta categoria calculam-se aplicando o método da taxa de juro efetiva. O resto de variações produzidas no referido valor razoável regista-se com contrapartida no epígrafe "Resultado de operações financeiras" da demonstração de resultados consolidada.

Não obstante o anterior, os derivados financeiros que têm como ativo subjacente instrumentos de capital cujo valor razoável não pode se determinar de forma suficientemente objetiva e que se liquidam mediante entrega dos mesmos, são avaliados pelo seu custo.

Relativamente aos instrumentos derivados, tanto os qualificados como carteira de negociação como os qualificados como derivados de cobertura, a Entidade os gere sobre a base da sua exposição líquida ao risco de crédito dos mesmos, pelo que se estimou o seu valor razoável tendo em conta a referida exposição líquida, de acordo com o indicado pelo apartado 48 da NIIF 13.

▪**Carteira de investimento a vencimento:** nesta categoria incluem-se valores representativos de dívida que se negociam num mercado ativo, com vencimento fixo e fluxos de efetivo de custo determinado ou determinável, desde a sua aquisição e em qualquer data posterior, com a positiva intenção e a capacidade financeira para manter até ao seu vencimento. Há capacidade financeira quando se têm recursos disponíveis para financiar os investimentos até ao seu vencimento.

Os valores representativos de dívida incluídos nesta categoria valorizam-se inicialmente ao seu valor razoável, acertado pelo custo dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Posteriormente avaliam-se pelo seu custo amortizado e os juros adquiridos por estes valores, calculados mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva, registam-se no epígrafe “Juros e rendimentos assimilados” da demonstração de resultados consolidada.

▪**Investimentos creditícios:** nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida não negociados num mercado ativo, o financiamento prestado a terceiros com origem nas atividades típicas de crédito e empréstimo, as dívidas contraídas pelos compradores de bens e pelos utentes dos serviços. Incluem-se também as operações de arrendamento financeiro nas quais se atua como arrendador.

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, acertado pelo custo das comissões e dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Anteriormente à sua aquisição, os ativos incluídos nesta categoria avaliam-se pelo seu custo amortizado mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva.

Os ativos adquiridos a desconto contabilizam-se pelo efetivo realizado e a diferença entre o seu valor de reembolso e dito efetivo reconhece-se como rendimentos financeiros conforme o método da taxa de juro efetiva durante o período em falta até ao seu vencimento.

Os interesses adquiridos por estes ativos, calculados mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva, registam-se no epígrafe “Juros e rendimentos assimilados” da demonstração de resultados consolidada.

Em termos gerais, é intenção das entidades consolidadas manter os empréstimos e créditos que tem concedidos até ao seu vencimento final, razão pela qual são apresentados no balanço consolidado pelo seu custo amortizado.

▪**Ativos financeiros disponíveis para a venda:** nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida não classificados como investimento a vencimento, como investimentos creditícios, ou a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados e os instrumentos de capital correspondentes a entidades que não sejam dependentes, entidades multigrupo ou associadas e que não se tenham classificado como a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados.

Os instrumentos incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, acertado pelo custo dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, os quais se imputarão à demonstração de resultados consolidada mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva, até ao seu vencimento. Posteriormente à sua aquisição, os ativos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se pelo seu valor razoável.

Não obstante o anterior, os instrumentos de capital cujo valor razoável não possa determinar-se de forma suficientemente objetiva aparecem avaliados nestas contas anuais pelo seu custo, líquido dos possíveis deterioros do seu valor, calculado de acordo aos critérios explicados na Nota 2.8.

As variações que se produzem no valor razoável dos ativos financeiros classificados como disponíveis para a venda, correspondentes aos seus juros ou dividendos adquiridos, são registados com contrapartida no epígrafe “Juros e rendimentos assimilados” (calculados em aplicação do método da taxa de juro efetiva) e “Rendimento de instrumentos de capital” da demonstração de resultados consolidada,

respetivamente.

O resto de câmbios que se produzem no valor razoável são contabilizados com contrapartida no património líquido do Grupo no epígrafe “Património líquido - Acertos por avaliação - Ativos financeiros disponíveis para a venda” até ao momento no qual se produz a baixa do ativo financeiro, momento no qual o saldo registado no referido epígrafe se translada à demonstração de resultados consolidada no epígrafe “Resultado de operações financeiras (líquido) - Instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados” ou no epígrafe “Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas” quando se trate de instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda que sejam investimentos estratégicos.

Um investimento em instrumentos de capital considera-se estratégico quando se realizou com a intenção de estabelecer ou manter um relacionamento operativo em longo prazo com a participada, de acordo com as situações previstas no regulamento vigente.

▪**Passivos financeiros a custo amortizado:** nesta categoria de instrumentos financeiros incluem-se aqueles passivos financeiros que não pertencem a nenhuma das categorias anteriores.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, acertado pelo custo dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente avaliam-se pelo seu custo amortizado, calculado mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva.

Os interesses adquiridos por estes valores, calculados mediante a aplicação do referido método, registam-se no epígrafe “Juros e ónus assimilados” da demonstração de resultados consolidada.

Não obstante o anterior, os instrumentos financeiros que devam ser considerados como ativos não correntes em venda de acordo ao disposto em regulamento vigente, apresentam-se registados nos estados financeiros consolidados de acordo com os critérios explicados na Nota 2.18.

### **2.3 Coberturas contabilísticas**

O Grupo utiliza derivados financeiros como parte da sua estratégia para diminuir a sua exposição aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio de moeda estrangeira quando as operações realizadas cumprem os requisitos estabelecidos no regulamento vigente.

O Grupo designa uma operação como de cobertura desde o momento inicial. Na documentação das operações de cobertura identificam-se os instrumentos cobertos e os de cobertura, além da natureza do risco que se pretende cobrir, bem como os critérios ou métodos seguidos pelo Grupo para avaliar a sua eficácia ao longo de toda a duração.

O Grupo só considera como operações de cobertura aquelas que são altamente eficazes ao longo de toda a sua duração. Uma cobertura considera-se altamente eficaz se durante o seu prazo previsto de duração as variações que se produzam no valor razoável atribuídas ao risco coberto são compensadas na sua prática totalidade pelas variações no valor razoável dos instrumentos de cobertura.

Para medir a efetividade das operações de cobertura, o Grupo analisa se, desde o início e até ao final do prazo definido para a operação, pode-se esperar prospetivamente que os câmbios no valor razoável da partida coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto serão compensados quase completamente pelos câmbios no valor razoável dos instrumentos de cobertura e que, retrospectivamente, os resultados da cobertura oscilem dentro de uma categoria de variação do oitenta a cento vinte e cinco por cento relativamente ao resultado da partida coberta.

O Grupo realiza operações de cobertura de valor razoável de ativos e passivos financeiros ou de compromissos em firme ainda não reconhecidos, ou de uma porção identificada dos mesmos, atribuível a um risco designadamente e sempre que afetem à demonstração de resultados consolidada. As diferenças produzidas tanto nos elementos de cobertura como nos elementos cobertos, no que diz respeito ao tipo de risco coberto, são reconhecidos diretamente na demonstração de resultados consolidada.

Além das operações de cobertura anteriormente descritas, o Grupo realiza operações de cobertura de valor razoável do risco de taxa de juro de um determinado custo de ativos financeiros (ou passivos financeiros) que

fazem parte do conjunto de instrumentos da sua carteira, mas não instrumentos concretos, e que contabilisticamente se costumam denominar como macro-coberturas.

A técnica contabilística da macro-cobertura exige a avaliação periódica da sua eficácia, e por isso é realizada trimestralmente a verificação da eficácia mediante a comprovação de que a posição líquida de ativos e passivos que vencem ou revalorizam na banda temporária correspondente resulta superior ou igual ao custo coberto (soma de instrumentos de cobertura na banda de referência). As ineficácias, portanto, produzem-se quando o custo coberto resulte superior ao líquido de ativos e passivos da mesma banda temporária, registrando-se imediatamente o valor razoável da parte ineficaz na demonstração de resultados consolidada.

O Grupo interrompe a contabilização das operações de cobertura como tais quando o instrumento de cobertura vence ou é vendido, quando a operação de cobertura deixa de cumprir os requisitos para ser considerada como tal ou se procede a revogar a consideração da operação como de cobertura.

Quando de acordo com o disposto na alínea anterior se produza a interrupção da operação de cobertura de valor razoável, os acertos no seu valor realizados com motivo da aplicação da contabilidade de coberturas imputar-se-ão à conta de resultados até ao vencimento dos instrumentos cobertos, aplicando a taxa de juro efetiva recalculada na data de interrupção da referida operação de cobertura.

## 2.4 Operações em moeda estrangeira

### 2.4.1 Moeda funcional

A moeda funcional do Grupo é o euro. Consequentemente todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes ao euro consideram-se denominados em “moeda estrangeira”.

O detalhe do contravalor dos principais saldos de ativo e passivo do balanço consolidado mantidos em moeda estrangeira, atendendo à natureza das partidas que os integram e às divisas mais significativas nas que se encontram denominados, é o seguinte:

	Contravalor em milhares de euros			
	2013		2012	
	Ativos	Passivos / Património Líquido	Ativos	Passivos / Património Líquido
<b>Detalhe por tipo de carteira</b>				
Investimentos creditícios/Passivos a custo amortizado	10.979	10.087	12.329	11.106
	<b>10.979</b>	<b>10.087</b>	<b>12.329</b>	<b>11.106</b>
<b>Detalhe por tipo de moeda</b>				
Dólares USA	9.024	8.663	9.940	9.271
Libras esterlinas	479	216	484	219
Franco suíços	165	72	152	89
Ienes japoneses	884	862	1.208	1.181
Resto	427	274	545	346
	<b>10.979</b>	<b>10.087</b>	<b>12.329</b>	<b>11.106</b>

#### *2.4.2 Critérios de conversão dos saldos em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira registam-se inicialmente pelo contravalor em euros decorrente de aplicar as taxas de câmbio em vigor nas datas em que se realizam as operações. Posteriormente convertem-se os saldos monetários em moeda estrangeira à sua moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente à data de emissão de informação financeira.

Igualmente:

- As partidas não monetárias valorizadas ao seu custo histórico se convertem à moeda funcional à taxa de câmbio da data da sua aquisição.
- As partidas não monetárias avaliadas ao seu valor razoável se convertem à moeda funcional à taxa de câmbio da data em que se determinou o mesmo.

#### *2.4.3 Registo das diferenças de câmbio*

As diferenças de câmbio que se produzem ao converter os saldos em moeda estrangeira à moeda funcional das entidades consolidadas são registadas, com carácter geral, pelo seu custo líquido no epígrafe “Diferenças de câmbio (líquidas)” da demonstração de resultados consolidada, a exceção das diferenças de câmbio produzidas em instrumentos financeiros classificados ao seu valor razoável com câmbios na demonstração de resultados, as quais se registam na demonstração de resultados consolidada no epígrafe “Resultados das operações financeiras (líquido)” sem diferenciar do resto de variações que possa sofrer o seu valor razoável.

Não obstante o anterior, registam-se no epígrafe do património líquido consolidado “Acertos por avaliação – Diferenças de câmbio” do balanço consolidado, até ao momento em que estas se realizem, as diferenças de câmbio surgidas em instrumentos de capital em moeda estrangeira cujo valor razoável se ajusta com contrapartida no património líquido.

Não existe nenhum custo registado no citado epígrafe em 31 de Dezembro de 2013 nem em 31 de Dezembro de 2012 já que os instrumentos de capital em moeda estrangeira se cobriram do risco de taxa de câmbio mediante coberturas de valor razoável utilizando depósitos interbancários como instrumentos de cobertura, o que permite registar em resultados os câmbios de valor devidos a variações na taxa de câmbio.

### **2.5 Reconhecimento de rendimentos e despesas**

A seguir resumem-se os critérios contabilísticos mais significativos utilizados pelo Grupo para o reconhecimento dos seus rendimentos e despesas:

#### *2.5.1 Rendimentos e despesas por juros, dividendos e conceitos assimilados*

Com carácter geral, os rendimentos e despesas por juros e conceitos assimiláveis a eles se reconhecem contabilisticamente em função do seu período de vencimento, por aplicação do método de juro efetivo. Os dividendos recebidos de outras sociedades reconhecem-se como rendimento no momento em que se declare o direito a receber pelas entidades consolidadas.

#### *2.5.2 Comissões, honorários e conceitos assimilados*

Os rendimentos e despesas em conceito de comissões e honorários assimilados que não devam fazer parte do cálculo da taxa de juro efetiva das operações e/ou que não façam parte do custo de aquisição de ativos ou passivos financeiros diferentes dos classificados como a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados, são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com critérios diferentes segundo seja a sua natureza. Os mais significativos são:

- Os vinculados à aquisição de ativos e passivos financeiros avaliados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados, os quais se reconhecem na conta de resultados no momento da sua liquidação.
- Os que têm a sua origem em transações ou serviços que se prolongam ao longo do tempo, os quais se contabilizam na demonstração de resultados consolidada durante a vida de tais transações ou serviços.

▪Os que respondem a um ato singular, os quais se imputam à conta de resultados quando se produz o ato que os origina.

#### *2.5.3 Rendimentos e despesas não financeiras*

Reconhecem-se contabilisticamente de acordo com o critério de vencimento.

#### *2.5.4 Cobranças e pagamentos diferidos no tempo*

Reconhecem-se contabilisticamente pelo custo que resulta de atualizar financeiramente a taxas de mercado os fluxos de efetivo previstos.

### **2.6 Compensações de saldos**

Só se compensam entre si, e conseqüentemente são apresentados no balanço consolidado pelo seu custo líquido, os saldos devedores e credores com origem em transações que, contratualmente ou por imperativo de uma norma legal, contemplam a possibilidade de compensação e existe a intenção de liquidar pelo seu custo líquido ou de realizar o ativo e proceder ao pagamento do passivo de forma simultânea.

### **2.7 Transferências de ativos financeiros**

O tratamento contabilístico das transferências de ativos financeiros está condicionado pela forma em que se transferem a terceiros os riscos e benefícios associados aos ativos que se transferem:

▪Se os riscos e benefícios dos ativos transferidos transferem-se substancialmente a terceiros, o ativo financeiro transferido descadastra-se do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.

▪Se são retidos substancialmente os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, caso das titulações de ativos financeiros nas que se mantenham financiamentos subordinados ou outro tipo de melhoras creditícias que absorvam substancialmente as perdas creditícias esperadas para os ativos titulizados, o ativo financeiro transferido não se descadastra do balanço consolidado e se continua a avaliá-lo com os mesmos critérios utilizados dantes da transferência. Pelo contrário, reconhecem-se contabilisticamente, sem compensar-se entre si:

-Um passivo financeiro associado por um custo igual ao da contraprestação recebida, que se valoriza posteriormente ao seu custo amortizado.

-Tanto os rendimentos do ativo financeiro transferido mas não descadastrado, como as despesas do novo passivo financeiro.

▪Se não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, distingue-se entre:

-Se o Grupo não retém o controlo do ativo financeiro transferido: descadastra-se do balanço consolidado e reconhece-se qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.

-Se o Grupo retém o controlo do ativo financeiro transferido: continua reconhecendo no balanço consolidado por um custo igual à sua exposição às mudanças de valor que possa experimentar e reconhece um passivo financeiro sócio ao ativo.

De acordo com o anterior, os ativos financeiros só se descadastram do balanço consolidado quando se extinguiram os fluxos de efetivo que geram ou quando se transferiram substancialmente a terceiros os riscos e benefícios que levam implícitos.

Na Nota 27.5 resumem-se as circunstâncias mais significativas das principais transferências de ativos que se encontravam em vigor no Grupo ao encerramento do exercício.

### **2.8 Deterioro do valor dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro considera-se deteriorado e conseqüentemente corrige-se o seu valor em livros quando existe uma evidência objetiva de que se produziram eventos que dão local a:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos, créditos e valores representativos de dívida), um impacto negativo nos fluxos de efetivo futuros que se estimaram no momento de se formalizar a transação.
- No caso de instrumentos de capital, que não possa se recuperar integralmente o seu valor em livros.

Neste sentido, entre as situações consideradas pelo Grupo como evidências objetivas de que um instrumento financeiro se pode encontrar deteriorado, e que dão local a uma análise específica face a determinar o custo do seu possível deterioro, se encontram as indicadas no apartado 59 da NIC 39 e designadamente, para os instrumentos de dívida, os indicados no Anexo IX da Circular 4/2004 de Banco de Espanha. Entre estas situações encontram-se as seguintes:

- a) dificuldades financeiras significativas do emissor ou do obrigado ao pagamento;
- b) incumprimentos das cláusulas contratuais, tais como incumprimentos ou atrasos no pagamento dos interesses ou o principal;
- c) quando o Grupo, por razões económicas ou legais relacionadas com dificuldades financeiras do prestatário, outorga ao prestatário concessões ou vantagens que em outro caso não outorgasse, sempre aplicando para isso os requisitos estabelecidos pela legislação aplicável ao Banco;
- d) quando se considera provável que o prestatário entre numa situação de insolvência ou em qualquer outra situação de reorganização financeira relacionada com dificuldades para defrontar aos seus compromissos de pagamento;
- e) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro em questão, devido a dificuldades financeiras do devedor ou da contraparte do risco contraído pelo Grupo, ou
- f) se os dados observáveis indicam que existe uma diminuição nos fluxos de efetivo estimados futuros num grupo de ativos financeiros de características homogéneas desde o reconhecimento inicial daqueles, embora a diminuição não possa ser ainda identificada com ativos financeiros individuais do grupo, incluindo entre tais dados:
  - i) câmbios adversos nas condições de pagamento de um grupo homogéneo de prestatários que por exemplo tenha um número crescente de atrasos nos pagamentos ou presente uma estrutura financeira inadequada, ou
  - ii) condições económicas locais ou nacionais que se correlacionem com incumprimentos num grupo de ativos ou câmbios adversos nas condições de um setor que afetem a um coletivo de prestatários.

g) para os instrumentos de património, toma-se em consideração a informação sobre os câmbios significativos que, com um efeito adverso, tenha lugar no meio tecnológico, de mercado, económico ou legal no que opere o emissor, e as situações específicas que afetam às entidades nas que se investe e que possam indicar que o custo do investimento no instrumento de património pode não ser recuperável. Uma descida prolongada ou significativa no valor razoável de um investimento num instrumento de património por debaixo do seu custo também é uma evidência objetiva de deterioro do valor, conquanto requer por parte do Grupo a análise de se tal diminuição se corresponde realmente com um deterioro do investimento que leve à conclusão de que não se recuperará o custo investido.

Designadamente, considera-se que um ativo é duvidoso por razão da morosidade do cliente quando aquele tem algum custo vencido por principal ou juros com mais de 3 meses de antiguidade e que não seja descadastrado do balanço consolidado por se ter considerado frustrado.

Também se considera duvidoso por razão da morosidade do cliente o custo de todas as operações do mesmo, salvo os avales não financeiros, quando os saldos classificados como duvidosos por razão da sua morosidade sejam superiores ao 25% dos custos pendentes de cobrança.

Consideram-se riscos duvidosos por razões diferentes da morosidade do cliente, aqueles instrumentos de dívida e aqueles riscos e compromissos contingentes nos quais, sem coincidir as circunstâncias para os considerar frustrados ou duvidosos por razão da sua morosidade, se apresentam dúvidas razoáveis sobre o seu reembolso total nos termos pactuados contratualmente, bem como aqueles riscos e compromissos de carácter contingente cujo pagamento por parte do Grupo seja provável e a sua recuperação duvidosa. Incluem-se nesta categoria operações, entre outras, nas quais os clientes tenham incorrido em situações que suponham um deterioro da sua solvência, tais como o património negativo, perdas continuadas, atrasos generalizados nos pagamentos, estrutura económica ou financeira inadequada, impossibilidade de obter financiamentos adicionais ou fluxos de caixa insuficientes para atender às suas obrigações de pagamento, existência de saldos reclamados e aquele sobre os que se tenha reclamado judicialmente o seu reembolso, operações sobre as que o devedor suscite litígio de cuja resolução dependa a sua cobrança, operações de arrendamento nas que a entidade decida rescindir o contrato para recuperar a posse do bem, clientes declarados ou que se espere que se vão declarar em concurso de credores, clientes com saldos classificados como duvidosos por razão da sua morosidade sobre os que, ainda não atingindo as percentagens dantes indicadas para considerar a totalidade das suas operações como duvidosas, se conclua que existem dúvidas razoáveis do reembolso das suas dívidas, riscos contingentes nos quais os avalizados se encontrem em situação de concurso de credores, etc.

Adicionalmente aos riscos que são considerados como duvidosos, o Grupo considera como “subestandar” por razão de risco de cliente aqueles instrumentos de dívida e riscos contingentes que, sem cumprir os requisitos para os considerar como duvidosos de acordo com o disposto nas alíneas anteriores, no seu conjunto apresentam debilidades que podem supor assumir perdas superiores às coberturas por deterioro dos riscos em situação de normalidade. Incluem-se nesta categoria, entre outras, as operações de clientes que fazem parte de coletivos em dificuldades, tais como os pertencentes a uma mesma área geográfica ou os pertencentes a um mesmo setor económico que pelas suas características pudessem estar a experimentar dificuldades.

A correção do valor em livros dos instrumentos financeiros por causa da sua deterioro efetua-se com cargo à demonstração de resultados consolidada do período no que tal deterioro se manifesta e as recuperações das perdas por deterioro previamente registadas, se reconhecem na demonstração de resultados consolidada do período em que o deterioro se elimina ou se reduz.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer custo registado, este se elimina do balanço consolidado, sem prejuízo das atuações que possam realizar as entidades consolidadas para tentar conseguir a sua cobrança até tanto não se tenham extinguido definitivamente os seus direitos, seja por prescrição, condonação ou outras causas.

A seguir apresentam-se os critérios aplicados pelo Grupo para determinar as possíveis perdas por deterioro existentes em cada uma das diferentes categorias de instrumentos financeiros, bem como o método seguido para o cálculo das coberturas contabilizadas por dito deterioro.

#### *2.8.1 Instrumentos de dívida avalizados ao seu custo amortizado*

O custo das perdas por deterioro coincide com a diferença positiva entre os seus respetivos valores em livros

e os valores atuais dos seus fluxos de efetivo futuros previstos. O valor de mercado dos instrumentos de dívida cotados considera-se uma estimativa razoável do valor atual dos seus fluxos de efetivo futuros.

Posteriormente, os fluxos de efetivo atualizam-se à taxa de juro efetiva do instrumento (se o seu tipo contratual fosse fixo) ou à taxa de juro contratual efetivo na data da atualização (quando este seja variável).

Pelo que se refere às perdas por deterioro que têm a sua causa na materialização do risco de insolvência dos obrigados ao pagamento (risco de crédito), um instrumento de dívida sofre deterioro:

- Quando se evidencia um deterioro na capacidade de pagamento do obrigado ao fazer, bem seja evidenciado pela sua morosidade ou por razões diferentes desta, e/ou

- por materialização do “risco-país”, entendendo como tal o risco que coincide nos devedores residentes num país por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual.

O processo de avaliação das possíveis perdas por deterioro destes ativos realiza-se:

- Individualmente, para todos os instrumentos de dívida significativos e para os que, não sendo significativos, não são suscetíveis de ser classificados em grupos homogêneos de instrumentos de características similares atendendo ao tipo de instrumento, setor e área geográfica de atividade do devedor, tipo de garantia, antiguidade dos custos vencidos, etc.

- Coletivamente, o Grupo estabelece diferentes classificações das operações em atenção à natureza dos obrigados ao pagamento e das condições do país em que residem, situação da operação e tipo de garantia com a que conta, antiguidade da morosidade, etc. e aplica-se para a cada um destes grupos de risco as perdas por deterioro (“perdas identificadas”) que devem ser reconhecidas nas contas anuais das entidades consolidadas.

Adicionalmente às perdas identificadas o Grupo reconhece uma perda global por deterioro dos riscos classificados em situação de “normalidade” e que portanto não seja identificada especificamente. Esta perda quantifica-se por aplicação dos parâmetros estabelecidos por Banco de Espanha em base à sua experiência e à informação que tem do setor bancário espanhol. O impacto na conta de resultados da provisão associada a estas perdas está regulado pela Circular 4/2004, podendo dispor da provisão constituída à medida que se materializam as perdas identificadas especificamente.

#### *2.8.2 Instrumentos de dívida classificados como disponíveis para a venda*

A perda por deterioro equivale, se for o caso, à diferença positiva entre o seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal) e o seu valor razoável uma vez deduzida qualquer perda por deterioro previamente reconhecida na demonstração de resultados consolidada.

No caso de perdas por deterioro surgidas por razão de insolvência do emissor dos títulos de dívida classificados como disponíveis para a venda, o procedimento seguido pelo Grupo para o cálculo das referidas perdas coincide com o critério explicado anteriormente no apartado 2.8.1 para os instrumentos de dívida avaliados ao seu custo amortizado.

Quando existe uma evidência objetiva de que as diferenças negativas surgidas na avaliação destes ativos têm a sua origem num deterioro, estas deixam de se apresentar no epígrafe do património líquido “Acertos por Avaliação - Ativos financeiros disponíveis para a venda” e se registam por todo o custo acumulado até então na demonstração de resultados consolidada. De recuperar-se posteriormente a totalidade ou parte das perdas por deterioro, o seu custo reconhecer-se-ia na demonstração de resultados consolidada do período em que se produz a recuperação.

#### *2.8.3 Instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda*

A perda por deterioro equivale, se for o caso, à diferença positiva entre o seu custo de aquisição e o seu valor razoável, uma vez deduzida qualquer perda por deterioro previamente reconhecida na demonstração de resultados consolidada.

Os critérios seguidos para o registo das perdas por deterioro dos instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda são similares aos aplicáveis a “instrumentos de dívida” (segundo se explica na Nota

2.8.2.), salvo pelo facto de que qualquer recuperação que se produza de tais perdas se reconhece no epígrafe do património líquido "Acertos por avaliação - Ativos financeiros disponíveis para a venda".

Para instrumentos de património cotados, os critérios seguidos pelo Grupo para a determinação de indícios de deterioro baseiam-se, em primeiro lugar, na determinação de categorias temporárias ou percentuais de comparação do custo médio com a cotação bolsista do instrumento. Designadamente, as categorias temporárias ou percentuais estabelecidos nas políticas do Grupo são, uma queda de 40% da cotação bursátil relativamente ao custo médio de aquisição ou uma diminuição sustentada da cotação durante 18 meses. O Grupo considera como evidência de deterioro as situações em que o emissor está declarado, ou é provável que o declarem, em concurso ou tem dificuldades financeiras significativas. Neste sentido, a evidência objetiva é mais acusada ante uma queda de 40% da cotação durante um período continuado de um ano e médio.

Uma vez determinada, sob os parâmetros anteriores, a existência de indício de deterioro, realiza-se uma análise específica sobre os valores fundamentais do instrumento que confirme ou não a necessidade de realizar dotações.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não existiam valores que, cumprindo simultaneamente a categoria percentual e temporal anteriormente mencionada, não estivessem deteriorados.

#### *2.8.4 Instrumentos de capital avaliados a custo*

A perda por deterioro equivale, se for o caso, à diferença entre o seu valor em livros e o valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados, atualizados ao tipo de rentabilidade de mercado para outros valores similares.

As perdas por deterioro registam-se na demonstração de resultados consolidada do período no que se manifestam, reduzindo diretamente o custo do instrumento. Estas perdas só podem recuperar-se posteriormente no caso de venda dos ativos.

### **2.9 Garantias financeiras e provisões constituídas sobre as mesmas**

Consideram-se "garantias financeiras" os contratos pelos quais o Grupo se obriga a pagar quantidades concretas por conta de um terceiro no suposto de não o fazer este; independentemente da forma em que esteja instrumentada a obrigação: fiança, aval financeiro, crédito documentário irrevogável emitido ou confirmado pela entidade, etc.

No momento do seu registo inicial, o Grupo contabiliza as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço consolidado pelo seu valor razoável, o qual, com carácter geral, equivale ao valor atual das comissões e rendimentos a perceber pelos referidos contratos ao longo da sua duração, tendo como contrapartida, no ativo do balanço consolidado o custo das comissões e rendimentos assimilados cobrados no início das operações e as contas a cobrar pelo valor atual das comissões e rendimentos pendentes de cobrança. Estes custos são amortizados linearmente durante a duração dos contratos na demonstração de resultados consolidada.

As garantias financeiras, qualquer que seja o seu titular ou instrumentação, são analisadas periodicamente com objeto de determinar o risco de crédito ao qual estão expostas e, se for o caso, estimar as necessidades de constituir provisão por elas, que se determina por aplicação de critérios similares aos estabelecidos para quantificar as perdas por deterioro experimentadas pelos instrumentos de dívida avaliados ao seu custo amortizado que se explicaram na Nota 2.8.1 anterior.

As provisões constituídas sobre estas operações encontram-se contabilizadas no epígrafe "Provisões - Provisões para riscos e compromissos contingentes" do passivo do balanço consolidado. A dotação e recuperação das referidas provisões regista-se com contrapartida no epígrafe "Dotação às provisões (líquido)" da demonstração de resultados consolidada.

Na circunstância de que fosse necessário constituir uma provisão pelas garantias financeiras, as comissões pendentes de vencimento associadas que se encontram registadas no epígrafe "Periodificações" do passivo do balanço consolidado, se reclassificarão à correspondente provisão.

### **2.10 Contabilização das operações de arrendamento**

### 2.10.1 Arrendamentos financeiros

Consideram-se operações de arrendamento financeiro aquelas nas que substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objeto do arrendamento são transferidas ao arrendatário.

Entre os fatores que o Grupo considera para determinar se um contrato de arrendamento é financeiro se encontram os seguintes:

- Que o contrato de arrendamento cubra a maior parte da vida útil do ativo, considerando para estes efeitos o parâmetro indicativo estabelecido em outros regulamentos não especificamente aplicáveis ao Grupo, que a duração do contrato supere 75% da vida útil do ativo.
- Que o preço de exercício da opção de compra seja inferior ao valor razoável do valor residual do bem quando termine o contrato.
- Que o valor atual dos pagamentos mínimos do arrendamento ao princípio do contrato seja equivalente à prática totalidade do valor razoável do ativo arrendado, utilizando-se de maneira indicativa para estes efeitos o critério estabelecido em outros regulamentos não especificamente aplicáveis ao Grupo de que este valor atual supere o 90% do valor razoável do ativo arrendado.
- Que a utilidade do bem esteja restrita ao arrendatário.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um bem numa operação de arrendamento financeiro, a soma dos valores atuais dos custos que receberão do arrendatário mais o valor residual garantido, se regista como um financiamento prestado a terceiros, pelo que se inclui no epígrafe "Investimentos Creditícios" do balanço consolidado, de acordo com a natureza do arrendatário.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias numa operação de arrendamento financeiro, apresentam o custo dos ativos arrendados no balanço consolidado, segundo a natureza do bem objeto do contrato, e, simultaneamente, um passivo pelo mesmo custo (que será o menor entre o valor razoável do bem arrendado e a soma dos valores atuais das quantidades a pagar ao arrendador mais, se for o caso, o preço de exercício da opção de compra). Estes ativos são amortizados com critérios similares aos aplicados ao conjunto dos ativos materiais de uso próprio do Grupo (Nota 2.15).

Em ambos casos, os rendimentos e despesas financeiras com origem nestes contratos se creditam e carregam, respetivamente, à demonstração de resultados consolidada nos epígrafes "Juros e rendimentos assimilados" e "Juros e ónus assimilados", aplicando para estimar o seu vencimento o método da taxa de juro efetiva das operações.

### 2.10.2 Arrendamentos operativos

Nas operações de arrendamento operativo a propriedade do bem arrendado e substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem são do arrendador.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras em operações de arrendamento operativo, apresentam o custo de aquisição dos bens arrendados no epígrafe “Ativo material”, bem como “Investimentos imobiliários” bem como “Outros ativos cedidos em arrendamento operativo”, dependendo da natureza do ativo objeto de dito arrendamento. Estes ativos são amortizados de acordo com as políticas adotadas para os ativos materiais similares de uso próprio e os rendimentos procedentes dos contratos de arrendamento reconhecem-se na demonstração de resultados consolidada de forma linear no epígrafe “Outros produtos de exploração”.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias em operações de arrendamento operativo, as despesas do arrendamento, incluindo incentivos concedidos, se for o caso, pelo arrendador, se carregam linearmente às suas demonstrações de resultados consolidados no epígrafe “Outras despesas gerais de administração”.

Na Nota 27.7.2 detalha-se informação sobre estes arrendamentos.

### **2.11 Patrimónios geridos**

Os patrimónios de terceiros geridos pelas sociedades consolidadas não se incluem no balanço consolidado. As comissões geradas por esta atividade incluem-se no saldo do epígrafe “Comissões percebidas” da demonstração de resultados consolidada. Na Nota 27.4 facilita-se informação sobre os patrimónios de terceiros geridos ao encerramento do exercício.

### **2.12 Fundos de investimento e fundos de pensões geridos pelo Grupo**

Os fundos de investimento e os fundos de pensões geridos pelas sociedades consolidadas não se apresentam registados no balanço consolidado do Grupo, ao ser o seu património propriedade de terceiros. As comissões adquiridas pelos diversos serviços prestados a estes fundos pelas sociedades do Grupo (serviços de gestão de patrimónios, depósito de carteiras, etc.) encontram-se registadas no epígrafe “Comissões percebidas” da demonstração de resultados consolidada.

### **2.13 Despesas de pessoal**

#### *2.13.1 Retribuições pós-emprego*

Determinadas entidades do Grupo têm assumido o compromisso de complementar as prestações dos sistemas públicos de Segurança Social que correspondam a determinados empregados, e às suas sucessores, anteriormente à finalização do período de emprego.

As retribuições pós-emprego são retribuições aos empregados que se liquidam depois da terminação do seu período de emprego. Todas as obrigações pós-emprego, inclusive as cobertas com fundos internos ou externos de pensões, se classificam como planos de contribuição definida ou planos de prestação definida, em função das condições de ditas obrigações.

Os compromissos pós-emprego mantidos pelo Grupo com os seus empregados consideram-se “Planos de contribuição definida”, quando o Grupo realiza contribuições de carácter predeterminado a uma entidade separada, sem ter obrigação legal nem efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não pudesse atender as retribuições aos empregados relacionadas com os serviços prestados no exercício corrente e nos anteriores. Os compromissos pós-emprego que não cumpram as condições anteriores considerar-se-ão como “Planos de prestação definida”.

Em Março de 2013, a Direção de Banco Grupo Cajates e os representantes dos empregados chegaram a um acordo segundo o qual se suspendem durante 24 meses as contribuições ao plano de pensões.

#### Planos de contribuição definida

O Grupo realiza contribuições de carácter predeterminado a uma entidade separada, de acordo com os seguintes acordos atingidos com cada um dos coletivos:

##### ▪Caja Inmaculada:

Em virtude do acordo subscrito com os empregados o 23 de Novembro de 2000, os compromissos por pensões da Caixa se instrumentam num sistema de contribuição definida para a contingência de aposentação, consistente num 5,5% sobre o salário dos seus empregados mais o custo de prima-a de seguro anual para as prestações de risco em atividade. Neste sentido as prestações de viuvez, órfão e invalidez no período de atividade são calculadas tendo em conta os direitos consolidados da contingência de aposentação.

##### ▪Caja Badajoz:

O 1 de Janeiro de 2009 transformou-se o sistema de previsão de prestação definida vigente em dito momento num sistema de contribuição definida para a contingência de aposentação para o coletivo adscrito, mantendo-se, para as contingências de falecimento e incapacidade em ativo, o regime de prestação definida existente na data de transformação.

No momento da transformação, reconheceram-se ao participante os direitos consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e definiu-se uma contribuição anual ao Plano, para a prestação de aposentação, calculada como uma percentagem do salário pensionável, de 5% a 8%, e se estabeleceu uma contribuição mínima, equivalente à contribuição afixada pelo Convénio Coletivo de Caixas de Poupança para o coletivo de participantes ingressados anteriormente a 28 de Maio de 1986.

##### ▪Caja Círculo:

Desde o 15 de Dezembro de 2000, a Caixa tem o compromisso de realizar contribuições anuais pelos empregados com data de rendimento posterior à entrada em vigor do XIV Contrato Coletivo, em 2012, por um custo determinado e, pelos empregados com data de rendimento posterior ao referido contrato uma contribuição anual que se determina através de um cálculo atuarial, em função do valor da provisão matemática necessária para fazer frente ao pagamento das futuras prestações de aposentação, viuvez, órfão e invalidez dos participantes ingressados anteriormente a 28 de Maio de 1986.

As contribuições efetuadas por este conceito registam-se no epígrafe “Despesas de pessoal – Ónus sociais” da demonstração de resultados consolidada. As contribuições realizadas pelos promotores dos planos de pensões em regime de contribuição definida atingiram 1.312 milhares de euros em 2013 e a 6.182 milhares de euros em 2012.

#### Planos de prestação definida

O Grupo regista no epígrafe “Provisões - Fundo para pensões e obrigações similares” do passivo do balanço consolidado, relativamente aos planos de prestação definida, o valor atual da obrigação pós-emprego menos o valor razoável dos ativos afetos ao plano. As obrigações por prestação definida são calculadas anualmente por atuários independentes de acordo com o método da unidade de crédito projetada e tendo em conta a idade de aposentação mais precoce possível.

Consideram-se “ativos afetos ao plano” aqueles vinculados com um determinado compromisso de prestação definida com os quais liquidar-se-ão diretamente estas obrigações, que cumprem com as seguintes condições:

▪Não são propriedade do Grupo, senão de um terceiro separado legalmente e sem o carácter de parte vinculada.

▪Só estão disponíveis para pagar ou financiar retribuições dos empregados, não estando disponíveis para os credores do Grupo, nem sequer em caso de situação de insolvência.

▪Não podem retornar ao Grupo salvo que os ativos que ficam no plano sejam suficientes para cumprir todas as obrigações, do plano ou da entidade, relacionadas com as prestações dos empregados; ou bem quando

os ativos retornam ao Grupo para o reembolsar de prestações dos empregados já pagos por ela.

- Não podem ser instrumentos financeiros intransmissíveis pelo Grupo.

O Grupo regista o seu direito ao reembolso no ativo do balanço, no capítulo “Contratos de seguros vinculados a pensões” que, nas demais aspetos, se trata como um ativo do plano. Neste sentido, os ativos que cobrem compromissos com o pessoal contratadas com CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A., não são ativos do plano por se tratar de parte vinculada do Banco e se registam como “Contratos de seguros vinculados a pensões”.

A modificação da NIC19 no exercício 2013 supõe as seguintes modificações no tratamento contabilístico das retribuições pós-emprego:

- As perdas e ganhos atuariais que surgem no exercício por mudanças na hipótese financeiro-atuariais ou por diferenças entre as hipóteses e a realizem, se reconhecem de forma imediata no período que ocorrem diretamente em “Outros rendimentos e despesas reconhecidas”.

- O reconhecimento dos custos por serviços passados, os quais se deverão registar imediatamente na demonstração de resultados atuariais consolidada no epígrafe “Despesas de pessoal”.

- O custo por juros correspondente à obrigação e a rentabilidade esperada dos ativos afetos aos planos de prestação definida serão determinados como uma quantidade líquida por juros que se calcula aplicando a taxa de juro técnica ao início do exercício sobre o passivo (ativo) do plano de prestação definida.

Consideram-se “ganhos e/ou perdas atuariais” as que procedem das diferenças entre hipóteses atuariais prévias e a realidade e de mudanças nas hipóteses atuariais utilizadas.

O valor atual das obrigações com o pessoal de prestação definida determina-se descontando os fluxos de efetivo futuros estimados a taxas de desconto de obrigações corporativos de alta qualidade creditícia que se correspondem com a moeda e os prazos estimados em que pagar-se-ão as obrigações por prestações pós-emprego.

A rentabilidade esperada dos ativos afetos aos planos de prestação definida e dos direitos de reembolso determina-se aplicando a mesma taxa de juro técnica que para calcular o valor atual das obrigações.

#### Complementos de aposentação vitalícios com pessoal ativo e passivo

Os compromissos pós-emprego adquiridos pelo Banco com o seu pessoal ativo e passivo derivam-se dos diferentes contratos coletivos e correspondem-se com complementos de cobranças à Segurança Social nos casos de aposentação de ativos, aposentação causada, viuvez, órfão, incapacidade permanente ou grande invalidez. Estes compromissos encontram-se financiados em função da Caixa de origem:

- Compromissos pós-emprego de empregados procedente de Caja Inmaculada.

- Plano de pensões de emprego “CAI Empleo, Fondo de Pensiones”, gerido por CAI Vida y Pensiones Seguros y Reaseguros, S.A.

- Apólice de seguros para os excessos sobre o limite de contribuições ao Plano de Pensões subscrita com CAI Vida y Pensiones Seguros y Reaseguros, S.A., sociedade pertencente ao Grupo.

▪Compromissos pós-emprego de empregados procedente de Caja Círculo.

-Plano de pensões de emprego “Empleados Caja Círculo, Fondo de Pensiones”, gerido por Caser Pensiones, Entidad Gestora de Fondo de Pensiones, S.A.

-Apólice de seguros para os excessos sobre o limite de contribuições ao Plano de Pensões subscrita com Caser, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.

▪Compromissos pós-emprego de empregados procedente de Caja Badajoz.

-Plano de pensões de emprego “Fondo de Pensiones de Empleados del Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz-Febadajoz, F.P.”, gerido por Caser Pensiones, Entidad Gestora de Fondo de Pensiones, S.A.

-Apólice de seguros para os excessos sobre o limite de contribuições ao Plano de Pensões subscrita com Caser, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. e Eurovida, S.A. Compañía de Seguros y Reaseguros.

#### *2.13.2 Outras retribuições em longo prazo ao pessoal*

Os compromissos assumidos com o pessoal pré-reformado, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à aposentação que dependam da antiguidade do empregado, e outros conceitos similares são tratados contabilisticamente, no aplicável, segundo o estabelecido para os planos pós-emprego de prestação definida, com exceção de que as perdas e ganhos atuariais se reconhecem na demonstração de resultados de forma imediata.

Os compromissos mais relevantes adquiridos pelo Grupo com determinado pessoal são os seguintes:

#### Acordo laboral de integração e criação do SIP

Como consequência do processo de integração e a criação do SIP, e como consequência das medidas de reorganização laboral necessárias, as Caixas participantes no mesmo e os representantes das secções sindicais dos seus respetivos sindicatos assinaram, com data 28 de Dezembro de 2010, um acordo de aceitação do “Expediente de Regulación de Empleo (doravante ERE) a aplicar nas mencionadas três Caixas participantes. O referido ERE foi autorizado pela Direção-geral de Trabalho mediante a sua Resolução de data 21 de Janeiro de 2011.

O acordo definitivo de aceitação do ERE contemplava, entre outras medidas, o estabelecimento de um plano de pré-reformas cujas principais características eram as seguintes:

▪Podiam participar nele os trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2010 tivessem cumpridos 57 anos de idade, estabelecendo-se um prazo de 60 dias, a contar desde a entrada em vigor do acordo, para participar no referido plano.

▪A data efetiva de acesso à pré-reforma seria fixada pela cada Caixa num prazo máximo que não excedesse de 31 de Dezembro de 2012; não obstante, sob certas circunstâncias, as Caixas podiam fixar uma data de acesso posterior que não excedesse de 30 de Junho de 2013.

▪Durante a situação de pré-reforma e até atingir a idade de 64 anos, o trabalhador receberá uma indemnização pela extinção do seu contrato de trabalho que, somada à prestação por desemprego, atinja as seguintes coberturas:

-Um 80% da retribuição bruta fixa recebida pelo trabalhador, excluída a quota à Segurança Social ao seu cargo, recebida em 12 meses imediatamente anteriores à sua pré-reforma.

-O trabalhador não poderá receber em conceito de indemnização uma quantidade líquida que, somada à prestação por desemprego, seja inferior a 90% nem superior a 95% do salário líquido fixo dos 12 meses imediatamente anteriores à sua pré-reforma.

-As Caixas continuarão realizando as contribuições ao plano de pensões do emprego para a cobertura da contingência de aposentação. No caso de trabalhadores participantes de um subplano de contribuição definida, a referida contribuição será igual à realizada durante o ano anterior à pré-reforma, com o limite de

8.000 euros/ano; no caso de participantes de um subplano de prestação definida, lhes serão consolidados os seus direitos à data efetiva da pré-reforma e a contribuição a realizar será igual à realizada durante o ano anterior à pré-reforma, com o limite de 8.000 euros/ano.

Ao encerramento do exercício de 2013 o número de empregados das Caixas acolhidos ao acordo descrito era 152 pessoas e todas elas causaram baixa (211 empregados durante o exercício 2012).

Finalmente, neste Acordo estabelecem-se as condições retributivas que, a partir de 1 de Janeiro de 2011, são aplicáveis para os empregados das três Caixas participantes, bem como àqueles trabalhadores que sejam incorporados ao Banco. Igualmente, estabelece a obrigação para o Banco de promover um plano de pensões de sistema de emprego de contribuição definida para aposentação para os empregados que passem a desempenhar os seus serviços no Banco. À data de formulação destas contas anuais ainda não foi promovido o plano de pensões do Banco, pelo que segundo o estabelecido no citado acordo laboral, transitoriamente e enquanto não se formalize o novo plano de pensões, os empregados transferidos desde as Caixas ao Banco se mantêm como participantes do plano de pensões da sua Caixa de origem, com os mesmos direitos e condições que se permanecessem em ativo na mesma.

#### Plano de pré-reformas com empregados procedentes de Caja Círculo

O Conselho de Administração de Caja Círculo celebrado em 10 de Outubro de 2006 aprovou um plano de pré-reformas para o exercício 2007 com as seguintes características:

- Dirigido a empregados com idade igual ou superior a 57 anos cumpridos antes de 31 de Dezembro de 2007 e um mínimo de antiguidade de 20 anos na Entidade. A adesão ao plano de pré-reformas devia realizar-se antes de 30 de Novembro de 2006.

- Durante a situação de pré-reforma o empregado receberá 80% do salário real adquirido em doze meses imediatos à data de início da pré-reforma e 70% da retribuição variável estipulada para o ano 2006.

A 31 de Dezembro de 2013 o número de empregados participantes no mencionado plano de pré-reformas chega a 17 (26 empregados durante o exercício 2012).

Os compromissos com o pessoal pré-reformado cobrem-se mediante um fundo interno.

#### *2.13.3 Indemnizações por cessação*

As indemnizações por cessação reconhecem-se como uma provisão por fundos de pensões e obrigações similares e como uma despesa de pessoal unicamente quando a Entidade está comprometida de forma demonstrável a rescindir o vínculo que lhe une com um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de aposentação, ou bem a pagar retribuições por cessação como resultado de uma oferta realizada para incentivar a rescisão voluntária por parte dos empregados.

Igualmente, ao encerramento dos exercícios 2013 e 2012 o Grupo registou uma provisão pela estimativa dos custos laborais derivados do Plano de reestruturação descrito na Nota 1.2 (Nota 21).

#### *2.13.4 Outros benefícios sociais*

A Sociedade tem o compromisso de entregar aos empregados certos bens e serviços, total ou parcialmente subvencionados, conforme ao estabelecido no convénio coletivo e os Acordos Sociais ou de Empresa. Os benefícios sociais mais relevantes são facilidades creditícias.

Em geral, os empregados com contrato sem termo em ativo e uma vez superado o período experimental, têm direito a solicitar empréstimos ou créditos, cujo limite se calcula sobre o salário anual.

- Empréstimo de habitação habitual: o custo máximo a financiar será o valor da habitação mais as despesas inerentes à aquisição com os limites marcados pelo convénio coletivo e os Acordos Sociais ou de Empresa. A duração máxima é de 35 anos e a taxa de juro aplicável é 70% do Euribor a um ano.

- Empréstimo de atenções várias: o custo máximo a financiar e a duração máxima será o marcado pelo contrato coletivo e os Acordos Sociais ou de Empresa. A taxa de juro a aplicar é Euribor a um ano.

▪ Antecipo de vencimento: para atender necessidades imperativas plenamente justificadas poder-se-á solicitar até seis mensalidades sem interesse que se amortizarán mediante a entrega mensal de 10% dos ativos brutos.

## **2.14 Imposto sobre benefícios**

A despesa por imposto sobre benefícios calcula-se como o imposto a pagar com respeito ao resultado fiscal do exercício, acertado pelo custo das variações produzidas durante o exercício nos ativos e passivos registados derivados de diferenças temporárias, dos créditos por deduções e benefícios fiscais e das possíveis matérias coletáveis negativas (Nota 25).

Tal como se indica na Nota 25, a Entidade é matriz de um Grupo Fiscal de acordo com o Capítulo VII do Título VII do Texto Refundido da Lei do Imposto sobre Sociedades.

Existe uma diferença temporária se é apresentada uma diferença entre o valor em livros e a base fiscal de um elemento patrimonial. Considera-se imponible aquela que gerará no futuro a obrigação de realizar algum pagamento à Administração e se considera dedutível aquela que gerará algum direito de reembolso ou um menor pagamento a realizar à Administração no futuro.

Os créditos por deduções e benefícios e os créditos por matérias coletáveis negativas são custos que, tendo-se produzido ou realizado a atividade ou obtido o resultado para gerar o seu direito, não se aplicam fiscalmente na declaração correspondente até ao cumprimento dos condicionantes estabelecidos no regulamento tributário para isso, considerando provável por parte do Grupo a sua aplicação em exercícios futuros. Na Nota 25 detalham-se os ativos registados por estes conceitos.

Consideram-se ativos e passivos por impostos correntes aqueles impostos que, respetivamente, se prevêm recuperáveis da administração ou pagáveis à mesma num prazo que não excede aos 12 meses desde a data de encerramento do exercício. Por sua vez, consideram-se ativos ou passivos por impostos diferidos aqueles custos que, respetivamente, se espera recuperar da administração ou pagar à mesma em exercícios futuros.

Reconhecem-se passivos por impostos diferidos para a prática totalidade das diferenças temporárias imponíveis. Não obstante o anterior, reconhece-se um passivo por impostos diferidos para as diferenças temporárias imponíveis derivadas de investimentos em sociedades dependentes e empresas associadas, e de participações em entidades multigrupo, salvo quando o Grupo pode controlar a reversão das diferenças temporárias e é provável que estas não sejam revertidas num futuro previsível.

Por motivo da cada fecho contabilístico, revisam-se os impostos diferidos registados (tanto ativos como passivos) com objeto de comprovar que se mantêm vigentes, efetuando-se as oportunas correções aos mesmos de acordo com os resultados das análises realizadas.

## 2.15 Ativos materiais

### 2.15.1 Imobilizado material de uso próprio

O imobilizado de uso próprio compreende aqueles ativos, em propriedade ou adquiridos em regime de arrendamento financeiro, que o Grupo tem para o seu uso atual ou futuro ou para a produção ou fornecimento de bens e que se espera que sejam utilizados durante mais de um exercício económico. Entre outros, incluem-se nesta categoria os ativos materiais recebidos pelas entidades consolidadas para a liquidação, total ou parcial, de ativos financeiros que representam direitos de cobrança perante terceiros e aos que se prevê dar um uso continuado e próprio. O imobilizado material de uso próprio apresenta-se valorizado no balanço ao seu custo de aquisição, formado pelo valor razoável de qualquer contraprestação entregue mais o conjunto de realizações dinerárias realizados ou comprometidos, menos:

- a sua correspondente amortização acumulada, e
- se procede, as perdas estimadas que resultam de comparar o valor líquido da cada partida com o seu correspondente custo recuperável.

Para estes efeitos, o custo de aquisição dos ativos adjudicados que passam a fazer parte do imobilizado material de uso próprio do Grupo, é assimilado ao custo líquido dos ativos financeiros entregues em troca da sua adjudicação.

A amortização calcula-se aplicando o método linear sobre o custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual, entendendo-se que os terrenos sobre os que se assentam os edifícios e outras construções têm uma vida indefinida e que, portanto, não são objeto de amortização.

As dotações anuais em conceito de amortização realizam-se com cargo ao epígrafe "Amortização - Imobilizado material" da demonstração de resultados consolidada e calculam-se em função dos anos de vida útil estimada dos diferentes elementos do ativo material, de acordo com o seguinte detalhe:

	Anos de vida útil estimada
Edifícios de uso próprio	25 a 100
Mobiliário	8 a 16,6
Instalações	8 a 16,6
Equipas informáticas e as suas instalações	4 a 6

Por motivo da cada fecho contabilístico, as entidades consolidadas analisam se existem indícios, tanto internos como externos, de que o valor líquido dos elementos do seu ativo material excede o seu custo recuperável, em cujo caso, se reduz o valor em livros do ativo de que se trate até ao seu custo recuperável e se ajustam os cargos futuros em conceito de amortização em proporção ao seu valor em livros acertado e à sua nova vida útil remanescente, no caso de ser necessária uma reavaliação da mesma. Esta redução do valor em livros realiza-se, em caso de ser necessária, com cargo ao epígrafe "Perdas por deterioro de ativos (líquido) - Ativo material" da demonstração de resultados consolidada.

De forma similar, quando existem indícios de que se recuperou o valor de um ativo material deteriorado, as entidades consolidadas registam a reversão da perda por deterioro contabilizada em períodos anteriores, mediante o correspondente crédito ao epígrafe "Perdas por deterioro de ativos (líquido) - Ativo material" da demonstração de resultados consolidada e se acertam em consequência os cargos futuros em conceito da sua amortização.

Igualmente, pelo menos com uma periodicidade anual, procede-se a revisar a vida útil estimada dos elementos do imobilizado material de uso próprio, face a detetar câmbios significativos na mesma que, de se produzir, serão acertados mediante a correspondente correção do cargo à demonstração de resultados consolidada de exercícios futuros em conceito da sua amortização em virtude das novas vidas úteis.

As despesas de conservação e manutenção dos ativos materiais de uso próprio carregam-se aos resultados do exercício em que se incorrem, no epígrafe "Outras despesas gerais de administração" da demonstração de resultados consolidada. Os custos financeiros incorridos como consequência do financiamento dos elementos do imobilizado material de uso próprio se imputam à conta de resultados no momento do seu vencimento, não fazendo parte do custo de aquisição dos mesmos.

### *2.15.2 Outros ativos cedidos em arrendamento operativo*

O epígrafe “Ativo material - Imobilizado material - Cedido em arrendamento operativo” do balanço consolidado recolhe os valores líquidos daqueles ativos materiais diferentes dos terrenos e dos imóveis que se têm cedidos pelo Grupo em arrendamento operativo.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do seu custo de aquisição, para a sua amortização, para a estimativa das suas respetivas vidas úteis e para o registo das suas possíveis perdas por deterioro coincidem com os descritos relativamente aos ativos materiais de uso próprio (Nota 2.15.1).

### *2.15.3 Investimentos imobiliários*

O epígrafe “Ativo material - Investimentos imobiliários” do balanço consolidado recolhe os valores líquidos dos terrenos, edifícios e outras construções que se mantêm bem para os explorar em regime de arrendamento, bem para obter uma possível mais-valia na sua venda como consequência dos incrementos que se produzam no futuro nos seus respetivos preços de mercado.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do seu custo de aquisição, para a sua amortização, para a estimativa das suas respetivas vidas úteis e para o registo das suas possíveis perdas por deterioro coincidem com os descritos em relacionamento com os ativos materiais de uso próprio (Nota 2.15.1).

Os ativos adjudicados que, de acordo à sua natureza e ao fim ao qual se destinam, se classificam como investimentos imobiliários por parte do Grupo, são contabilizados inicialmente pelo menor entre o seu valor razoável líquido de custos de venda e o seu custo de aquisição, entendendo-se por tal o valor líquido contabilístico das dívidas nas que tenham a sua origem, calculado este valor líquido de acordo ao disposto no regulamento aplicável à Sociedade. Posteriormente, os ativos adjudicados estão sujeitos à estimativa das correspondentes perdas por deterioro que, se for o caso, se produzam sobre os mesmos, e no mínimo as estabelecidas no Anexo IX da Circular 4/2004 de Banco de Espanha.

## **2.16 Ativos intangíveis**

Consideram-se ativos intangíveis aqueles ativos não monetários identificáveis, embora sem aparência física, que surgem como consequência de um negócio jurídico ou foram desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Só são reconhecidos contabilisticamente aqueles ativos intangíveis cujo custo pode avaliar-se de maneira razoavelmente objetiva e dos quais as entidades consolidadas julgam provável obter no futuro benefícios económicos.

### *2.16.1 Fundo de maneio*

A diferença positiva entre o preço pago numa combinação de negócios e a percentagem adquirida do valor razoável líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes das entidades adquiridas regista-se como fundo de maneio no ativo do balanço. Assim, o fundo de maneio representa o pagamento antecipado realizado pelo grupo dos benefícios económicos futuros derivados de ativos de uma entidade adquirida que não sejam individual e separadamente identificáveis e reconhecíveis e só se reconhece quando se tenha adquirido a título oneroso numa combinação de negócios. O referido fundo de maneio em nenhum caso é amortizado, senão que por motivo da cada fecho contabilístico se procede a estimar se se produziu algum deterioro que reduza o seu valor recuperável a um custo inferior ao custo líquido registado e, em caso afirmativo, se procede ao seu oportuno saneamento contra a demonstração de resultados consolidada.

Para efeitos de detetar os possíveis indícios de deterioro do fundo de maneio realizam-se valorações utilizando principalmente o método do desconto de benefícios distribuíveis, nas quais se têm em conta os seguintes parâmetros:

- Hipóteses chave do negócio. Sobre estas hipóteses baseiam-se as projeções de fluxos de efetivo contempladas na avaliação. Para aqueles negócios com atividade financeira, projetam-se variáveis como são: a evolução do crédito, da morosidade, dos depósitos de clientes e das taxas de juro, bem como os requerimentos de capital.
- Prazo das projeções. O tempo/prazo de projeção situa-se habitualmente em 5 anos, período a partir do qual se atinge um nível recorrente tanto em termos de benefício como de rentabilidade. Para estes efeitos tem-se em conta o cenário económico existente no momento da avaliação.
- Tipo de desconto. O valor presente dos dividendos futuros, utilizado para a obtenção do valor em uso, calcula-se utilizando como taxa de desconto o custo de capital da entidade desde a perspetiva de um participante de mercado. Para a sua determinação utiliza-se o método Capital Asset Pricing Model (CAPM).
  - Taxa de crescimento empregada para extrapolar as projeções de fluxos de efetivo para além do período coberto pelas previsões mais recentes. Baseando nas estimativas em longo prazo das principais magnitudes macroeconómicas e das variáveis chaves do negócio, e tendo em conta a situação, em todo momento, dos mercados financeiros, estima-se uma taxa de crescimento a perpetuidade.

As perdas por deterioro do fundo de maneio não são objeto de reversão posterior.

#### 2.16.2 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis diferentes do fundo de maneio, registam-se no balanço consolidado pelo seu custo de aquisição ou produção, líquido da sua amortização acumulada e das possíveis perdas por deterioro que sofresse.

Os ativos intangíveis podem ser de “vida útil indefinida” quando, sobre a base das análises realizadas, se conclui que não existe um limite previsível do período durante o qual se espera que gerem fluxos de efetivo líquidos e não se amortizam, conquanto, por motivo da cada fecho contabilístico, o Grupo revisa as suas vidas úteis remanescentes com objeto de se assegurar de que estas seguem sendo indefinidas. O Grupo não identificou ativos destas características.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizadas em função da mesma, aplicando-se critérios similares aos adotados para a amortização dos ativos materiais. A amortização anual dos elementos do imobilizado intangível de vida útil definida regista-se no epígrafe “Amortização - Ativo intangível” da demonstração de resultados, e a sua dotação anual calcula-se em função dos anos de vida útil inicialmente estimada, com carácter geral de 3 a 6 anos.

O Grupo reconhece contabilisticamente qualquer perda que possa produzir no valor registado destes ativos com origem no seu deterioro, utilizando-se como contrapartida o epígrafe “Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido) - Fundo de maneio e outro ativo intangível” da demonstração de resultados consolidada. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioro destes ativos e, se for o caso, das recuperações das perdas por deterioro registadas em exercícios anteriores são similares aos aplicados para os ativos materiais de uso próprio (Nota 2.15.1).

#### 2.17 Existências

Este epígrafe do balanço consolidado recolhe os ativos não financeiros que as entidades consolidadas:

- mantêm para a sua venda no curso ordinário do seu negócio,
- têm em processo de produção, construção ou desenvolvimento com a referida finalidade, ou
- prevêem consumir no processo de produção ou na prestação de serviços.

As existências valorizam-se pelo custo menor entre o seu custo, que incorpora todas as realizações originadas pela sua aquisição e transformação e os custos diretos e indiretos nos quais se tivesse incorrido

para lhes dar a sua condição e localização atuais, e o seu “valor líquido de realização”. Por valor líquido de realização das existências entende-se o preço estimado da sua alienação no curso ordinário do negócio, menos os custos estimados para terminar a sua produção e os necessários para realizar a sua venda.

O custo das existências que não sejam intercambiáveis de forma ordinária se determina de maneira individualizada e o custo das demais existências se determina por aplicação do método do custo média ponderada. Tanto as diminuições como, se for o caso, as posteriores recuperações do valor líquido de realização das existências por debaixo do valor líquido contabilístico são reconhecidas na demonstração de resultados consolidada do exercício no que têm local, no epígrafe “Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido) – Outros ativos”.

O valor em livros das existências descadastra-se do balanço consolidado e regista-se como uma despesa, nos epígrafes da demonstração de resultados consolidada “Outros ónus de exploração” no período no qual é reconhecido o rendimento procedente da venda.

Os ativos adjudicados que, de acordo à sua natureza e ao fim ao qual se destinam (em processo de produção, construção ou desenvolvimento), sejam classificados como existências por parte do Grupo, são contabilizadas inicialmente pelo menor entre o seu valor razoável líquido de custos de venda e o seu custo de aquisição, entendendo por tal o valor líquido contabilístico das dívidas nas que tenham a sua origem, calculado este valor líquido de acordo ao disposto no regulamento aplicável à Sociedade. Posteriormente, os ativos adjudicados estão sujeitos à estimativa das correspondentes perdas por deterioro que, se for o caso, se produzam sobre os mesmos, e no mínimo, as estabelecidas no Anexo IX da Circular 4/2004 de Banco de Espanha.

### **2.18 Ativos não correntes em venda**

O epígrafe “Ativos não correntes em venda” do balanço consolidado recolhe as partidas cujo valor em livros se pretende recuperar fundamentalmente através da sua alienação, sendo a sua venda altamente provável, nas condições nas que tais ativos se encontram atualmente, no prazo de um ano a contar desde a data à que se referem as contas anuais consolidadas.

Também se consideram como ativos não correntes em venda aquelas participações em empresas associadas ou entidades multigrupo que cumpram os requisitos mencionados na alínea anterior. Portanto, a recuperação do valor em livros destas partidas, que podem ser de natureza financeira e não financeira, previsivelmente terá lugar através do preço que se obtenha na sua alienação, em lugar de mediante o seu uso continuado.

Concretamente, os ativos imobiliários ou outros não correntes recebidos pelas entidades consolidadas para a satisfação, total ou parcial, das obrigações de pagamento perante elas dos seus devedores são considerados ativos não correntes em venda; salvo que se tenha decidido, atendendo à sua natureza e ao uso ao qual sejam destinados, que se classifiquem como ativos materiais de uso próprio, como investimento imobiliário ou como existências. Estes são contabilizados inicialmente pelo menor entre o seu valor razoável líquido de custos de venda e o seu custo de aquisição, entendendo por tal o valor líquido contabilístico das dívidas nas que tenham a sua origem, calculado este valor líquido de acordo com o disposto no regulamento aplicável à Sociedade. Enquanto permanecem classificados nesta categoria, os ativos amortizáveis pela sua natureza não se amortizam.

Posteriormente, no caso de que o valor em livros exceda no valor razoável dos ativos, líquido dos seus custos de venda, o Grupo ajusta o valor em livros dos ativos pelo custo do referido excesso, com contrapartida no epígrafe “Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas” da demonstração de resultados. No caso de produzir-se posteriores incrementos do valor razoável dos ativos, o Grupo reverte as perdas anteriormente contabilizadas, incrementando o valor em livros dos ativos com o limite do custo anterior ao seu possível deterioro, com contrapartida no mesmo epígrafe referido anteriormente da demonstração de resultados.

### **2.19 Operações de seguros**

De acordo com as práticas contabilísticas generalizadas no setor segurador, as entidades de seguros consolidadas creditam em resultados os custos de primas no momento da emissão da correspondente apólice de seguros e carregam às suas contas de resultados o custo dos sinistros no momento do seu conhecimento. Estas práticas contabilísticas, obrigam às entidades seguradoras a periodificar ao

encerramento de cada exercício os custos pagos às suas demonstrações de resultados e não adquiridos nessa data.

As periodificações mais significativas realizadas pelas entidades consolidadas no que se refere aos seguros diretos contratados por elas são: primas não consumidas, prestações, seguros de vida quando o risco do investimento o assumem os tomadores do seguro, participação em benefícios e estornos.

A correção de assimetrias contabilísticas aplica-se às operações de seguros que:

- Encontram-se imunizadas financeiramente,
- referem o seu valor de resgate ao valor dos ativos atribuídos de forma específica,
- prevêm uma participação nos benefícios de uma carteira de ativos vinculada,
- caracterizam-se porque o tomador assume o risco de investimento.

A correção consiste em reconhecer simetricamente as variações experimentadas no valor razoável dos ativos classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para a venda” e “Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados”.

A contrapartida das referidas variações foi a provisão de seguros de vida, quando assim o exige o Regulamento de Ordenamento e Superintendência dos Seguros Privados e demais regulamento aplicável, ou numa conta de passivo (com saldo positivo ou negativo) pela parte não registada como provisão de seguros de vida que se apresenta no epígrafe “Resto de passivos” do passivo do balanço consolidado.

As provisões técnicas correspondentes às cessões a reasseguradores, que se calculam em função dos contratos de reaseguro subscritos e por aplicação dos mesmos critérios que se utilizam para o seguro direto, são apresentados no balanço consolidado no epígrafe “Ativos por reaseguros” (Nota 15).

## **2.20 Provisões e passivos contingentes**

No momento de formular as contas anuais das entidades consolidadas os seus respetivos Administradores diferenciam entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes à data do balanço surgidas como consequência de acontecimentos passados dos quais se podem derivar prejuízos patrimoniais para as entidades, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência e concretos quanto à sua natureza mas indeterminados quanto ao seu custo e/ou momento de cancelamento.
- Passivos contingentes: obrigações possíveis surgidas como consequência de acontecimentos passados, cuja materialização está condicionada a que ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade das entidades consolidadas.

As contas anuais consolidadas do Grupo recolhem todas as provisões significativas com respeito às quais se estima que a probabilidade de que se tenha que atender a obrigação é maior que caso contrário. Os passivos contingentes não se reconhecem nas contas anuais consolidadas senão que se informa sobre os mesmos conforme aos requerimentos do regulamento vigente (Nota 27.1).

As provisões, que se quantificam com a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento que as justifica e são reavaliados se existe nova informação ou pelo menos anualmente, se utilizam para enfrentar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas, procedendo à sua reversão, total ou parcial, quando as referidas obrigações deixam de existir ou diminuem.

A contabilização das provisões que se consideram necessárias de acordo aos critérios anteriores se regista com cargo ou crédito ao epígrafe “Dotações às provisões (líquido)” da demonstração de resultados consolidada.

Na altura do encerramento do exercício encontravam-se em curso diferentes procedimentos judiciais e reclamações dirigidos contra as entidades consolidadas com origem no desenvolvimento habitual das suas atividades. Tanto os assessores legais do Grupo como os seus Administradores entendem que a conclusão

destes procedimentos e reclamações não produzirá um efeito significativo nas contas anuais consolidadas dos exercícios nos que finalizem.

### **2.21 Estados de rendimentos e despesas reconhecidas consolidados**

De acordo com as opções estabelecidas no apartado 81 da NIC 1, o Grupo optou por apresentar de maneira separada, por uma parte um estado que mostra os componentes do resultado consolidado (“demonstração de resultados consolidada”) e um segundo estado que, partindo do resultado consolidado do exercício, mostra os componentes dos restantes rendimentos e despesas do exercício reconhecidos diretamente no património líquido (“Estado de rendimentos e despesas reconhecidas consolidado”).

No “Estado de rendimentos e despesas reconhecidas consolidado” apresentam-se os rendimentos e despesas geradas pelo Grupo como consequência da sua atividade durante o exercício, distinguindo aqueles registados como resultados na demonstração de resultados consolidada do exercício e os outros rendimentos e despesas reconhecidas diretamente no património líquido, de acordo com o disposto no regulamento vigente, diretamente no património líquido consolidado.

Igualmente, nos rendimentos e despesas reconhecidas diretamente no património líquido distingue-se entre aqueles que não se reclassificarão a resultados e aqueles que poderão ser reclassificados a resultados.

Com carácter geral, os rendimentos e despesas reconhecidas diretamente no património apresentam-se pelo seu custo ilíquido, mostrando-se o seu correspondente efeito impositivo na rubrica “Imposto sobre benefícios”.

A partida que mantém um custo mais relevante entre os rendimentos e despesas reconhecidas diretamente no património líquido é a relacionada com os acertos por avaliação, a qual se detalha em:

- a)Ganhos (perdas) por avaliação: recolhe o custo dos rendimentos, líquidos das despesas originadas no exercício, reconhecidos diretamente no património líquido. Os custos reconhecidos no exercício nesta partida mantêm-se nela, embora no mesmo exercício sejam transferidos à demonstração de resultados.
- b)Custos transferidos à demonstração de resultados: recolhe o custo dos ganhos ou perdas por avaliação reconhecidas previamente no património líquido, embora seja no mesmo exercício, que se reconhecem na demonstração de resultados.
- c)Outras reclassificações: recolhe o custo das transferências realizados no exercício entre partidas de acertos por avaliação conforme aos critérios estabelecidos no regulamento vigente.

## **2.22 Estados totais de mudanças no património líquido consolidado**

No “Estado total de mudanças no património líquido” apresentam-se todos os câmbios do património líquido, incluídos os que têm a sua origem em câmbios nos critérios contabilísticos e em correções de erros. Este estado mostra, portanto, uma conciliação do valor em livros ao começo e ao final do exercício de todas as partidas que formam o património líquido consolidado, agrupando os movimentos em função da sua natureza nos seguintes conceitos:

**a)** Acertos por mudanças em critérios contabilísticos e correção de erros: que inclui as mudanças no património líquido consolidado que surgem como consequência da reexpressão retroativa dos saldos dos estados financeiros com origem em câmbios nos critérios contabilísticos ou na correção de erros.

**b)** Rendimentos e despesas reconhecidas no exercício: recolhe, de maneira agregada, o total das partidas registadas no estado de Rendimentos e Despesas reconhecidas anteriormente indicadas.

**c)** Outras variações no património líquido: recolhe o resto de partidas registadas no património líquido, como podem ser aumentos ou diminuições do capital, distribuição de resultados, operações com instrumentos de capital próprios, pagamentos com instrumentos de capital, transferências entre partidas do património líquido e qualquer outro incremento ou diminuição do património líquido consolidado.

## **2.23 Estados de fluxos de efetivo consolidados**

No “Estado de fluxos de efetivo consolidado”, utilizam-se as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

▪ Fluxos de efetivo: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes, entendendo por estes os investimentos à vista.

▪ Atividades de exploração: atividades típicas das entidades de crédito. As atividades realizadas com instrumentos financeiros terão a consideração de atividades de exploração, com algumas exceções, tais como os ativos financeiros incluídos na carteira de investimento a vencimento, os instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda que sejam investimentos estratégicos e os passivos financeiros subordinados.

▪ Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos em longo prazo e outros investimentos não incluídos no efetivo e os seus equivalentes.

▪ Atividades de financiamento: atividades que produzem câmbios no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades de exploração.

Para efeitos da elaboração do estado de fluxos de efetivo consolidado, consideraram-se como “efetivo e equivalentes de efetivo” aqueles investimentos em curto prazo de grande liquidez e com baixo risco de mudanças no seu valor. Desta maneira, o Grupo considera efetivo ou equivalentes de efetivo, os seguintes ativos e passivos financeiros:

▪ A efetivo propriedade do Grupo, o qual se encontra registado no epígrafe “Caixa e depósitos em bancos centrais” do balanço consolidado (Nota 6).

▪ Os saldos líquidos à vista mantidos com Bancos Centrais, os quais se encontram registados nos epígrafes “Caixa e depósitos em bancos centrais” (os saldos devedores) e “Passivos financeiros a custo amortizado - Depósitos em bancos centrais” (os saldos credores) do ativo e do passivo, respetivamente, do balanço consolidado (Notas 6 e 19.1).

▪ Os saldos líquidos à vista mantidos com entidades de crédito, diferentes dos saldos mantidos com Bancos Centrais. Os saldos devedores encontram-se registados, entre outros conceitos, no epígrafe “Investimentos creditícios - Depósitos em entidades de crédito” do balanço consolidado (Nota 10.2). Por sua vez, os saldos credores encontram-se registados, entre outros conceitos, no epígrafe “Passivos financeiros a custo amortizado - Depósitos de entidades de crédito” do passivo do balanço consolidado (Nota 19.1).

### **3. Gestão do Risco**

A solvência, a liquidez e a qualidade creditícia dos ativos constituem os pilares fundamentais sobre os que se assenta a gestão de riscos da Entidade.

Pelo seu nível de exposição, o risco de crédito é a a mais relevância no perfil de riscos da Entidade, conquanto a gestão de riscos contempla igualmente o risco de contraparte, de concentração, de mercado, de liquidez, de taxa de juro, operacional, reputacional, de negócios, de seguros etc.

A Entidade conta com uma estrutura organizativa adequada para a gestão do risco, na qual as funções de identificação, medição, seguimento, gestão e controlo se encontram claramente distribuídas em diferentes órgãos e unidades, que desempenham as suas funções de maneira independente mas coordenada, nos âmbitos de:

▪ **Governo Corporativo:** Os órgãos de governo estabelecem as diretrizes relativamente às políticas de investimento e risco que serão desenvolvidas e aplicadas pelo resto da organização no desempenho das suas funções, tanto no caso da matriz como no das restantes sociedades que se integram em Cajates.

▪ **Estratégia e perfil de riscos:** Para estabelecer as mencionadas diretrizes, os Órgãos de Governo recebem suporte informativo e técnico dos Comitês e das Direções das Áreas de riscos.

▪ **Gestão do Risco:** As decisões de gestão do risco são adotadas por diferentes órgãos e unidades do Grupo no exercício das suas funções específicas.

▪ **Controlo do Risco:** A função de controlo do risco corresponde à Direção de auditoria e à Área de Controlo Global do Risco, que a exercem com independência da gestão.

A estrutura organizativa de governo e gestão do risco é proporcional à complexidade do negócio e garante a aplicação homogénea de políticas e procedimentos na Entidade.

Entre os princípios que ordenam a gestão de riscos da Entidade figuram os seguintes: gestão integral, qualidade, diversificação, independência, continuidade, delegação e sistema colegial, vinculação em modelos de decisão, homogeneidade, controlo, melhora contínua de processos e transparência.

A gestão de riscos da Entidade persegue os seguintes objetivos:

▪ **Avaliar os riscos chave para o negócio em função da sua relevância e probabilidade de ocorrência, quantificando-os com a maior precisão e o maior nível de detalhe.**

▪ **Integrar a medição de risco nos processos e circuitos operativos e de decisão (estabelecimento de limites e políticas, admissão de operações, seguimento, recuperação...) e analíticos (cálculo e análise de rentabilidade ajustada a risco de clientes, segmentos, produtos, centros de responsabilidade e linhas de negócio).**

▪ **Incrementar a eficiência nos processos de admissão, seguimento e recuperação do risco, através da utilização de sistemas de informação adequados, que facilitam a tomada de decisões.**

▪ **Assegurar a integridade e a qualidade da informação do risco, o que se traduz em melhoras nos sistemas de informação interna e externa e na comunicação a todos os níveis implicados na gestão do risco.**

▪ **Estabelecer um meio de seguimento sistémico dos modelos e ferramentas que permita manter o seu poder preditivo.**

Como consequência do atual meio económico, a proposta de objetivos no âmbito da gestão global de riscos da Entidade centra-se em aspetos de melhora interna que permitam uma gestão eficaz das situações de incumprimento e a prevenção de novos deterioros tanto na atual carteira como nas novas operações de risco

de crédito, na gestão ativa da liquidez desde todos os âmbitos do negócio e, em definitiva, na manutenção da solvência em níveis elevados.

### **3.1 Exposição ao risco de crédito**

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas derivadas do incumprimento das obrigações de pagamento por parte dos acreditados, bem como perdas de valor pelo deterioro da qualidade creditícia dos mesmos.

#### *3.1.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de crédito*

A gestão do risco de crédito está orientada a facilitar o crescimento do investimento creditício de forma sustentada e equilibrada, garantindo em todo momento a solidez financeira e patrimonial da Entidade, com o objetivo de otimizar o relacionamento rentabilidade / risco dentro dos níveis de tolerância fixados pelo Conselho de Administração e em base aos princípios de gestão e as políticas de atuação definidos.

O Conselho de Administração aprova as estratégias, políticas e limites para a gestão deste risco, documentados no “Manual de políticas aplicáveis à Gestão do Risco de Crédito”. Este manual inclui os critérios de atuação nos principais segmentos de atividade e as linhas máximas de risco com os principais acreditados, setores, mercados e produtos. Corresponde ao Conselho de Administração autorizar os riscos que excedem a concorrência do circuito operativo da Entidade.

#### *3.1.2 Políticas de concessão, seguimento e recuperação do risco de crédito*

A carteira de investimento creditício é segmentada em grupos de clientes com perfis homogêneos de risco e suscetíveis de tratamento diferenciado.

##### a) Política de concessão e avaliação de operações creditícias

Os critérios de concessão da Entidade estão vinculados com a capacidade de pagamento do prestatário para cumprir, em tempo e forma, com o total das obrigações financeiras assumidas a partir dos rendimentos procedentes do seu negócio ou fonte de renda habitual, sem depender de avalistas, fiadores ou ativos entregues como garantia, que deverão ser sempre considerados como uma segunda (e excepcional) via de cobrança para quando falhar a primeira. Os critérios específicos de concessão de operações creditícias encontram-se definidos e recolhidos no Manual correspondente.

##### b) Política de seguimento

Junto a uma correta análise inicial, o seguimento preventivo da evolução dos riscos assumidos é fundamental para assegurar uma adequada gestão do risco de crédito. O objetivo principal é detetar, conhecer e gerir os riscos mantidos com clientes que apresentam sintomas que podem derivar numa situação potencialmente problemática. Portanto, o estudo das operações continua durante toda a sua vigência e tão cedo se aprecia a existência de uma situação anormal ou de deterioro do risco de crédito, se realiza a proposta de atuações concretas que pode levar a uma reclassificação por agravamento da qualidade creditícia.

Ademais, são objeto de uma especial vigilância os coletivos ou acreditados qualificados em seguimento especial, risco subestándar, ou duvidosos por razões diferentes da morosidade.

c) A gestão integral do risco completa-se com as políticas de recuperação, orientadas a evitar ou minimizar possíveis prejuízos mediante circuitos de recuperação específicos em função da quantia e tipologia da operação e com a intervenção de diferentes gestores internos e externos para adequar as ações necessárias à cada situação.

### 3.1.3 Risco país

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas derivadas do incumprimento das obrigações de pagamento de um país globalmente consideradas por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual. Compreende o risco soberano, o risco de transferência e os restantes riscos derivados da atividade financeira internacional.

As operações, segundo o regulamento vigente, classificam-se em seis grupos em função do país de residência dos obrigados finais. Os grupos são:

- Grupo 1: em países da União Europeia, Noruega, Suíça, Islândia, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia.
- Grupo 2: em países que, ainda sendo de baixo risco, não estejam incluídos no grupo 1.
- Grupo 3: em países que apresentem um deterioro macroeconómico significativo que se estime que possa afetar à capacidade de pagamento do país.
- Grupo 4: em países que apresentem um deterioro macroeconómico profundo que se estime que possa afetar seriamente à capacidade de pagamento do país.
- Grupo 5: em países que apresentem dificuldades prolongadas para fazer frente ao serviço da dívida.
- Grupo 6: nesta categoria incluir-se-ão as operações cuja recuperação se considere remota, devido às circunstâncias imputáveis ao país.

Em matéria de risco-país, cabe assinalar que as operações dos acreditados residentes em países não integrados no Grupo 1, deverão ser autorizadas conforme às faculdades específicas de concessão delegadas.

### 3.1.4 Informação sobre o risco de crédito dos instrumentos financeiros

A classificação em função do nível de risco do investimento creditício, os ativos de renda fixa e os riscos contingentes do Grupo que não são duvidosos nem deterioraram o seu valor e que estão sujeitos a provisão genérica de insolvências é a seguinte:

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Sem risco apreciável	9.652.327	5.087.291
Risco baixo	4.557.477	5.322.915
Risco médio-baixo	1.123.767	1.554.973
Risco médio	2.206.846	2.126.525
Risco médio-alto	114.163	1.525.803
Risco alto	49.422	50.899
	<b>17.704.002</b>	<b>15.668.406</b>

Relativamente ao nível de exposição máximo ao risco de crédito, detalham-se os setores de atividade mais relevantes referidos ao investimento creditício (Nota 10), segundo a finalidade da operação:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Setor Público	428.652	430.586
Entidades de Crédito	732.681	968.532
Construção e promoção imobiliária	252.050	3.574.186
Resto atividades produtivas	2.560.767	3.059.456
Aquisição e reabilitação de morada	4.913.197	5.331.467
Consumo e outros a famílias	691.685	729.388
Outros setores sem classificar	727.436	1.042.155
	<b>10.306.468</b>	<b>15.135.770</b>

Relativamente ao nível de exposição máximo ao risco de crédito, o investimento creditício (Nota 10) com garantias ou melhoras creditícias tomadas é a seguinte:

	2013	2012
Garantias hipotecárias	6.500.778	10.134.224
Garantias reais ativos financeiros	7.448	7.936
Garantias reais	25.488	28.424
Garantias de assinatura de Setor Público e Entidades de Crédito	17.425	24.231
	<b>6.551.139</b>	<b>10.194.815</b>

A Dezembro de 2013, o LTV (loan to value, que reflete o relacionamento entre o saldo da operação financiada e o valor da garantia afeta a dita operação) da carteira com garantia hipotecária do Grupo Cajatres era de 56,70% (64,30% a Dezembro de 2012).

A classificação do investimento creditício (Nota 10) e dos ativos de renda fixa disponíveis para a venda (Nota 9) que se encontram deteriorados, distinguindo entre os que no seu cálculo foi tido em conta a existência de incumprimentos e aqueles nos que se consideraram outros fatores diferentes, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Por morosidade do cliente	932.419	1.348.418
Por outras razões	197.260	556.037
	<b>1.129.679</b>	<b>1.904.455</b>

Os principais fatores considerados para calcular o deterioro por razões diferentes da morosidade são os refletidos na Nota 2.8.

Como norma geral não existem ativos financeiros morosos que não estejam deteriorados. As únicas exceções a esta norma são operações cujo titular é o Setor Público ou têm garantia dinerária, e o seu custo é de muito escassa relevância.

Adicionalmente, na Nota 10.5 da memória consolidada, inclui-se o detalhe dos ativos vencidos e não deteriorados, indicando que o seu antiguidade é inferior a 3 meses.

3.1.5 Informação relativa a concentração de riscos, refinanciamentos e reestruturações

3.1.5.1 Informação sobre concentração de riscos

A seguir oferece-se um detalhe do valor em livros da distribuição do crédito à clientela por sujeito e atividade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Milhares de euros		Total	Do que: garantia imob.	Do que: resto de garantias reais	Crédito com garantia real. loan to value		
	31/12/2013					Inferior ou igual a 40%	Sup. a 40 % e inferior ou igual a 60%	Sup. a 60 % e inferior ou igual a 80%
<b>Administrações Públicas</b>	4 2 8 . 6 5 3 3 2 8 . 7 1 1 2 . 3 4 7 . 9 1	17.728	-	15.546	2.033	149	-	-
<b>Outras instituições financeiras</b>	0 1 2 . 3 4 7 . 9 1	921	7	132	581	59	121	35
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	1 0 1 1 9 . 7 9 3 9 0 . 8 8 8 2 . 1	1.183.596	35.163	395.264	389.005	270.767	78.487	85.236
Construção e promoção imobiliária	1 1 9 . 7 9 3 9 0 . 8 8 8 2 . 1	65.116	177	15.485	18.718	21.799	6.585	2.706
Construção de obra civil	1 0 1 1 9 . 7 9 3 9 0 . 8 8 8 2 . 1	2.885	23	1.667	276	807	-	158
Resto de finalidades	1 0 1 1 9 . 7 9 3 9 0 . 8 8 8 2 . 1	1.115.595	34.963	378.112	370.011	248.161	71.902	82.372

	7							
	.							
	2							
	2							
	9							
	4							
	6							
	7							
	.							
	6							
	5							
Grandes empresas	0	101.379	5.257	15.048	28.168	20.271	33.808	9.341
	1							
	.							
	6							
	6							
	9							
	.							
	5							
Pmes e empresários individuais	7	1.014.2		363.06		227.89		
	9	16	29.706	4	341.843	0	38.094	73.031
	5							
	.							
	5							
	0							
	3							
	.							
	9							
Resto de lares e instituições sem ânimo de lucro ao serviço dos lares	1	4.859.5		1.017.0	1.373.6	2.092.2	314.81	
	9	75	16.397	12	65	48	8	78.229
	4							
	.							
	8							
	6							
	0							
	.							
	4							
Habitação	0	4.611.1		910.64	1.312.9	2.036.5	306.64	
	6	46	6.178	5	99	61	7	50.472
	1							
	3							
	7							
	.							
	5							
	3							
Consumo	3	14.139	854	7.146	4.734	2.057	68	988
	5							
	0							
	5							
	.							
	9							
	8							
Outros fins	0	234.290	9.365	99.221	55.932	53.630	8.103	26.769
	8							
	.							
	6							
	0							
	9							
	.							
	1							
Subtotal	9	6.061.8	51.567	1.427.9	1.765.2	2.363.2	393.42	163.50
		20		54	84	23	6	0

	3							
<b>Menos: correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
	8							
	6							
	0							
	9							
	1							
	9							
<b>Total</b>	3	-	-	-	-	-	-	-
	8							
	5							
	2							
	2							
<b>Pró memória: operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas</b>	0			177.43		155.64		
	9	552.270	11.577	0	160.969	6	61.731	8.071

Milhares de euros  
31/12/2012

	Total	Do que: garantia imob.	Do que: resto de garantias reais	Crédito com garantia real. loan to value				
				Inferior ou igual a 40%	Sup. a 40% e inferior ou igual a 60%	Sup. 60% e inferior ou igual a 80%	Sup. a 80% e inferior ou igual a 100%	Sup. a 100%
<b>Administrações Públicas</b>	430.585	16.790	1.810	15.994	2.281	325	-	-
<b>Outras instituições financeiras</b>	10.494	1.162	115	315	628	60	263	11
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	87.743	1.699	1.365.949	490.270	624.884	1.165.911	468.476	316.059
Construção e promoção imobiliária	2.041.776	691.538	979.993	73.795	223.684	808.884	427.680	137.488
Construção de obra civil	3.041.271	13.978	478	6.182	4.075	2.165	668	1.366
Resto de finalidades	3.939	994.135	385.478	410.293	397.125	354.862	40.128	177.205
Grandes empresas	54.594	59.42	53.910	29.140	31.601	24.178	3.278	25.141

	3.818							
	2.170.							
	0.							
	11.934.7							
<i>Pmes e empresários individuais</i>	5.07	331.568	381.153	365.524	330.684	36.850	152.064	
	5.82							
	9.							
<b>Resto de lares e instituições sem ânimo de lucro ao serviço dos lares</b>	12.5.000							
	7.891	70.398	1.053.523	1.350.802	2.185.910	369.334	111.720	
	5.15							
	1.							
	064.778							
Habitação	9.281	50.487	949.974	1.291.383	2.140.619	358.027	88.765	
	22							
	5.19							
Consumo	11.498	638	942	320	129	19	726	
	45							
	2.							
	86.221.1							
Outros fins	7.12	19.273	102.607	59.099	45.162	11.288	22.229	
	11.1							
	48							
	.7							
<b>Subtotal</b>	04.494	1.438.272	1.560.102	1.978.595	3.352.206	838.073	427.790	
<b>Menos: correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>	-	-	-	-	-	-	-	
	11.1							
	48							
	.7							
<b>Total</b>	04	-	-	-	-	-	-	
	2.19							
	4.							
<b>Pró memória: operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas</b>	34.1.709							
	8.346	8.208	217.850	289.223	780.383	425.736	4.362	

A seguir detalha-se o valor em livros dos riscos classificados por atividade e área geográfica (\*):

▪Atividade total:

	Milhares de euros		América	Resto do mundo	Total
	Espanha	Resto da UE			
	1				
	.				
	1				
	8				
	.				
	3				
	0	21.54		223.1	1.369.09
<b>Entidades de crédito</b>	1	1	6.149	00	1
	5				
	.				
	6				
	4				
	1				
	.				
	1				
	1	12.01			5.653.17
<b>Administrações Públicas</b>	0	6	49	-	5
	4				
	.				
	0				
	5				
	4				
	.				
	9				
	5	12.01			4.067.02
Administração central	7	6	49	-	2
	1				
	.				
	5				
	8				
	6				
	.				
	1				
	5				1.586.15
Resto	3	-	-	-	3
	3				
	.				
	1				
	8				
	1				
	.				
	5				
	3	452.8			3.638.87
<b>Outras instituições financeiras</b>	7	32	4.501	-	0
	2				
	.				
	7				
	7				
	8	57.73			2.849.01
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	.	9	10.961	2.030	0

	2			
	8			
	0			
	1			
	7			
	2			
	.			
	7			
	9			
Construção e promoção imobiliária	5	5.088	-	-
	9			177.883
	1			
	.			
	3			
	8			
Construção de obra civil	6	1.492	1	-
	2			92.879
	.			
	5			
	1			
	4			
	.			
	0			
	9			
Resto de finalidades	9	51.15	10.960	2.030
	6	9		2.578.24
	4			8
	0			
	.			
	1			
	2	27.06		
<i>Grandes empresas</i>	7	2	7.646	2.030
	1			676.865
	.			
	8			
	7			
	3			
	.			
	9			
	7	24.09		
<i>Pmes e empresários individuais</i>	2	7	3.314	-
	5			1.901.38
	.			3
	5			
	3			
	2			
	.			
	3			
	8			
	7	14.95		
<b>Resto de lares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos lares</b>	4	5	705	1.776
	.			5.549.82
	8			3
	4			
	.			
	4			
	.			
	7			
	7	13.23		
Habituação	0	7	705	1.693
				4.860.40
				5

	1 3 7 · 5 3 3 5 5 0 · 0 8 4				
Consumo		-	-	-	137.533
Outros fins		1.718	-	83	551.885
<b>Subtotal</b>	<b>1 8 · 2 5 1 · 6 1 5</b>	<b>559.0 83</b>	<b>22.365</b>	<b>226.9 06</b>	<b>19.059.9 69</b>
<b>Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>					-
<b>Total</b>					<b>19.059.9 69</b>

(\*) Inclui depósitos em entidades de crédito, crédito à clientela, valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados de negociação, derivados de cobertura, participações e riscos contingentes.

		<b>Milhares de euros</b>				
		<b>31/12/2012</b>				
		<b>E s p a n h a</b>	<b>Resto da UE</b>	<b>América</b>	<b>Resto do mundo</b>	<b>Total</b>
<b>Entidades de crédito</b>	1 · 5 7 8 · 7 0 1		27.81 7	7.331	267.32 5	1.881.17 4
<b>Administrações Públicas</b>	3 · 0 3		9.446	217	-	3.047.87 6

	8			
	.			
	2			
	1			
	3			
	1			
	.			
	3			
	3			
	8			
	.			
	4			
	0			
	1			
Administração central	1	9.446	217	-
				1.348.06
				4
	1			
	.			
	6			
	9			
	9			
	.			
	8			
	1			
	2			
Resto	2	-	-	-
				1.699.81
				2
	1			
	.			
	2			
	0			
	4			
	.			
	6			
	1			
	0			
Outras instituições financeiras	0	92.52	10.705	2.743
		1		
				1.310.57
				9
	5			
	.			
	4			
	7			
	9			
	.			
	3			
	9			
	1			
Sociedades não financeiras e empresários individuais	1	101.2	15.117	2.054
		50		
				5.597.81
				2
	2			
	.			
	1			
	0			
	3			
	.			
	8			
	3			
	3			
Construção e promoção imobiliária	3	4.995	-	-
				2.108.82
				8

	1			
	2			
	6			
	.			
	2			
	6			
	1			
Construção de obra civil		5.987	-	-
	3			132.248
	.			
	2			
	4			
	9			
	.			
	2			
	9			
	7	90.26		3.356.73
Resto de finalidades		8	15.117	2.054
	8			6
	3			
	7			
	.			
	8			
	4			
	3	48.95		
Grandes empresas		1	12.062	2.054
	2			900.910
	.			
	4			
	1			
	1			
	.			
	4			
	5			
	4	41.31		2.455.82
Pmes e empresários individuais		7	3.055	-
	6			6
	5			
	.			
	8			
	5			
	1			
	.			
	5			
	0			
	0	15.94		5.869.57
Resto de lares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos lares		7	761	1.367
	5			5
	.			
	1			
	3			
	5			
	.			
	4			
	6	13.57		5.151.06
Habitação		3	760	1.275
	1			9

	2 2 4 · 4 3 9				
Consumo		748	-	4	225.191
	4 9 1 · 6 0 0				
Outros fins		1.626	1	88	493.315
	1 7 · 1 5 2 · 4 1 5				
<b>Subtotal</b>		<b>246.981</b>	<b>34.131</b>	<b>273.489</b>	<b>17.707.016</b>
<b>Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>					<b>-</b>
<b>Total</b>					<b>17.707.016</b>

(\*) Inclui depósitos em entidades de crédito, crédito à clientela, valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados de negociação, derivados de cobertura, participações e riscos contingentes.

▪Atividade em Espanha:

	Milhares de euros								
	31/12/2013								
	Aragão	Madrid	Castela e Leão	Estremadura	Andaluzia	Cataluña	Galiza	Resto	Total
<b>Entidades de crédito</b>	<b>358.937</b>	<b>517.655</b>	<b>2.525</b>	<b>588</b>	<b>23.883</b>	<b>74.134</b>	<b>7.910</b>	<b>132.669</b>	<b>1.118.301</b>
<b>Administrações Públicas</b>	<b>326.883</b>	<b>185.625</b>	<b>135.467</b>	<b>180.609</b>	<b>149.134</b>	<b>136.193</b>	<b>176.813</b>	<b>295.429</b>	<b>5.641.110</b>
Administração central									4.054.957
Resto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	326.883	185.625	135.467	180.609	149.134	136.193	176.813	295.429	1.586.153
<b>Outras instituições financeiras</b>	<b>37.120</b>	<b>3.120.634</b>	<b>1.712</b>	<b>16.032</b>	<b>748</b>	<b>5.257</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>3.181.537</b>
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	<b>1.164.335</b>	<b>360.460</b>	<b>632.242</b>	<b>314.115</b>	<b>110.788</b>	<b>70.613</b>	<b>14.036</b>	<b>111.691</b>	<b>2.778.280</b>
Construção e promoção imobiliária	76.905	14.833	40.196	22.591	11.059	4.364	92	2.755	172.795
Construção de obra civil	7.271	5.112	61.901	15.340	1.740	22	-	-	91.386
Resto de finalidades	1.080.159	340.515	530.145	276.184	97.989	66.227	13.944	108.936	2.514.099
<i>Grandes empresas</i>	<i>150.554</i>	<i>197.710</i>	<i>137.025</i>	<i>46.678</i>	<i>34.124</i>	<i>35.994</i>	<i>9.181</i>	<i>28.861</i>	<i>640.127</i>
<i>Pmes e empresários individuais</i>	<i>929.605</i>	<i>142.805</i>	<i>393.120</i>	<i>229.506</i>	<i>63.865</i>	<i>30.233</i>	<i>4.763</i>	<i>80.075</i>	<i>1.873.972</i>
<b>Resto de lares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos lares</b>	<b>2.859.541</b>	<b>335.460</b>	<b>885.255</b>	<b>847.535</b>	<b>283.510</b>	<b>126.609</b>	<b>7.506</b>	<b>186.974</b>	<b>5.532.390</b>
Habituação	2.435.326	316.229	791.846	733.329	267.641	120.501	6.907	172.991	4.844.770
Consumo	67.395	3.316	11.096	46.266	4.689	1.447	370	2.954	137.533
Outros fins	356.820	15.915	82.313	67.940	11.180	4.661	229	11.029	550.087
<b>Subtotal</b>	<b>4.746.816</b>	<b>4.519.834</b>	<b>1.657.201</b>	<b>1.358.879</b>	<b>568.063</b>	<b>412.806</b>	<b>206.265</b>	<b>726.797</b>	<b>18.251.618</b>
<b>Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>									
<b>Total</b>									<b>18.251.618</b>

Milhares  
de euros  
31/12/20  
12

	Ar a g ã o	Mad rid	Castel a e Leão	Extre madur a	Andal uzia	Catalu nha	Comu n. Valen.	Resto	Total
<b>Entidades de crédito</b>	21 9. 27	741. 413	19.649	1.956	14.043	132.68 3	197.28 5	252.39 3	1.578.70 1
<b>Administrações Públicas</b>	31 4. 15	201. 316	136.05 9	162.30 7	235.52 9	156.85 7	151.02 3	342.57 1	3.038.21 3
Administração central									1.338.40 1
Resto	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Outras instituições financeiras</b>	31 4. 15	201. 316	136.05 9	162.30 7	235.52 9	156.85 7	151.02 3	342.57 1	1.699.81 2
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	34 .9 45	1.13 8.35 7	2.121	15.570	679	7.243	5.641	54	1.204.61 0
<b>Construção e promoção imobiliária</b>	2. 18 8. 64	848. 102	1.166. 878	618.31 7	171.80 4	118.98 7	18.885	347.77 2	5.479.39 1
Construção de obra civil	84 5. 66	404. 848	482.91 4	73.929	57.280	14.982	3.423	220.79 6	2.103.83 3
Resto de finalidades	8. 79 6	10.0 41	62.159	39.880	4.231	505	283	366	126.261
<b>Grandes empresas</b>	1. 33 4. 18	433. 213	621.80 5	504.50 8	110.29 3	103.50 0	15.179	126.61 0	3.249.29 7
<b>Pmes e empresários individuais</b>	22 3. 14 7	221. 499	43.151	204.61 0	33.389	67.739	2.890	41.418	837.843
	1. 11	211. 714	578.65 4	299.89 8	76.904	35.761	12.289	85.192	2.411.45 4

	1. 04 2								
<b>Resto de lares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos lares</b>	<b>3. 00 5. 10</b>	<b>345. 901</b>	<b>964.13 2</b>	<b>931.33 6</b>	<b>287.85 7</b>	<b>131.85 0</b>	<b>44.482</b>	<b>140.83 3</b>	<b>5.851.50 0</b>
Habituação									
	2. 60 8. 49	320. 859	866.73 8	775.48 7	268.85 7	124.56 0	41.999	128.46 6	5.135.46 1
Consumo									
	89 .4 28	5.27 4	13.248	102.26 5	7.564	2.486	1.085	3.089	224.439
Outros fins									
	30 7. 18 6	19.7 68	84.146	53.584	11.436	4.804	1.398	9.278	491.600
<b>Subtotal</b>	<b>5. 76 2. 12 9</b>	<b>3.27 5.08 9</b>	<b>2.288. 839</b>	<b>1.729. 486</b>	<b>709.91 2</b>	<b>547.62 0</b>	<b>417.31 6</b>	<b>1.083. 623</b>	<b>17.152.4 15</b>
<b>Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>									
<b>Total</b>									<b>17.152.4 15</b>

### 3.1.5.2 Informação sobre refinanciamentos e reestruturações

O Grupo definiu as políticas de refinanciamento, reestruturação, renovação e renegociação das operações como instrumentos de gestão do risco de crédito encaminhadas a:

- Garantir a viabilidade económica dos acreditados e as operações (concessão de carência, aumento de prazo, etc.).
- Melhorar na medida do possível a posição de risco da Entidade mediante a contribuição de garantias eficazes adicionais e revisão das já existentes.

Para qualificar uma operação como de renovação ou renegociada, os titulares devem ter capacidade para obter no mercado, na data da renovação ou renegociação, operações por um custo e com umas condições financeiras análogas às quais lhe aplique a entidade, e estar estas acertadas às que se concedam nessa data a clientes com similar perfil de risco.

O Banco estabelece como política em matéria de recuperação, que a primeira opção para dar uma solução a uma situação de morosidade, deve ser a refinanciamento ou reestruturação da dívida.

As operações e acordos de refinanciamento e reestruturação de dívidas:

- Estarão adequadamente justificadas e documentadas, suportadas pelas propostas e pareceres dos correspondentes departamentos internos do Banco.
- Adotar-se-ão utilizando critérios vinculados com a vontade do devedor de defrontar às suas obrigações e a capacidade para cumprir, em tempo e forma, com o total das obrigações financeiras assumidas. Para isso, realizar-se-á uma análise atualizada da situação económica e financeira dos prestatários e garantidores e da sua capacidade de pagamento das operações com as novas condições financeiras, a partir dos rendimentos procedentes do seu negócio, ou fonte de renda habitual. Para o caso de financiamento a empresas e negócios em geral, a fonte principal para devolver o capital entregue em empréstimo, mais os juros e comissões, deverá ser a geração de fluxos líquidos de efetivo estimados a partir dos estados financeiros do negócio, que a entidade possa contrastar devida e periodicamente. Para o caso de particulares, a fonte primária de cobrança serão os rendimentos procedentes do seu trabalho habitual e outras fontes recorrentes de geração daqueles.
- Sustentar-se-ão em relatórios que, de forma sintética e ordenada, conterão aqueles elementos que permitam ao Órgão facultado adotar uma decisão, com critérios de prudência e salvaguarda dos interesses do Banco.

A Entidade realiza um seguimento destas operações, detetando o potencial risco de incumprimento e reconhecendo as quantidades que se estimem irrecuperáveis, procedendo a contabilizar as provisões necessárias para cobrir a perda.

Igualmente, redefiniram-se os critérios utilizados pela Entidade para classificar as operações refinanciadas e reestruturadas em normal, duvidoso e subestandar, tendo em conta o indicado na carta de Banco de Espanha de 30 de Abril de 2013 e a regulação estabelecida pela EBA na sua *EBA Implementing Technical Standards On Supervisory reporting on forbearance and non-performing exposures under article 99(4) \*of Regulation (EU) Não 575/2013*.

Detalham-se a seguir os saldos vigentes de refinanciamentos e reestruturações em 31 de Dezembro de 2013:

	Milhares de euros					
	Normal		Garantia hipotecária imobiliária plena	Resto de garantias reais		Sem garantia real
	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto
<b>Administrações públicas</b>	-	-	-	-	10	21.122
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	47	123.766	26	5.145	992	158.424
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	14	10.149	-	-	1	240
<b>Resto de pessoas singulares</b>	905	105.936	32	865	947	10.148
<b>Total</b>	2382	229.702	58	6.010	1.949	189.694

Milhares de euros					
subestándar		Garantia hipotecária imobiliária plena	Resto de garantias reais	Sem garantia real	Cobertura específica

	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	
<b>Administrações públicas</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	155	71.982	9	4.852	173	45.179	16.638
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	4	1.15644.94	-	-	-	-	1205.23
<b>Resto de pessoas singulares</b>	428	8	34	1.011	401	9.883	8
<b>Total</b>	583	116.930	43	5.863	574	55.062	21.876

	Milhares de euros		Duvidoso				Cobertura específica
	Número de operações	Custo bruto	Resto de garantias reais	Sem garantia real	Custo bruto		
	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	
<b>Administrações públicas</b>	5	-	-	-	1	1.002	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	02	162.588	29	10.659	549	159.545	174.681
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	47	21.775	-	-	27	6.740	18.247
<b>Resto de pessoas singulares</b>	127	115.054	37	1.521	830	21.770	26.634
<b>Total</b>	177	277.642	66	12.180	1.380	182.317	201.315

A seguir anexa-se o resumo da informação incluída nos três quadros anteriores em 31 de Dezembro de

2013:

	Milhares de euros		Número de operações	Custo bruto	Cobertura específica
	Total				
<b>Administrações públicas</b>	1				
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	2			22.124	-
	9				
	1				
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	2			742.140	191.319
	9				
<b>Resto de pessoas singulares</b>	3			40.060	18.367
	5				
	8				
	8				
	9			311.136	31.872
<b>Total</b>	8				
	8				
	1				
	2			1.075.400	223.191

Detalham-se a seguir os saldos vigentes de refinanciamentos e reestruturações em 31 de Dezembro de 2012:

	Milhares de euros					
	Normal		Garantia hipotecária imobiliária plena	Resto de garantias reais	Sem garantia real	
	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto
<b>Administrações públicas</b>	- 8	-	-	-	13	1.811
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	3 5	1.003.191	23	23.926	904	184.553
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	2 5 7 1	614.317	1	15.047	11	30.322
<b>Resto de pessoas singulares</b>	. 7 4 9	103.417	29	1.062	909	10.929
<b>Total</b>	2 . 5 8 4	1.106.608	52	24.988	1.826	197.293

	Milhares de euros		
	subestândar		
	Garantia hipotecária imobiliária plena	Resto de garantias reais	Cobertura específica

	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	
<b>Administrações públicas</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	23710	720.886	10	54.217	149	301.448	749.001
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	08244	460.130	7	46.753	24	119.069	500.519
<b>Resto de pessoas singulares</b>	24	30.731	21	1.772	42	1.554	5.951
<b>Total</b>	479	751.617	31	55.989	191	303.002	754.952

Milhares de euros  
\*duvidoso

Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Número de operações	Custo bruto	Garantia hipotecária imobiliária plena	
						Resto de garantias reais	Sem garantia real
						Cobertura específica	

	e						
<b>Administrações públicas</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	4	698.36	29	19.210	279	420.86	750.380
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	3	428.21	5	5.576	36	187.12	392.504
<b>Resto de pessoas singulares</b>	1	46.715	32	2.557	478	11.562	13.653
<b>Total</b>	1	745.08	61	21.767	757	432.42	764.033

A seguir anexa-se o resumo da informação incluída nos três quadros anteriores em 31 de Dezembro de 2012:

	Milhar es de euros			
	Total	Nú me ro de ope raç ões	Custo bruto	Cobertura específica
<b>Administrações públicas</b>		13	1.811	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>		29	3.426.664	1.499.381
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária		648	1.906.557	893.023
<b>Resto de pessoas singulares</b>		4.1	210.299	19.604
<b>Total</b>		7.0	3.638.774	1.518.985

Anexa-se o detalhe das operações refinanciadas ou reestruturadas que, anteriormente à reestruturação ou refinanciamento, foram classificadas como duvidosas durante os exercícios 2013 e 2012:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Administrações públicas</b>	1.002	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	124.0	205.932
Do qual: financiamento à construção e promoção imobiliária	21	181.283
<b>Resto de pessoas singulares</b>	28.72	33.490
<b>Total</b>	7	
	71.09	
	2	
	196.1	239.422
	15	

Em 31 de Dezembro de 2013 o Grupo avaliou as operações renegociadas, e segundo o seu melhor julgamento identificou e provisionou aquelas que de não haver renegociação poderiam ter entrado em mora ou ter-se-iam deteriorado, por um custo de risco global de 177.855 milhares euros (1.319.286 milhares euros em 31 de Dezembro de 2012), custo coincidente com as refinanciamentos classificadas como subestandar indicadas anteriormente.

### **3.2 Exposição ao risco operacional**

Define-se como o risco de perda decorrente de uma falta de adequação ou de uma falha dos processos, o pessoal e os sistemas internos, ou bem derivado de acontecimentos externos.

#### *3.2.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco operacional*

O Conselho de Administração aprova as estratégias e políticas para a gestão deste risco, documentadas na "Política de Risco Operacional".

A Entidade conta atualmente com um modelo de gestão e avaliação deste risco, que contempla basicamente os seguintes pontos:

- Aspectos gerais: definição do risco operacional, classificação e avaliação de riscos.
- Metodologias aplicadas para a identificação, avaliação e medição de riscos operacionais.
- Âmbito de aplicação das metodologias e pessoal que participa na gestão deste risco (estrutura organizativa).
- Modelos de apoio à gestão (gestão, controlo e mitigação do risco operacional): informação derivada das metodologias anteriores e implementação de medidas dirigidas à mitigação deste risco.

A sua aplicação e utilização efetiva em cada uma das unidades e sociedades filiais desenvolve-se de forma descentralizada. Por sua vez, a Unidade de Controlo de Riscos Operacional realiza a medição, seguimento, análise e comunicação do risco.

#### *3.2.2 Procedimentos de medição, gestão e controlo*

O Grupo, em aplicação do modelo adotado para a gestão do risco operacional, utiliza de forma combinada as seguintes metodologias, as quais estão suportadas por ferramentas informáticas específicas:

- Metodologia qualitativa, baseada na identificação e avaliação experiente de riscos operacionais e dos controlos existentes nos processos e atividades, junto da compilação e análise de indicadores de risco.
- Identificaram-se e avaliado um total de 151 possíveis riscos operacionais inerentes à atividade do Grupo, concluindo dos processos de autoavaliação continuados uma exposição estimada baixa ao potencial impacto conjunto destes riscos.
- Metodologia quantitativa, suportada na identificação e análise das perdas reais sucedidas no Grupo, que são registadas no banco de dados estabelecido ao efeito (BDP).

A quantificação das perdas reais registadas no banco de dados de perdas (média do período: 2011-2013) mostra que o custo total líquido anual (consideradas as recuperações diretas e por seguros) de perdas por eventos de risco operacional é de 1.615 milhares de euros correspondentes a uma média de 4.426 eventos.

Esta cifra de perdas reais é de nível reduzido relativamente aos requerimentos de capital, sendo coerente com o resultado global da avaliação qualitativa dantes referida (risco baixo).

A Entidade calcula o consumo de capital por Risco Operacional mediante o método do indicador básico, de conformidade com o previsto na norma 97 da Circular 3/2008, de 22 de Maio, de Banco de Espanha, sobre determinação e controlo dos recursos próprios mínimos.

### **3.3 Exposição ao risco de taxa de juro**

Define-se como a possibilidade de que a margem financeira ou o valor patrimonial do Grupo se vejam

afetados por variações adversas nas taxas de juro de mercado aos que estão referidas as suas posições de ativo, passivo ou as operações fora de balanço.

As fontes do risco de taxa de juro são os riscos de repreciação, de curva, de base ou de opcionalidade. Designadamente, o risco de repreciação deriva das diferenças temporárias que existem no vencimento ou a revisão de tipos das operações sensíveis ao risco de taxa de juro.

### *3.3.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de taxa de juro*

O objetivo da gestão deste risco é contribuir à manutenção da rentabilidade atual e futura nos níveis adequados, preservando o valor económico da Entidade.

O Conselho de Administração aprova as estratégias, políticas e limites para a gestão deste risco, documentados na “Política de Risco de taxa de juro”.

O Comité de Ativos e Passivos é o órgão que realiza o controlo e seguimento, entre outros, do risco de interesse do balanço. Para cumprir os seus objetivos tem as seguintes funções:

- Revisar a política do risco de juro e propor, se for o caso, as modificações consideradas.
- Implantar, gerir e seguir a política de taxa de juro, em especial dos limites operativos e alertas.
- Controlar a exposição da margem de interesses e do valor económico do Banco às flutuações das taxas de juro; otimizar, mediante coberturas, a estrutura do balanço em termos de risco e rentabilidade dentro dos limites de risco vigentes.
- Analisar periodicamente a sensibilidade do balanço, para definir e implantar as estratégias necessárias segundo o nível de risco assumível em cada momento.
- Definir o grau de cobertura, tanto nos produtos de passivo como nos de ativo.
- Estabelecer as tarifas, prazos e sensibilidades dos produtos de ativo e passivo que vende a Rede Comercial.
- Informar trimestralmente ao Conselho de Administração do cumprimento dos limites e da exposição do Banco a este risco.

Para cumprir as funções anteriores, o Comité de Ativos e Passivos apoia-se nas medições de risco de juro que realiza Planeamento e Controlo, que quantifica periodicamente o impacto da variação das taxas de juro na margem de juros e o valor económico do Banco.

### *3.3.2 Procedimentos de medição e controlo*

O Grupo gere a exposição ao risco que deriva das operações da sua carteira, tanto no momento da sua contratação como no seu posterior seguimento, e incorpora ao seu horizonte de análise a evolução prevista para o negócio e as expectativas com respeito às taxas de juro, bem como as propostas de gestão e cobertura, simulando diferentes cenários de comportamento.

As ferramentas de que dispõe o Grupo permitem medir os efeitos das variações das taxas de juro sobre a margem de mediação e o valor económico, simular cenários em função das hipóteses de evolução das taxas de juro e da atividade comercial bem como estimar o impacto potencial em capital e em resultados derivado de flutuações anormais do mercado (cenários de stress) de maneira que os seus resultados se considerem no estabelecimento e revisão das políticas e dos limites do risco bem como no processo de planeamento.

Os objetivos do Banco relacionados com este risco vão encaminhados a manter um GAP de risco de juro em termos líquidos num nível mínimo, de maneira que correções nas curvas de taxas de juro de mercado não afetem de uma maneira significativa, diretamente, a atividade e os resultados da Entidade, mantendo o equilíbrio em todo o caso com uns níveis ótimos de rentabilidade.

Na análise, medição e controlo do risco de taxa de juro assumido pelo Banco, utilizam-se técnicas de medição de sensibilidade e análise de cenários, estabelecendo-se os limites adequados para evitar a exposição a níveis de riscos que pudessem afetar de maneira importante à mesma. Estes procedimentos e técnicas de análises são revisados com a frequência necessária para assegurar o seu correto funcionamento. Todas aquelas operações individualmente significativas são analisadas tanto de maneira individual como de maneira conjunta com o resto de operações.

Ademais, o Grupo utiliza operações de cobertura para a gestão do risco de taxa de juro. Estas coberturas são de carácter individual sobre operações ou ativos específicos (micro-coberturas); e também sobre diversas massas de balanço consideradas no seu conjunto (macro-cobertura). Em ambos casos, de acordo às precauções e requisitos estabelecidos na Circular 4/2004 de Banco de Espanha.

O quadro seguinte mostra o perfil de sensibilidade do balanço de Banco Grupo Cajates ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, indicando o valor em livros daqueles ativos e passivos financeiros afetados por dito risco, os quais aparecem classificados em função do prazo estimado até a data de revisão da taxa de juro ou de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2013:

	Milhões de euros		Prazos até a revisão da taxa de juro efetiva ou de vencimento				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Saldo Sensível	Saldo Insensível	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos</b>	<b>2.384</b>	<b>4.363</b>	<b>4.924</b>	<b>11.671</b>	<b>8.163</b>	<b>3.843</b>	<b>4.320</b>
Ativos financeiros com taxa de juro fixa e outros ativos sem vencimento determinado	2.384	114	448	1.768	8.001	3.639	4.362
Ativos financeiros a tipo fixo cobertos com derivados	0	-	41	43	(44)	(2)	(42)

	1						
	.						
	1						
	7						
Ativos financeiros a taxa de juro variável	6	4.249	4.435	9.860	206	206	-
	3						
	.						
	7						
	0						
<b>Passivos</b>	4	<b>2.890</b>	<b>4.609</b>	<b>11.203</b>	<b>8.631</b>	<b>6.715</b>	<b>1.916</b>
	3						
	.						
	6						
Passivos financeiros com taxa de juro fixa e outros passivos sem vencimento determinado	3	2.455	4.377	10.462	8.768	6.798	1.970
Passivos financeiros a tipo fixo cobertos com derivados	0	-	29	108	137	(137)	(54)
	7						
Passivos financeiros a taxa de juro variável	4	406	124	604	-	-	-
	(						
	1						
	.						
	3						
	2						
	0						
<b>Diferença ou Gap do período</b>	)	<b>1.473</b>	<b>315</b>	<b>468</b>	<b>(468)</b>	<b>(2.872)</b>	<b>2.404</b>
	(						
	1						
	.						
	3						
	2						
	0						
<b>Diferença ou Gap acumulado</b>	)	<b>153</b>	<b>468</b>	<b>468</b>	<b>(468)</b>	<b>(2.404)</b>	<b>-</b>
	(						
	1						
	.						
	3						
	2						
	1						
Gap médio	)	(216)	1.214	629	-	-	-
	(						
	6						
	,						
	6						
	6						
% s/ ativo total	)	(1,09)	6,12	3,17	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2012:

	Ativo	Milhões de euros					
		Prazos até a revisão da taxa de juro efetiva ou de vencimento					
		Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Saldo Sensível	Saldo Insensível	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos</b>		<b>3.116</b>	<b>6.941</b>	<b>12.181</b>	<b>6.636</b>	<b>2.743</b>	<b>3.893</b>
Ativos financeiros com taxa de juro fixa e outros ativos sem vencimento determinado		521	645	1.972	6.391	2.455	3.936
Ativos financeiros a tipo fixo cobertos com derivados		-	43	45	(45)	(2)	(43)
Ativos financeiros a taxa de juro variável		2.595	6.253	10.164	290	290	-
<b>Passivos</b>		<b>2.688</b>	<b>4.980</b>	<b>11.626</b>	<b>7.191</b>	<b>4.884</b>	<b>2.307</b>
Passivos financeiros com taxa de juro fixa e outros passivos sem vencimento determinado		2.180	4.218	9.998	7.926	5.243	2.683
Passivos financeiros a tipo fixo cobertos com derivados		60	556	743	(743)	(367)	(376)
Passivos financeiros a taxa de juro variável		448	206	885	8	8	-

	(						
	1						
	.						
	8						
	3						
	4						
Diferença ou Gap do período	)	428	1.961	555	(555)	(2.141)	1.586
	(						
	1						
	.						
	8						
	3						
	4						
Diferença ou Gap acumulado	)	(1.406)	555	555	(555)	(1.586)	-
	(						
	1						
	.						
	8						
	3						
	5						
Gap médio	)	(1.513)	1.322	(298)	-	-	-
	(						
	9						
	.						
	7						
	5						
% s/ ativo total	)	(8,04)	7,03	(1,58)	-	-	-

Consideram-se saldos sensíveis aqueles cujo vencimento ou repreciação se produz nos próximos doze meses. Este período estabelece-se como referência para quantificar o efeito da variação das taxas de juro sobre a margem de mediação anual do Grupo.

O Gap que aparece no quadro representa a diferença entre os ativos e passivos sensíveis na cada período, isto é, o saldo líquido exposto a mudanças nos preços. O Gap médio do período é de 629 milhões de euros, o 3,17% do ativo (-298 milhões de euros, o -1,06% do ativo a 31 de Dezembro de 2012).

Com dados a 31 de Dezembro de 2013, o impacto na margem de juros da Entidade perante subidas ou baixadas de 100 pontos básicos nas taxas de juro é de um incremento de 6 milhões de euros e uma redução de 1 milhão de euros, respetivamente, o que supõe uma variação de 4,42% e -0,73% sobre a margem de juros dos próximos 12 meses (as mesmas variações no exercício 2012 geravam um impacto de -17 e 14 milhões de euros respetivamente, o qual supunha um -6,22% e 5,37%) sob a hipótese de manutenção de tamanho e estrutura do balanço e de que os movimentos das taxas de juro se produzem instantaneamente e são iguais para todos os pontos da curva.

Por sua vez, o impacto no valor económico da Entidade perante subidas ou baixadas de 100 pontos básicos nas taxas de juro é de um incremento de 4 e 54 milhões de euros, respetivamente, o que supõe uma variação de 0,33% e 4,00% sobre o valor económico (as mesmas variações no exercício 2012 geravam um impacto de -124 e 272 milhões de euros respetivamente, o qual supunha um -6,64% e 14,52%) baixo a hipótese de manutenção de tamanho e estrutura do balanço e de que os movimentos das taxas de juro se produzem instantaneamente e são iguais para todos os pontos da curva.

### 3.4 Exposição ao risco de liquidez

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas por não dispor ou não poder aceder a fundos líquidos suficientes para defrontar às obrigações de pagamento.

### *3.4.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de liquidez*

A gestão e controlo do risco de liquidez regem-se pelos princípios de autonomia financeira e equilíbrio de balanço, garantindo a continuidade do negócio e a disposição dos recursos líquidos suficientes para cumprir com os compromissos de pagamento associados ao cancelamento dos passivos nas suas respetivas datas de vencimento sem comprometer a capacidade de resposta perante oportunidades estratégicas de mercado.

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão do risco de liquidez, documentados no “Manual de políticas e procedimentos para a gestão do risco de liquidez”.

O órgão responsável de avaliar este risco é o Comité de Ativos e Passivos (COAP). O referido Comité revisa na cada uma das suas sessões a posição de liquidez, a estrutura de financiamento, os Gaps de liquidez e os limites estabelecidos para o controlo e seguimento do risco, e determina as políticas necessárias para a manutenção de uma posição de liquidez prudente e adequada para o desenvolvimento do negócio do Banco.

No caso particular do Grupo, as estratégias de angariação de recursos nos segmentos a retalho e a utilização de fontes alternativas de liquidez a curto e longo prazo, estão a permitir dispor dos recursos necessários para atender a procura de crédito solvente derivada da atividade comercial e manter as posições de tesouraria dentro dos parâmetros de gestão estabelecidos no manual de liquidez.

### *3.4.2 Procedimentos de medição e controlo*

A medição do risco de liquidez considera os fluxos de tesouraria estimados dos ativos e passivos, bem como as garantias ou instrumentos adicionais dos quais se dispõe para assegurar fontes alternativas de liquidez que pudessem ser requeridas.

Igualmente, incorpora-se a evolução prevista para o negócio e as expectativas com respeito às taxas de juro, bem como as propostas de gestão e cobertura, simulando diferentes cenários de comportamento. Estes procedimentos e técnicas de análises são revisados com a frequência necessária para assegurar o seu correto funcionamento.

Realizam-se previsões a curto, médio e longo prazo para conhecer as necessidades de financiamento e o cumprimento dos limites, que têm em conta as tendências macroeconómicas mais recentes, pela sua incidência na evolução dos diferentes ativos e passivos do balanço, bem como nos passivos contingentes e produtos derivados. Do mesmo modo, controla-se o risco de liquidez através do estabelecimento de limites à exposição, dentro dos níveis compatíveis com as políticas aprovadas.

Ademais, o Grupo está preparado para enfrentar eventuais crises, tanto internas como dos mercados nos quais opera com procedimentos e “planos de contingência” que garantam a liquidez suficiente com os menores custos possíveis em cenários adversos, estimando qual vai ser o comportamento das variáveis mais significativas, estabelecendo uma série de alertas ante situações anómalas dos mercados e planificando a obtenção de fundos durante a crise.

Em 31 de Dezembro de 2013, a liquidez disponível do Grupo atinge 4.702 milhões de euros, um 23,7% do ativo individual, e a capacidade de emissão de cédulas hipotecárias e territoriais a 2.536 milhões de euros. Assim, as disponibilidades totais calculam-se em 7.238 milhões de euros, com um aumento de 3.032 milhões de euros com respeito ao encerramento do passado ano. Durante o exercício, atenderam-se vencimentos por grosso (custo nominal) por 110 milhões de euros instrumentados em cédulas hipotecárias.

Assim, o Grupo conta com uma importante almofada de ativos líquidos com os que fazer frente a eventuais situações de tensão nos mercados. Adicionalmente, conta também com uma carteira de investimento creditício formada na sua maior parte por empréstimos hipotecários que, dadas as garantias que contribuem, permitiriam obter financiamento mediante cédulas, titulizações hipotecárias e outros títulos semelhantes, bem seja os colocando diretamente em mercado, bem os destinando a autocarteira para ser descontados ante o BCE; conquanto neste assunto teria que considerar as condições atuais dos mercados, que poderiam limitar consideravelmente esta fonte de financiamento.

A seguir oferece-se um detalhe da liquidez disponível:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Caixa e bancos centrais	153.631	189.655
Disponível em apólice	1.696.659	365.042
Ativos elegíveis fora de apólice	2.829.003	214.761
Outros ativos negociáveis não elegíveis pelo Banco Central	22.423	23.348
<b>Saldo disponível acumulado</b>	<b>4.701.716</b>	<b>792.806</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 a capacidade de emissão de cédulas hipotecárias e territoriais atinge 2.535.619 milhares de euros (3.413.767 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

A seguir apresenta-se o detalhe por prazos dos vencimentos contratuais de ativos e passivos (Gap de liquidez) em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Milhares de euros						
	À vista	Até um mês	Entre um e três meses	Entre três meses e num ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>ATIVO</b>							
	330.433						
Depósitos em entidades de crédito	7	20.000	-	13.890	3.570	-	<b>367.897</b>
Empréstimos a outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	5.034	<b>5.034</b>
Aquisições temporárias de valores e empréstimos de valores	-	299.430	-	-	-	-	<b>299.430</b>
	68.368						
Empréstimos (inclui vencido, duvidoso, frustrado e adjudicado)	8	148.912	148.441	612.466	2.109.617	6.266.685	<b>9.354.489</b>
						3.380.755	
Liquidação de carteira de valores	-	1.084	112.478	316.035	4.215.503	5	<b>8.025.855</b>
Margem de Interesses	-	53.730	50.887	141.161	-	-	<b>245.778</b>
	398.050						
<b>Total em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>528.374</b>	<b>523.156</b>	<b>311.806</b>	<b>1.083.552</b>	<b>6.328.690</b>	<b>9.652.474</b>	<b>18.298.483</b>
<b>Total em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>0</b>	<b>553.897</b>	<b>345.451</b>	<b>1.491.739</b>	<b>5.733.019</b>	<b>10.308.243</b>	<b>18.716.089</b>
<b>PASSIVO</b>							
Emissões por grosso	-	-	-	130.247		619.488	<b>2.451.364</b>

					1.701.629		
	1.						
	8						
	2						
Depósitos de entidades de crédito	4	24.095	14.200	28.500	3.500	250.000	<b>322.119</b>
	5						
	5.						
	0						
Depósitos de outras instituições financeiras e organismos	3	20.300	230.468	194.733	113.974	47.365	<b>661.874</b>
	4						
	1						
	7.						
	4						
Depósitos de grandes empresas não financeiras	6	10.000	50	850	2.446	-	<b>30.807</b>
	1						
	4.						
	7						
	2						
	5.						
	6						
	1						
Financiamentos do resto da clientela	4	514.311	539.524	3.667.510	2.058.379	1.272	<b>11.506.610</b>
Fundos para créditos de mediação	-	4.219	9.128	46.910	66.816	26.478	<b>153.551</b>
Financiamentos com colateral de valores	-	322.529	723.745	46.866	2.638.850	-	<b>3.731.990</b>
Outras saídas líquidas	-	(1.150)	-	-	-	-	<b>(1.150)</b>
	4.						
	7						
	9						
	9.						
	9						
	3						
<b>Total em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>3</b>	<b>894.304</b>	<b>1.517.115</b>	<b>4.115.616</b>	<b>6.585.594</b>	<b>944.603</b>	<b>18.857.165</b>
	4.						
	8						
	7						
	1.						
	2						
	5						
<b>Total em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>4</b>	<b>944.293</b>	<b>1.455.149</b>	<b>4.159.684</b>	<b>5.190.972</b>	<b>921.080</b>	<b>17.542.432</b>
	(4						
	.4						
	0						
	1.						
	1						
Gap do período 2013	2	(371.148	(1.205.30	(3.032.06		8.707.87	
	8)	)	9)	4)	(256.904)	1	
	(4						
	.5						
	8						
Gap do período 2012	7.	(390.396	(1.109.69	(2.667.94		9.387.16	
	5	)	8)	5)	542.047	3	

	1 4)					
<b>Gap acumulado (sem poupança vista) 2013</b>	-	(371.148 )	(1.576.45 7)	(4.608.52 1)	(4.865.42 5)	3.842.44 6
<b>Gap acumulado (sem poupança vista) 2012</b>	-	(390.396 )	(1.500.09 4)	(4.168.03 9)	(3.625.99 2)	5.761.17 1

Inclui vencimentos de principal e juros e não se assumem hipóteses de novo negócio.

O vencimento dos depósitos à vista consignou-se na primeira faixa temporária, conquanto não está determinado contratualmente, pelo que na prática as saídas de fluxos de efetivo são distribuídas em todas as faixas temporárias.

Nos seguintes quadros mostram-se os vencimentos do financiamento por grosso em longo prazo.

Em 31 de Dezembro de 2013:

	Milhares de euros						Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 5 anos	
Dívida Senior	-	-	-	35.393	11.748	-	<b>47.141</b>
Dívida avalizada pelo estado	-	-	-	-	-	-	-
Subordinadas e preferenciais	-	-	-	20.000	387.000	-	<b>407.000</b>
Obrigações e cédulas hipotecárias e territoriais	-	-	-	74.854	1.302.881	619.488	<b>1.997.223</b>
Titulizações	-	-	-	-	-	-	-
"Pagars" e certificados de depósito	-	-	-	-	-	-	-
<b>Emissões por grosso</b>	-	-	-	<b>130.247</b>	<b>1.701.629</b>	<b>619.488</b>	<b>2.451.364</b>
<b>Financiamento com colateral de valores em longo prazo</b>	-	-	-	-	<b>2.290.000</b>	-	<b>2.290.000</b>
<b>Vencimentos do período</b>	-	-	-	<b>130.247</b>	<b>3.991.629</b>	<b>619.488</b>	<b>4.741.364</b>
<b>Vencimentos acumulados</b>	-	-	-	<b>130.247</b>	<b>4.121.876</b>	<b>4.741.364</b>	

As emissões por grosso aparecem líquidas de autocartera. No entanto, as cédulas multicedentes figuram pelo seu custo bruto emitido enquanto a autocartera consigna-se como liquidez disponível de acordo com os critérios de elaboração dos estados LQ de Banco de Espanha.

Em 31 de Dezembro de 2012:

	Milhares de euros						
	A v i s t a	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 5 anos	Total
Dívida Senior	-	-	-	-	-	-	-
Dívida avalizada pelo estado	-	-	-	-	-	-	-
Subordinadas e preferenciais	-	-	-	-	94.150	-	94.150
Obrigações e cédulas hipotecárias e territoriais	-	-	60.000	50.000	1.157.	839.488	2.107.22
Titulizações	-	-	-	-	735	-	3
"Pagará" e certificados de depósito	-	8.037	-	-	-	-	8.037
<b>Emissões por grosso</b>	-	<b>8.037</b>	<b>60.000</b>	<b>50.000</b>	<b>1.251.</b>	<b>839.488</b>	<b>2.209.41</b>
<b>Financiamento com colateral de valores em longo prazo</b>	-	-	-	-	<b>885</b>	-	<b>0</b>
<b>Vencimentos do período</b>	-	<b>8.037</b>	<b>60.000</b>	<b>50.000</b>	<b>2.290.</b>	<b>839.488</b>	<b>2.290.00</b>
<b>Vencimentos acumulados</b>	-	<b>8.037</b>	<b>68.037</b>	<b>118.03</b>	<b>7</b>	<b>3.541.</b>	<b>4.499.41</b>
					<b>885</b>	<b>4.499.4</b>	<b>0</b>
					<b>3.659.</b>	<b>10</b>	
					<b>922</b>		

As emissões por grosso aparecem líquidas de autocarteria. No entanto, as cédulas multicedentes figuram pelo seu custo bruto emitido enquanto a autocarteria consigna-se como liquidez disponível de acordo com os critérios de elaboração dos estados LQ de Banco de Espanha.

Relativamente aos contratos de garantia financeira emitidos, o custo nominal da garantia não tem por que representar necessariamente uma obrigação real de realização ou de necessidades de liquidez, as quais dependerão de que se cumpram as condições para que se deva realizar o custo da garantia comprometida pelo Grupo.

O Grupo só espera que se produza uma saída de efetivo em relacionamento a contratos de garantia financeira que se qualificaram como duvidosos. O custo que se espera realizar dos referidos contratos duvidosos se encontra registado dentro de "Provisões para riscos e compromissos contingentes", no epígrafe de Provisões (Nota 21), por um custo de 15.176 milhares de euros (9.536 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

### 3.5 Exposição a outros riscos

#### 3.5.1 Exposição ao risco de mercado e contraparte

##### 3.5.1.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de mercado e contraparte

###### a) Risco de mercado

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas pela manutenção de posições nos mercados como consequência de um movimento adverso das variáveis financeiras ou fatores de risco (taxas de juro, taxas de câmbio, preço das ações,...), que determinam o valor das referidas posições.

O Grupo gere o risco de mercado, tratando de obter uma adequada rentabilidade financeira em relacionamento ao nível de risco assumido, tendo em conta uns determinados níveis de exposição global, exposição por tipos de segmentação (carteiras, instrumentos, setores, sujeitos, ratings), estrutura da carteira e objetivos de rentabilidade/risco. Na sua gestão e controlo aplicam-se análise de sensibilidade para a estimativa do seu impacto nos resultados e no património.

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão do risco de mercado, documentados na “Política e Procedimentos de Investimento e Risco de Mercado”.

Para a gestão do risco de mercado, dispõe-se de políticas de identificação, medição, seguimento, controlo e mitigação bem como de políticas de operações no relativo à sua negociação, reavaliação de posições, classificação e avaliação de carteiras, cancelamento de operações, aprovação de novos produtos, relacionamentos com intermediários e delegação de funções.

#### b) Risco de contraparte

Define-se como a possibilidade de que se produzam incumprimentos por parte das contrapartidas em operações financeiras (renda fixa, interbancário, derivados, etc.).

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão deste risco, documentados na “Política e Procedimentos de risco de crédito da atividade nos mercados de capitais”.

Nesta Política, estabelecem-se as linhas de risco em função dos ratings atribuídos pelas agências de qualificação creditícia e dos relatórios que emitem as referidas agências e da análise experiente dos seus estados financeiros.

Para a concessão de operações relacionadas com o risco de contraparte (entidades financeiras, corporações locais e as sociedades cotadas e/ou qualificadas por alguma das agências de rating), será o COAP e os Órgãos de Governo, os encarregados de gerir a assunção de risco, atendendo aos limites afixados para as linhas de crédito.

O Grupo utiliza para a gestão, controlo e medição do risco de contraparte ferramentas especializadas com objeto principalmente de adaptar o consumo de riscos dos produtos derivados ao regulamento de Banco de Espanha e de recolher baixo um mesmo aplicativo o cálculo de riscos a nível de Grupo.

#### 3.5.1.2 *Procedimentos de medição e controlo*

##### a) Risco de Mercado:

O Conselho de Administração aprovou o uso da metodologia do VaR ou (“Value at Risk”, Valor em Risco), em matéria do cálculo dos riscos mencionados anteriormente. Sobre dita metodologia têm-se estabelecidos na atualidade os seguintes limites e normas:

- Um limite de 1,5% do “core capital” para a totalidade da atividade da Direção Financeira. Como “core capital” se emprega a definição estabelecida pelo Comité de Basileia.
- Um limite de 300.000 euros para a Carteira de Negociação.

Como complemento ao anterior, se estabelecem uns níveis de custos máximos por setor, país, instrumento, etc., com o objetivo de evitar um aumento do risco por concentração. Igualmente, limitam-se as perdas incorridas nas carteiras de Disponível para a Venda e Negociação, distinguindo por instrumentos. Tanto estes limites como o estabelecidos sobre o Valor em Risco se acham recolhidos no documento de “Políticas e procedimentos de atuação em risco de mercado”.

No final de 2013, e dentro do enquadramento de integração no Grupo Ibercaja, estes limites foram adaptados às políticas da matriz Ibercaja Banco.

O VaR proporciona uma estimativa da perda potencial máxima esperada que poderia experimentar uma carteira de títulos e derivados ante um movimento adverso, mas estatisticamente normal, dos preços. Expressa-se em termos monetários e refere-se a uma data concreta, com um determinado nível de confiança e para um horizonte temporário dado. A Entidade emprega como parâmetros de cálculo o horizonte

temporário de um dia e um nível de confiança de 99%, e o aplica tanto à carteira de Disponível para a Venda como à de Negociação.

Dentro da metodologia empregada, realizam-se provas de back-testing que garantem a fiabilidade do modelo, bem como o estudo das sensibilidades a variações ocorridas nos diferentes fatores de risco (stress-testing), com o objetivo de adiantar possíveis cenários adversos.

Mensalmente o Comité de Ativos e Passivos supervisiona o cumprimento destes limites mediante os relatórios preparados por Controlo de Riscos de Tesouraria e Mercados. Este departamento, independente da Direção Financeira, está integrado organicamente na Direção de Controlo Global do Risco, com dependência direta do Administrador Delegado.

#### b) Risco de contraparte

Os limites autorizados pelo Conselho de Administração estabelecem-se por volume de investimento e incluem limites à exposição global e limites individuais ao investimento por emissor.

Ademais, observam-se os limites legais à concentração e grandes riscos em aplicação da norma centésima primeira da Circular 3/2008, de Banco de Espanha.

Os sistemas de seguimento asseguram que os riscos assumidos se enquadram em todo momento dentro dos limites estabelecidos. Incorporam a revisão das notícias sobre entidades que têm atribuída uma linha de risco específica, análise dos estados financeiros, controlos sobre as variações produzidas nos ratings, bem como o seguimento do risco consumido pelas empresas espanholas e riscos assumidos com entidades financeiras.

Entre as técnicas de mitigação do Risco de contraparte figuram os contratos quadro de compensação ou «netting», os contratos de garantias, a redução de carteiras em casos de eventos creditícios adversos, a redução das linhas de risco em caso de baixadas de rating ou notícias negativas de alguma companhia e o seguimento pontual da informação financeira das companhias.

Com aquelas entidades com as que se acorde uma compensação de riscos e um acordo de contribuição de garantias, de conformidade com os requisitos exigidos pelo Banco de Espanha, o risco poder-se-á calcular pela posição líquida decorrente.

#### 3.5.2 *Gestão do risco de taxa de câmbio*

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas derivadas das flutuações adversas nas taxas de câmbio das moedas nas que estão denominados os ativos, passivos e operações fora de balanço do Grupo.

O Grupo não mantém posições em moeda estrangeira de carácter especulativo. Também não mantém posições abertas em moeda estrangeira de carácter não especulativo de custo significativo.

A política do Grupo é limitar este tipo de risco, mitigando-o no momento em que se apresente mediante a contratação de operações simétricas ativas ou passivas ou através de derivados financeiros que permitam a sua cobertura.

### 3.5.3 Gestão do Risco reputacional

Define-se como o risco de sanções legais ou normativas, perda financeira significativa ou de reputação que uma Entidade pode sofrer como resultado de incumprir as leis, regulações, normas, standards de auto-regulação da organização e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades financeiras; este risco é consubstancial às referidas atividades, pelo facto de estar altamente reguladas e sujeitas a superintendência contínua pelas autoridades.

A Entidade conta com uma Unidade de Cumprimento Normativo, dependente da Direção de auditoria, com o objetivo de assegurar e supervisionar o cumprimento das principais normas que lhe são aplicáveis nas suas atividades reguladas, tais como as relativas a: prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a proteção do investidor na comercialização de instrumentos financeiros e prestação de serviços de investimento (MIFID), o Regulamento Interno de Conduta (RIC) no âmbito dos Mercados de Valores, o regulamento sobre comunicação de operações suspeitas de abuso de mercado, etc.

## 3.6 Controlo de Riscos

O controlo dos riscos é um elemento fundamental do sistema de controlo interno numa entidade de crédito já que os riscos, basicamente financeiros e operativos, são consubstanciais aos produtos e serviços financeiros que constituem a sua atividade.

O Grupo conta com sistemas de controlo de risco baseados em:

- Procedimentos de identificação e medição de riscos que permitem o seu seguimento e controlo.
- Uma estrutura de limites para as principais contrapartes, instrumentos, mercados e prazos, que anualmente se submete à aprovação do Conselho de Administração, com o fim de definir políticas prudentes e evitar concentrações de risco.
- Um Comité de Ativos e Passivos encarregado de definir e efetuar o seguimento das estratégias e das políticas de risco da Sociedade.
- Uma estrutura hierárquica de autorizações para a concessão ou assunção de risco em função da quantia e natureza do mesmo.
- Controlos diretos distribuídos entre os diferentes níveis de decisão que assegurem que as operações se realizem de acordo com os termos autorizados.
- Uma Área de Controlo Global do Risco, dependente do Administrador Delegado, que verifica, entre outras aspetos o cumprimento dos limites de risco e informa periodicamente do seu cumprimento ao Comité de Ativos e Passivos e ao Conselho de Administração.
- Uma Unidade de Cumprimento Normativo, incluída dentro da função de auditoria interna, que supervisiona o cumprimento de determinadas normas legais que regulam algumas atividades da Sociedade com a finalidade de minimizar as sanções e perdas de reputação que o seu incumprimento pudesse ocasionar.
- A função de auditoria interna é revisar o adequado funcionamento dos sistemas de controlo de riscos, verificando ademais o cumprimento das políticas, procedimentos e normas internos estabelecidos, e informar a um comité de nível diretivo, o qual adota os acordos necessários para corrigir as deficiências e mitigar os riscos observados. Adicionalmente informa-se, tanto do planeamento anual da auditoria interna como das conclusões mais relevantes obtidas, à Comissão de Auditoria e Cumprimento.
- A Comissão de Auditoria e Cumprimento do Conselho de Administração, que tem entre a sua concorrência a superintendência da eficácia do controlo interno, a auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos, revisando periodicamente os mesmos, para que os principais riscos se identifiquem, giram e deem a conhecer adequadamente.

## 3.7 Informação relevante sobre a exposição a determinados riscos a encerramento do exercício

Banco Grupo Cajatres proporciona informação sobre a exposição a determinados riscos, com o objetivo de contribuir à máxima transparência naqueles aspetos em que se concentram as incertezas assinaladas pelos

participantes nos mercados: o risco do investimento creditício vinculado a atividades promotoras e imobiliárias e a hipotecas a retalho, ativos imobiliários adquiridos em troca de dívidas e a exposição a dívida soberana.

### 3.7.1 Investimento creditício vinculado a atividades promotoras e imobiliárias e a hipotecas a retalho

- Financiamento destinado à construção e promoção imobiliária e as suas coberturas

	Milhares de euros	Custo bruto		Excesso sobre valor de garantia (*)		Correção de valor por deterioro. Cobertura específica	
		2012	2013	2012	2013	2012	2013
<b>Financiamento à construção e promoção imobiliária registada por</b>							
<b>As entidades de crédito do grupo (negócios em Espanha)</b>		<b>3.634.819</b>	<b>176.172</b>	<b>1.246.586</b>	<b>192.031</b>	<b>1.540.300</b>	
Da que: duvidoso		1.184.801	103.060	492.127	179.097	757.725	
Da que: subestandar		1.073.058	15.963	380.247	12.934	434.890	
<b>Pró memória: ativos frustrados</b>		<b>58.988</b>	-	-	-	-	

Pró memória: Dados do balanço consolidado público	Milhares de euros	
	Valor contabilístico	Valor
	2013	2012
Total crédito à clientela, excluídas as Administrações Públicas (negócios em Espanha)	7.799.797	10.643.733
Total ativo consolidado (negócios totais)	20.685.757	19.616.766
Correções de valor e provisões por risco de crédito. Cobertura genérica total (negócios totais)	-	-

(\*) Excesso sobre o custo bruto da cada operação do valor das garantias reais calculadas segundo Anexo IX Circular 04/2004. Isto é, tomando o menor valor entre o preço de compra e avaliação e aplicando-lhe

diferentes reduções segundo a natureza da garantia.

- Financiamento destinado à construção e promoção imobiliária

	Milhares de euros	
	Financiamento à construção e promoção imobiliária. Custo bruto	
	2013	2012
<b>Sem garantia hipotecária</b>	<b>136.294</b>	<b>290.938</b>
<b>Com garantia hipotecária</b>	<b>286.067</b>	<b>3.343.881</b>
Edifícios terminados	163.246	1.103.756
Morada	67.842	846.810
Resto	95.404	256.946
Edifícios em construção	18.727	317.707
Morada	17.011	266.960
Resto	1.716	50.747
Solo	104.094	1.922.418
Terrenos urbanizados	103.688	1.722.099
Resto de solo	406	200.319
<b>Total</b>	<b>422.361</b>	<b>3.634.819</b>

- Crédito aos lares para a aquisição de habitação

	Milhares de euros			
	Custo bruto		Do que: duvidoso	
	2013	2012	2013	2012
<b>Crédito para aquisição de habitação</b>	<b>4.718.959</b>	<b>4.945.087</b>	<b>257.666</b>	<b>178.019</b>
Sem garantia hipotecária	155.892	177.522	22.552	17.173
Com garantia hipotecária	4.563.067	4.767.565	235.114	160.846

- Crédito com garantia hipotecária aos lares para aquisição de habitação segundo a percentagem que supõe o risco total sobre o custo da última avaliação disponível (loan to value).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 o detalhe é o seguinte:

	Milhares de euros					Total
	2013					
	Risco sobre a última avaliação disponível (loan to value)					
	Inferior a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%	
Custo ilíquido	885.181	1.275.334	2.017.992	298.821	85.739	<b>4.563.067</b>
Do que: duvidoso	18.478	43.702	96.458	56.767	19.709	<b>235.114</b>

Milhares de euros						
2012						
Risco sobre a última avaliação disponível (loan to value)						
	Inferior ao 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%	Total
Custo ilíquido	935.962	1.247.486	2.110.616	359.676	113.825	<b>4.767.565</b>
Do que: duvidoso	13.292	27.205	67.150	36.865	16.333	<b>160.845</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 o 92% do crédito para aquisição de morada com garantia hipotecária num LTV inferior a 80% (90% em 31 de Dezembro de 2012).

### 3.7.2 Ativos imobiliários adquiridos em troca de dívidas

A seguir detalha-se a seguinte informação sobre os ativos imobiliários adquiridos em troca de dívidas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Milhares de euros		Milhares de euros	Valor contabilístico líquido de coberturas	Do que: Correção de valor por deterioro (1)	Do que: Coberturas totais por deterioro (2)
	2013	2012	2012			
<b>Ativos imobiliários procedentes de financiamentos destinadas à construção e promoção imobiliária (3)</b>	<b>82.846</b>	<b>5.469</b>	<b>17.504</b>	<b>247.103</b>	<b>28.540</b>	<b>414.118</b>
Edifícios terminados	13.743	2.221	5.980	105.314	54.470	83.660
Habitação	6.073	841	2.487	66.834	39.970	58.853
Resto	7.670	1.380	3.493	38.480	14.500	24.807
Edifícios em construção	6.360	275	3.990	7.322	8.752	12.858
Habitação	6.360	275	3.990	3.366	3.052	6.169
Resto	-	-	-	3.956	5.700	6.689

Solo	62.743	2.973	7.534	134.467	22.187	317.600
Terrenos urbanizados	62.176	2871	7280	128.534	7.223	293195
Resto solo	567	102	254	5.933	964	24.405
<b>Ativos imobiliários procedentes de financiamentos hipotecários a lares para aquisição de morada</b>	<b>44.078</b>	<b>7.848</b>	<b>17.493</b>	<b>48.981</b>	<b>14.88</b>	<b>22.124</b>
<b>Resto de ativos imobiliários recebidos em troca de dívidas</b>	<b>13.598</b>	<b>1.465</b>	<b>5.285</b>	<b>66.032</b>	<b>109</b>	<b>54.419</b>
<b>Instrumentos de capital, participações e financiamentos a sociedades não consolidadas detentoras de ditos ativos</b>	<b>915</b>	<b>5.026</b>	<b>5.026</b>	<b>54.496</b>	<b>24.811</b>	<b>24.811</b>
<b>Total</b>	<b>141.437</b>	<b>19.808</b>	<b>45.308</b>	<b>416.612</b>	<b>358.817</b>	<b>515.472</b>

(1) Correções de valor posteriores à data de aquisição.

(2) Coberturas totais em data de aquisição e posteriores.

(3) A redução do saldo deve-se à transferência realizado a SAREB, que se descreve nas Notas 1.1.3 e 13.

### 3.7.3 Políticas para a gestão dos ativos problemáticos

Banco Grupo Cajatres, SAU estabelece políticas específicas em relacionamento com a gestão dos ativos do setor imobiliário, afetados muito particularmente pela crise atual.

Estas políticas estão focadas a favorecer o cumprimento das obrigações dos acreditados e mitigar os riscos aos que está exposto o Grupo. Neste sentido procuram-se alternativas que permitam a finalização e venda dos projetos, analisando a renegociação dos riscos melhora a posição creditícia do Grupo e com a finalidade básica de que o acreditado possa manter a sua atividade mercantil. Para isso se têm em conta a experiência anterior com o acreditado, a vontade manifesta de pagamento e a melhora do Grupo em termos de perda esperada, tentando aumentar as garantias dos créditos e não incrementar o risco do cliente.

Adicionalmente o Grupo apoia os promotores uma vez terminadas as promoções, colaborando na gestão e facilitação das vendas.

Todos aqueles ativos que passam a fazer parte do balanço do Grupo se gerem procurando o seu desinvestimento ou o seu arrendamento.

Para isso, a Entidade conta com sociedades instrumentais, especializadas em gestão de projetos urbanísticos, comercialização de imóveis e arrendamento de ativos imobiliários. Por outro lado a Entidade dispõe de Unidades específicas para desenvolver estas estratégias e coordenar as ações das filiais instrumentais, da rede de escritórios e do resto de agentes implicados. Adicionalmente, a Entidade conta com o site [www.viviendascaja3.es](http://www.viviendascaja3.es) como uma das principais ferramentas com as que dar a conhecer ao público interessado ditos ativos.

Com o transferência de ativos imobiliários a SAREB, os saldos vivos pertencentes ao risco imobiliário são praticamente residuais.

### 3.7.4 Exposição a dívida soberana

A seguir detalha-se a seguinte informação sobre a exposição a dívida soberana em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

▪ Detalhe do valor em livros da exposição por países:

<b>Milhares de euros</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Espanha	5.621.761	2.983.793
Itália	4.773	4.649
Alemanha	3.249	3.574
Resto	3.064	2.503
	<b>5.632.847</b>	<b>2.994.519</b>
do que: da companhia de seguros	<b>664.456</b>	<b>493.950</b>

▪ Detalhe do valor em livros da exposição por carteira na qual se encontram registados os ativos:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Carteira de negociação	9	40
Ativos financeiros disponíveis para a venda	786.945	1.051.389
Investimentos creditícios	428.652	430.586
Carteira de investimento a vencimento	4.417.241	1.512.504
	<b>5.632.847</b>	<b>2.994.519</b>
do que: da companhia de seguros	<b>664.456</b>	<b>493.950</b>

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito relacionado com os instrumentos financeiros nele incluídos.

▪Detalhe do prazo a vencimento residual da exposição por carteira na qual se encontram registados os ativos:

<b>Milhares de euros</b>						
<b>2013</b>						
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	
Carteira de negociação	-	-	-	-	9	
Ativos financeiros disponíveis para a venda	3.090	4.668	78.777	326.902	373.508	
Investimentos creditícios	33.455	32.195	39.893	157.441	165.668	
Carteira de investimento a vencimento	208	264.301	2.287.656	911.635	953.441	
<b>Total</b>	<b>36.753</b>	<b>301.164</b>	<b>2.406.326</b>	<b>1.395.978</b>	<b>1.492.626</b>	
do que: da companhia de seguros	3.090	4.489	75.774	216.341	364.762	

<b>Milhares de euros</b>							
<b>2012</b>							
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>	
Carteira de negociação	-	-	-	-	40	40	
Ativos financeiros disponíveis para a venda	30.295	109.026	132.520	218.371	561.177	1.051.389	
Investimentos creditícios	75.061	37.009	20.255	132.895	165.366	430.586	
Carteira de investimento a vencimento	5.157	149.384	932.074	58.845	367.044	1.512.504	
<b>Total</b>	<b>110.513</b>	<b>295.419</b>	<b>1.084.849</b>	<b>410.111</b>	<b>1.093.627</b>	<b>2.994.519</b>	
do que: da companhia de seguros	12.690	28.927	44.971	127.934	279.428	493.950	

▪Outra informação

-Valor razoável. O valor razoável dos instrumentos incluídos na carteira de negociação e na carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda coincide com o valor em livros indicado anteriormente. O valor razoável da carteira de investimento a vencimento detalha-se na Nota 26.

Na Nota 26 indica-se a metodologia de avaliação da carteira de investimento creditício, na que se observa que o valor razoável detalhado não difere significativamente do valor em livros. Exceto para o investimento creditício, o resto de valor razoável sócio ao risco soberano obtém-se mediante técnicas de avaliação de nível 1 (a descrição das mesmas detalha-se na Nota 26).

-O efeito de uma variação de 100 pontos básicos na taxa de juro teria um efeito no valor razoável de 2,72%.

-Em 31 de Dezembro de 2013 existe crédito a Administrações Públicas deteriorado por um custo de 5.258 milhares de euros (6.822 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012), tal como se indica na Nota 10.5.

#### **4. Distribuição dos resultados**

A proposta de distribuição do resultado de Banco Grupo Cajatres, SAU do exercício 2013 e a que foi aprovada do exercício 2012 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Distribuição		
A dividendos:	-	-
A reservas:		
<i>Reserva legal</i>	-	-
<i>Reserva voluntária</i>	-	-
<i>Resultados negativos de exercícios anteriores</i>	(230.181)	(1.042.430)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(230.181)</b>	<b>(1.042.430)</b>

## **5. Retribuições ao Conselho de Administração e à Alta Direção**

### **5.1 Remuneração ao Conselho de Administração**

No seguinte quadro mostra-se um detalhe das retribuições adquiridas pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade, exclusivamente na sua qualidade de administradores, em conceito de ajudas de custo por assistência e deslocação a sessões do Conselho de Administração e comissões delegadas da Sociedade, bem como a sessões dos órgãos de administração de sociedades do Grupo, durante o exercício 2013 e 2012:

		Milhares de euros	
Ajudas de custo por assistência e deslocação		2013	2012
Juan María Pemán Gavín (*)	Presidente	9,2	21,6
Luis Miguel Carrasco Miguel (*)	Administrador Delegado	-	14,4
Francisco Manuel García Peña	Vogal	13,4	16,8
Rafael Alcázar Crevillén (*)	Vogal	10,0	15,2
Manuel Muela Martín-Buitrago (*)	Vogal	20,9	37,2
Joaquín Vázquez Terry (*)	Vogal	18,5	36,4
Juan Antonio García Toledo (*)	Vogal	12,8	25,6
Alberto Astorga González (*)	Vogal	11,2	21,6
Luis Antonio Oro Giral (*)	Vogal	4,8	12,0
Miguel Ruíz Martínez (*)	Vogal	8,4	15
Amado Franco Lahoz (**)	Presidente	3,0	-
Francisco Serrano Gill de Albornoz (**)	Administrador Delegado	3,0	-
José Luis Aguirre Loaso (**)	Vogal	5,0	-
Eugenio Nadal Reimat (**)	Vogal	3,0	-
Jesús Bueno Arrese (**)	Vogal	4,5	-
Miguel Fernández De Pinedo López (*) (**)	Vogal	5,0	-

(\*) administradores da Entidade que cessaram no exercício do seu cargo ao longo do ano 2013.

(\*\*) administradores da Entidade que começaram no exercício do seu cargo o 25 de Julho de 2013, data na que Ibercaja Banco passou a ser titular de 100% do capital social de Banco Grupo Cajates (Nota 1.1.1)

Adicionalmente às quantidades indicadas no quadro anterior, as Caixas acionistas até a aquisição por Ibercaja Banco (Nota 1.1.1) perceberam durante o exercício 2013 ajudas de custo por valor de 22,5 milhares de euros (34,2 milhares de euros durante o exercício 2012) pela assistência dos administradores que as representam nos órgãos de administração do Banco.

Não existem compromissos por pensões com os membros do Conselho de Administração da Sociedade na sua qualidade de administradores do mesmo.

### **5.2 Remunerações à Alta Direção**

A seguir detalham-se os membros da alta direção do Banco em 31 de Dezembro de 2013, que correspondem a 10 empregados e 2 membros do Conselho de Administração que têm funções diretivas no Banco em 31 de Dezembro de 2013 (9 empregados e 2 membros do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de

2012):

- Administrador Delegado
- Diretor de Desenvolvimento Corporativo
- Diretor de Negócio
- Diretor de Controlo Global de Risco e SAREB
- Diretora de Planeamento e Controlo
- Diretor de Riscos
- Diretor de Auditoria
- Diretora de Negócio da Territorial de Extremadura
- Diretor da Área Financeira
- Diretor de Negócio da Territorial de Castela e Leão
- Diretor de Participadas
- Diretor Geral de Relacionamento Institucionais

No quadro seguinte mostram-se as retribuições adquiridas pela Sociedade em favor da alta direção:

Milhares de euros	Retribuições em curto prazo		Prestações pós-emprego		Indemnizações		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Alta Direção	1.718	1.961	74	212	410	1.401	2.202	3.574

### 5.3 Deveres de lealdade dos Administradores

Relativamente aos requisitos dos artigos 229º e 230º do Texto Refundido da Lei de Sociedades de Capital, os membros do Conselho de Administração de Banco Grupo Cajatres, bem como as pessoas a eles vinculadas às que se refere o artigo 231º da mencionada Lei, não têm cargos nem desempenham atividades em outras entidades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade ao que constitui o objeto social da mesma, com as seguintes exceções:

Administrador	Entidade	Cargo/função
Amado Franco Lahoz Amado Franco Lahoz	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja (Ibercaja) Ibercaja Banco, S.A.	Presidente Presidente
José Luis Aguirre Loaso José Luis Aguirre Loaso	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja (Ibercaja) Ibercaja Banco, S.A.	Diretor Geral Administrador Delegado - Vice-presidente 1º
Francisco Manuel García Peña	Ibercaja Banco, S.A.	Vice-presidente 2º
Eugenio Nadal Reimat Eugenio Nadal Reimat	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja (Ibercaja) Ibercaja Banco, S.A.	Vice-presidente 1º Vogal
Jesús Bom Arrese Jesús Bom Arrese	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja (Ibercaja) Ibercaja Banco, S.A.	Secretário Vogal
Gabriela González-Bueno Lillo (*)	Ibercaja Banco, S.A.	Vogal

(\*) Administradora que iniciou o início do seu cargo anteriormente ao encerramento do exercício 2013.

Igualmente, os Administradores da Entidade confirmaram que não há situações de conflitos de interesses, diretos ou indiretos, com o interesse da Entidade.

Nenhum dos administradores, nem pessoa a eles vinculada, tem participação em entidades com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade ao que constitui o objeto social de Banco Grupo Cajatres, SAU

### 6. Caixa e depósitos em bancos centrais

O detalhe do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o

seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Caixa	75.04	
	1	85.773
	77.78	
Depósitos em Banco de Espanha	8	103.072
Depósitos em outros bancos centrais	813	815
Acertos por avaliação	15	45
	<b>153.6</b>	
	<b>57</b>	<b>189.705</b>

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2013 foi de 0,38% (0,74% durante o exercício 2012).

## 7. Carteiras de negociação de ativo e passivo

### 7.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo - saldos devedores

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumento:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	6.269	9.120
Resto do mundo	9	40
	<b>6.278</b>	<b>9.160</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	396	176
Administrações Públicas não residentes	9	40
Outros setores residentes	5.873	8.944
	<b>6.278</b>	<b>9.160</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Derivados não negociados em mercados organizados	6.278	9.160
	<b>6.278</b>	<b>9.160</b>

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito em relacionamento com os instrumentos financeiros nele incluídos.

### 7.2 Composição do saldo - saldos credores

A seguir apresenta-se um detalhe dos passivos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumento:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	5.834	10.586
Resto de países da União Europeia	3	112
	<b>5.837</b>	<b>10.698</b>

<b>Por classes de contrapartes</b>	<b>6</b>	
	3	
	. 3 0 3 2	4.912
Entidades de crédito		
	. 6 1 3	5.786
Outros setores residentes	<b>5</b>	
	. 9 1 6	<b>10.698</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
	5	
	. 9 1 6	10.698
Derivados não negociados em mercados organizados	<b>5</b>	
	. 9 1 6	<b>10.698</b>

### 7.3 Derivados financeiros de negociação

A seguir apresentam-se detalhe-los, por tipos de produto, do valor razoável e nocional dos derivativos financeiros de negociação em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Milhares de euros			
	Valor razoável			
	Sal dos devedo res	Saldos credores	2013	2012
<b>Compra-venda de divisas não vencidas</b>	2	177	1	167
<b>Opções sobre valores/índices</b>	9	40	-	1.628
	6			
	. 2			
<b>Outras operações sobre taxas de juro</b>	6	8.943	5.915	8.903
	7			
	6			
	. 2			
Permutas financeiras sobre taxas de juro (IRS's)	6	8.943	5.915	8.903
	7			
	8			
	. 2 7 8	<b>9.160</b>	<b>5.916</b>	<b>10.698</b>

	Milhares de euros	
	Nocional	
	2013	2012
<b>Compra-venda de divisas não vencidas</b>	<b>5.314</b>	<b>14.630</b>
<b>Opções sobre valores/índices</b>	<b>11.890</b>	<b>40.147</b>
<b>Outras operações sobre taxas de juro</b>	<b>89.107</b>	<b>118.143</b>
Derivados mercado por grosso	44.114	58.767
Distribuição de derivados	44.993	59.376
	<b>106.311</b>	<b>172.920</b>

Adicionalmente aos saldos detalhados no quadro anterior, o nocional das opções sobre valores (saldos credores) derivadas da garantia de rentabilidade outorgada pela Sociedade a Fundos de Investimento comercializados pela mesma ascende em 31 de Dezembro de 2013 a 388.708 milhares de euros (293.923 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

#### **8. Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados**

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumentos:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	4.736	36.087
Resto do mundo	9.578	9.915
	<b>14.314</b>	<b>46.002</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
	10.77	
Entidades de crédito	2	46.002
Administrações Públicas residentes	3.542	-
	<b>14.314</b>	<b>46.002</b>
<b>Por tipo de instrumentos</b>		
	13.11	10.378
Valores representativos de dívida	9	
Depósitos em entidades de crédito	-	34.362
Participações no património de Fundos de Investimento	1.195	1.262
	<b>14.314</b>	<b>46.002</b>

O Grupo classifica nesta carteira as participações em fundos de investimento que se gerem conjuntamente com passivos por contratos de seguro avalizados pelo seu valor razoável.

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito em relacionamento com os instrumentos financeiros nele incluídos.

## 9. Ativos financeiros disponíveis para a venda

### 9.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipos de instrumentos:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	1.346.176	2.040.718
Resto de países da União Europeia	97.509	146.829
Resto da Europa	511	539
Resto do mundo	21.573	38.703
<b>Total custo ilíquido</b>	<b>1.465.769</b>	<b>2.226.789</b>
(Perdas por deterioro)	(223)	-
<b>Total custo líquido</b>	<b>1.465.546</b>	<b>2.226.789</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	181.486	586.544
Administrações Públicas residentes	776.964	1.041.805
Administrações Públicas não residentes	9.981	9.584
Outros setores residentes	334.170	448.871
Outros setores não residentes	163.168	139.985
<b>Total custo bruto</b>	<b>1.465.769</b>	<b>2.226.789</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Valores representativos de dívida:	1.292.965	1.912.125
<i>Dívida Pública do Estado</i>	<i>724.541</i>	<i>958.072</i>
<i>Dívida Pública estrangeira</i>	<i>9.981</i>	<i>9.584</i>
<i>Emitidos por entidades financeiras</i>	<i>172.082</i>	<i>578.610</i>
<i>Outros valores de renda fixa</i>	<i>386.361</i>	<i>365.859</i>
Outros instrumentos de capital:	172.804	314.664
<i>Ações de sociedades espanholas cotadas</i>	<i>16.493</i>	<i>16.005</i>
<i>Ações de sociedades espanholas não cotadas (*)</i>	<i>144.174</i>	<i>223.396</i>
<i>Ações de sociedades estrangeiras cotadas</i>	<i>1.500</i>	<i>1.443</i>
<i>Ações de sociedades estrangeiras não cotadas</i>	<i>6.732</i>	<i>9.820</i>
<i>Participações no património de Fundos de Investimento</i>	<i>3.905</i>	<i>64.000</i>
<b>Total custo bruto</b>	<b>1.465.769</b>	<b>2.226.789</b>

(\*) A diminuição do valor em livros no exercício 2013 é consequência do compromisso de desinvestimento em sociedades participadas assumido pela Entidade de acordo com o Plano de reestruturação resumido na Nota 1.1.2.

A totalidade das perdas por deterioro que se detalham no quadro anterior estão relacionadas com a cobertura do risco de crédito de valores representativos de dívida, as quais têm carácter reversível.

Durante o exercício 2013 a Entidade procedeu a reclassificar 123 milhões de euros da carteira de investimento creditício (Nota 10) à carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda, dado que os instrumentos financeiros reclassificados cotavam em mercados ativos. Igualmente, no exercício 2013 realizaram-se transferências de ativos incluídos neste epígrafe à carteira de investimento a vencimento por custo de 1.159 milhões de euros (622 milhões de euros no exercício 2012), como consequência da intenção de manter os referidos investimentos até vencimento (Nota 11).

Por outro lado, o custo das perdas por deterioro relacionadas com instrumentos de capital atinge 84.187 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (74.137 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). As referidas perdas encontram-se reduzindo o custo bruto detalhado anteriormente e têm carácter irreversível.

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito em relacionamento com os instrumentos financeiros nele incluídos.

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2013 foi de 4,02% (4,57% durante o exercício 2012), que inclui o efeito das correções de rendimentos por operações de cobertura de risco de taxa de juro.

### 9.2 Valores representativos de dívida deteriorados

Em 31 de Dezembro de 2013 existem valores representativos de dívida deteriorados por 264 milhares de euros, não existindo valores deteriorados em 31 de Dezembro de 2012.

### 9.3 Cobertura do risco de crédito e outros

A seguir apresenta-se o movimento das perdas por deterioro registadas para a cobertura do risco de crédito dos valores representativos de dívida durante os exercícios 2013 e 2012:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Saldo ao início do período</b>	-	<b>2.529</b>
Dotação com cargo a resultados do exercício	223	-
reversão de provisões com crédito a resultados	-	(2.529)
Utilizações	-	-
Diferenças de câmbio e outros movimentos	-	-
<b>Saldo ao final do período</b>	<b>223</b>	<b>-</b>
Dos que:		
- Determinados de forma específica	-	-
- Determinados de forma genérica	-	-
- Determinados por risco país	223	-

Adicionalmente, durante o exercício 2013 reconheceram-se perdas por deterioro de Outros instrumentos de capital avalizados a valor razoável por custo de 8.233 milhares de euros (593 milhares de euros no exercício 2012). Igualmente, durante o exercício 2013 reconheceram-se perdas por deterioro de Outros instrumentos de capital avalizados a custo por custo de 75.954 milhares de euros, (73.544 milhares de euros no exercício 2012).

As perdas por deterioro indicadas nesta Nota registam-se na demonstração de resultados consolidada dentro do epígrafe "Perdas por deterioro de ativos financeiros (Outros instrumentos financeiros não avalizados a valor razoável com câmbios de perdas e ganhos)".

### 10. Investimentos creditícios

A seguir detalham-se as partidas que integram os saldos deste epígrafe dos balanços em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Depósitos em entidades de crédito (Nota 10.2)	646.665	833.747
Crédito à clientela (Nota 10.3)	8.609.193	11.148.704
Valores representativos de dívida (Nota 10.4)	483.554	1.165.648
	<b>9.739.412</b>	<b>13.148.099</b>

### 10.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumentos:

	2013	2012
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	10.216.981	15.010.606
Resto do mundo	89.487	125.164
<b>Total custo bruto</b>	<b>10.306.468</b>	<b>15.135.770</b>
(Perdas por deterioro)	(567.056)	(1.987.671)
<b>Total custo líquido</b>	<b>9.739.412</b>	<b>13.148.099</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	732.681	968.532
Administrações Públicas residentes	428.627	430.559
Administrações Públicas não residentes	25	27
Outros setores residentes	9.059.475	13.611.515
Outros setores não residentes	85.660	125.137
<b>Total custo bruto</b>	<b>10.306.468</b>	<b>15.135.770</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Valores representativos de dívida	483.554	1.165.648
Créditos e empréstimos	8.798.451	13.102.445
Aquisições temporárias de ativos	299.430	-
Depósitos a prazo em entidades de crédito	647.854	833.747
Resto	77.179	33.930
<b>Total custo bruto</b>	<b>10.306.468</b>	<b>15.135.770</b>

Durante o exercício 2013 a Entidade realizou transferências de ativos incluídos neste epígrafe à carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda por custo de 123 milhões de euros (Nota 9), dado que os instrumentos financeiros reclassificados cotavam em mercados ativos.

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível máximo de exposição ao risco de crédito relativamente aos instrumentos financeiros nele incluídos, exceto para:

▪ O ativo correspondente ao valor atual das comissões pendentes de cobrança em garantias financeiras, registado no epígrafe "Resto" (no detalhe por tipo de instrumentos), atinge 952 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (1.074 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). Na Nota 27.1 detalha-se o valor nominal das garantias financeiras, que supõe o nível máximo de exposição ao risco de crédito.

▪ Os ativos transferidos a fundos de titulação que não se descadastraram de balanço, de acordo ao exposto na Nota 2.7, estão registados no epígrafe "Créditos e empréstimos" (no detalhe por tipo de instrumentos) e em 31 de Dezembro de 2013 atingem 235.113 milhares de euros (259.169 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012), se apresentando o seu detalhe na Nota 27.5. O nível máximo de exposição ao risco de crédito vem recolhido pelo valor de todas as posições da Entidade nos mencionados fundos de titulação, que atinge 256.582 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (281.889 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). Portanto, não existem obrigações emitidos pelos fundos de titulação subscritos por terceiros alheios ao Grupo.

## 10.2 Depósitos em entidades de crédito

O detalhe dos ativos financeiros incluídos na categoria de Depósitos em entidades de crédito em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>À vista:</b>	334.220	89.372
Contas mútuas	72.988	64.770
Outras contas	261.232	24.602
<b>A prazo ou com pré-aviso:</b>	<b>298.842</b>	<b>720.428</b>
Contas a prazo	69.941	431.758
Outras contas	228.901	288.670
<b>Outros ativos financeiros:</b>	<b>8.968</b>	<b>23.407</b>
Cheques a cargo de entidades de crédito	8.968	23.407
<b>Ativos deteriorados</b>	<b>4.755</b>	-
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>1.069</b>	<b>540</b>
<b>Total custo bruto</b>	<b>647.854</b>	<b>833.747</b>
(Perdas por deterioro)	(1.189)	-
<b>Total custo líquido</b>	<b>646.665</b>	<b>833.747</b>

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2013 foi de 1,02% (2,70% durante o exercício 2012).

## 10.3 Crédito à clientela

O detalhe dos ativos financeiros incluídos na categoria de Crédito à clientela em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Créditos e empréstimos</b>	<b>8.798.451</b>	<b>13.102.445</b>
Crédito comercial	68.678	113.495
Devedores com garantia real	5.703.086	8.070.704
Outros devedores a prazo	1.692.691	2.554.278
Arrendamentos financeiros	14.448	20.329
Devedores à vista e vários	190.687	336.998
Ativos deteriorados	1.124.660	1.904.455
Acertos por avaliação	4.201	102.186
<b>Aquisição temporária de ativos</b>	<b>299.430</b>	-
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>77.179</b>	<b>33.930</b>
Operações financeiras pendentes de liquidar	1.328	1.296
Fianças dadas em numerário	48.423	1.685
Comissões por garantias financeiras	952	1.074
Outros conceitos	26.476	29.875
<b>Total custo bruto</b>	<b>9.175.060</b>	<b>13.136.375</b>
(Perdas por deterioro)	(565.867)	(1.987.671)
<b>Total custo líquido</b>	<b>8.609.193</b>	<b>11.148.704</b>

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2013 foi de 2,79% (3,28% durante o exercício 2012).

Dos ativos incluídos em Crédito à clientela em 31 de Dezembro de 2012, em Fevereiro de 2013 transferiram-se a SAREB (Nota 1.1.3) os seguintes saldos:

	Milhares de euros
Créditos à clientela: Outros setores residentes	3.403.686
Outros acertos por avaliação: interesses adquiridos não vencidos	88.302

Perdas por deterioro	(1.572.983)
	<b>1.919.005</b>

Dentro do epígrafe de Devedores "à vista e vários" incluem-se os depósitos formalizados pelo líquido dos "repos" tomados e/ou cedidos com a mesma contraparte em base aos acordos de compensação formalizados para as operações de repos ou simultâneas.

A Entidade não compensou os instrumentos financeiros que dão origem a estes depósitos de garantia, mantendo os ativos e passivos por separado sem registar uma posição líquida, já que não se dão as circunstâncias descritas na Nota 2.6. O detalhe do valor contabilístico dos instrumentos financeiros afetos a estes acordos e os depósitos ativos e passivos que se geram com as contrapartes, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Instrumentos financeiros afetos a acordos de compensação	
	2013	2012
Ativos por repos	2.101	-
Passivos por repos	5.471	-

	Milhares de euros	
	Depósitos afetos a acordos de compensação por repos	
	2013	2012
Depósitos ativos	2.500	-

#### 10.4 Valores representativos de dívida

O detalhe dos ativos financeiros incluídos na categoria de Valores representativos de dívida em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Total custo bruto</b>	<b>483.554</b>	<b>1.165.648</b>
(Perdas por deterioro)	-	-
<b>Total custo líquido</b>	<b>483.554</b>	<b>1.165.648</b>

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2013 foi de 3,29% (4,63% durante o exercício 2012).

#### 10.5 Ativos deteriorados e subestandar

A seguir mostra-se um detalhe daqueles ativos financeiros classificados como Investimentos creditícios e considerados como deteriorados por razão do seu risco de crédito em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados em função do prazo decorrido desde o vencimento do custo impagado a ditas datas mais antigo da cada operação:

	Milhares de euros					
	Não vencidos	Até 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	12.110	348.816	62.680	92.846	612.963	<b>1.129.415</b>
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	253.337	565.272	201.647	121.714	762.485	<b>1.904.455</b>

O detalhe de ativos deteriorados por classes de contrapartes é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Entidades de crédito residentes	4.755	-
Administrações Públicas residentes	5.258	6.822
Outros setores residentes	1.077.529	1.860.620
Outros setores não residentes	41.873	37.013
	<b>1.129.415</b>	<b>1.904.455</b>

Os ativos vencidos não se consideram deteriorados até que a antiguidade do incumprimento supera os três meses. O detalhe de ativos vencidos não deteriorados por classes de contrapartes é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Entidades de crédito	-	41
Administrações Públicas residentes	135	950
Administrações Públicas não residentes	25	27
Outros setores residentes	60.651	184.298
Outros setores não residentes	2.217	3.933
	<b>63.028</b>	<b>189.249</b>

Os ativos financeiros classificados como Investimentos creditícios e considerados como substândar atingem 240.207 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (1.421.981 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). A diminuição relativamente ao exercício 2012 deve-se ao transferência de ativos a SAREB que teve local no exercício 2013 (Nota 10.3).

## 10.6 Cobertura do risco de crédito

A seguir apresenta-se o movimento dos exercícios 2013 e 2012 das correções de valor por deterioro e o custo acumulado das mesmas ao início e ao final de ditos exercícios, dos investimentos creditícios (milhares de euros):

Movimento do exercício 2013:	Movimentos com reflexo em resultados					
	Saldo ao 01.01.13	Dotações	Recuperaç.	Utiliz.	Outros	Saldo ao 31.12.13
Determinadas de forma específica	1.987.671	474.604	(319.247)	(1.580.679)	4.707	567.056
Determinadas de forma genérica	-	-	-	-	-	-
Risco País	-	-	-	-	-	-
<b>Total perdas por deterioro</b>	<b>1.987.671</b>	<b>474.604</b>	<b>(319.247)</b>	<b>(1.580.679)</b>	<b>4.707</b>	<b>567.056</b>

Movimento do exercício 2012:	Movimentos com reflexo em resultados					
	Saldo ao 01.01.12	Dotações	Recuperac.	Utiliz.	Outros	Saldo ao 31.12.12
Determinadas de forma específica	883.745	1.953.416	(743.337)	(26.922)	(79.231)	1.987.671
Determinadas de forma genérica	29.027	6.323	(35.350)	-	-	-
Risco País	-	-	-	-	-	-
<b>Total perdas por deterioro</b>	<b>912.772</b>	<b>1.959.739</b>	<b>(778.687)</b>	<b>(26.922)</b>	<b>(79.231)</b>	<b>1.987.671</b>

As utilizações do exercício 2013 incluem a transferência de 1.572.983 milhares de euros a SAREB (Nota 10.3).

Das correções de valor por deterioro determinadas de forma específica indicadas no quadro anterior, 50.872 milhares de euros correspondem a correções para Riscos subestandard em 31 de Dezembro de 2013 (599.356 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). A diminuição com respeito ao exercício 2012 deve-se ao transferência de ativos a SAREB que teve local no exercício 2013 (Nota 10.3).

As correções por deterioro estimadas individualmente atingem um custo acumulado de 161.092 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (215.292 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

O detalhe das perdas por deterioro por classes de contrapartes é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Entidades de crédito residentes	1.189	-
Outros setores residentes	527.709	1.956.587
Outros setores não residentes	38.158	31.084
	<b>567.056</b>	<b>1.987.671</b>

A seguir apresentam-se os diferentes conceitos registados nos exercícios 2013 e 2012 no epígrafe “Perdas por deterioro de ativos (líquido) - Investimentos creditícios” das demonstrações de resultados consolidados de ditos exercícios:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Perdas por deterioro com abono a correções de valor de ativos	155.357	1.181.612
Perdas por deterioro com abono a ativos	15.715	2.285
Recuperações de ativos frustrados	(3.715)	(7.729)
	<b>167.357</b>	<b>1.176.168</b>

O movimento dos Investimentos creditícios descastradas do balanço consolidado nos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Saldos ao começo do exercício</b>	<b>212.873</b>	<b>206.715</b>
Altas de ativos com cargo a correções de valor por deterioro de ativos	7.696	26.922

Altas de ativos com cargo à demonstração de resultados	15.715	2.285
Altas de produtos vencidos e não cobrados	1.272	3.282
Baixas por recuperações de ativos	(3.715)	(7.729)
Baixas de produtos vencidos e não cobrados	(94)	(301)
Outros conceitos	(13.533)	(18.301)
<b>Saldos ao encerramento do exercício</b>	<b>220.214</b>	<b>212.873</b>

## **11 Carteira de investimento a vencimento**

### **11.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo**

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipos de instrumentos:

Milhares de euros		
	2013	2012
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	7.006.696	1.796.463
Resto de países da União Europeia	408.391	1.075
Outros países	1.007	1.005
<b>Total custo bruto</b>	<b>7.416.094</b>	<b>1.798.543</b>
(Perdas por deterioro)	-	-
<b>Total custo líquido</b>	<b>7.416.094</b>	<b>1.798.543</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito residentes	366.740	275.162
Entidades de crédito não residentes	1.007	1.005
Administrações Públicas residentes	4.416.170	1.511.429
Administrações Públicas não residentes	1.071	1.075
Outros setores residentes	2.223.786	9.872
Outros setores não residentes	407.320	-
<b>Total custo líquido</b>	<b>7.416.094</b>	<b>1.798.543</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Dívida Pública	3.138.155	359.142
Dívida emitida pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (Notas 1.1.4 e 19)	407.320	-
Obrigações SAREB (Nota 1.1.3)	2.216.442	-
Emitidos por entidades financeiras	367.747	276.167
Outros valores de renda fixa	1.286.430	1.163.234
<b>Total custo líquido</b>	<b>7.416.094</b>	<b>1.798.543</b>

Durante o exercício 2013 a Entidade procedeu a reclassificar 1.159 milhões de euros da carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda (Nota 9) à carteira de investimento a vencimento (622 milhões de euros no exercício 2012), como consequência da sua intenção de manter ditas investimentos até o vencimento das mesmas.

O valor em livros mostrado no quadro anterior representa o nível máximo de exposição ao risco de crédito em relacionamento com os instrumentos financeiros nele incluídos.

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2013 foi de 2,94% (4,10% durante o exercício 2012).

### **11.2 Ativos vencidos e deteriorados**

Não existem ativos vencidos nem deteriorados dentro desta carteira em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

## **12 Derivados de cobertura (devedores e credores)**

### **12.1 Coberturas de valor razoável**

A seguir apresentam-se detalhados por tipos de produtos do valor razoável e nocional dos derivativos financeiros designados como instrumentos de cobertura em operações de cobertura de valor razoável em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Milhares de euros					
Valor razoável					
Saldos devedores	Saldos credores				
		2013	2012	2013	2012
<b>Opções</b>					
Opções sobre ações		1.486	5.915	815	467
Permutas financeiras sobre ações		1.175	340	1.620	6.752
Opções sobre taxas de juro		-	-	203.128	225.958
<b>Outras operações sobre taxas de juro</b>					
Permutas financeiras sobre taxas de juro (IRS's)		20.225	33.854	7.076	8.233
		<b>22.886</b>	<b>40.109</b>	<b>212.639</b>	<b>241.410</b>

O valor em livros mostrado no quadro anterior representa o nível máximo de exposição ao risco de crédito em relacionamento com os instrumentos financeiros nele incluídos, exceto para os ativos por derivativos contratados nos que existem acordos de netting ou compensação, e que ademais têm um acordo de colateral que consiste na formalização de depósitos por um custo equivalente ao valor razoável líquido das operações de derivativos, de forma que perante o incumprimento das obrigações por derivativos por uma das partes, a outra parte não tem de satisfazer as obrigações associadas ao depósito.

A Entidade não compensou os instrumentos financeiros que dão origem a estes depósitos de garantia, mantendo os ativos e passivos por separado sem registar uma posição líquida, já que não se dão as circunstâncias descritas na Nota 2.6. O detalhe do valor contabilístico dos instrumentos financeiros afetos a estes acordos e os depósitos ativos e passivos que se geram com as contrapartes, é o seguinte:

Milhares de euros			
Instrumentos financeiros afetos a acordos de compensação			
		2013	2012
Ativos por derivativos		21.183	48.376
Passivos por derivativos		221.179	279.971

Milhares de euros

**Depósitos afetos a acordos de compensação  
por derivados**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Depósitos ativos	230.520	273.070
Depósitos passivos	6.900	7.520

A prática totalidade das coberturas de valor razoável realizadas pelo Grupo têm por objetivo cobrir o risco de variações no valor razoável de instrumentos de dívida ativos e passivos emitidos a tipo fixo, perante mudanças na taxa de juro de referência. O referido risco concretiza-se no incremento do valor razoável dos passivos financeiros perante diminuições da taxa de juro de referência e nas diminuições do valor razoável dos ativos financeiros perante incrementos do mesmo. Para mitigar o referido risco, o Grupo contrata fundamentalmente permutas financeiras cujo valor varia de forma similar e simétrica aos câmbios de valor dos elementos cobertos.

A seguir mostra-se um detalhe dos nocionais das operações de cobertura, em função do elemento de cobertura e coberto:

**Milhares de euros**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Elemento Cobertura:</b>		
Opções sobre ações	170.600	209.400
Permutas financeiras sobre ações	100.669	152.051
Opções sobre taxa de juro	2.672.423	2.672.423
Permutas financeiras sobre taxas de juro (IRS's)	349.510	433.022
	<b>3.293.202</b>	<b>3.466.896</b>
<b>Elemento Coberto:</b>		
Operações com clientes	3.061.638	3.340.332
Empréstimos	126.564	126.564
Renda fixa	105.000	-
	<b>3.293.202</b>	<b>3.466.896</b>

## 12.2 Coberturas de fluxos de efetivo

O Grupo mantém determinadas coberturas de fluxo de efetivo por custos não significativos, as quais geram acertos por avaliação negativos no património do balanço por um custo de 222 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (217 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

## 12.3 Coberturas do investimento líquido de negócios no estrangeiro

Não existem coberturas do investimento líquido de negócios no estrangeiro em 31 de Dezembro de 2013 nem em 31 de Dezembro de 2012.

## 12.4 Acertos a ativos e passivos financeiros por macro-coberturas

De acordo com o explicado na Nota 2.3, nestes epígrafes do balanço são debitados ou creditados, segundo proceda, os ganhos ou perdas com origem nas variações do valor razoável do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros eficazmente cobertos em operações de macro-coberturas de valor razoável.

Os acertos a ativos e passivos financeiros por macro-coberturas atingem 40.135 e 116.741 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013, respetivamente (33.858 e 149.037 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

O nominal dos passivos financeiros cobertos atinge 456.884 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (703.384 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

Quanto aos ativos afetos às macro-coberturas, no exercício 2012 Banco Grupo Cajates, SAU subscreveu um contrato de opção sobre taxas de juro, pelo qual durante o período 2013-2026 pagará sobre o notional vigente na cada período a diferença positiva entre o tipo floor e o tipo Euribor a doze meses (ou zero se dita diferença fosse negativa). O valor notional inicial e máximo da opção atinge 2.672 milhões de euros e cobre o câmbio de valor do floor implícito nos empréstimos hipotecários em carteira ante variações nas taxas de juro.

O nominal dos empréstimos hipotecários cobertos atinge 2.672.423 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (2.672.423 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

### **13 Ativos não correntes em venda**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos deste epígrafe dos balanços consolidados apresentavam a seguinte composição:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Ativos procedentes de adjudicações	108.960	179.906
Outros ativos	9.205	520.141
<b>Total custo bruto</b>	<b>118.165</b>	<b>700.047</b>
(Perdas por deterioro)	(37.802)	(433.832)
<b>Total custo líquido</b>	<b>80.363</b>	<b>266.215</b>

Dos ativos incluídos no quadro anterior em 31 de Dezembro de 2012, em Fevereiro de 2013 transferiram-se a SAREB (Nota 1.1.3) os seguintes custos:

	Milhares de euros
Ativos imobiliários	599.409
Perdas por deterioro	(402.054)
	<b>197.355</b>

O Grupo dispõe de um Plano de realização dos Ativos não correntes em venda que inclui a Política de financiamento em vendas. O referido Plano implica a colaboração da rede de escritórios, de agentes da propriedade imobiliária, a divulgação de informação específica na página site da Entidade e a existência de uma unidade específica destinada à alienação dos ativos adjudicados em troca de dívidas.

Segundo a experiência histórica do Grupo, os ativos não correntes em venda permanecem em balanço um período médio que oscila entre um e três anos. Dado que na sua maior parte correspondem-se com ativos imobiliários, o Grupo considera que é possível que parte

dos referidos ativos permaneçam no seu balanço por um período superior do que se deriva da sua experiência histórica, dada a situação pela qual atravessa o mercado imobiliário.

A venda de Ativos não correntes realiza-se ao contado, com adiamento por um prazo prudencial preservando os interesses do Grupo mediante as adequadas fórmulas jurídicas, ou com financiamento com garantia hipotecária nas condições habituais para este tipo de operações.

Não existem ganhos pendentes de reconhecer já que as vendas cumprem os seguintes critérios:

- o comprador não está controlado pela entidade vendedora,
- o Grupo não retém vantagens nem riscos, de carácter significativo, relacionados com a propriedade do ativo vendido,
- o Grupo não conserva para si nenhum envolvimento na gestão corrente do ativo, associada com a sua propriedade, e não retém o seu controlo efetivo,
- a percentagem de venda financiado pela entidade ao comprador não excede do que este obteria de uma entidade de crédito não vinculada com o grupo,
- a capacidade de pagamento, presente e futura, do comprador é suficiente para atender o empréstimo, e
- o prazo e as condições de financiamento são similares às concedidas pelo Grupo para o financiamento de aquisições de ativos semelhantes que não são da sua propriedade.

O quadro seguinte mostra uma classificação por tipo de ativo dos ativos não correntes em venda. Igualmente indica-se o saldo que foi valorizado por um avaliador independente.

Milhares de euros					
Saldo	Do qual: valorizado por avaliador independente				
	2013	2012	2013	2012	
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>118.165</b>	<b>700.047</b>	<b>117.574</b>	<b>699.787</b>	
Residenciais	102.393	587.774	101.931	587.719	
Industriais	14.185	111.015	14.093	110.847	
Agrícolas	1.587	1.258	1.550	1.221	

As avaliações de ativos procedentes de adjudicações foram realizadas por sociedades e agências de avaliação que contam com uma capacidade profissional reconhecida e uma experiência recente na localidade e categoria do ativos objeto de avaliação. A maioria das valorações foram realizadas por TINSA, Tasaciones Inmobiliarias, S.A.

Para calcular o valor de mercado dos ativos adquiridos usaram-se diferentes métodos de avaliação segundo a tipologia de ativos. Utilizou-se o método residual para valorizar os solos, o de atualização para ativos em renda e o de comparação para as habitações. As características fundamentais dos métodos são as seguintes:

-Método Residual: De acordo com uma projeção dos preços de venda das unidades a construir determina-se o valor de mercado final. A este custo são tirados os custos de urbanização, construção, financeiros e a margem industrial do promotor, obtendo-se o preço do solo. Naqueles casos nos quais o período de gestão e desenvolvimento seja superior ao tempo médio normal de uma promoção, se estima um horizonte temporário do projeto, realizando uma atualização dos fluxos de caixa esperados a uma taxa de mercado adequada (método residual dinâmico).

▪Método de Atualização: Para determinar o valor dos imóveis em renda calcula-se o valor atual segundo a renda de mercado e/ou renda atual, tendo em conta a rentabilidade exigida para a cada tipologia de ativo.

▪Método de Comparação: Parte do princípio de substituição, pelo que se compara o imóvel a valorizar com outros dos que se conhece o seu valor. A metodologia baseia-se na obtenção de produtos comparáveis homogêneos, tendo em conta operações de compra na zona, ofertas de imóveis similares e as opiniões de outros operadores do mercado imobiliário. Para chegar a um valor definitivo adapta-se o valor obtido às características específicas do imóvel segundo o seu estado físico e estrutural, o desenho e distribuição das superfícies, a situação arrendatícia, a localização e outros fatores (situação urbanística, meio imediato, etc.).

## **14 Participações**

### **14.1 Participações em entidades associadas**

A composição dos saldos do epígrafe de participações associadas nos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Instrumentos de capital	64.586	52.830
Fundo de maneo (Perdas por deterioro)	6.353 -	759 -
<b>Total custo líquido</b>	<b>70.939</b>	<b>53.589</b>

Nos Anexos I e II mostra-se um detalhe das participações consideradas como associadas pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, junto de diversas informações de carácter relevante sobre as mesmas.

Como consequência da aquisição da Entidade por Ibercaja Banco, S.A. durante o exercício 2013, determinadas sociedades passaram a considerar-se associadas neste exercício devido à participação conjunta possuída entre Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres.

Igualmente, no exercício 2013 realizou-se o desinvestimento em sociedades participadas de acordo com o compromisso assumido pela Entidade no Plano de reestruturação resumido na Nota 1.1.2.

O saldo do epígrafe “Participações - Entidades associadas” dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 inclui fundos de maneo associados a estas participações. O detalhe destes fundos de maneo, atendendo à entidade que os originou se apresenta a seguir:

	Milhares de euros	
Entidade	2013	2012
Campusport, S.L.	759	759
Heraldo de Aragón, S.A.	5.594	-
	<b>6.353</b>	<b>759</b>

### **14.2 Notificações sobre aquisição de participações**

Relativamente ao indicado pelo artigo 155º da Lei de Sociedades de Capital, informa-se que durante o exercício foi realizada uma aquisição que supôs ultrapassar 10% de participação na sociedade Genética El Bardal, S.A.

## **15 Ativos por reassseguros**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a totalidade do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados corresponde-se com a participação em benefícios das apólices reassseguradas.

## 16 Ativo material

O movimento tido neste epígrafe do balanço consolidado nos exercícios 2013 e 2012 foi o seguinte:

Milhares de euros

	De uso próprio	Investimentos imobiliários	Cedido em arrendamento operativo	Obra Social	Total
<b>Custo</b>					
<b>Saldos ao 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>807.291</b>	<b>354.780</b>	<b>8.474</b>	<b>145.811</b>	<b>1.316.356</b>
Adições	32.137	27.686	5	-	59.828
Baixas por alienações ou por outros meios	(51.428)	(1.662)	-	(145.811)	(198.901)
Outros transferências e outros movimentos	(36.177)	36.177	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>751.823</b>	<b>416.981</b>	<b>8.479</b>	<b>-</b>	<b>1.177.283</b>
Adições	626	769	-	-	1.395
Baixas por alienações ou por outros meios	(35.337)	(92.050)	-	-	(127.387)
Outros transferências e outros movimentos	(64.551)	64.251	-	-	(300)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>652.561</b>	<b>389.951</b>	<b>8.479</b>	<b>-</b>	<b>1.050.991</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldos ao 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>(304.526)</b>	<b>(40.777)</b>	<b>(5.971)</b>	<b>(56.089)</b>	<b>(407.363)</b>
Baixas por alienações ou por outros meios	1.489	183	-	56.089	57.761
Dotações com cargo à conta de resultados	(17.156)	(7.383)	(326)	-	(24.865)
Outros transferências e outros movimentos	-	(2.305)	-	-	(2.305)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>(320.193)</b>	<b>(50.282)</b>	<b>(6.297)</b>	<b>-</b>	<b>(376.772)</b>
Baixas por alienações ou por outros meios	24.092	1.332	-	-	25.424
Dotações com cargo à conta de resultados	(16.208)	(5.627)	(309)	-	(22.144)
Outros transferências e outros movimentos	11.045	(9.242)	-	-	1.803
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(301.264)</b>	<b>(63.819)</b>	<b>(6.606)</b>	<b>-</b>	<b>(371.689)</b>
<b>Perdas por deterioro</b>					
<b>Saldos ao 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>(6.422)</b>	<b>(35.134)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41.556)</b>
Dotação com cargo a resultados do exercício	-	(34.252)	-	-	(34.252)
Recuperação com abono a resultados	-	-	-	-	-
Utilizações e outros movimentos	6.422	(1.177)	-	-	5.245
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>(70.563)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(70.563)</b>
Dotação com cargo a resultados do exercício	(10.444)	(11.738)	-	-	(22.182)
Recuperação com abono a resultados	-	233	-	-	233
Utilizações e outros movimentos	8.384	36.164	-	-	44.548
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(2.060)</b>	<b>(45.904)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(47.964)</b>
<b>Ativo material líquido</b>					
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>431.630</b>	<b>296.136</b>	<b>2.182</b>	<b>-</b>	<b>729.948</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>349.237</b>	<b>280.228</b>	<b>1.873</b>	<b>-</b>	<b>631.338</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 o custo dos ativos materiais em uso totalmente amortizados atinge 216.164 milhares de euros (183.393 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

Banco Grupo Cajatres, SAU optou durante o exercício 2013 pela possibilidade oferecida pelo artigo 9º da Lei 16/2012 de atualizar o valor fiscal do ativo material, tendo sido objeto de atualização determinados imóveis de uso próprio e investimentos imobiliários.

O custo da atualização fiscal ascendeu a 36.094 milhares de euros, gerando uma quota a pagar de 5% de dita atualização, por um custo de 1.805 milhares de euros. Dado que a revalorização de ativos como consequência de uma lei fiscal não está permitida nas NIIF-UE, o valor contabilístico dos ativos não sofreu nenhuma variação em termos consolidados. Em virtude do artigo 9º da Lei 16/2012 os efeitos da atualização sobre a amortização fiscal de ditos ativos começarão a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Como consequência da revalorização contabilística realizada no exercício 2010 por motivo da constituição do Sistema Institucional de Proteção que deu origem à Entidade (Nota 1.1), foram registados passivos por imposto diferido para recolher o efeito fiscal da diferença entre o valor contabilístico e o valor fiscal dos ativos afetados. A atualização fiscal supôs a reversão de passivos por imposto diferido por custo de 10.828 milhares de euros, com crédito no epígrafe "Imposto sobre benefícios" da demonstração de resultados.

### 16.1 Ativo material de uso próprio

O detalhe, de acordo com a sua natureza, das partidas que integram o saldo deste epígrafe do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, sem ter em conta as perdas por deterioro, é o seguinte:

Milhares de euros				
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Equipas informáticas e as suas instalações	90.535	(85.232)	5.303	
Mobiliário, veículos e resto de instalações	193.619	(150.781)	42.838	
Edifícios	467.256	(84.180)	383.076	
Obras em curso	413	-	413	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>751.823</b>	<b>(320.193)</b>	<b>431.630</b>	
Equipas informáticas e as suas instalações	87.792	(84.519)	3.273	
Mobiliário, veículos e resto de instalações	165.245	(137.253)	27.992	
Edifícios	399.111	(79.492)	319.619	
Obras em curso	413	-	413	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>652.561</b>	<b>(301.264)</b>	<b>351.297</b>	

Não se receberam durante o exercício 2013 indemnizações de terceiros por deterioro de ativos, não existindo indemnizações pendentes de receber em 31 de Dezembro de 2013.

Não existem compromissos significativos de aquisição de ativo material de uso próprio nem restrições à sua titularidade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

### 16.2 Investimentos imobiliários

No exercício 2013 os rendimentos por rendas provenientes dos investimentos imobiliários propriedade do Grupo atingiram 4.471 milhares de euros (7.540 milhares de euros em 2012), outras despesas relacionadas com as mesmas atingiram 584 milhares de euros (947 milhares de euros no exercício 2012) e se incorreu em despesas de exploração por amortização durante o exercício 2013 por um custo de 3.687 milhares de euros (5.426 milhares de euros no exercício 2012).

76% do valor líquido contabilístico dos investimentos imobiliários (86% em 2012) está baseado em avaliações realizadas

por peritos com capacidade profissional reconhecida e experiência recente na localidade e categoria dos investimentos imobiliários objeto da avaliação. As avaliações destes imóveis realizaram-se principalmente por TINSA, Tasaciones Inmobiliarias, S.A.

Na Nota 13 informa-se sobre os critérios aplicados para determinar o valor razoável destes ativos.

O quadro seguinte mostra uma classificação por tipo de ativo dos investimentos imobiliários. Igualmente indica-se o valor contabilístico (sem considerar as perdas por deterioro) dos referidos ativos que foi avaliado por um avaliador independente.

	Milhares de euros			
	Valor contabilístico	Do que: valorizado por avaliador independente	2013	2012
<b>Investimentos imobiliários</b>	<b>326.132</b>	<b>366.699</b>	<b>246.349</b>	<b>314.692</b>
Residenciais	64.209	96.256	33.032	64.663
Industriais	261.869	270.389	213.263	249.975
Agrícolas	54	54	54	54

Não existem compromissos significativos para a aquisição ou manutenção de investimentos imobiliárias nem restrições à titularidade das mesmas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

### 16.3 Perdas por deterioro

Durante o exercício 2013 registaram-se 10.444 milhares de euros de perdas por deterioro de ativos materiais de uso próprio e 11.505 milhares de euros por perdas por deterioro de investimentos imobiliárias (0 e 34.252 milhares de euros durante o exercício 2012) (Nota 37).

### 17 Ativo intangível

A composição dos saldos do epígrafe de ativo intangível nos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Fundo de maneió:</b>		
Tintas Arzubialde, S.L.	3.255	6.055
<b>Outro ativo intangível:</b>		
Aplicações informáticas e outros	5.169	17.060
	<b>8.424</b>	<b>23.115</b>

O movimento tido neste epígrafe do balanço ao longo dos exercícios 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Saldo ao começo do exercício</b>	<b>23.115</b>	<b>23.231</b>
Adições	559	7.675
Amortização	(4.464)	(3.934)
Deterioro	(10.558)	(3.857)

Outros movimentos	(228)	-
<b>Saldo ao encerramento do exercício</b>	<b>8.424</b>	<b>23.115</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 o custo dos ativos intangíveis em uso totalmente amortizados é de 35.838 milhares de euros (33.335 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

### **18. Resto de ativos**

A composição dos saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Periodificações	11.591	7.819
Existências	82.741	144.558
Operações em caminho	12.380	17.223
Resto	8.622	4.982
<b>Total custo bruto</b>	<b>115.334</b>	<b>174.582</b>
(Perdas por deterioro)	(53.511)	(97.744)
<b>Total custo líquido</b>	<b>61.823</b>	<b>76.838</b>

Os deterioros detalhados no quadro anterior correspondem-se integralmente com a partida de Existências.

Dentro do saldo de existências 78.205 milhares de euros são ativos imobiliários de carácter residencial (111.983 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

As avaliações dos ativos anteriores atualizaram-se na sua totalidade nos três últimos exercícios sendo em todo caso realizadas por peritos com capacidade profissional reconhecida e experiência recente na localidade e categoria do ativos objeto da avaliação. As valorações foram realizadas por TINSA, Tasaciones Inmobiliarias, S.A.

Na Nota 13 informa-se sobre os critérios aplicados para determinar o valor razoável destes ativos.

### **19 Passivos financeiros a custo amortizado**

A seguir detalham-se as partidas que integram os saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Depósitos de Bancos centrais (Nota 19.1)	2.321.472	2.306.837
Depósitos de entidades de crédito (Nota 19.2)	806.474	627.011
Depósitos da clientela (Nota 19.3)	14.963.009	14.574.743
Débitos representados por valores negociáveis (Nota 19.4)	56.436	110.554
Passivos subordinados (Nota 19.5)	659.885	92.801
Outros passivos financeiros (Nota 19.6)	82.302	108.184
	<b>18.889.578</b>	<b>17.820.130</b>

### 19.1 Depósitos de Bancos centrais

A composição dos saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, atendendo à natureza das operações, indica-se a seguir:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Banco de Espanha	2.290.000	2.290.000
Acertos por avaliação	31.472	16.837
	<b>2.321.472</b>	<b>2.306.837</b>

Este epígrafe inclui a liquidez obtida do BCE nos leilões extraordinários a 3 anos.

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2013 foi de 0,65% (0,82% em 31 de Dezembro de 2012).

### 19.2 Depósitos de entidades de crédito

A composição dos saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, atendendo à natureza das operações, indica-se a seguir:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>A vista</b>	<b>9.772</b>	<b>24.567</b>
Outras contas	9.772	24.567
<b>A prazo ou com preaviso</b>	<b>795.086</b>	<b>601.503</b>
Contas a prazo	261.578	335.245
Cessão temporária de ativos	533.508	266.258
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>1.616</b>	<b>941</b>
	<b>806.474</b>	<b>627.011</b>

A taxa de juro efetiva médio dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2013 foi de 0,95% (2,20% durante o 2012).

### 19.3 Depósitos da clientela

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, atendendo à situação geográfica, à sua natureza e às contrapartes das operações, indica-se a seguir:

Milhares de euros

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Por situação geográfica</b>		
Espanha	14.914.686	14.523.659
Resto do mundo	48.323	51.084
	<b>14.963.009</b>	<b>14.574.743</b>
<b>Por natureza</b>		
Contas correntes	1.438.641	1.465.208
Contas de poupança	3.324.923	3.344.450
Depósitos a prazo	6.937.794	7.229.339
Cessões temporárias de ativos	1.135.711	272.933
Cédulas hipotecárias singulares e territoriais	1.997.222	2.107.222
Participações emitidas	4.435	3.023
Acertos por avaliação	124.283	152.568
	<b>14.963.009</b>	<b>14.574.743</b>
<b>Por contrapartes</b>		
Administrações Públicas residentes	413.231	380.432
Outros setores residentes	14.501.455	14.143.227
Outros setores não residentes	48.323	51.084
	<b>14.963.009</b>	<b>14.574.743</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2013 foi de 1,43% (1,72% durante o exercício 2012).

No epígrafe Cédulas hipotecárias (no detalhe por natureza) figuram cédulas hipotecárias singulares emitidas ao abrigo do disposto na Lei 2/1981, de 25 de Março, de Regulação do Mercado hipotecário por custo de 1.997.222 milhares de euros (2.107.222 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012). As emissões de cédulas hipotecárias realizaram-se a taxa de juro variável e as emissões a taxa de juro fixa encontram-se cobertas do risco de taxa de juro mediante a contratação de permutas financeiras sobre taxas de juro.

## 19.4 Débitos representados por valores negociáveis

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Milhares de euros		2013	2012
"Pagarés" e efeitos		8.262	108.016
Nominal obrigações simples		47.140	-
Acertos por avaliação		1.034	2.538
		<b>56.436</b>	<b>110.554</b>

O detalhe das emissões de obrigações simples é o seguinte:

Tipo	Juro nominal	Data emissão	Data vencimento	Nominal emissão	Milhares de euros	
					2013	2012
Obrigações simples	Variável	24 de Junho de 2013	29 de Junho de 2014	35.393	35.393	-
Obrigações simples	Variável	24 de Junho de 2013	25 de Maio de 2016	10.508	10.508	-
Obrigações simples	Variável	10 de Julho de 2013	25 de Maio de 2016	1.239	1.239	-
					<b>47.140</b>	<b>-</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2013 foi de 3,59% (3,96% durante o exercício 2012).

## 19.5 Passivos subordinados

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Milhares de euros		2013	2012
Nominal Dívida subordinada		50	92.665
Nominal Obrigações subordinadas		49	85
Empréstimo Subordinado Ibercaja Banco		250.000	-
Obrigações convertíveis contingentes (Nota 1.1.4)		407.000	-
Acertos por avaliação		2.786	51
		<b>659.885</b>	<b>92.801</b>

Durante o exercício formalizou-se um empréstimo subordinado com Ibercaja Banco por custo de 250.000 milhares de euros, com o objeto de reforçar os recursos próprios computáveis do Grupo Cajatres (Nota 1.7.2).

O detalhe da cada uma das emissões de Dívida subordinada é o seguinte:

Milhares de euros
-------------------

<b>Custo nominal</b>				
<b>Emissão</b>	<b>Juro nominal</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
22 de Dezembro de 2003	Variável	22 de Dezembro de 2013	-	1.365
29 de Junho de 2004 (Nota 1.1.5)	Variável	29 de Junho de 2014	-	49.500
25 de Maio de 2006 (Nota 1.1.5)	Variável	25 de Maio de 2016	-	41.750
28 de Fevereiro de 2007	Variável	28 de Fevereiro de 2019	50	50
			<b>50</b>	<b>92.665</b>

O detalhe da cada uma das emissões de obrigações subordinadas é o seguinte:

<b>Milhares de euros</b>				
<b>Custo nominal</b>				
<b>Emissão</b>	<b>Juro nominal</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
5 de Dezembro de 1988	Misto	Perpétua	-	24
15 de Novembro de 2000	Misto	Perpétua	-	12
18 de Outubro de 2001	Misto	18 de Outubro de 2021	18	18
15 de Junho de 2007	Misto	15 de Junho de 2022	31	31
			<b>49</b>	<b>85</b>

Estas emissões têm o carácter de subordinadas e, a efeitos da ordem dos créditos, situam-se por trás de todos os credores comuns, suspendendo-se o pagamento de juros supondo que a conta de resultados do Banco apresente perdas no semestre natural anterior.

Estas emissões estão garantidas pela responsabilidade patrimonial universal do Banco e foram cobertas integralmente.

Os juros adquiridos pelos passivos subordinados durante o exercício 2013 atingiram 32.243 milhares de euros (7.351 milhares de euros durante o exercício 2012).

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2013 foi de 6,73% (1,18% durante o exercício 2012).

## 19.6 Outros passivos financeiros

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

<b>Milhares de euros</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Obrigações a pagar	30.430	12.958
Fianças recebidas	16	20
Contas de arrecadação	19.618	33.422
Contas especiais	7.639	7.790
Garantias financeiras	1.338	1.468
Outros conceitos	23.261	52.526
	<b>82.302</b>	<b>108.184</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo de “Outros conceitos” inclui 23.258 milhares de euros (25.479 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012) correspondentes ao valor atual do custo pendente de pagamento ao Fundo de Garantia de Depósitos, por derrama

extraordinária acordada em 30 de Julho de 2012 (Nota 1.8).

### 19.7 Informação sobre os adiamentos de pagamento efetuados a fornecedores. Disposição adicional terceira. «Dever de informação» da Lei 15/2010, de 5 de Julho

A seguir oferece-se a seguinte informação sobre os pagamentos realizados e pendentes de pagamento a fornecedores:

	Milhares de euros		%	
	2013	2012	2013	2012
Dentro do prazo máximo legal	116.563	162.675	87%	79%
Resto	16.974	43.255	13%	21%
<b>Total pagamentos do exercício</b>	<b>133.537</b>	<b>205.930</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Prazo médio ponderado excedido de pagamentos (dias)</b>	40	53		
<b>Adiamentos que à data de encerramento ultrapassam o prazo máximo legal</b>	4.844	9.769		

\*O limite legal foi de 75 dias para 2012 e de 60 dias para 2013.

### 20 Passivos por contratos de seguros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Provisões Técnicas para:</b>		
Seguros de vida:	1.021.329	917.471
<i>Provisões matemáticas</i>	1.021.329	917.471
Prestações pendentes de pagamento	7.784	6.461
	<b>1.029.113</b>	<b>923.932</b>

Não existem reassseguros aceites em 31 de Dezembro de 2013 nem em 31 de Dezembro de 2012.

#### o20.1 Gestão de riscos por contratos de seguros

Os riscos nos que incorre o Grupo pelos contratos de seguro que subscreve e as suas operações vinculadas são o de mercado (taxa de juro, concentração, spread e renda variável), contraparte, operacional e assinatura vida.

O risco próprio da atividade de seguros é o de assinatura vida, que deriva de um possível incremento no valor dos passivos como consequência de um incumprimento da hipótese sob as quais foram contratadas as apólices e engloba uma série de riscos, sendo os mais significativos os que se detalham a seguir:

D)Risco de longevidade: derivado de variações adversas no cumprimento da tabela de mortalidade (risco de sobrevivência). Não é significativo na contratação de seguros de rendas vitalícias e apólices de passivos geridas pela Asseguradora. Relativamente ao risco de longevidade, realiza-se um seguimento mensal do resultado técnico das carteiras afetadas, analisando que parte deste resultado se vê afetado pelo risco de sobrevivência.

▪Risco de queda: indica a sensibilidade do valor dos passivos em frente a variações nas

taxas de resgate; o seu impacto está associado à volatilidade do negócio de poupança. Realiza-se um seguimento da evolução histórica do nível de resgates, tendo em conta a experiência de anos anteriores. As hipóteses obtidas das referidas análises consideram-se na obtenção de passivos para o casamento de fluxos (gestão conjunta de ativo e passivo), para que estes sejam o mais conformes à realidade na cada momento. Deste modo comprova-se que os fluxos esperados dos ativos são suficientes em tempo e quantia para atender os compromissos futuros previstos.

4Risco de mortalidade: indica a sensibilidade do valor dos passivos em frente a variações adversas porque a sinistralidade situa-se acima do previsto. O seu impacto deriva da contratação de seguros de vida-risco e para gerir este risco, existe um sistema de tarifas em função das características pessoais da cada assegurado. Este sistema é revisado periodicamente por uma Unidade de Controlo e está aceite pelas companhias de reasseguro.

Igualmente, para o controlo e seguimento do risco de mortalidade, a companhia realiza uma revisão periódica da sinistralidade sócia à cada produto comercializado, bem como da incidência desta variável sobre a conta de resultados da cada produto.

Com independência da tabela de mortalidade aplicada para o cálculo da prima, que depende do tipo de produto, data de início de comercialização ou outras aspetos, se consideraram como referência para a comparação que se realiza no quadro seguinte as tabelas de mortalidade PERM/F-2000P, que foram aprovadas pela Resolução de 3 de Outubro de 2000 da Direção-Geral de Seguros e Fundos de Pensões pela que se dá cumprimento ao previsto no número 5 da disposição transitória segunda do Regulamento de Ordenação e Superintendência dos Seguros Privados.

A seguir informa-se da evolução da sinistralidade do seguro direto vida e a sua comparação com a sinistralidade esperada.

	Seguros de vida poupo	Rendas vitalícias	Seguros unit linked	Seguros vida-risco individual	Total seguros de vida						
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Carteira a 31 Dezembro (nº de contratos)	100.934	100.864	2.910	2.636	1.045	147	60.718	62.432	165.607	166.079	
Nº sinistros esperados	207	208	115	113	8	2	92	98	422	421	
Nº sinistros reais	96	137	99	86	10	1	74	56	279	280	
Percentagem (reais/esperados)	46,38%	65,87%	86,09%	76,11%	125,00%	50,00%	80,43%	57,14%	66,11%	66,51%	

A companhia asseguradora estabelece uma política de cessão de riscos a companhias reaseguradoras líderes no setor que mitiga, tanto o risco por dispersão de capitais assegurados, como o agregado de sinistralidade derivada de um mesmo acontecimento, se realizando uma revisão da política de reasseguro anualmente.

## o20.2 Classificação do risco de seguros

A seguir expõem-se prima-las emitidas classificadas em função de diferentes características:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Primas seguros de vida-risco	232.167	262.828
Primas seguros de poupança	7.447	7.081
	<b>239.614</b>	<b>269.909</b>
Primas por contratos individuais	237.257	262.723
Primas por contratos de seguros coletivos	2.357	7.186
	<b>239.614</b>	<b>269.909</b>

Primas periódicas	195.416	199.551
Primas únicas	44.198	70.358
	<b>239.614</b>	<b>269.909</b>
Primas de contratos sem participação em benefícios	233.853	231.366
Primas de contratos com participação em benefícios	2.302	4.587
Primas de contratos em que o risco de investimento é do tomador do seguro	3.459	33.956
	<b>239.614</b>	<b>269.909</b>

As primas por contratos de seguros detalhadas no quadro anterior apresentam-se na conta de resultados dentro do epígrafe “Rendimentos de contratos de seguros e reaseguros”, o qual recolhe um custo de rendimentos por reaseguro de 1.883 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (1.288 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

De acordo com os critérios expressos pela Direção-geral de Seguros assinalam-se como individuais aqueles seguros nos que, pese a estar formalizados sobre uma apólice coletiva, as obrigações de pagamento de prima e os direitos inerentes, correspondem ao assegurado. A totalidade da carteira de primas foi contratada em território espanhol.

As despesas de contratos de seguros e reaseguros que figuram na conta de resultados do exercício 2013, por custo de 260.615 milhares de euros, (288.708 milhares de euros no exercício 2012) estão relacionados com as dotações às provisões técnicas sócias a ditos contratos.

### o20.3 Sensibilidade ao risco de seguro

Periodicamente o Grupo realiza análise de sensibilidade de stress de cada um dos componentes de risco da sua carteira de maneira isolada, que afetam tanto ao ativo como ao passivo, seguindo a metodologia de solvência II.

Os fluxos de ativos e passivos se descontam à curva euroswap em 31 de Dezembro de 2013 e o impacto que produz uma variação da curva de taxas de juro é o seguinte:

3Um aumento paralelo de 50 pontos básicos na curva de desconto, supõe uma redução de 2,13% do valor do ativo e de 4,86% do valor do passivo.

(4)Uma diminuição paralela de 50 pontos básicos na curva de desconto, supõe um aumento de 2,22% do valor do ativo e de 5,33% do valor do passivo.

Dado que a maioria das carteiras da seguradora estão imunizadas, e tendo em conta a sua classificação a efeitos contabilísticos, uma mudança na estrutura de taxas de juro tanto à alça como à baixa, não tem um efeito significativo na conta de resultados.

## 21 Provisões

A seguir mostram-se os movimentos dos exercícios 2013 e 2012 e a finalidade das provisões registadas nos epígrafes dos balanços consolidados em 31 de Dezembro dos exercícios 2013 e 2012:

Milhares de euros

	Fundos para pensões e obrigações similares	Provisões para riscos jurídicos e fiscais	Provisões para riscos e compromissos contingentes	Outras provisões
<b>Saldos ao 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>52.399</b>	<b>-</b>	<b>9.676</b>	<b>10.712</b>
Dotação com cargo a resultados:				
Juros e ónus assimilados	128	-	-	-
Dotações a provisões e outros	542	318	3.744	16.461
Reversão de provisões com abono a resultados	(19)	-	(4.007)	(4.866)
Provisões utilizadas	(16.180)	-	-	(5.613)
Outros movimentos registados na demonstração de resultados (Nota 35.3)	64.000	-	-	-
Outros movimentos	(3.563)	32	38	252
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>97.307</b>	<b>350</b>	<b>9.451</b>	<b>16.946</b>
Dotação com cargo a resultados:				
Juros e ónus assimilados	264	-	-	-
Dotações a provisões e outros	302	-	24.952	55.351
Reversão de provisões com abono a resultados	-	(112)	(18.970)	(9.380)
Provisões utilizadas	(61.393)	-	(345)	(7.295)
Outros movimentos registados na demonstração de resultados (Nota 35.3)	28.183	-	-	-
transferências (Nota 35.2)	(21.872)	-	-	21.872
Outros movimentos	(245)	369	3	1.835
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>42.546</b>	<b>607</b>	<b>15.091</b>	<b>79.329</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 o epígrafe de Provisões "- Fundos para pensões e obrigações similares" inclui um saldo de 14.497 milhares de euros que corresponde a uma parte do custo laboral do Plano de reestruturação pendente de pagamento (64.000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012; Notas 1.1.2 e 35). A composição do epígrafe detalha-se na Nota 35 Despesas de Pessoal.

O saldo refletido em Provisões utilizadas de "Provisões - Fundos para pensões e obrigações similares" durante o exercício 2013 recolhe, entre outros, o custo descadastrado derivado dos pagamentos realizados como consequência do Plano de reestruturação (55.814 milhares de euros; Nota 1.1.2).

O epígrafe de "Provisões – Provisões para riscos e compromissos contingentes" recolhe as perdas por deterioro associadas às garantias financeiras concedidas pela Entidade (Nota 27.1).

Uma parte significativa do saldo existente em 31 de Dezembro de 2013 no epígrafe de Provisões "- Outras provisões" corresponde-se com o resto do custo laboral do Plano de reestruturação pendente de pagamento (21.872 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013, não existindo provisão neste epígrafe em 31 de Dezembro de 2012; Nota 1.1.2) e o custo estimado do encerramento de escritórios do Plano de reestruturação (6.950 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 e 8.232 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012; Nota 1.1.2). Igualmente, este epígrafe contém provisões por custo de 11.695 milhões de euros para custos de ruturas de contratos. O resto do saldo corresponde-se com a cobertura de outros riscos ordinários do negócio da Entidade.

Conforme é descrito nas Notas 2.1 e 2.13, o Grupo tem assumidos com o pessoal determinados compromissos pós-emprego. A seguir detalham-se os mencionados compromissos por pensões e as retribuições em longo prazo, que se encontram registados como provisões no balanço em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Milhares de euros			
		2013	2012
passivo			
Pré-reformas acordo laboral		5.473	6.683
Prestações pós-emprego exteriorizadas		16.302	19.068
Prestações pós-emprego não exteriorizada		6.274	7.556
Fundo custo laboral do Plano de reestruturação		14.497	64.000
		<b>42.546</b>	<b>97.307</b>

O detalhe do saldo do passivo líquido em Balanço correspondente a planos de prestação definida é o seguinte:

Milhares de euros			
		2013	2012
Obrigações em Balanço para:			
Retribuições pós-emprego (Nota 35.2)		7.157	(2.719)
Outras retribuições em longo prazo – pré-refomado (Nota 35.3)		(19.970)	(70.682)
Outras retribuições em longo prazo – resto		-	-
<b>(défice) / Superávit</b>		<b>(12.813)</b>	<b>(73.401)</b>
Impacto do limite do ativo		(1.773)	-
passivo líquido em balanço:		<b>(14.586)</b>	<b>(73.401)</b>
Contrato de seguro vinculados a pensões		21.946	22.404
Ativo líquido por pensões		6.014	1.502
(Provisão) líquida por pensões		(42.546)	(97.307)

Os custos registados na demonstração de resultados de prestações ao pessoal são os seguintes:

Milhares de euros			
		2013	2012
Planos de prestação definida		(302)	(542)
Contribuições a planos de contribuição definida		(1.586)	(6.361)
Juros e ónus assimilados		213	198
Dotações a provisões		-	19
Outros movimentos registados na demonstração de resultados		(28.183)	(64.000)
		<b>(29.858)</b>	<b>(70.686)</b>

Os custos reconhecidos no estado total de câmbios do património são os seguintes:

Milhares de euros		
	2013	2012
Perdas / ganhos atuariais de retribuições pós-emprego	8.199	1.400
Limitação ao ativo	(1.773)	-
	<b>6.426</b>	<b>1.400</b>

A seguir detalham-se a principais hipótese financeiro-atuariais utilizadas na avaliação dos compromissos:

	2013	2012
Taxa de juro técnica	0,77% - 3,15%	0,38% - 4,38%
Rentabilidade esperada dos ativos	0,87% - 3,15%	0,38% - 4,38%
Taxa anual de revisão de pensões	1,00%	1,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,00%	2,00% - 3,00%
Crescimento Baseies Cotação Segurança Social	5% em 2014; 1,00% resto	1,00%
Idade de aposentação	60 - 65 anos e idade pactuada	60 - 65 anos e idade pactuada
Tabelas de invalidez	-	-
Tabelas de mortalidade	PER 2000P	PER 2000P
Esperança de vida		
Pessoas que se aposentam exercício 2013		
Homens	22,31	22,20
Mulheres	26,80	26,68
Pessoas que se aposentam exercício 2033		
Homens	24,67	24,56
Mulheres	29,04	28,94

As taxas de juro técnicas consideradas para a atualização dos fluxos de prestações são aplicadas em função da duração da cada compromisso e a curva de referência foi determinada tomando como refere obrigações corporativos de alta qualidade creditícia AA emitidos na mesma moeda e no prazo de pagamento estimado para o pagamento das prestações na data em que se referem os estados financeiros. A metodologia seguida para a construção da curva do tipo de desconto está baseada em Euro-Denominated Corporate bonds de alta qualidade (AA) da zona euro selecionados tomando como refere dados de Bloomberg como fonte principal.

A duração média ponderada dos planos e a taxa de desconto utilizada para os diferentes planos em função da sua procedência de origem foi a seguinte em 2013: Caja Inmaculada: planos pós-emprego: 2,91% para 10,02 anos; pré-reformas: 0,89% para 1,93 anos; Caja Círculo: planos pós-emprego: 3,02% para 9,58 anos; pré-reformas: 0,77% e 1,03% para 0,4 e 1,47 anos respetivamente; Caja Badajoz: planos pós-emprego: 3,46% para 27,32 anos; pré-reformas: 1,05% para 1,48 anos.

## **22 Resto de passivos**

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Milhares de euros	

	2013	2012
Periodificação de despesas de pessoal	12.847	16.497
Operações em caminho	2.251	3.128
Resto	33.776	4.438
	<b>48.874</b>	<b>24.063</b>

## 23 Acertos por avaliação

### 23.1 Ativos financeiros disponíveis para a venda

Este epígrafe dos balanços consolidados recolhe o custo líquido das variações do valor razoável dos ativos classificados como disponíveis para a venda que, conforme ao disposto na Nota 2, devem classificar-se como parte integrante do património consolidado do Grupo, líquido do correspondente efeito impositivo (cujo movimento figura detalhado na Nota 25.4), variações que se registam nas demonstrações de resultados quando tem local a venda dos ativos nos que têm a sua origem ou quando se produz o deterioro dos mesmos.

O detalhe de acertos por avaliação, líquidos de efeito impositivo, e as hierarquias de valor razoável (detalhadas na Nota 26) é o seguinte:

						Milhares de euros	
						2013	
						Hierarquia valor razoável	
	Acertos por avaliação	Valor razoável	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Instrumentos de património cotados	(938)	21.902	21.902	-	-		
Instrumentos de património não cotados	(10.395)	72.211	-	-	72.211		
Renda fixa cotada	80.214	1.293.118	1.185.487	107.631	-		
<b>Total</b>	<b>68.881</b>	<b>1.387.231</b>	<b>1.207.389</b>	<b>107.631</b>	<b>72.211</b>		

						Milhares de euros	
						2012	
						Hierarquia valor razoável	
	Acertos por avaliação	Valor razoável	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Instrumentos de património cotados	(8.342)	81.449	81.449	-	-		
Instrumentos de património não cotados	(5.827)	63.331	-	-	63.331		
Renda fixa cotada	22.060	1.913.485	1.363.512	549.973	-		
<b>Total</b>	<b>7.891</b>	<b>2.058.265</b>	<b>1.444.961</b>	<b>549.973</b>	<b>63.331</b>		

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existem investimentos em instrumentos de património nas quais exista uma queda da cotação com respeito ao custo médio de aquisição superior ao 40%.

Por outro lado, a seguir anexa-se o detalhe das menos-valias existentes naqueles investimentos em instrumentos de património nas que se produziu uma queda da cotação com respeito ao custo que se prolonga durante mais de 18 meses:

<b>Menos-valia</b>			
<b>Milhares de euros</b>			
		<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Duração da queda</b>			
Mais de 42 meses		-	-
Entre 31 e 42 meses		29	-
Entre 18 e 30 meses		1.410	1.834
		<b>1.439</b>	<b>1.834</b>

### 23.2 Resto de acertos por avaliação

Os acertos por avaliação correspondem-se na sua prática totalidade com correções de assimetrias contabilísticas (Nota 2.19).

## 24 Fundos próprios e interesses minoritários

### 24.1 Fundos próprios

O detalhe dos fundos próprios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

<b>Milhares de euros</b>			
		<b>2013</b>	<b>2012</b>
Capital		204.865	200.000
Prima de emissão		1.005.154	1.001.019
Reservas		(1.074.842)	(9.993)
<i>Reservas acumuladas</i>		(1.060.278)	(166)
<i>Reservas de entidades valorizadas pelo método da participação</i>		(14.564)	(9.827)
Resultado do exercício		(119.784)	(1.038.662)
<b>Total</b>		<b>15.393</b>	<b>152.364</b>

#### o24.1.1 Capital

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital social está constituído por 204.864.864 ações (200.000.000 ações em 31 de Dezembro de 2012), com valor nominal de um euro a cada uma, pertencentes a uma única classe e série. As ações do Banco estão representadas por títulos nominativos.

A seguir apresenta-se o relacionamento de acionistas do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, junto da percentagem do capital social do Banco propriedade da cada um deles:

<b>Percentagens de participação</b>			
		<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Caja Inmaculada		-	41,25%
Caja Círculo		-	29,75%
Caja Badajoz		-	29,00%
Ibercaja Banco		100,00%	-

Durante o exercício 2013, de acordo com o processo de integração descrito na Nota 1.1.1, Ibercaja Banco passou a ser titular de 100% do capital social de Banco Grupo Cajates.

#### o24.1.2 Prima de emissão

Prima-a de emissão existente em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresenta o seguinte detalhe:

Milhares de euros		31/12/2013	31/12/2012
Prima de emissão em ampliação de capital efetuada no Processo de segregação (Nota 1.1.7)		415.751	415.751
Prima de emissão em ampliação de capital efetuada na Gestão de instrumentos híbridos (Nota 1.1.5)		4.135	-
Diferença entre o valor do Património líquido segregado e o custo do aumento de capital efetuada no Processo de segregação (Nota 1.1.7)		597.721	597.721
Acertos ao valor razoável de determinados ativos registados em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 1.1.6)		(11.200)	(11.200)
Perdas e ganhos atuariais		(1.253)	(1.253)
<b>Total</b>		<b>1.005.154</b>	<b>1.001.019</b>

#### o24.1.3 Reservas

No Anexo II inclui-se o detalhe por sociedades que geram o saldo do epígrafe "Reservas acumuladas" e "Reservas de entidades valorizadas pelo método da participação".

## 24.2 Interesses minoritários

A seguir apresenta-se o movimento dos exercícios 2013 e 2012 dos interesses minoritários, detalhado para a cada sociedade dependente que conforma o saldo:

Movimento do exercício 2013:

Milhares de euros					
Entidade	Saldo ao 01.01.13	Aumentos de participação	Reduções de participação	Resultado atribuído	Saldo ao 31.12.13
Tintas Arzubialde, S.L.	917	-	(866)	2	53
Interchip, S.A.	5	-	(14)	1	(8)
ArCAI Inmuebles, S.A.	(32.367)	34.260	-	(1.893)	-
Viajes Caja Círculo, S.A.	(42)	-	-	(143)	(185)
Agencias de Viajes de Caja Badajoz, S.A.	14	-	(16)	(55)	(57)
<b>Total</b>	<b>(31.473)</b>	<b>34.260</b>	<b>(896)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(197)</b>

Movimento do exercício 2012:

Milhares de euros					
Entidade	Saldo ao 01.01.12	Aumentos de participação	Reduções de participação	Resultado atribuído	Saldo ao 31.12.12
Tintas Arzubialde, S.L.	1.432	-	-	(515)	917
Interchip, S.A.	32	-	-	(27)	5
ArCAI Inmuebles, S.A.	-	-	(15.189)	(17.178)	(32.367)
Viajes Caja Círculo, S.A.	2	-	(14)	(30)	(42)
Agencias de Viajes de Caja Badajoz, S.A.	36	-	(22)	-	14
<b>Total</b>	<b>1.502</b>	<b>-</b>	<b>(15.225)</b>	<b>(17.750)</b>	<b>(31.473)</b>

Anexa-se a informação financeira mais relevante das sociedades que compõem os interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2013:

Milhares de euros				
Entidade	Ativos	Passivos	Resultado após impostos	Fluxo de caixa
Tintas Arzubialde, S.L.	442	197	(14)	-
Interchip, S.A.	490	266	40	-
ArCAI Inmuebles, S.A.	30.250	111.561	(5.518)	56
Viajes Caja Círculo, S.A.	657	559	10	-
Agencias de Viajes de Caja Badajoz, S.A.	41	45	(273)	-

Anexa-se a informação financeira mais relevante das sociedades que compõem os interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2012:

Milhares de euros				
Entidade	Ativos	Passivos	Resultado após impostos	Fluxo de caixa
Tintas Arzubialde, S.L.	14.795	11.918	(2.385)	(3)
Interchip, S.A.	366	255	(8)	-
ArCAI Inmuebles, S.A.	31.971	126.307	(50.065)	-
Viajes Caja Círculo, S.A.	338	506	(127)	(12)
Agencias de Viajes de Caja Badajoz, S.A.	189	118	(128)	(41)

## **25 Situação fiscal**

### **25.1 Grupo Fiscal Consolidado**

O Banco tributa sob o regime de consolidação fiscal regulado no Capítulo VII do Título VII do Texto Refundido da Lei do Imposto sobre Sociedades, aprovado pelo Real Decreto Legislativo 4/2004, de 5 de Março, desde o início do período impositivo correspondente ao exercício 2011.

O grupo fiscal tem estado integrado, no período impositivo correspondente ao exercício 2013, pelo Banco como dominante e como dependentes as entidades que, no exercício, cumprem as condições legais para o ser. Ao longo do exercício ficaram excluídas do grupo as entidades que deixaram de cumprir os requisitos para o integrar. Em concreto, as três caixas que foram acionistas originais do Banco, ficaram excluídas do regime de consolidação fiscal como consequência da operação de troca de valores realizado com Ibercaja Banco no exercício 2013. Igualmente, também por causa da referida troca de valores, o Banco deixou de cumprir os requisitos para ser a entidade dominante do grupo de consolidação fiscal. Em consequência, o Banco e o resto de sociedades que cumpram os requisitos para isso, ficarão integradas, a partir do exercício iniciado o 1 de Janeiro de 2014, no grupo de consolidação fiscal do que a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja, é a entidade dominante.

O Banco que participava, igualmente, no Regime Especial de Grupos de Entidades previsto na Lei 37/1992, de 28 de Dezembro, do Imposto sobre o Valor Acrescentado, junto das sociedades que, cumprindo os requisitos assim o lembraram, perdeu, com motivo da troca de valores citado, a condição de entidade dominante. O Banco, optou, mediante acordo do seu Conselho de Administração, pela aplicação do Regime Especial de Grupos de Entidades a efeitos do Imposto sobre o Valor Acrescentado, mediante a sua incorporação como sociedade dependente no Grupo de IVA, cuja entidade dominante é a Caja de

Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja.

### o25.2 Exercícios sujeitos a inspeção fiscal

O Banco tem aberta a revisão todos os impostos que lhe são de aplicação desde a data da sua constituição no exercício 2010, de maneira que unicamente ficam sujeitos a inspeção fiscal os tributos correspondentes a 2010 e seguintes que lhe resultem aplicáveis.

Por outra parte, ao adquirir em bloco Banco Grupo Cajatres, S.A. o património efetivamente segregado de Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, Caja de Ahorros y Monte de Piedad del Círculo Católico de Operarios de Burgos, y Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz, assumiu todas as obrigações e ficou sub-rogado no exercício de todos os direitos e ações integrados no referido património que correspondem a ditas entidades. Tanto Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, como Caja de Ahorros y Monte de Piedad del Círculo Católico de Operarios de Burgos, estão a ser objeto de Inspeção por Imposto sobre Sociedades pelos exercícios 2008 a 2010, e por outros tributos por períodos a partir de Junho de 2009. Pela parte do Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz estão abertos a revisão os exercícios 2009 e seguintes por Imposto sobre Sociedades. Para o resto de tributos, são suscetíveis de inspeção os períodos posteriores a Dezembro de 2009.

As sociedades do grupo CAI Inmuebles, S.A., CAI División de Servicios Generales, S.L. e CAI Vida e Pensões Seguros e Reaseguros, S.A. estão a ser objeto de inspeção por Imposto sobre Sociedades pelos exercícios 2008 a 2010, e por outros tributos por períodos a partir de Junho de 2009. Para o resto de entidades do grupo estão abertos a revisão os exercícios 2009 e seguintes por Imposto sobre Sociedades. Para o resto de tributos, são suscetíveis de inspeção os períodos posteriores a Dezembro de 2009.

Não existem atualmente atas de inspeção emitidas que estejam a ser objeto de recurso.

Devido a possíveis interpretações diferentes do regulamento fiscal aplicável, poderiam existir determinados passivos fiscais de carácter contingente que não são suscetíveis de quantificação objetiva. No entanto, em opinião do Conselho de Administração e da Direção da Sociedade, a dívida tributária que deles pudesse se derivar não afetaria significativamente à situação financeiro-patrimonial nem aos seus resultados.

### o25.3 Conciliação dos resultados contabilístico e fiscal

A seguir apresenta-se a conciliação entre o resultado consolidado dantes de impostos dos exercícios 2013 e 2012 e a despesa por Imposto sobre benefícios:

Milhares de euros		
	2013	2012
<b>Resultado consolidado dantes de impostos</b>	<b>(190.384)</b>	<b>(1.521.750)</b>
Imposto sobre benefícios ao tipo impositivo geral	(57.115)	(456.525)
Outros acertos do processo de consolidação	(114)	(90)
Efeito das diferenças permanentes	39	-
Atualização de balanços (*)	(9.023)	-
Deduções e bonificações na quota	(1.111)	(1.967)
<b>Despesa do exercício por imposto sobre benefícios</b>	<b>(67.324)</b>	<b>(458.582)</b>
Acertos na despesa do imposto de exercícios anteriores	(1.188)	(6.756)
<b>Total despesa por imposto sobre benefícios</b>	<b>(68.512)</b>	<b>(465.338)</b>

(\*) Inclui o custo da quota liquidada pela atualização e a reversão dos passivos por imposto diferido indicados na Nota 16.

No exercício 2013 não se geraram rendimentos suscetíveis de optar à dedução por reinvestimento de benefícios extraordinários. No seguinte quadro detalham-se os benefícios extraordinários acolhidos à mesma tanto pelo Banco, como pelas Caixas que segregaram parte do seu património:

Milhares de euros		
Ano obtenção rende	Rendimentos para a dedução	Ano de materialização reinvestimento
2007	2.004	2007
2008	3.539	2008
2009	21.357	2009
2010	486	2010
2011	23	2011

Nota: os dados de 2010 e anos anteriores referem-se a operações da Caixa.

### o25.4 Impostos diferidos devedores e credores

Ao abrigo do regulamento fiscal vigente em Espanha nos exercícios 2013 e 2012 surgiram determinadas diferenças temporárias e créditos fiscais que devem ser tidos em conta ao tempo de quantificar a correspondente despesa do imposto sobre benefícios consolidado. O saldo e o movimento dos impostos diferidos registados nos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

Milhares de euros		
	Impostos diferidos devedores	Impostos diferidos credores
<b>Saldo ao 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>393.700</b>	<b>127.300</b>
Regularização exercício anterior e outros	73.740	8.856
Gerado no exercício	475.807	-
Aplicado no exercício	(68.827)	(19.284)
Varição Impostos diferidos aplicados sobre o Património líquido	6.126	3.315
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>880.546</b>	<b>120.187</b>
Regularização exercício anterior e outros	23.633	9.072
Gerado no exercício	360.356	-
Aplicado no exercício	(319.470)	(4.343)
Varição Impostos diferidos aplicados sobre o Património líquido	(5.835)	16.452

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	939.230	141.368
---------------------------------	---------	---------

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos do Grupo, classificado por tipos de diferença temporária e crédito fiscal é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Ativos fiscais diferidos	Passivos fiscais diferidos		
	2013	2012	2013	2012
Deterioro ativos financeiros	499.089	519.074	24.018	2.862
Compromissos por pensões e outras provisões	25.014	4.647	-	-
Imobilizado	6.707	4.685	98.115	113.850
Ativos adjudicados	37.978	64.664	-	-
Outros acertos	1.534	1.823	683	683
<b>Total diferenças temporárias com contrapartida na Conta de Resultados</b>	<b>570.322</b>	<b>594.893</b>	<b>122.816</b>	<b>117.395</b>
<b>Diferenças temporárias com contrapartida em Património Líquido</b>	<b>2.717</b>	<b>7.316</b>	18.552	2.792
Crédito por BIN pendentes de compensar	357.645	270.761	-	-
Crédito por deduções pendentes de aplicar	8.546	7.576	-	-
<b>Total créditos fiscais</b>	<b>366.191</b>	<b>278.337</b>	-	-
	<b>939.230</b>	<b>880.546</b>	<b>141.368</b>	<b>120.187</b>

O Grupo procedeu ao registo dos créditos fiscais anteriores já que considera que não existem dúvidas razoáveis quanto à obtenção nos próximos exercícios de resultados positivos suficientes que permitam a sua recuperação.

O Real Decreto-lei 14/2013, de 29 de Novembro, modificou o texto refundido da Lei do Imposto sobre sociedades nas seguintes aspetos:

3Com efeito para os períodos impositivos que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2011, as dotações por deterioro dos créditos ou outros ativos derivadas das possíveis insolvências dos devedores não vinculados com o sujeito passivo bem como os correspondentes a dotações ou contribuições a sistemas de previsão social e, se for o caso, prejubilación, que gere ativos por imposto diferido, integrar-se-ão na matéria coletável de acordo com o estabelecido na lei do imposto sobre sociedades, com o limite da matéria coletável positiva prévia à sua integração e à compensação de matérias coletáveis negativas. A aplicação desta norma supôs uma diminuição dos créditos fiscais por matérias coletáveis negativas e deduções pendentes de aplicar bem como um incremento dos ativos por imposto diferido relacionados com os deterioros de investimento creditícia e ativos adjudicados e das despesas relacionadas com compromissos por pensões, por um custo de 241.270 milhares de euros.

4Os ativos por imposto diferido correspondentes a dotações por deterioro dos créditos ou outros ativos derivadas das possíveis insolvências dos devedores não vinculados com o sujeito passivo, bem como os derivados de dotações ou contribuições a sistemas de previsão social e, se for o caso, pré-reforma converter-se-ão num crédito exigível perante a Administração tributária nos supostos em que o sujeito passivo apresente prejuízos contabilísticos ou que a entidade seja objeto de liquidação ou insolvência judicialmente declarada. Igualmente, os ativos por imposto diferido pelo direito a compensar em

exercícios posteriores as matérias coletáveis negativas converter-se-ão num crédito exigível perante a Administração tributária quando aqueles sejam consequência de integrar na matéria coletável, a partir do primeiro período impositivo que se inicie em 2014, as dotações por deterioro dos créditos ou outros ativos derivadas das possíveis insolvências dos devedores, bem como as dotações ou contribuições a sistemas de previsão social e, se for o caso, pré-reforma, que geraram os ativos por imposto diferido referidos anteriormente. Estes ativos poderão trocar-se por valores de Dívida Pública, uma vez decorrido o prazo de compensação de matérias coletáveis negativas previsto na Lei do Imposto sobre Sociedades, computado desde o registo contabilístico de tais ativos. No suposto de ativos registados anteriormente à entrada em vigor desta norma, este prazo será computável desde a referida entrada em vigor.

O Grupo procedeu ao registo dos ativos por imposto diferido que figuram em balanço já que considera que não existem dúvidas razoáveis quanto à obtenção nos próximos exercícios de resultados positivos suficientes que permitam a sua recuperação. Portanto, a Entidade não contempla um cenário no qual os ativos fiscais diferidos relacionados com insolvências, adjudicados e pensões se vão recuperar através da troca por dívida pública, que seria possível de acordo à modificação introduzida pelo Real Decreto-lei 14/2013, mencionado anteriormente.

## ▪ **26 Valor razoável dos ativos e passivos financeiros**

A seguir, detalha-se o valor razoável dos ativos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, comparado com o seu correspondente valor em livros refletido no balanço a essa mesma data; igualmente, inclui-se um detalhe do valor razoável em função do sistema de avaliação (níveis 1, 2 e 3):

	Milhares de euros				
	Hierarquia valor razoável				
<b>2013</b>	<b>Total balanço</b>	<b>Valor razoável</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Caixa e depósitos em bancos centrais	153.657	153.657	-	153.657	-
Carteira de negociação	6.278	6.278	-	6.278	-
Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	14.314	14.314	14.314	-	-
Ativos fim. disponíveis para a venda	1.465.546	1.387.231	1.207.389	107.631	72.211
Investimentos creditícios	9.739.412	10.601.930	350.231	781.853	9.469.846
Carteira de investimento a vencimento	7.416.094	7.538.602	4.258.879	3.279.723	-
<i>Do que: Risco Soberano</i>	4.417.241	4.532.105	3.890.683	641.422	-
Derivados de cobertura	22.886	22.886	-	22.886	-
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>18.818.187</b>	<b>19.724.898</b>	<b>5.830.813</b>	<b>4.352.028</b>	<b>9.542.057</b>
Carteira de negociação	5.916	5.916	-	5.916	-
Outros passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	48.800	48.801	-	48.801	-
Passivos financeiros a custo amortizado	18.889.578	19.314.782	-	19.314.782	-
Derivados de cobertura	212.639	212.639	-	212.639	-
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>19.156.933</b>	<b>19.582.138</b>	<b>-</b>	<b>19.582.138</b>	<b>-</b>

Milhares de euros					
Hierarquia valor razoável					
2012	Total balanço	Valor razoável	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e depósitos em bancos centrais	189.705	189.705		189.705	
Carteira de negociação	9.160	9.160	-	9.160	
Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	46.002	46.002	46.002	-	-
Ativos fim. disponíveis para a venda	2.226.789	2.058.265	1.444.961	549.973	63.331
Investimentos creditícios	13.148.099	14.652.406	20.800	1.928.773	12.702.833
Carteira de investimento a vencimento	1.798.543	1.818.251	537.890	1.280.361	
<i>Do que: Risco Soberano</i>	<i>1.512.504</i>	<i>1.533.905</i>	<i>967.326</i>	<i>566.579</i>	-
Derivados de cobertura	40.109	40.109	-	40.109	-
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>17.458.407</b>	<b>18.813.898</b>	<b>2.049.653</b>	<b>3.998.081</b>	<b>12.766.164</b>
Carteira de negociação	10.698	10.698	-	10.698	-
Outros passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	46.002	46.002	-	46.002	-
Passivos financeiros a custo amortizado	17.820.130	18.097.108	-	18.097.108	-
Derivados de cobertura	241.410	241.410	-	241.410	-
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>18.118.240</b>	<b>18.395.218</b>	<b>-</b>	<b>18.395.218</b>	<b>-</b>

Os critérios utilizados na determinação dos valores razoáveis foram os seguintes:

- Nível 1: utilizando os preços cotados em mercados ativos para os instrumentos financeiros.

- Nível 2: utilizando preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares ou outras técnicas de avaliação nas que todos os inputs significativos estão baseados em dados de mercado direta ou indiretamente observáveis.

- Nível 3: utilizando técnicas de avaliação nas que algum input significativo não está baseado em dados de mercado observáveis.

Designadamente as técnicas de avaliação utilizadas nos níveis 2 e 3, bem como as hipóteses consideradas, para a determinação dos valores razoáveis foram:

- Valores representativos de dívida e permutas financeiras de taxas de juro: Utilizaram-se técnicas de avaliação baseadas no desconto dos fluxos, utilizando a curva de taxas de juro e o spread de mercado para instrumentos similares.

- Opções: valorizam-se mediante a aplicação de modelos aceites como standards no mercado. Naqueles casos nos quais não se disponha de um modelo de avaliação valorizam-se mediante a cotação facilitada pelas contrapartes.

- Instrumentos de capital avaliados a valor razoável: Em geral o seu valor razoável obtém-se por desconto dos fluxos de efetivo estimados, os quais se derivam dos planos de negócio das empresas participadas para um período geralmente de cinco anos, calculando para o período restante um valor residual. Estes fluxos têm-se descontado usando tipos de mercado e acertados ao custo médio de capital.

**11. Crédito à clientela (Investimentos creditícios):** A técnica de avaliação utilizada baseou-se no desconto dos fluxos futuros estimados, considerando as datas de vencimento e de repreciação, calculando os interesses a partir da curva de taxas de juro do interbancário. Adicionalmente teve-se em conta uma amortização antecipada de 5% do custo total. Esta percentagem está baseada em informação histórica do Grupo e é utilizado na gestão interna.

O impacto de um incremento de 100 pontos básicos na curva de taxas de juro do interbancário suporia uma redução do valor razoável de 2,68%.

Neste caso estima-se que não existem diferenças significativas por risco de crédito entre o valor contabilístico do crédito à clientela e o seu valor razoável já que o Grupo quantificou o nível de provisões por risco de crédito para a sua carteira conforme a normativa contabilístico que lhe é de aplicação e que se considera suficiente para cobrir dito risco. Não obstante, num meio de crise económica e financeira como o atual e dado que não existe um mercado para os referidos ativos financeiros, o custo pelo que pudessem se trocar entre partes interessadas poderia resultar diferente ao seu valor líquido registado já que o potencial adquirente teria em conta as perdas incorridas e contabilizadas seguindo a normativa contabilístico aplicável e a sua melhor estimativa das que poderia ter no futuro.

**11. Depósitos da clientela:** A técnica de avaliação utilizada foi o desconto dos fluxos futuros estimados, considerando as datas de vencimento e de repreciação, calculando os interesses a partir da curva de taxas de juro do interbancário.

▪ Débitos representados por valores negociáveis e Passivos subordinados: Avaliaram-se utilizando preços ou spread de mercado de instrumentos similares.

As causas pelas que podem existir diferenças entre o valor razoável e o valor contabilístico dos instrumentos financeiros são as seguintes:

▪ Nos instrumentos emitidos a taxa fixa, o valor razoável do instrumento varia em função da evolução das taxas de juro de mercado. A variação é superior quanto maior seja a vida residual do instrumento.

▪ Nos instrumentos emitidos a tipo variável o valor razoável pode diferir do valor contabilístico se as margens com respeito à taxa de juro de referência variaram desde a emissão do instrumento. Se as margens mantêm-se constantes, o valor razoável coincide com o valor contabilístico só nas datas de repreciação. No resto de datas existe risco de taxa de juro para os fluxos que já estão determinados.

A Entidade realiza uma análise para avaliar se os mercados nos que cotam os seus instrumentos financeiros podem considerar-se ativos, de acordo com a normativa contabilística aplicável. Durante o exercício 2013 teve instrumentos financeiros que deixaram de se valorizar com critérios de nível 2 e 3 e passaram a se valorizar com

critérios do nível 1 por custo de 20.622 milhares de euros (72.717 milhares de euros durante o exercício 2012).

No caso de determinados instrumentos financeiros (fundamentalmente a carteira de negociação e a operativa relacionada com derivados financeiros), os seus câmbios no valor razoável têm contrapartida na conta de resultados. O detalhe do efeito na demonstração de resultados produzido pelas mudanças no valor razoável é o seguinte, classificado em função do nível de hierarquia do valor razoável nos que se encontram os instrumentos financeiros:

Milhares de euros		
	2013	2012
Nível 1	-	-
Nível 2	200	38.349
Nível 3	392	9
	<b>592</b>	<b>38.358</b>

A seguir, dentro da hierarquia de valor razoável para valorações do valor razoável de Nível 3, oferece-se uma conciliação dos saldos de abertura com os saldos de encerramento, revelando de forma separada os câmbios durante o exercício atribuíveis ao seguinte:

	Milhares de euros
	Ativos financeiros disponíveis para a venda
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>50.692</b>
Resultados reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no estado de rendimentos e despesas reconhecidas	(19.301)
Compras	842
Vendas	(1.075)
Transferências desde ou para o nível 3 dentro ou fora das carteiras descritas	32.173
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>63.331</b>
Resultados reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no estado de rendimentos e despesas reconhecidas	(1.041)
Compras	7.022
Vendas	(1.878)
Transferências desde ou para o nível 3 dentro ou fora das carteiras descritas	4.777
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>72.211</b>

## **27 Outra informação significativa**

### **27.1 Riscos contingentes**

A seguir mostra-se o detalhe em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 das garantias financeiras outorgadas, atendendo ao risco máximo assumido pelo Grupo:

Milhares de euros		
	2013	2012
<b>Avales e outras cauções prestadas</b>	<b>304.448</b>	<b>348.778</b>
Avales financeiros	93.627	102.120
Outros avales e cauções	210.821	246.658
<b>Créditos documentários irrevogáveis</b>	<b>3.325</b>	<b>4.219</b>

Emitidos irrevogáveis	3.325	4.219
Confirmados irrevogáveis	-	-
<b>Ativos afetos a obrigações de terceiros</b>	<b>696</b>	<b>695</b>
	<b>308.469</b>	<b>353.692</b>

Uma parte significativa destes custos chegará ao seu vencimento sem que se materialize nenhuma obrigação de pagamento para o Grupo, pelo que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado como uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Os rendimentos obtidos dos instrumentos de garantia registam-se nos epígrafes “Comissões recebidas” e “Juros e rendimentos assimilados” (pelo custo correspondente à atualização do valor das comissões) das demonstrações de resultados consolidados do exercício 2013 e 2012 e calculam-se aplicando a taxa estabelecido contratualmente sobre o custo nominal da garantia.

As provisões registadas para a cobertura destas garantias prestadas, as quais se calcularam aplicando critérios similares aos correspondentes ao cálculo do deterioro de ativos financeiros avalizados ao seu custo amortizado, se registaram no epígrafe “Provisões - Provisões para riscos e compromissos contingentes” do balanço (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Grupo não identificou nenhum passivo contingente.

### o27.2 Ativos prestados ou em garantia

O detalhe dos ativos prestados ou em garantia é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Ativos titulizados (líquidos de acertos por avaliação)	230.007	254.825
Ativos carteira própria cedidos temporariamente	1.663.469	470.659
Ativos afetos à apólice de Banco de Espanha (*)	3.983.668	3.083.902
Resto	105.516	66.977
	<b>5.982.660</b>	<b>3.876.363</b>

(\*) Adicionalmente há 168.369 milhares de euros (185.135 milhares de euros em 2012) correspondentes aos obrigações de titulação próprios que também estão afetos à apólice ante Banco de Espanha, em garantia das operações de política monetária no Eurosistema, que em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não estava disposta.

### o27.3 Compromissos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os custos pendentes de dispor dos contratos de financiamento concedidos eram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2013	2012

<b>Disponíveis de terceiros</b>	<b>648.364</b>	<b>877.149</b>
Com disponibilidade imediata	587.914	676.777
Com disponibilidade condicionada	60.450	200.372
<b>Compromissos de compra a prazo de ativos financeiros</b>	<b>11.270</b>	<b>9.567</b>
<b>Valores subscritos pendentes de desembolso</b>	<b>9.282</b>	<b>8.937</b>
<b>Documentos em câmaras de compensação</b>	<b>245.237</b>	<b>238.100</b>
<b>Outros conceitos</b>	<b>71.629</b>	<b>76.534</b>
	<b>985.782</b>	<b>1.210.287</b>

Os custos pendentes de dispor correspondem a operações com taxa de juro variável.

#### o27.4 Recursos de terceiros geridos e comercializados pelo Grupo e depositaria de valores

A seguir mostra-se um detalhe do saldo dos recursos de clientes fosse de balanço que foram comercializados pelo Grupo nos exercícios 2013 e 2012:

Milhares de euros		2013	2012
Fundos de Investimento		861.403	679.690
Fundos de Pensões		414.270	382.574
Produtos de Seguros		432.281	416.078
Património de terceiros gerido de forma discrecional		94.840	87.260
		<b>1.802.794</b>	<b>1.565.602</b>
Dos que: geridos pelo Grupo		683.300	646.054

Igualmente mostra-se um detalhe dos valores depositados por terceiros no Grupo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Milhares de euros		2013	2012
Renda Fixa		1.732.020	1.709.347
Renda Variável		686.479	600.412
		<b>2.418.499</b>	<b>2.309.759</b>

#### o27.5 Titulização de ativos

Em 31 de Dezembro de 2013, a Sociedade não conta com operações de titulização de ativos anteriormente ao 1 de Janeiro de 2004, que se tenham descadastrado de balanço (Nota 2.7).

A Entidade realizou operações de titulização de ativos mediante a cessão de empréstimos da carteira a fundos de titulização, nas quais, como consequência das condições lembradas para a transferência, a Entidade conservou riscos e vantagens substanciais sobre os ativos titulizados (outorga de financiamentos subordinadas ao fundo que absorvem substancialmente as perdas creditícias esperadas dos ativos titulizados), pelo que estes ativos se mantiveram integralmente no balanço. A seguir mostra-se um detalhe dos saldos registados sócios com estas operações:

Milhares de euros		
	2013	2012
Ativos transferidos a AyT Colaterales Global Empresas, F.T.A. no exercício 2008	41.816	50.097
Ativos transferidos a AyT Colaterales Global Hipotecario, F.T.A. no exercício 2008	102.860	109.220
Ativos transferidos a AyT ICO - FT VPO III, F.T.A. no exercício 2009	90.437	99.852
	<b>235.113</b>	<b>259.169</b>

Na Nota 10.1 detalha-se a informação sobre a exposição que a Entidade mantém nos fundos de titulação.

Na Nota 26 detalham-se os critérios de cálculo para a estimativa do valor razoável do crédito à clientela, em cujo epígrafe se encontram registados os ativos titulizados detalhados no quadro anterior.

A seguir detalha-se o valor razoável dos passivos emitidos pelos fundos de titulação em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os quais estão cobertos pelos ativos transferidos indicados anteriormente:

Milhares de euros		
	2013	2012
Passivos emitidos por AyT Colaterales Global Empresas, F.T.A.	34.592	35.236
Passivos emitidos por AyT Colaterales Global Hipotecario, F.T.A.	82.101	80.209
Passivos emitidos por AyT ICO - FT VPO III, F.T.A.	79.144	81.712
	<b>195.837</b>	<b>197.157</b>

## o27.6 Ativos recebidos em garantia

Existem ativos recebidos em garantia em 31 de Dezembro de 2013 por 10.042 milhares de euros (39 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

## o27.7 Arrendamentos

### 27.7.1 Arrendamentos financeiros

Os contratos de arrendamento financeiro nos que o Grupo atua como arrendador se caracterizam por:

- Vencimento de uma taxa de juro variável.
- Existe uma opção de compra a favor do arrendatário, instrumentada em forma de última prestação do contrato, mediante a qual o arrendatário pode obter a propriedade do ativo por um custo significativamente inferior ao valor de mercado do ativo nesse momento. Dado que pode considerar-se razoavelmente verdadeiro que o arrendatário exercerá a opção de compra, o seu valor se regista como um direito de crédito junto do resto dos pagamentos mínimos a realizar pelo arrendatário.

O valor em livros dos arrendamentos financeiros em 31 de Dezembro de 2013 era de

41.404 milhares de euros (46.514 milhares de euros em 31 de Dezembro do 2012).

### 27.7.2 Arrendamentos operativos

Todos os arrendamentos operativos nos que participa a Sociedade são canceláveis, existindo habitualmente uma duração inicial do contrato de cinco anos. A renda do aluguer atualiza-se anualmente em função do Índice de Preços ao Consumo.

Nas operações nas que a Sociedade atua como arrendatária, o custo dos arrendamentos registados como despesa no exercício 2013 ascendeu a 3.177 milhares de euros (3.192 milhares de euros durante o exercício 2012).

As despesas de acondicionamento e investimentos em ativos materiais, líquido de amortizações, sobre o ativo objeto do contrato de arrendamento no que a Sociedade atua como arrendatário atingem 19.317 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (32.700 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

### o27.8 Ambiente

As operações globais do Grupo regem-se por leis relativas à proteção do ambiente (“leis ambientais”). O Grupo considera que cumpre substancialmente tais leis e que mantém procedimentos desenhados para fomentar e garantir o seu cumprimento.

O Grupo adotou as medidas oportunas em relacionamento com a proteção e melhora do médio ambiente e a minimização, se for o caso, dos possíveis impactos, cumprindo com o regulamento vigente na matéria. Durante os exercícios 2013 e 2012 não se realizaram investimentos significativos neste âmbito nem se considera que existam contingências significativas relacionadas com a proteção e melhora do ambiente.

### o27.9 Segmentação

#### 27.9.1 Segmentação por linhas de negócio

A seguir, detalha-se a informação financeira (demonstração de resultados consolidada) por segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Milhares de euros			
Em 31 de Dezembro de 2013	Total	Setor Financeiro	Setor Seguros	Outros Setores
<b>Margem de juros</b>	<b>273.045</b>	<b>235.171</b>	<b>43.879</b>	<b>(6.005)</b>
Comissões	75.429	76.332	(913)	10
Resultados de operações financeiras e outros conceitos	76.134	85.569	(17.020)	7.585
<b>Margem bruta</b>	<b>424.608</b>	<b>397.072</b>	<b>25.946</b>	<b>1.590</b>
Despesas de administração e amortização	(273.402)	(262.974)	(1.746)	(8.682)
Dotações a provisões (líquido)	(52.143)	(52.143)	-	-
Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)	(251.767)	(251.086)	-	(681)
<b>Margem de exploração</b>	<b>(152.704)</b>	<b>(169.131)</b>	<b>24.200</b>	<b>(7.773)</b>
Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)	(26.847)	(26.975)	-	128
Outros ganhos / (perdas)	(10.833)	(10.833)	-	-
<b>Resultado dantes de impostos</b>	<b>(190.384)</b>	<b>(206.939)</b>	<b>24.200</b>	<b>(7.645)</b>

Imposto sobre benefícios	68.512	74.737	(7.278)	1.053
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>(121.872)</b>	<b>(132.202)</b>	<b>16.922</b>	<b>(6.592)</b>

Milhares de euros				
Em 31 de Dezembro de 2012				
	Total	Setor Financeiro	Setor Seguros	Outros Setores
<b>Margem de juros</b>	<b>348.529</b>	<b>308.196</b>	<b>48.106</b>	<b>(7.773)</b>
Comissões	71.784	68.277	(200)	3.707
Resultados de operações financeiras e outros conceitos	16.241	36.430	(27.090)	6.901
<b>Margem bruta</b>	<b>436.554</b>	<b>412.903</b>	<b>20.816</b>	<b>2.835</b>
Despesas de administração e amortização	(332.887)	(321.156)	(1.731)	(10.000)
Dotações a provisões (líquido)	(12.173)	(12.173)	-	-
Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)	(1.243.416)	(1.243.265)	-	(151)
<b>Margem de exploração</b>	<b>(1.151.922)</b>	<b>(1.163.691)</b>	<b>19.085</b>	<b>(7.316)</b>
Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)	(139.808)	(84.161)	-	(55.647)
Outros ganhos / (perdas)	(230.020)	(229.943)	-	(77)
<b>Resultado dantes de impostos</b>	<b>(1.521.750)</b>	<b>(1.477.795)</b>	<b>19.085</b>	<b>(63.040)</b>
Imposto sobre benefícios	465.338	470.489	(5.725)	574
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>(1.056.412)</b>	<b>(1.007.306)</b>	<b>13.360</b>	<b>(62.466)</b>

O detalhe de ativos e passivos afetos aos segmentos de negócio é o seguinte em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Milhares de euros								
	2013		2012					
	Total	Setor Financeiro	Setor Seguros	Outros Setores	Total	Setor Financeiro	Setor Seguros	Outros Setores
<b>Ativos</b>	<b>20.685.757</b>	19.152.730	1.440.894	92.133	<b>19.616.766</b>	18.164.047	1.336.668	116.051
<b>Passivos</b>	<b>20.633.613</b>	19.085.820	1.337.852	209.941	<b>19.506.432</b>	18.023.701	1.269.078	213.653

#### 27.9.2 Segmentação por âmbito geográfico

O Grupo desenvolve a prática totalidade da sua atividade em território espanhol, exceto por aquela que desenvolve através de três agências em território português, sendo similar a tipologia da clientela em todo o território de atuação. Portanto, o Grupo considera um único segmento geográfico para a sua operativa.

#### **28 Juros e rendimentos assimilados**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros	
-------------------	--

	2013	2012
Depósitos em Banco de Espanha e outros bancos centrais	602	1.156
Depósitos em entidades de crédito	4.418	56.761
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	180	-
Crédito à clientela	285.654	423.572
Valores representativos de dívida	263.975	171.264
Ativos duvidosos	10.258	11.906
Retificação de produtos por operações de coberturas	(2.909)	349
Rendimentos de contratos de seguros vinculados a pensões (Nota 35.2)	477	(1.593)
Outros interesses	600	-
	<b>563.255</b>	<b>663.415</b>

Apresenta-se a seguir um detalhe dos custos registados neste epígrafe, classificados atendendo à carteira de instrumentos financeiros que os originou:

Milhares de euros		2013	2012
Ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados		13	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda		74.837	111.098
Carteira de investimento a vencimento		155.120	57.037
Investimento creditícia		334.515	495.369
Retificação de rendimentos por operações de cobertura		(2.909)	(1.593)
Outros rendimentos		1.679	1.504
		<b>563.255</b>	<b>663.415</b>

### **•29 Juros e ónus assimilados**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		2013	2012
Depósitos em Banco de Espanha e outros bancos centrais		15.192	16.936
Depósitos de entidades de crédito		15.431	7.842
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida		1.424	1.135
Depósitos da clientela		254.355	317.547
Débitos representados por valores negociáveis		2.768	6.221
Passivos subordinados		32.243	7.351
Retificação de despesas por operações de cobertura		(32.251)	(42.820)
Custo por interesses dos fundos de pensões (Nota 35.2)		264	128
Custo financeiro dos contratos de seguros de vida-poupança		784	546
		<b>290.210</b>	<b>314.886</b>

Apresenta-se um detalhe dos custos registados neste epígrafe, classificados atendendo à carteira que os originou:

Milhares de euros		2013	2012
Passivos financeiros a custo amortizado		324.241	357.156
Retificação de custos com origem em coberturas contabilísticos		(35.078)	(42.820)
Outros custos		1.047	550
		<b>290.210</b>	<b>314.886</b>

### **•30 Rendimentos de instrumentos de capital**

O custo registado neste epígrafe corresponde na sua totalidade a dividendos de instrumentos de capital e outras ações da carteira de Ativos disponíveis para a venda que atingem 1.290 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (3.120 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012).

### **•31 Comissões percebidas**

A seguir apresenta-se o custo do rendimento por comissões adquiridas nos exercícios 2013 e 2012 classificadas atendendo aos principais conceitos pelos que se originaram:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Comissões por riscos contingentes	3.972	5.469
Comissões por compromissos contingentes	1.147	1.097
Comissões por mudança de divisas e bilhetes de bancos estrangeiros	72	106
Comissões por serviços de cobranças e pagamentos	38.961	36.190
Comissões por serviços de valores	4.081	4.090
Comissões por comercialização de produtos financeiros não bancários	24.141	22.963
Outras comissões	9.477	7.443
	<b>81.851</b>	<b>77.358</b>

O apartado de Outras comissões recolhe um custo de 4.591 milhares de euros correspondente aos honorários percebidos pela Entidade no exercício 2013 pela sua prestação de serviços à SAREB de acordo com o estabelecido no “Contrato de administração e gestão de ativos” (Nota 1.1.3).

### **•32 Comissões pagas**

A seguir apresenta-se o custo da despesa por comissões adquiridas nos exercícios 2013 e 2012 classificadas atendendo aos principais conceitos pelos que se originou:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Comissões cedidas a outras entidades e correspondentes	6.251	4.015
Comissões pagas por operações com valores	155	(208)
Outras comissões	16	1.767
	<b>6.422</b>	<b>5.574</b>

### **•33 Resultados de operações financeiras**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados correspondentes aos exercícios 2013 e 2012, em função das carteiras de instrumentos financeiros que o originam é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
<b>Ativos a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados (Carteira de negociação)</b>	<b>200</b>	<b>38.349</b>
<b>Outros instrumentos a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados</b>	<b>392</b>	<b>9</b>
<b>Instrumentos não avalizados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados</b>	<b>106.137</b>	<b>31.653</b>
Ativos financeiros disponíveis para a venda	49.765	20.465
Outros ativos financeiros	21.262	81
Passivos a custo amortizado	35.110	11.107
<b>Outros resultados de operações financeiras</b>	<b>(1.685)</b>	<b>(3.999)</b>
Acertos realizados sobre instrumentos cobertos (cobertura de valor razoável)	10.622	30.876
Derivados de cobertura (cobertura de valor razoável)	(10.622)	(30.876)
Outros	(1.685)	(3.999)
	<b>105.044</b>	<b>66.012</b>

Dentro dos resultados associados a passivos a custo amortizado encontram-se os benefícios gerados nas cancelamentos de emissões de dívida subordinada (35.110 e 9.327 milhares de euros nos exercícios 2013 e 2012, respetivamente; Nota 19.5).

### **•34 Diferenças de câmbio**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Conversão à moeda funcional das partidas monetárias em moeda estrangeira	151	255
Compra de divisas	188	271
	<b>339</b>	<b>526</b>

Não existem resultados por cancelamento de diferenças de câmbio registadas no património líquido, de acordo ao exposto na Nota 2.4.3.

### **•35 Despesas de pessoal**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros

	2013	2012
Salários e salários	102.718	119.322
Segurança Social	27.914	29.796
Contribuições a fundos de pensões e apólices de seguros	1.888	6.903
Indemnizações por despedimento	29.811	65.744
Despesas de formação	177	383
Outras despesas de pessoal	8.408	3.393
	<b>170.916</b>	<b>225.541</b>

Do custo registado nas apartado "Indemnizações por despedimento", 28.183 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2013 (64.000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012) correspondem ao custo laboral do Plano de reestruturação (Notas 1.1.2 e 21).

### o35.1 Número de empregados

A distribuição por categorias e sexo dos empregados do Grupo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	Modelo 31/12/2013		Modelo 31/12/2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
GR. 1 Alta direção	10	2	9	2
GR. 1 Níveis I a V	448	148	603	170
GR. 1 Níveis VI a X	632	591	786	638
GR. 1 Níveis XI a XIII	127	184	176	273
GR. 2 e Limpeza	30	4	49	6
	<b>1.247</b>	<b>929</b>	<b>1.623</b>	<b>1.089</b>

O modelo em 31 de Dezembro de 2013 inclui 14 empregados que realizam a sua atividade em Portugal (Nota 27.9.2).

O número médio de empregados do Grupo durante os exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

	2013	2012
GR. 1 Alta direção	12	12
GR. 1 Níveis I a V	706	783
GR. 1 Níveis VI a X	1.327	1.395
GR. 1 Níveis XI a XIII	377	474
GR. 2 e Limpeza	44	56
	<b>2.466</b>	<b>2.720</b>

### 35.2 Despesas de pessoal - retribuições pós-emprego

Os custos líquidos reconhecidos no balanço por planos pós-emprego de prestação definida a Dezembro de 2013 e 2012, são os seguintes:

Milhares de euros

	2013	2012

Valor atual das obrigações financiadas	(76.090)	(93.563)
Valor razoável dos ativos afetos ao plano	83.247	90.844
<b>(défice) / Superávit</b>	<b>7.157</b>	<b>(2.719)</b>
Impacto do limite do ativo	(1.773)	-
Ativo líquido em balanço:	<b>5.384</b>	<b>(2.719)</b>
Contratos de seguro vinculados a pensões	21.946	22.404
Ativo líquido por pensões	6.014	1.502
(Provisão) líquida por pensões	(22.576)	(26.625)

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor atual das obrigações dos planos pós-emprego de prestação definida, durante os exercícios 2013 e 2012, é a seguinte:

Milhares de euros		
	2013	2012
<b>Valor atual inicial das obrigações</b>	<b>(93.563)</b>	<b>(102.094)</b>
Custo dos serviços do exercício corrente	(302)	(542)
Custo por interesses	(82)	(128)
Custos dos serviços passados	-	(253)
Ganhos e perdas em liquidações, reduções do plano	-	-
Recálculo de valorações:		
Ganhos / (Perdas) por mudanças em hipóteses demográficas	(407)	-
Ganhos / (Perdas) por mudanças em hipóteses financeiras	336	2.238
Ganhos / (Perdas) por experiência	1.990	1.113
Prestações pagas	15.938	6.103
Adquirido numa combinação de negócios	-	-
<b>Valor atual final das obrigações</b>	<b>(76.090)</b>	<b>(93.563)</b>

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor atual dos ativos afetos aos planos pós-emprego de prestação definida, durante os exercícios 2013 e 2012, é a seguinte:

Milhares de euros		
	2013	2012
<b>Valor razoável inicial dos ativos</b>	<b>90.844</b>	<b>93.484</b>
Rendimento por interesses	341	326
Ganhos e perdas em liquidações, reduções do plano	-	-
Recálculo de valorações:		
Rendimento de ativos afetos ao plano, excluídos custos incluídos em (despesa)/rendimento por interesses	-	-
Ganhos / (Perdas) por mudanças em hipóteses financeiras	5.211	(2.961)
Ganhos / (Perdas) por experiência	1.069	1.010
Mudança em limite do ativo, excluídos custos incluídos em despesa por interesses	-	-
Contribuições efetuadas pelo empregador	827	1.274
Contribuições efetuadas pelos participantes	-	-
Prestações pagas	(15.045)	(2.289)
Transferências (Nota 21)	-	-
<b>Valor razoável final dos ativos</b>	<b>83.247</b>	<b>90.844</b>

O detalhe dos principais tipos de ativos que compõem os ativos dos planos afetos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		2013	2012
Ações		6,08%	4,30%
Instrumentos de dívida		7,85%	8,86%
Imóveis		-	-
Apólices de seguros		81,97%	74,40%
Outros ativos		4,10%	12,44%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Não se esperam realizar contribuições a planos pós-emprego de prestação definida durante o exercício 2014.

A análise do vencimento esperado das prestações pós-emprego não descontadas dos próximos 10 anos é o seguinte:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019-2023
Prestações pós-emprego prováveis	13.707	6.404	6.647	6.536	6.202	25.513

As mudanças nas hipóteses principais produziria variações no cálculo das obrigações. A sensibilidade nas obrigações de planos pós-emprego ante modificações nas principais hipóteses mostra-se a seguir:

	Varição em p.b.	Incremento em hipótese	Decremento em hipótese
Taxa de desconto	50	(4,26%)	4,65%
Taxa de crescimento salarial	50	0,71%	(0,44%)
Taxa de crescimento pensão	50	5,06%	(4,68%)

A análise de sensibilidade corresponde-se com variações individuais da cada uma das hipóteses, enquanto o resto mantém-se constante.

### 35.3 Despesas de pessoal - retribuições em longo prazo ao pessoal pré-reformado

Os custos líquidos reconhecidos no balanço por retribuições em longo prazo ao pessoal pré-reformado de prestação definida a Dezembro de 2013 e 2012, são os seguintes:

Milhares de euros		2013	2012
Valor atual das obrigações financiadas		(19.970)	(70.682)
Valor razoável dos ativos afetos ao plano		-	-
passivo líquido em balanço:		(19.970)	(70.682)
Contratos de seguro vinculados a pensões		-	-
Ativo líquido por pensões		-	-
(Provisão) líquida por pensões		(19.970)	(70.682)

Milhares de euros		2013	2012
<b>Valor atual inicial das obrigações</b>		<b>(70.683)</b>	<b>(19.030)</b>
Custo dos serviços do exercício corrente		-	-
Custo por interesses	(46)	-	-
Custos dos serviços passados (Nota 21)	(28.183)	(64.000)	-
Ganhos e perdas em liquidações, reduções do plano	-	-	(18)
Recálculo de valorações:			
Ganhos / (Perdas) por mudanças em hipóteses demográficas	-	-	-
Ganhos / (Perdas) por mudanças em hipóteses financeiras	-	-	-
Ganhos / (Perdas) por experiência	-	-	-
Prestações pagas		57.070	12.366
Transferências (Nota 21)		21.872	-
<b>Valor atual final das obrigações</b>		<b>(19.970)</b>	<b>(70.682)</b>

### **-37 Outras despesas gerais de administração**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		2013	2012
De imóveis, instalações e material de escritório		14.827	15.464
Manutenção de equipas, licenças, trabalhos e programas informáticos		21.008	18.127
Comunicações		8.991	7.316
Publicidade e propaganda		4.066	4.648
Contribuições e impostos		5.842	3.980
Outras despesas de gestão e administração		21.144	29.012
		<b>75.878</b>	<b>78.547</b>

#### Outra informação

O custo dos honorários de PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. por serviços de auditoria das contas anuais do exercício 2013 ascendeu a 194 milhares de euros. Adicionalmente, a sociedade auditora percebeu honorários por outros serviços por um custo de 69 milhares de euros.

Os honorários de auditoria adquiridos por outros auditores relativamente à auditoria de contas anuais de determinadas sociedades do Grupo no exercício 2013 atingiram 272 milhares de euros.

O custo dos honorários por outros serviços prestados por outras sociedades que utilizam a marca PricewaterhouseCoopers, ascendeu no exercício 2013 a 7 milhares de euros.

Os honorários adquiridos por outros auditores pela auditoria das contas anuais individuais e consolidadas do Banco do exercício 2012 atingiram 520 milhares de euros, tendo-se adquirido no Banco outros honorários por prestação de serviços diferentes ao de auditoria de contas anuais por custo de 106 milhares de euros.

### **-37 Perdas por deterioro do resto de ativos**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		
	2013	2012
Perdas por deterioro de Existências	(122)	89.224
Perdas por deterioro de Ativos materiais de uso próprio (Nota 16.3)	10.444	-
Perdas por deterioro de Investimentos imobiliárias (Nota 16.3)	11.505	34.252
Perdas por deterioro de participações	(5.538)	(1.010)
Perdas por deterioro de Outro ativo intangível (Nota 17)	7.758	857
Perdas por deterioro do Fundo de maneo (Nota 17)	2.800	3.000
Perdas por deterioro do Fundo de maneo de outras sociedades participadas	-	13.485
	<b>26.847</b>	<b>139.808</b>

### **-38 Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		
	2013	2012
Ganhos por alienação de ativos não classificados como não correntes em venda	1.034	(3.519)
Perdas por venda de participações	(388)	(204)
Ganhos por outros conceitos	72	(88)
	<b>718</b>	<b>(3.811)</b>

### **-39 Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		
	2013	2012
Perdas por deterioro de outros ativos não correntes em venda	(10.804)	(224.279)
Resultados por alienação de outros ativos não correntes em venda	(747)	(1.930)
	<b>(11.551)</b>	<b>(226.209)</b>

### **-40 Partes vinculadas**

Os saldos registados nos balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e nas demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2013 e 2012 são os seguintes:

	Milhares de euros											
	2013	2012	Empr. Grupo.	Empr. Asoc.(*)	Empr. Multi.	Outras partes vinc.(**)	Pessoas singulares Vinc.(***)	Empr. Grupo.	Empr. Asoc.(*)	Empr. Multi.	Outras partes vinc.(**)	Per. físicas Vinc. (***)
<b>ATIVO</b>												
Empréstimos e créditos	247.471	56.301	7.300	22.368	5.336	-	-	779.640	228.921	23.252	5.877	-
Contraparte contratos de seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>passivo</b>												
Débitos a clientes	251.098	15.196	130.193	44.295	3.846	-	-	9.761	168.818	49.849	4.942	-
Passivos por contratos de seguros vinculados a pensões	-	-	-	16.301	-	-	-	-	-	18.241	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PERDAS E GANHOS</b>												

<b>Despesas</b>										
Juros e ónus assimilados	3.476	293	2.559	662	78	-	44	4.530	497	35
Comissões e outras despesas	143	-	-	-	-	-	985	3	-	-
<b>Rendimentos</b>										
Juros e rendimentos assimilados	-	1.575	228	525	111	-	9.364	988	716	138
Comissões e outros rendimentos	7	42	857	629	6	-	1	1	-	-
Dividendos	-	526	2.426	-	-	-	660	2.230	-	-
<b>OUTROS</b>										
Passivos contingentes	511	37.789	2.032	-	-	-	42.517	5.624	-	-
Compromissos	4.156	6.286	-	-	85	-	23.956	2.730	-	36

(\*) Os saldos incluem os custos correspondentes às sociedades que passaram a se considerar associadas devido à participação conjunta possuída entre Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres, SAU, tal como se menciona na Nota 14.1.

(\*\*) Fundos e sociedades de investimento e Fundos de pensões.

(\*\*\*) Alta Direção, Conselho de Administração, familiares até segundo grau e entidades vinculadas aos mesmos.

As operações financeiras refletidas foram realizadas de acordo com a operativa habitual da entidade financeira dominante do Grupo e segundo condições de mercado. Igualmente, para o resto de operações com partes vinculadas aplicam-se termos equivalentes aos de transações realizadas em condições de mercado. Para estes efeitos, o método de avaliação preferencialmente considerado é o de preço livre comparável.

## **41 Serviço de apoio ao cliente**

No enquadramento das medidas protetoras dos clientes das entidades financeiras previstas pela Lei 44/2002, de 22 de Novembro, de Medidas de Reforma do Sistema Financeiro, e com o duplo objetivo de preservar e fortalecer a confiança com os seus clientes, o Conselho de Administração de Banco Grupo Cajatres, SAU, em sessão celebrada em 29 de Dezembro de 2010, aprovou o Regulamento para a Defesa do Cliente onde se regula a atividade do Serviço de Apoio ao Cliente do Banco Grupo Cajatres, S.A.U., com a finalidade de atender e resolver as queixas e reclamações que os seus clientes pudessem apresentar, relacionadas com os seus interesses e direitos legalmente reconhecidos, relativos a operações, contratos ou serviços financeiros prestados pelas empresas do Grupo Cajatres.

O conteúdo do Regulamento pode ser consultado em qualquer dos escritórios do Banco Grupo Cajatres, S.A.U. e através da página [www.caixa3.e](http://www.caixa3.e). Igualmente, através destes meios, os utentes podem formular as suas possíveis queixas ou reclamações ou consultar o procedimento para a sua apresentação e tramitação.

O Grupo Cajatres compreende, para estes efeitos, Caixa3 Bolsa Sociedad de Valores, Caja Círculo operador de Banca-Seguros Vinculado SAU, Viajes Cajacírculo, S.A., Viviendas Caja Círculo, S.A.U., CAI Vida y Pensiones Seguros y Reaseguros, S.A., CAI Mediación de Seguros, S.A., CAI Viajes, S.A., CAI Inmuebles, S.A., Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.A., CAI División de Servicios Generales, S.L., Caja Badajoz Vida y Pensiones S.A. de Seguros y Agencia de Viajes de Caja de Ahorros de Badajoz, S.A.

De acordo ao “Contrato de Administração e Gestão de Ativos” subscrito entre Banco Cajatres e a SAREB em 25 de Fevereiro de 2013, o Serviço de atenção ao cliente de Banco Cajatres está obrigado a atender e resolver todas as queixas e reclamações que os utentes possam apresentar, relacionadas com os seus interesses e direitos legalmente reconhecidos sobre os Contratos de Financiamento que administra e gere por conta de SAREB.

De conformidade com as disposições dantes indicadas, o Serviço de Atenção ao Cliente do Grupo Cajatres, apresentou à consideração do Conselho de Administração do Banco Grupo Cajatres, S.A.U o relatório estatístico de 2013 compreensivo das queixas e reclamações atendidas, das decisões ditadas e dos critérios gerais conteúdos nas decisões e as recomendações ou sugestões com vistas a uma melhor consecução dos fins que informam a sua atuação, cujo resumo é o seguinte:

### **c) Reclamações atendidas**

No exercício 2013, realizou-se a abertura de 2.436 expedientes com a finalidade de atender os pedidos de clientes que demandavam a sua intervenção, o qual implica um incremento de 38,96% relativamente ao exercício 2012. As reclamações pela aplicação de uma taxa de juro mínima em empréstimos hipotecários, cláusula de limite mínimo, constituem o principal motivo do incremento.

O número de processos resolvidos durante o exercício 2013, foi de 2.076, uma vez realizado uma análise da informação e documentação existente na cada um dos assuntos interessados pelos clientes, Isso supõe um incremento de 24,54%, relativamente ao

exercício anterior. Dos assuntos apresentados 34 não foram admitidos a trâmite.

Apresentaram-se perante os organismos superiores de Apoio ao Cliente, 242 processos, o que apenas representa um 9,93% do total das reclamações, conquanto esta cifra supõe um notável incremento relativamente aos 79 expedientes do exercício anterior, motivado pelas reclamações por cláusulas de limite mínimo. Destes processos, 228 deles foram apresentados perante o Departamento de Conduta e Reclamações do Banco de Espanha e 14 perante a Comissão Nacional do Mercado de Valores.

Das 313 reclamações que se fecharam com um parecer favorável ao reclamante, em 161 casos (51,44 %) esta pronúncia favorável do Serviço de Apoio ao Cliente levou associado um reconhecimento económico para este, o que implicou que se tenham realizado créditos a clientes por custo de 22.832 euros (39.513 euros em 2012), atendendo total ou parcialmente as suas pretensões.

Os prazos médios de resolução das queixas e reclamações geridas pelo Serviço de Atenção ao Cliente situaram-se em 31 dias, número que se incrementou relativamente ao exercício 2012 que foi de 17 dias.

d) Critérios gerais contidos nas resoluções

Serviram de base na formulação das resoluções, que se emitiram com observância rigorosa das normas de bom governo e práticas bancárias, transparência e proteção dos utentes financeiros, as manifestações formalmente expressas pelos clientes e os relatórios emitidos pelos escritórios, departamentos e empresas do Grupo afetados, se fundamentando os ditames nos documentos contratuais subscritos com os clientes.

A tramitação das Queixas, Sugestões, Pedidos LOPD e Reclamações formuladas pelos clientes evidenciou algumas aspetos suscetíveis de melhora relativos, nuns casos, à qualidade do serviço prestado e, em outros, a questões relacionadas com a comercialização de certos produtos, que permitiram reparar erros e melhorar os processos operativos tratando de preservar e fortalecer a confiança nos relacionamentos de Cajatres com os seus clientes.

**•Balancos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e demonstrações de resultados, estados de rendimentos e despesas reconhecidas, estados totais de câmbios no património líquido e estados de fluxos de efetivo de Banco Grupo Cajatres, SAU correspondentes aos exercícios anuais terminados o 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU**  
**BALANÇOS Em 31 de Dezembro DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

ATIVO	2013	2012	passivo E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2013	2012
Caixa e depósitos em bancos centrais	153.646	189.700	Carteira de negociação	5.916	10.698
			Derivados de negociação	5.916	10.698
Carteira de negociação	6.278	9.160	Passivos financeiros a custo		
Derivados de negociação	6.278	9.160	amortizado	19.058.428	17.863.538
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	-	-	Depósitos de bancos centrais	2.321.472	2.306.837
Ativos financeiros disponíveis para a venda	509.434	1.346.060	Depósitos de entidades de crédito	526.747	299.561
Valores representativos de dívida	344.846	1.048.333	Depósitos da clientela	15.433.200	14.972.648
Instrumentos de capital	164.588	297.727	Débitos representados por valores negociáveis	56.436	110.554
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	288.496	732.845	Passivos subordinados	659.885	92.801
Investimentos creditícios	9.746.256	13.355.999	Outros passivos financeiros	60.688	81.137
Depósitos em entidades de crédito	613.064	771.153	Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas	116.741	149.037
Crédito à clientela	8.649.639	11.419.198			

Valores representativos de dívida	483.553	1.165.648	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>212.639</b>	<b>241.410</b>
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	624.223	1.218.343			
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	<b>7.416.094</b>	<b>1.798.543</b>	<b>Provisões</b>	<b>143.563</b>	<b>123.581</b>
<i>Pró-memória: Prestados ou em garantia</i>	4.852.235	1.673.450	Fundos para pensões e obrigações similares	42.546	97.307
<b>Acertos a ativos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>40.135</b>	<b>33.858</b>	Provisões para riscos e compromissos contingentes	15.176	9.536
			Outras provisões	85.841	16.738
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>22.886</b>	<b>40.104</b>	<b>Passivos fiscais</b>	<b>124.317</b>	<b>160.129</b>
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>78.300</b>	<b>110.850</b>	Correntes	981	45.476
			Diferidos	123.336	114.653
<b>Participações</b>	<b>201.888</b>	<b>310.522</b>	<b>Resto de passivos</b>	<b>55.573</b>	<b>27.323</b>
Entidades associadas	43.937	21.227			
Entidades multigrupo	5.860	21.463	<b>TOTAL passivo</b>	<b>19.717.177</b>	<b>18.575.716</b>
Entidades do Grupo	152.091	267.832			
<b>Contratos de seguros vinculados a pensões</b>	<b>21.946</b>	<b>22.403</b>	<b>Fundos próprios</b>	<b>(41.198)</b>	<b>166.459</b>
			Capital	204.865	200.000
<b>Ativo material</b>	<b>533.402</b>	<b>564.963</b>	Prima de emissão	1.005.154	1.001.019
Imobilizado material	328.239	408.825	Reservas	(1.021.036)	7.870
<i>De uso próprio</i>	326.366	406.643	Resultado do exercício	(230.181)	(1.042.430)
<i>Cedido em arrendamento operativo</i>	1.873	2.182	<b>Acertos por avaliação</b>	<b>20.493</b>	<b>(6.261)</b>
Investimentos imobiliários	205.163	156.138	Ativos financeiros disponíveis para a venda	20.493	(6.261)
<i>Pró-memória: Adquirido em arrendamento financeiro</i>	-	-	<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>(20.705)</b>	<b>160.198</b>
<b>Ativo intangível</b>	<b>4.745</b>	<b>16.315</b>			
Outro ativo intangível	4.745	16.315			
<b>Ativos fiscais</b>	<b>928.169</b>	<b>907.685</b>			
Correntes	7.548	49.202			
Diferidos	920.621	858.483			
<b>Resto de ativos</b>	<b>33.293</b>	<b>29.752</b>			
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>19.696.472</b>	<b>18.735.914</b>	<b>TOTAL passivo E PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.696.472</b>	<b>18.735.914</b>
<b>Pró-memória</b>					
Riscos contingentes	297.751	347.527			
Compromissos contingentes	984.110	1.238.300			

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU**

**DEMONSTRAÇÕES DE REULTADOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

	2013	2012
<b>Juros e rendimentos assimilados</b>	<b>535.065</b>	<b>650.087</b>
<b>Juros e ónus assimilados</b>	<b>293.037</b>	<b>320.057</b>
<b>MARGEM DE INTERESSES</b>	<b>242.028</b>	<b>330.030</b>
<b>Rendimento de instrumentos de capital</b>	<b>4.242</b>	<b>6.020</b>
<b>Comissões percebidas</b>	<b>76.729</b>	<b>72.598</b>
<b>Comissões pagas</b>	<b>4.384</b>	<b>4.885</b>
<b>Resultado de operações financeiras (líquido)</b>	<b>102.942</b>	<b>66.010</b>
Carteira de negociação	196	38.356
Outros instrumentos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	348	-
Instrumentos financeiros não avalizados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	104.083	31.653
Outros	(1.685)	(3.999)
<b>Diferenças de câmbio (líquido)</b>	<b>340</b>	<b>525</b>
<b>Outros produtos de exploração</b>	<b>12.677</b>	<b>21.661</b>
<b>Outros ónus de exploração</b>	<b>26.724</b>	<b>39.115</b>
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>407.850</b>	<b>452.844</b>
<b>Despesas de administração</b>	<b>232.130</b>	<b>289.396</b>
Despesas de pessoal	165.207	219.591
Outras despesas gerais de administração	66.923	69.805
<b>Amortização</b>	<b>22.232</b>	<b>23.070</b>
<b>Dotações a provisões (líquido)</b>	<b>52.652</b>	<b>11.907</b>
<b>Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)</b>	<b>263.223</b>	<b>1.492.003</b>
Investimentos creditícios	183.752	1.429.593
Outros instrumentos financeiros não avalizados a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	79.471	62.410
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>(162.387)</b>	<b>(1.363.532)</b>
<b>Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)</b>	<b>128.875</b>	<b>78.186</b>
Fundo de maneo e outro ativo intangível	7.758	857
Outros ativos	121.117	77.329
<b>Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda</b>	<b>(66)</b>	<b>390</b>
<b>Diferença negativa em combinações de negócio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos (Perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas</b>	<b>(12.029)</b>	<b>(48.550)</b>
<b>RESULTADO DANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(303.357)</b>	<b>(1.489.878)</b>
<b>Imposto sobre benefícios</b>	<b>(73.176)</b>	<b>(447.448)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>(230.181)</b>	<b>(1.042.430)</b>
<b>Resultado de operações interrompidas (líquido)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(230.181)</b>	<b>(1.042.430)</b>

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU**

**ESTADOS DE RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS  
TERMINADOS E, 31 DE Dezembro DE 2013 E 2012  
(Milhares de euros)**

	2013	2012
<b>•RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(230.181)</b>	<b>(1.042.430)</b>
<b>•OUTROS RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>40.276</b>	<b>8.395</b>
<b>B.1) Partidas que não serão reclassificadas a resultados</b>	<b>4.498</b>	<b>980</b>
Perdas e ganhos atuariais em planos de pensões de prestação definida	6.426	1.400
Ativos não correntes em venda	-	-
Imposto sobre benefícios relacionado com partidas que não serão reclassificadas a resultados	(1.928)	(420)
<b>B.2) Partidas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>35.778</b>	<b>7.415</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>38.221</b>	<b>1.943</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	85.932	22.408
Custos transferidos à demonstração de resultados	(47.711)	(20.465)
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas dos fluxos de efetivo</b>	<b>-</b>	<b>(116)</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	(116)
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Custos transferidos ao valor inicial das partidas cobertas	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas de investimentos líquidas em negócios no estrangeiro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Custos transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Resto de rendimentos e despesas reconhecidas</b>	<b>9.023</b>	<b>8.169</b>
Imposto sobre benefícios relacionados com partidas que poderão ser reclassificadas a resultados	(11.466)	(2.581)
<b>•TOTAL RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>(189.905)</b>	<b>(1.034.035)</b>

BANCO GRUPO CAJATRES, SAU

ESTADO TOTAL DE MUDANÇAS NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Milhares de euros)

Fundos  
próprios

	Capital	Prima de emissão	Reservas	Resultado do exercício	Divid. e retribuc.	Total Fundos próprios	Acertos por avaliação	Total Património Líquido
<b>I. Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>7.870</b>	<b>(1.042.430)</b>	-	<b>166.459</b>	<b>(6.261)</b>	<b>160.198</b>
Acerto por câmbios de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>7.870</b>	<b>(1.042.430)</b>	-	<b>166.459</b>	<b>(6.261)</b>	<b>160.198</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	-	-	<b>13.524</b>	<b>(230.181)</b>	-	<b>(216.657)</b>	<b>26.754</b>	<b>(189.905)</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	<b>4.865</b>	<b>4.135</b>	<b>(1.042.430)</b>	<b>1.042.430</b>	-	<b>9.000</b>	-	<b>9.000</b>
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	4.865	4.135	-	-	-	9.000	-	9.000
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-
transferências entre partidas de património líquido	-	-	(1.042.430)	1.042.430	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>III. Saldo final em 31/12/2013</b>	<b>204.865</b>	<b>1.005.154</b>	<b>(1.021.036)</b>	<b>(230.181)</b>	-	<b>(41.198)</b>	<b>20.493</b>	<b>(20.705)</b>

BANCO GRUPO CAJATRES, SAU

ESTADO TOTAL DE MUDANÇAS NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Milhares de euros)

Fundos  
próprios

	Capital	Prima de emissão	Reservas	Resultado do exercício	Divid. e retribuc.	Total Fundos próprios	Acertos por avaliação	Total Património Líquido
<b>I. Saldo final em 31/12/2011</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>(1.306)</b>	<b>15.571</b>	-	<b>1.215.284</b>	<b>(13.265)</b>	<b>1.202.019</b>
Acerto por câmbios de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>(1.306)</b>	<b>15.571</b>	-	<b>1.215.284</b>	<b>(13.265)</b>	<b>1.202.019</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	-	-	<b>1.391</b>	<b>(1.042.430)</b>	-	<b>(1.041.039)</b>	<b>7.004</b>	<b>(1.034.035)</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	-	-	<b>7.785</b>	<b>(15.571)</b>	-	<b>(7.786)</b>	-	<b>(7.786)</b>
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	(7.786)	-	(7.786)	-	(7.786)
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-
transferências entre partidas de património líquido	-	-	7.785	(7.785)	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>III. Saldo final em 31/12/2012</b>	<b>200.000</b>	<b>1.001.019</b>	<b>7.870</b>	<b>(1.042.430)</b>	-	<b>166.459</b>	<b>(6.261)</b>	<b>160.198</b>

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

	2013	2012
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.814.905</b>	<b>1.630.749</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(230.181)</b>	<b>(1.042.430)</b>
<b>Acertos para obter os fluxos de efetivo das atividades de exploração</b>	<b>370.725</b>	<b>1.196.941</b>
Amortização	22.232	23.070
Outros acertos	348.493	1.173.871
<b>Aumento/diminuição líquido dos ativos de exploração</b>	<b>1.160.166</b>	<b>1.065.288</b>
Carteira de negociação	2.882	2.111
Outros ativos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	-	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(363.625)	405.455
Investimentos creditícios	1.469.402	572.748
Outros ativos de exploração	51.507	84.974
<b>Aumento/diminuição líquido dos passivos de exploração</b>	<b>514.292</b>	<b>415.377</b>
Carteira de negociação	(4.782)	(3.320)
Outros passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	618.219	125.776
Outros passivos de exploração	(99.145)	292.921
<b>Cobranças/pagamentos por imposto sobre benefícios</b>	<b>(97)</b>	<b>(4.427)</b>
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.820.570)</b>	<b>(1.185.253)</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(1.849.879)</b>	<b>(1.243.943)</b>
Ativos materiais	(517)	(40.530)
Ativos intangíveis	(440)	(7.254)
Participações	(8.795)	(50.782)
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos sócios em venda	(661)	(1.888)
Carteira de investimento a vencimento	(1.839.466)	(1.143.489)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
<b>Cobranças</b>	<b>29.309</b>	<b>58.690</b>
Ativos materiais	19.466	30.481
Ativos intangíveis	-	-
Participações	-	2.965
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos sócios em venda	9.843	25.244
Carteira de investimento a vencimento	-	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de investimento	-	-

**BANCO GRUPO CAJATRES, SAU**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Milhares de euros)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>250.000</b>	<b>(311.472)</b>
<b>Pagamentos</b>	-	<b>(311.472)</b>
Dividendos	-	(7.786)
Passivos subordinados	-	(303.686)
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
<b>Cobranças</b>	<b>250.000</b>	-
Passivos subordinados	250.000	-
Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de financiamento	-	-
<b>EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO</b>	-	-
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO EFETIVO E EQUIVALENTES</b>	<b>244.335</b>	<b>134.024</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>233.848</b>	<b>99.824</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>478.183</b>	<b>233.848</b>
<b>Pró-memória:</b>		
<b>Componentes do efetivo e equivalentes no final do período</b>		
Caixa	75.030	85.768
Saldos equivalentes ao efetivo em bancos centrais	78.616	103.932
Outros ativos financeiros	324.537	44.148
Menos: Descobertos bancários reintegráveis à vista	-	-
<b>Total efetivo e equivalentes ao final do período</b>	<b>478.183</b>	<b>233.848</b>

## ANEXO I:

### INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE ENTIDADES DEPENDENTES, MULTIGRUPO E SÓCIAS

#### Entidades do Grupo:

Entidade	País de residência	Percentagem de participação					
		2013	2012	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Agencia de Viajes de la Caja Badajoz, S.A.	Espanha	80,00%	-	80,00%	-	-	-
Araprom, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Arcai Inmuebles, S.A.	Espanha	-	98,98%	-	-	-	65,69%
Anexa Capital S.C.R., S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Badajoz Siglo XXI	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
CAI División de Servicios Generales, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
CAI Inmuebles, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
CAI Mediación de Seguros, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
CAI Viajes, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Caja 3 Bolsa Sociedad de Valores, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Caja Círculo Correduría de Seguros, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Caja Inmaculada Energía e Infraestructuras, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.L.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Cartera de Inversiones Lusitania, S.L.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Espacio Industrial Cronos, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Gedeco Zona Centro, S.L.	Espanha	-	100,00%	-	-	-	100,00%
Genética el Bardal, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	-	-	-
Golf del Puerto, S.A.	Espanha	-	98,98%	-	-	-	65,69%
Inmobiliaria Impulso XXI, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Interchip, S.A.	Espanha	-	88,88%	-	-	-	77,50%
Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L.	Espanha	-	98,98%	-	-	-	65,69%
Método 21 S.L.	Espanha	-	100,00%	-	-	-	100,00%
Nuevas inversiones aragonesas 2011, S.L.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-
Plattea Canna, S.A.	Espanha	-	100,00%	-	-	-	100,00%
Promociones Inmobiliarias Berben el Puerto, S.L.	Espanha	-	98,98%	-	-	-	65,69%
Tecnología Informática, S.A.	Espanha	-	-	100,00%	-	-	-
Tintas Arzubalde, S.L.	Espanha	-	88,88%	-	-	-	77,50%
Viajes Caja Círculo, S.A.	Espanha	75,00%	-	75,00%	-	-	-
Viviendas Caja Círculo, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-	-	-

#### Entidades multigrupo:

Entidade	País de residência	Percentagem de participação					
		2013	2012	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Atalaya Inversiones, S.R.L.	Espanha	-	-	25,00%	-	-	-
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	Espanha	50,00%	-	50,00%	-	-	-
Fuentejalón Promociones Inmobiliarias,	Espanha	-	-	-	-	-	50,00%
Montealcobendas, S.L.	Espanha	-	-	-	-	-	50,00%
Montis Locare, S.L.	Espanha	-	47,73%	-	-	-	47,73%
Pamadi Inversiones y Desarrollos S.A.	Espanha	-	-	-	-	-	50,00%
Promotora Fuente Redonda, S.A.	Espanha	-	-	50,00%	-	-	-
Promotora. Vadillo Mayor, S.A	Espanha	-	-	50,00%	-	-	-
Sevilla Gestión del Suelo, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	-	-	50,00%
Tempranales, S.A.	Espanha	-	-	50,00%	-	-	-
Torrecedredo Moncayo, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	-	-	50,00%
Urbanizadora Meco, S.A..	Espanha	50,00%	-	50,00%	-	-	-

## Entidades asociadas:

Entidade	País de residência	Percentagem de participação			
		2013	2012		
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ACB Sportrust Zaragoza, S.L.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Accipit et Addest, S.L.	Espanha	-	40,00%	-	40,00%
Aliancia Inversiones en Inmuebles Dos, S.L.	Espanha	7,06%	18,69%	7,06%	18,69%
Alqlunia Logística, S.L.	Espanha	-	-	20,00%	-
Anglia Real Estate, S.L.	Espanha	-	35,56%	-	35,56%
Araven, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	50,00%
Asociación Técnica de Cajas de Ahorro, A.I.E.	Espanha	31,00%	-	31,00%	-
Business GFM 007, S.L.	Espanha	-	-	-	25,00%
C y E Badajoz Servicios Sociosanitarios, S.A.	Espanha	33,00%	-	33,00%	-
CAI Seguros Generales, Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	50,00%	-	50,00%	-
Cairochdale, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Campusport, S.L.	Espanha	21,09%	-	21,09%	-
Centro de Transportes Aduana de Burgos, S.A.	Espanha	25,45%	-	25,45%	-
Cercucai, S.L.	Espanha	-	-	-	44,00%
Cerrada 10 Inmuebles, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Chip Audiovisual, S.A.	Espanha	25,00%	-	25,00%	-
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A.	Espanha	17,43%	-	-	-
Cuatro Estaciones Inmobiliaria Siglo XXI, S.L.	Espanha	10,00%	-	10,00%	-
Desarrollo Urbanísticos Cedra, S.A.	Espanha	33,00%	-	33,00%	-
Desarrollos Aracas, S.A.	Espanha	-	-	-	40,00%
Desarrollos Inmobiliarios Salamanca, S.L.	Espanha	25,00%	-	25,00%	-
Desarrollos Promarbe, S.L.	Espanha	-	-	-	26,00%
Desarrollos Sud-57, S.L.	Espanha	-	35,00%	-	35,00%
Desarrollos Urbanos Orión, S.L.	Espanha	34,00%	-	34,00%	-
Districlima Zaragoza, S.L.	Espanha	15,00%	-	-	-
Edificios y Chalets 2000, S.A.	Espanha	-	44,61%	-	44,61%
Edificios y Chalets Nueva Cataluña, S.A.	Espanha	-	-	-	47,46%
Exman Promociones Inmobiliarias XXI S.L.	Espanha	-	-	-	42,44%
H&C Iniciativas de Desarrollo Urbano, S.A.	Espanha	-	-	-	41,34%
Habitatia Teruel, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Hefestos Mechanics, S.R.L.	Espanha	-	-	-	25,00%
Heraldo de Aragón, S.A.	Espanha	14,60%	-	-	-
Hotel Ordesa, S.A.	Espanha	-	-	22,85%	1,95%
Imaginarium, S.A. (a)	Espanha	10,65%	16,38%	10,65%	16,38%
Iniciativas Patrimoniales, S.A.	Espanha	-	-	50,00%	-
Inmobiliaria Monte Arenal 2000, S.L.	Espanha	-	49,00%	-	49,00%
Inmobiliaria Montesoto, S.L.	Espanha	-	40,71%	-	40,71%
Inmourbe, F.I.L.F.	Portugal	-	40,87%	-	44,00%
Inversiones inmobiliarias Andalsur	Espanha	-	-	-	49,88%
Inversiones Inmomad, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Inversiones Patrimoniales, S.A.	Espanha	-	-	50,00%	-
Laboratorio de Simulación de la Luz, S.L.	Espanha	-	-	-	25,50%
Leaderman Investment Group S.L.	Espanha	-	-	50,00%	-
Madrigal Participaciones, S.A.	Espanha	-	-	6,78%	-
Mobart Circulo Participaciones, S.L.	Espanha	50,00%	-	50,00%	-
Montecristo Patrimonial S.L.	Espanha	-	-	33,84%	-
Negio Constructora, S.A.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Nuevas Energías de Castilla S.A.	Espanha	48,00%	-	48,00%	-
Ocho17 Eficiencia Energética, S.L.	Espanha	19,26%	2,42%	19,26%	2,42%
Parque Tecnológico del Motor de Aragón, S.A.	Espanha	-	10,50%	-	-
Plataforma Logística de Zaragoza, PLAZA, S.A.	Espanha	15,29%	-	-	-
Plaza Estación Complutense, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Prames Audiovisual, S.A.	Espanha	20,00%	-	20,00%	-
Prax, S.A.	Espanha	-	-	24,06%	-
Promocas 2005, S.L.	Espanha	-	45,00%	-	45,00%
Promociones empresariales Área 9, S.L.	Espanha	-	40,00%	-	40,00%
Promociones Solo Casas, S.L.	Espanha	-	-	-	20,00%
Promo-mar Siglo XXI, S.L.	Espanha	-	-	-	45,63%
Promopuerto 2006, S.L.	Espanha	-	47,39%	-	47,39%
Promotora Camino de la Plata	Espanha	-	-	40,00%	-
Proyectos Inmobiliarios Movera 2005, S.L.	Espanha	-	-	-	33,33%
Proyectos Santa Isabel 1, S.L.	Espanha	-	-	-	34,00%
Proyectos y Realizaciones Aragonesas de Montaña, Escalada y Senderismo, S.A.	Espanha	15,64%	-	-	-
Residencia Jardín Nuestra Señora María Auxiliadora, S.A.	Espanha	40,00%	-	40,00%	-
Residencial Nueva Torredembarra, S.L.	Espanha	-	-	-	39,85%
Savia Capital Innovación y Crecimiento, S.A., S.C.R.	Espanha	19,13%	-	-	-
Segóbrida del Eresma, S.A.	Espanha	32,26%	-	32,26%	-
Sociedad Anónima para el Desarrollo Agrícola y Social de Aragón	Espanha	-	-	25,00%	-
Sociedad Gestora del Conjunto Paleontológico de Teruel, S.A.	Espanha	13,25%	-	-	-
Sociedad para la Promoción y Desarrollo Empresarial de Teruel, S.A.	Espanha	11,08%	-	-	-
Solavanti, S.L.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Tom Sagan Sports, S.L.	Espanha	-	40,00%	-	40,00%
Turolense del Viento, S.L.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Valora Capital Inmuebles, S.A.	Espanha	-	30,00%	-	30,00%

Vía 28, Áreas de promoción y desarrollo, S.L.	Espanha	-	-	-	38,63%
Viacajas, S.L.	Espanha	5,34%	-	-	-
Viregua, S.L.	Espanha	-	-	-	30,00%
Zaralca 2006, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Zenit Quality, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%

d) Sociedade cotada no Mercado Alternativo Bursátil. O seu valor razoável em 31 de Dezembro de 2013 é de 2.449 milhares de euros (3.396 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012)

## ANEXO II

### INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE ENTIDADES DEPENDENTES, MULTIGRUPO E SÓCIAS

#### Entidades do Grupo:

Entidade	Data estados financ.	Contribuição ao resultado consolidado	Contribuição às reservas consolidadas		Minoritários		
			2013	2012	2013	2012	
Agencia de Viajes de la Caja Badajoz, S.A.	dez-13	175	(102)	(128)	(42)	(57)	14
Araprom, S.A.	dez-13	-	(8.110)	(12.463)	(6.091)	-	-
Arcai Inmuebles, S.A.	nov-13	(4.276)	-	7	7	-	-
Anexa Capital SCR, S.A.	dez-13	(9.737)	(10.553)	(2.282)	-	-	(32.367)
Badajoz Siglo XXI	dez-13	(8.007)	(1.400)	(5.103)	-	-	-
CAI División de Servicios Generales, S.A.	dez-13	(50.479)	(52.029)	(34.246)	(24.458)	-	-
CAI Inmuebles, S.A.	dez-13	(126.635)	(110.383)	(127.792)	(80.399)	-	-
CAI Mediación de Seguros, S.A.	dez-13	1.158	1.105	2.355	351	-	-
CAI Viajes, S.A.	dez-13	32	(8)	(2)	6	-	-
CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	dez-13	16.923	13.360	20.859	7.478	-	-
Caja 3 Bolsa Sociedad de Valores, S.A.	dez-13	5	(128)	(167)	(32)	-	-
Caja Círculo Correduría de Seguros, S.A.	dez-13	189	501	1.526	(146)	-	-
Caja Inmaculada Energía e Infraestructuras, S.A.	dez-13	(38)	47	543	260	-	-
Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.L.	dez-13	(79)	235	(36)	49	-	-
Cartera de Inversiones Lusitana, S.L.	dez-13	(315)	(369)	(2.404)	-	-	-
Espacio Industrial Cronos, S.A.	dez-13	(81)	(7.598)	(6.815)	(12)	-	-
Gedeco Zona Centro, S.L.	dez-13	(4.081)	(2.177)	(6.164)	(3.132)	-	-
Genetica El Bardal	dez-13	(29)	-	(161)	-	-	-
Golf del Puerto, S.A.	nov-13	(1.324)	(20.662)	-	-	-	-
Inmobiliaria Impulso XXI, S.A.	dez-13	(7.878)	(7.083)	(14.744)	(973)	-	-
Interchip, S.A.	dez-13	7	(6)	-	-	-	5
Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L	nov-13	(360)	(1.244)	-	-	-	-
Método 21 S.L.	dez-13	(1.989)	(525)	100	(535)	-	-
Nuevas inversiones aragonesas 2011, S.L.	dez-13	(879)	(1.554)	(2.929)	(1.030)	-	-
Plattea Canna, S.A.	dez-13	(3.229)	(1.287)	(2.173)	(920)	-	-
Promociones Inmobiliarias Berben el Puerto, S.L.	nov-13	-	(429)	-	-	-	-
Tecnología Informática, S.A.	dez-13	-	(10)	-	41	-	-
Tintas Arzubialde, S.L.	dez-13	-	(1.848)	(1.920)	(54)	45	917
Viajes Caja Círculo, S.A.	dez-13	(323)	(96)	(137)	(6)	(185)	(42)
Viviendas Caja Círculo, S.A.	dez-13	(20.208)	(4.878)	(19.839)	(11.544)	-	-

Entidade	Data estados financ.	Informação financeira		Reservas e Resultado			Reservas e Resultado		
		2013	2012	Capital	Aj. Val.	Resultado	Capital	Aj. Val.	Resultado
Agencia de Viajes de la Caja Badajoz, S.A.	dez-13			273	(58)	(219)	48	125	(102)
Araprom, S.A.	dez-13			60	52	-	60	51	-
Arcai Inmuebles, S.A.	nov-13			60	(77.051)	(4.320)	9.447	(70.896)	(32.888)
Anexa Capital SCR, S.A.	dez-13			31.700	(18.939)	(9.737)	31.700	4.367	(11.585)
Badajoz Siglo XXI	dez-13			40.950	(1.436)	(8.007)	40.950	(1.436)	(8.007)
CAI División de Servicios Generales, S.A.	dez-13			9.914	(107.029)	(50.479)	9.914	(107.029)	(9.833)
CAI Inmuebles, S.A.	dez-13			49.170	(289.494)	(126.635)	49.170	(289.494)	(12.526)
CAI Mediación de Seguros, S.A.	dez-13			60	2.355	1.158	60	2.355	1.158
CAI Viajes, S.A.	dez-13			60	268	32	60	268	32
CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	dez-13			22.500	41.119	16.923	22.500	41.119	16.923
Caja 3 Bolsa Sociedad de Valores, S.A.	dez-13			5.000	1.490	5	5.000	1.490	5
Caja Círculo Correduría de Seguros, S.A.	dez-13			60	1.526	189	60	1.526	189
Caja Inmaculada Energía e Infraestructuras, S.A.	dez-13			1.154	62	(38)	1.154	62	(38)
Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.L.	dez-13			100	435	(79)	100	435	(79)
Cartera de Inversiones Lusitana, S.L.	dez-13			16.814	(2.881)	(315)	16.814	(1.247)	(369)
Espacio Industrial Cronos, S.A.	dez-13			28	(7.644)	(81)	28	(26)	(7.598)
Gedeco Zona Centro, S.L.	dez-13			7.185	(14.748)	(4.081)	7.185	(5.008)	(2.177)
Genetica El Bardal, S.A.	dez-13			60	76	(29)	-	-	-

Golf del Puerto, S.A.	nov-13	9.006	(38.738)	(1.338)	9.006	(7.281)	(1.708)
Inmobiliaria Impulso XXI, S.A.	dez-13	18.000	(19.977)	(7.878)	18.000	(7.384)	(10.119)
Interchip, S.A.	dez-13	80	10	8	70	47	(6)
Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L	nov-13	8.892	(8.991)	(364)	8.892	(6.395)	(124)
Método 21 S.L.	dez-13	1.598	(14.660)	(1.989)	1.598	(10.364)	(525)
Nuevas inversiones aragonesas 2011, S.L.	dez-13	3	(30.417)	(879)	3	(5.311)	(1.554)
Plattea Canna, S.A.	dez-13	17.747	(19.321)	(3.229)	17.747	(5.701)	(2.550)
Promociones Inmobiliarias Berben el Puerto, S.L.	nov-13	121	(714)	-	121	(58)	(1)
Tecnología Informática, S.A.	dez-13	-	-	-	62	41	(10)
Tintas Arzubalde, S.L.	dez-13	800	(396)	20	6.744	(278)	(525)
Viajes Caja Círculo, S.A.	dez-13	472	(173)	(431)	62	(102)	(128)
Viviendas Caja Círculo, S.A.	dez-13	21.918	(71.880)	(20.208)	21.918	(21.750)	(59.321)

## Entidades multigrupo significativas:

Entidades multigrupo significativas	Data estados financ.	Contribuição ao resultado consolidado		Contribuição às reservas consolidadas		Valor da participação	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	dez-13	2.927	2.666	-	(690)	16.031	15.570
Resto		(2.143)	(3.741)	(1.357)	(3.536)	-	15.463

Milhares de euros
Informação financeira
2013

Entidades multigrupo significativas	Ativo	passivo	Rendimentos	Resultado de atividades de exploração	Resultado após impostos	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	366.320	334.258	97.351	7.804	5.462	(80)	5.382
Resto	-	-	-	236	(8.947)	-	(8.947)

Milhares de euros
Informação financeira
2012

Entidades multigrupo significativas	Ativo	passivo	Rendimentos	Resultado de atividades de exploração	Resultado após impostos	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	372.938	341.798	146.082	3.808	2.665	12.061	14.726
Resto	-	-	-	(4.619)	(8.912)	-	(8.912)

Milhares de euros
Informação financeira
2013

Entidades multigrupo significativas	Caixa	Total passivo	Total depreciaciones	Total amortizações	Rendimentos por intereses	Despesa por intereses	Despesa (rendimento) por impostos
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	933	334.258	-	(3)	7.996	(220)	(2.342)

Milhares de euros
Informação financeira
2012

Entidades multigrupo significativas	Caixa	Total passivo	Total depreciaciones	Total amortizações	Rendimentos por intereses	Despesa por intereses	Despesa (rendimento) por impostos
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	2.351	341.798	(546)	(3)	12.765	(483)	(2.285)

## Entidades associadas significativas:

Entidade	Data estados financ.	Contribuição ao resultado consolidado		Contribuição às reservas consolidadas		Valor da participação	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
Araven, S.L.	dez-13	306	435	838	402	6.815	6.538
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A.	nov-13 (*)	375	-	-	-	12.094	-
Heraldo de Aragón, S.A.	sep-13 (*)	(85)	-	-	-	15.839	-
Imaginarium, S.A.	nov-13 (*)	(771)	(860)	(979)	(214)	5.499	6.271
Solavanti, S.L.	dez-13	85	505	484	64	8.966	8.791
Resto		(5.271)	(15.710)	(13.550)	(5.853)	21.726	31.989

Milhares de euros
Informação financeira
2013

Entidades asociadas significativas	Ativo	passivo	Rendimentos	Resultado de atividades de exploração	Resultado após impostos	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas
Araven, S.L.	30.999	17.370	16.079	1.419	633	(207)	426
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A.	92.431	23.047	4.143	2.168	1.641	-	1.641
Heraldo de Aragón, S.A.	120.273	43.725	72.043	401	409	280	689
Imaginarium, S.A.	70.362	51.550	104.274	(736)	(3.078)	-	(3.078)
Solavanti, S.L.	193.189	145.852	22.989	8.880	965	(2.801)	(1.836)
Resto	-	-	-	(85.836)	(100.010)	40	(90.614)

Milhares de euros
Informação financeira
2012

Entidades asociadas significativas	Ativo	passivo	Rendimentos	Resultado de atividades de exploração	Resultado após impostos	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas
Araven, S.L.	30.108	17.032	16.157	1.715	807	(207)	599
Imaginarium, S.A.	71.707	49.817	101.947	(1.511)	(2.928)	(208)	(3.136)
Solavanti, S.L.	189.420	145.463	20.894	9.514	2.495	(2.801)	(306)
Resto	-	-	-	(25.120)	(79.706)	40	(79.666)

(\*) A informação financeira destas sociedades refere-se às datas indicadas, exceto para a contribuição ao resultado consolidado, em cujo caso se realizou uma estimativa do resultado em 31 de Dezembro de 2013.

# **Banco Grupo Cajatres, SAU e sociedades dependentes**

## **Relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2013**

### **SECÇÃO I: RELATÓRIO DE GESTÃO**

#### **Meio económico**

A economia mundial se desacelerou ligeiramente em 2013, com um crescimento próximo do 2,9%, inferior ao registado em 2012. Esta mesma tendência é partilhada tanto os países emergentes como as economias avançadas.

Nos Estados Unidos, o ajuste fiscal, o primeiro anúncio da retirada do Programa de Expansão Monetária, posteriormente adiada, e a solução transitória sobre o teto da dívida tiveram um efeito negativo sobre as decisões de despesa e investimento reduzindo a sua economia, que avançou a uma taxa interanual de 1,6%, sensivelmente por debaixo da atingida um ano antes. No entanto, o melhor tom dos últimos indicadores de atividade augura umas perspectivas positivas para 2014. Enquanto, no Japão a variação do PIB esperada, 2%, confirma o sucesso do giro dado à política fiscal e monetária após um longo período de estancamento.

China mantém um ritmo de expansão elevado, 7,7%, com um crescimento mais equilibrado no qual cobra protagonismo o consumo doméstico, à espera de que as autoridades ponham em marcha as reformas estruturais projetadas, entre elas a do sistema financeiro.

Na Eurozona, as medidas tomadas em 2012 dissiparam as dúvidas sobre a viabilidade da moeda única e aliviado consideravelmente a crise da dívida, com descidas apreciáveis da prima de risco de alguns países como Espanha. A política monetária do BCE e o relaxamento dos objetivos de défice fizeram com que se recuperasse o crescimento a partir do segundo trimestre. No entanto, a fortaleza dos países centrais não pôde compensar a debilidade dos periféricos, concluindo no ano com um retrocesso conjunto de 0,4%.

O BCE na sua reunião de Novembro recortou a taxa de juro de referência até 0,25%, o nível mais baixo da história do euro, e ratificou a sua política monetária mantendo os leilões de liquidez e as operações a três meses, sem limite de quantidade e a taxa fixa, até Julho de 2015. Por outra parte, não descartou que se possa realizar um novo leilão de liquidez em longo prazo.

A economia espanhola, após nove trimestres consecutivos de descida de atividade, recuperou na segunda parte do ano a senda do crescimento. Não obstante, o retrocesso interanual do PIB é de 1,2%. A incipiente recuperação baseia-se no bom comportamento das exportações que seguiram crescendo ao amparo de uma maior competitividade conseguida pela moderação de preços e salários junto à flexibilização do mercado de

trabalho. A evolução do investimento alenta também o otimismo, já que a destinada a bens de equipa se eleva um 2% durante o ano, em contraste com a reiterada descida da construção. Enquanto, o consumo das famílias, embora melhora nos meses finais do ano, continuou lastrando o crescimento devido à elevada taxa de desemprego, a contenção de salários e o aumento do ónus impositiva.

O mercado de trabalho mostra signos de estar próximo de tocar fundo, assim, a Segurança Social perdeu 85.000 afiliados, perante mais de 700.000 de 2012. Ainda assim, a taxa de desemprego está ancorada em valores muito altos, segundo a EPA do quarto trimestre chega ao 26,02%, apesar da apreciável descida da população ativa.

O IPC, uma vez salvado o efeito degrau produzido pela subida do IVA em 2012, fechou com um avanço interanual de 0,3%. O diferencial sobre a zona euro, muito favorável para Espanha, facilita o processo de desvalorização interna ao que está submetida a economia espanhola, permitindo-lhe ganhar competitividade.

Quanto à política fiscal, após os acertos dos últimos anos, o processo de redução do défice público segue lentamente. Pese ao esforço realizado, a falta de dados definitivos, situar-se-á em 7% do PIB em 2013. Os compromissos adquiridos com a Comissão Europeia para anos posteriores poderiam atingir-se se se fizerem realidade as melhores perspetivas económicas com o conseguinte impulso dos rendimentos públicos. O acelerado crescimento da dívida pública, que ameaça com superar o 100% do PIB, é um dado negativo pela difícil sustentabilidade de um volume tão alto e pelo efeito expulsão que exerce sobre o setor privado no acesso ao crédito.

A bolsa espanhola, após três anos consecutivos de retrocessos, fechou 2013 em positivo. O Ibex 35 tem-se revalorizado mais de 21%, num contexto no que os mais importantes índices bolsistas do mundo lograram importantes mais-valias. O bom comportamento do seletivo espanhol obedece à melhor perceção da economia, o baixo nível das cotações após as fortes correções tidas em anos anteriores, a abundante liquidez e o retorno do investimento estrangeiro.

O setor financeiro espanhol está a culminar o processo de saneamento e redimensionamento que começou com as primeiras medidas adotadas faz quase quatro anos. Os planos de recapitalização e reestruturação, junto da transferência dos ativos imobiliários à SAREB dos bancos com problemas, permitiram dissipar dúvidas sobre a solvência do sistema. Ao extraordinário esforço em dotações realizado em 2012 seguiram durante 2013 novos requerimentos relacionados com os saldos refinanciados, de maneira que se atingiu um elevado nível de coberturas. A capacidade instalada continua a reduzir-se a bom ritmo para se adaptar ao tamanho do mercado. O número de escritórios e pessoal baixou aproximadamente 30% desde os máximos de 2008. No ano que se fecha vários fatores pressionaram fortemente os resultados da banca: a deteriorada atividade derivada do meio económico do nosso país, as baixas taxas de juro pela descida do Euribor, que afetam particularmente ao crédito hipotecário, o avanço da morosidade e as, já comentadas, dotações sobre a carteira refinanciada.

### **Cajates e o seu processo de reestruturação e integração em Ibercaja**

O Banco cumpriu os objetivos estabelecidos no plano de reestruturação:

- Transferência dos ativos imobiliários à Sociedade de Gestão de ativos procedentes da Reestruturação Bancária (SAREB).
- Redução de sucursais, empregados, tamanho do balanço e alavancagem.
- Desinvestimento em sociedades participadas.
- Recompra de híbridos (exercício de burden sharing).

Em 12 de Março a Entidade recebeu 407 milhões de euros, destinados a atingir o nível de capital exigido, mediante assinatura por parte do FROB de obrigações convertíveis contingentes (CoCos).

Em 25 de Julho Ibercaja Banco adquiriu o 100% do capital social de Cajatres, iniciando-se um processo de integração que culminará em 2014.

## **Balanço**

O volume de ativos do Banco Grupo Cajatres situou-se no final de exercício em 20.686 milhões de euros, com um incremento relativo de 5,45%. A composição do balanço viu-se notavelmente afetada pela transferência dos riscos imobiliários à SAREB e as ajudas recebidas dentro do processo de reestruturação. Isolando estes efeitos, os valores de negócio evoluíram online com as do setor bancário nacional, num cenário de recessão económica.

O transferência à SAREB supôs uma baixa de ativos brutos por 4.318 milhões de euros, com os seus correspondentes fundos, e a receção de títulos de renda fixa por 2.212 milhões de euros.

O crédito bruto atingiu um saldo final de 9.175 milhões de euros, com uma descida relativo de 30,16%, um 4,24% descontando o efeito da transferência à SAREB, o que supõe uma queda inferior à registada no setor creditício. O retrocesso do financiamento é devido à menor demanda por parte de empresas e famílias, dentro de um processo geral de redução da alavancagem financeira.

A razão de créditos duvidosos situou-se no 12,26%, uma vez reconhecidas as novas exigências regulatórias em matéria de refinanciamentos. A morosidade do financiamento aos lares para aquisição de morada com garantia hipotecária é de 5,46%. A taxa de cobertura sobre os riscos duvidosos atinge 50,31%.

O custo das operações refinanciadas, definidas segundo os critérios feitos públicos pelo Banco de Espanha em 30 de Abril de 2013, é de 1.075 milhões de euros ou 11,72% do crédito bruto. Desta cifra, o 43,90% corresponde a ativos duvidosos e o 16,54% a substância. A cobertura associada a ditas operações é de 223 milhões de euros.

O valor contabilístico líquido da carteira de imóveis do Grupo, adjudicados ou adquiridos

em troca de dívidas, atinge 187 milhões de euros, supõe o 0,90% do ativo e o 2,04% do crédito bruto. A cobertura associada a estes ativos imobiliários (inclui os saneamentos iniciais e as provisões registadas anteriormente à adjudicação dos imóveis) é de 24,26%. A carteira de valores de renda fixa, ações e participações em empresas soma 9.466 milhões de euros, com um crescimento de 4.179 milhões de euros. Por tipo de ativo, a renda fixa, 9.206 milhões de euros, representa 97,24% do total e o seu aumento no ano, 4.319 milhões de euros, obedece fundamentalmente a compras de dívida pública, obrigações recebidas da SAREB na desconsolidação de ativos (2.212 milhões de euros) e dívida emitida pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (407 milhões de euros). A renda variável, 261 milhões de euros, diminuiu 140 milhões de euros, como consequência da venda de títulos de renda variável cotada e do compromisso de desinvestimento em sociedades participadas, assumido pela Entidade no plano de reestruturação, que se fez efetivo via deterioros ou alienações.

A carteira de investimento a vencimento, 7.416 milhões de euros, supõe 78,34% do total. O seu crescimento no ano, 5.618 milhões de euros, explica-se pela receção já mencionada de obrigações da SAREB e dívida do Mecanismo Europeu de Estabilidade, a Reclassificação de 1.159 milhões de euros desde a carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda e a compra de dívida pública espanhola. A carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda, 1.466 milhões de euros, diminuiu 761 milhões de euros, basicamente pelo efeito conjunto do transferência referido anteriormente, os desinvestimentos em instrumentos de capital e a Reclassificação de ativos desde a carteira de investimento creditícia.

O saldo ativo em entidades de crédito e efetivo é de 800 milhões de euros, 257 milhões de euros menos que em 2012. Ao mesmo tempo, as posições passivas em entidades de crédito e bancos centrais, 3.128 milhões de euros, aumentam 194 milhões de euros, como resultado principalmente da cessão temporária de ativos contabilizada neste epígrafe.

Os recursos geridos de clientes atingem 18.560 milhões de euros, mais 7,20% que há um ano. Deles, os de balanço, 16.757 milhões de euros, incrementam-se 6,41%, devido ao aumento da cessão temporária de ativos, a contabilização de 407 milhões de euros em obrigações convertíveis contingentes, o empréstimo subordinado por 250 milhões de euros recebido de Ibercaja Banco, com o fim de reforçar os recursos próprios de Cajatres, ao que há que restar o vencimento de 110 milhões de euros em cédulas hipotecárias. Isolando estes efeitos, os recursos a retalho em balanço diminuíram 3,77%, prejudicados pelas baixas taxas de juro e o atrativo de outros investimentos substitutivas. Os recursos fora de balanço aproveitaram a evolução muito positiva dos mercados financeiros, incrementando-se um 15,15%, destacando o avanço, quase 27%, dos fundos de investimento.

Cajatres mantém uma folgada posição de liquidez, 4.702 milhões de euros, o 22,73% do balanço, reforçada no exercício com os obrigações da SAREB recebidos na desconsolidação de ativos e os títulos procedentes da emissão de CoCos. A dependência dos mercados por grosso é baixa, representando as emissões, 2.451 milhões de euros, 11,85% do balanço. A razão crédito sobre depósitos a retalho é de 67%.

O património líquido, 52 milhões de euros, reduziu-se 58 milhões de euros, principalmente

pelo resultado negativo do exercício.

### **Conta de resultados**

A margem de juros, 273 milhões de euros, cede um 21,66% interanual pressionado pelas reduzidas taxas de juro, a menor demanda de crédito, o incremento das operações morosas e o transferência do negócio imobiliário à SAREB. Estes efeitos negativos foram compensados em parte pelo menor custo do passivo e a contribuição dos rendimentos procedentes da carteira de renda fixa.

As comissões líquidas cresceram 5,08% impulsionadas pelo bom comportamento das derivadas de serviços de cobranças e pagamentos e as procedentes da comercialização de produtos financeiros não bancários, bem como pela inclusão dos honorários recebidos por prestação de serviços à SAREB.

Os resultados por operações financeiras, 105 milhões de euros, originaram-se na venda de posições de renda fixa, aproveitando as oportunidades do mercado, e no exercício de burden sharing, previsto no plano de reestruturação, que contribuiu 35 milhões de euros.

A evolução das partidas antes comentadas, junto com a contribuição do epígrafe outros produtos e ónus de exploração, -25 milhões de euros e resultado de entidades valorizadas pelo método da participação, -5 milhões de euros, fazem com que a margem ilíquida, 425 milhões de euros, se contraia 2,74% relativamente a 2012.

As despesas de exploração reduziram-se 17,87%. Deles, os de pessoal baixam 24,22%, refletindo os acertos produzidos no modelo depois do acordo laboral atingido em 15 de Maio de 2013. Não obstante, recolheram-se despesas extraordinárias por indemnizações por despedimentos tanto em 2012 como em 2013.

O resultado da atividade de exploração dantes de saneamentos eleva-se a 151 milhões de euros, com um aumento de 45,86% em relacionamento a um ano dantes. O aumento da morosidade, a reclassificação contabilística das operações refinanciadas, o saneamento das participadas e outras perdas derivaram numas dotações elevadas, 342 milhões de euros.

O alto volume de saneamentos, acima dos benefícios de exploração, faz com que o resultado após impostos apresente uma perda de 122 milhões de euros. Há que assinalar que parte das perdas, as associadas à reestruturação de modelo e rede de escritórios, o saneamento da carteira creditícia e outros deterioros de participadas de Cajatres, não aparecerão na conta de resultados do Grupo Ibercaja, já que se reconheceram contra património líquido mediante o exercício de posta a valor razoável dos ativos e passivos de Cajatres no momento da sua tomada de controlo.

### **Solvência e rating**

O coeficiente de solvência é de 8,17%, uma vez incorporados os acertos contemplados no plano de reestruturação, isto é, a desconsolidação à SAREB e a emissão de obrigações

convertíveis, subscritos pelo FROB, por 407 milhões de euros. Adicionalmente, para reforçar o capital, Cajatres recebeu de Ibercaja Banco um empréstimo subordinado por custo de 250 milhões de euros.

Fitch Ratings, na sua última atualização de 2 de Agosto, depois de avaliar positivamente a operação corporativa com Ibercaja Banco, atribuiu ao Banco Grupo Cajatres uma qualificação em longo prazo de “BB+”, “B” em curto prazo e “3” de suporte, passando a perspetiva de negativa a estável.

Fitch Ratings manteve a qualificação de Cajatres na sua revisão de 4 de Fevereiro de 2014, no contexto da sua futura integração em Ibercaja Banco.

### **Meios técnicos e humanos**

A 31 de Dezembro de 2013 o Banco Grupo Cajatres, como empresa matriz, integrava 2.043 empregados, 391 escritórios (em 15 províncias espanholas e Portugal), 556 caixas, 490.645 cartões e 4.447 terminais ponto de venda. Ao longo do exercício o quadro de pessoal foi reduzido em 523 empregados e a rede comercial em 187 agências, materializando as condições assumidas no processo de reestruturação.

### **Gestão de riscos**

O Banco desenvolve uma cultura de riscos integrada para toda a entidade, baseada num entendimento dos mesmos e a forma na qual se gerem. Esta gestão global de riscos aplica-se a todas as unidades de negócio e de controlo, e abarca a exposição a risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de concentração, de reputação, de cumprimento e legal.

Em cumprimento da Circular 3/2008 de Banco de Espanha, o Banco integra o controlo dos diferentes riscos sob uma única área de gestão de riscos, com as funções de vigiar o correto cumprimento do regulamento sobre o controlo de riscos e identificar as mudanças que se possam produzir, supervisionar a revisão periódica das políticas, procedimentos e manuais de risco do Banco, melhorar a eficiência na gestão de recursos próprios, colaborar na elaboração de informação periódica para a Direção sobre a evolução dos recursos próprios, requerimentos de capital e coeficientes de solvência, o seguimento mensal dos limites, a aprovação do planeamento de capital e a proposta ao Conselho de Administração do relatório de Autoavaliação de Capital para a sua aprovação.

A gestão de risco do Banco Grupo Cajatres realiza-se através de três níveis de seguimento de riscos: Área de Risco de Crédito, Área Financeira e Comité de Ativos e Passivos (COAP), Área de Controlo Global do Risco e Área de Auditoria e Cumprimento Normativo.

A gestão do risco constitui um pilar estratégico que tem como objetivo principal preservar a solidez financeira e patrimonial do Banco, maximizando o relacionamento rentabilidade-risco sob os níveis de tolerância ao risco determinados pelos Órgãos de Governo, bem como facilitar as ferramentas que permitam o controlo e seguimento dos níveis de risco

autorizados.

O conjunto de políticas, métodos e procedimentos relativos à gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, que supervisiona e, conforme os casos aprova diretamente ou através das suas Comissões, a gestão dos riscos, desde o perfil de riscos da Entidade até operações concretas em função das atribuições.

Segundo as melhores práticas do setor e em cumprimento do regulamento aplicável, Banco Grupo Cajatres tem estabelecidas políticas, métodos e procedimentos que utiliza na análise, concessão, documentação, seguimento e controlo das suas operações de risco. As referidas políticas, métodos e procedimentos foram aprovados pelo Conselho de Administração ou pelo órgão diretivo com faculdades atribuídas para isso e estão adequadamente justificados e documentados.

Nas Contas Anuais e no Relatório de Governo Corporativo oferece-se um maior detalhe da gestão de riscos do Banco Grupo Cajatres.

### **Ambiente**

Banco Grupo Cajatres considera que cumpre com as leis ambientais e que mantém procedimentos para fomentar e garantir o seu cumprimento. Durante o exercício 2013 não se realizaram investimentos dignos de indicar neste âmbito, nem se considera que existam contingências significativas relacionadas com a proteção e melhora do ambiente.

## **Investigação e desenvolvimento**

Ao encerramento do exercício 2013 o Banco não desenvolve atividades de investigação e desenvolvimento relevantes.

## **Perspetivas**

As previsões para a economia espanhola em 2014 desenham um panorama encorajador, com o repto de afiançar a recuperação da atividade observada nos dois últimos trimestres. O consenso de analistas estima uma taxa de crescimento positiva, embora modesta, que estaria em torno de 0,8%. Para isso, é necessário que a procura interna adquira um melhor tom, de maneira que não só seja o setor exterior quem suporte o peso da reativação, num contexto em que a taxa de desemprego não se espera que sofra variações significativas.

Para o sistema financeiro as perspetivas do novo ano passam pela consolidação do crescimento da economia e em paralelo remonte a atividade normalizando-se o fluxo do financiamento a famílias e empresas, sem que se sofra a qualidade creditícia das carteiras. A evolução destes fatores afetará ao negócio bancário, enquanto, as reduzidas taxas de juro, compensadas em parte pelo relaxamento dos custos a retalho, exercerão pressão sobre a margem de juros. A racionalização de custos junto às menores perdas por deterioro, após os fortes saneamentos já realizados, serão chaves para impulsionar a rentabilidade. No que diz respeito ao Banco Grupo Cajatres, em 2014 realizar-se-á a integração plena desta Entidade em Ibercaja Banco.

No âmbito regulatório, entrará em vigor o Mecanismo Único de Superintendência pelo que o BCE assume a responsabilidade de superintendência sobre os bancos mais importantes da Eurozona. Previamente, as entidades deverão submeter-se a uma avaliação do risco, uma análise da qualidade dos ativos e uma prova de resistência para detetar possíveis debilidades.

## **Factos posteriores ao encerramento**

Com o objetivo de reequilibrar e reforçar a situação patrimonial, o acionista único, Ibercaja Banco, com carácter prévio à formulação de contas de Banco Grupo Cajatres SAU, realizou uma contribuição para compensar perdas por custo de 150 milhões de euros. Desta forma, o património líquido supera a metade do capital social, não sendo aplicável a causa de dissolução prevista no apartado 1.e) do artigo 363 da Lei de Sociedades de Capital.

## **Ações próprias**

Durante 2013 não se realizaram operações com ações próprias.

## **SECÇÃO II: RELATÓRIO DE GOVERNO CORPORATIVO**

**OUTRAS ENTIDADES EMISSORAS DE VALORES ADMITIDAS A NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS SECUNDÁRIOS OFICIAIS QUE NÃO SEJAM CAIXAS DE POUPANÇAS.**

**DADOS IDENTIFICATIVOS DO EMISSOR**

**EXERCÍCIO: 2013**

**C.I.F.: A-99319030**

Denominação Social: **BANCO GRUPO CAJATRES, S.A.**

Sede Social: **Pº Isabel a Católica, Nº 6, 50009, Saragoça (Espanha)**

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO CORPORATIVO DE OUTRAS ENTIDADES EMISSORAS DE VALORES ADMITIDOS A NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS SECUNDÁRIOS OFICIAIS QUE NÃO SEJAM CAIXAS DE POUPANÇAS.**

**A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE**

**A.1** Detalhe os acionistas ou participantes mais significativos da sua entidade à data de encerramento de exercício:

<b>Nome ou denominação social do acionista ou participante</b>	<b>% sobre capital social</b>
Ibercaja Banco S.A.	100%

**A.2** Indique, se for o caso, as relações de índole familiar, comercial, contratual ou societária que existam entre os acionistas ou participantes significativos, na medida em que sejam conhecidas pela entidade, salvo que sejam escassamente relevantes ou derivem do giro ou tráfico comercial ordinário:

<b>Nomes ou denominações sociais relacionados</b>	<b>Tipo de relacionamento</b>	<b>Breve descrição</b>
N/A	N/A	N/A

**A.3** Indique, se for o caso, os relacionamentos de índole comercial, contratual ou societária que existam entre os acionistas ou participes significativos, e a entidade, salvo que sejam escassamente relevantes ou derivem do giro ou tráfico comercial ordinário:

<b>Nomes ou denominações sociais relacionados</b>	<b>Tipo de relacionamento</b>	<b>Breve descrição</b>
Ibercaja Banco, S.A. / Banco Grupo Cajatres, SAU	contratual	Empréstimo subordinado por custo de 250 milhões de euros, prazo de até 10 anos e taxa de juro de Euribor 3 meses +6,5%.

**A.4** Indique, se for o caso, as restrições ao exercício dos direitos de voto, bem como as restrições à aquisição ou transmissão de participações no capital:

Sim

Não

## **B ASSEMBLEIA GERAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE**

**B.1 Enumere os quórum de constituição da Assembleia Geral ou órgão equivalente estabelecidos nos estatutos. Descreva em que se diferencia do regime de mínimos previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC), ou o regulamento que lhe fosse de aplicação.**

A Assembleia Geral, tanto ordinária como extraordinária, ficará validamente constituída em primeira convocatória quando coincidam presentes ou representados acionistas que representem cinquenta e um por cento do capital e em segunda convocatória cinquenta por cento do capital.

Sem prejuízo do disposto no apartado anterior, a Assembleia ficará validamente constituída como Junta universal sempre que se encontre presente ou devidamente representado todo o capital social e os assistentes aceitem por unanimidade a celebração da Assembleia e a ordem do dia.

**B.2 Explique o regime de adoção de acordos sociais. Descreva em que se diferencia do regime previsto na LSC, ou no regulamento que lhe fosse de aplicação.**

O regime de adoção de acordos sociais não difere do previsto na Lei de Sociedades de Capital. Com carácter geral, e com exceção daqueles supostos nos quais a Lei estabeleça uma maioria qualificada, a adoção de acordos requererá o voto favorável da maioria das ações com direito a voto presentes ou representadas na reunião.

Os assistentes à Assembleia Geral terão um voto pela cada ação que possuam ou representem.

**B.3 Indique brevemente os acordos adotados nas assembleias gerais ou órgãos equivalentes celebrados no exercício ao que se refere o presente relatório e a percentagem de votos com os que se adotaram os acordos.**

O 15 de Fevereiro de 2013 a Assembleia de Acionistas do Banco aprovou a emissão de obrigações contingentes convertíveis (CoCos) em ações do Banco por um custo de 407 milhões de euros. As obrigações foram emitidas, e subscritas e realizadas pelo FROB, o 12 de Março de 2013.

Na Assembleia Geral Ordinária celebrada em 26 de Março de 2013 aprovou-se o relatório da gestão e das contas anuais, tanto individuais como consolidadas do Banco Grupo Cajatres, S.A. bem como da gestão do Conselho de Administração, correspondentes ao exercício 2012, bem como a proposta de aplicação do resultado.

Na Assembleia Geral Extraordinária celebrada o 11 de Junho de 2013 designou-se a Sr. Miguel Alejandro Martín Pérez como conselheiro da sociedade. Por unanimidade.

Com data 25 de Julho de 2013 o acionista único, exercendo as faculdades próprias da Assembleia Geral Extraordinária de conformidade com o artigo 15º da Lei de Sociedades de Capital, cessou aos então administradores do banco e designou os novos membros do Conselho de Administração, depois da tomada de controlo da sociedade por Ibercaja Banco, S.A. Nessa mesma sessão, acordou-se a modificação dos estatutos sociais de Banco Grupo Cajatres, SAU

**B.4 Indique a direção e modo de acesso à página site da entidade à informação sobre governo corporativo.**

[www.caixa3.es](http://www.caixa3.es). Apartado “Informação para investidores”.

**B.5. Assinale se foram celebradas reuniões dos diferentes sindicatos, que se for o caso existam, dos detentores de valores emitidos pela entidade, o objeto das reuniões celebradas no exercício ao que se refere o presente relatório e principais acordos adotados.**

Com data 23 de Julho de 2013 convocou-se a Assembleia Geral de Obrigacionistas da emissão de obrigações simples “Obrigações A/2013 de Banco Grupo Cajatres S.A. Código ISIN É0335701001, a celebrar o 23 de Setembro de 2013 em primeira convocação e o 23 de Outubro, em segunda.

Na indicada data de 23 de Julho de 2013, convocou-se a Assembleia Geral de Obrigacionistas da emissão de obrigações simples “Obrigações B/2013 de Banco Grupo Cajatres S.A. Código ISIN É0335701019, a celebrar o 24 de Setembro de 2013 em primeira convocação e 24 de Outubro, em segunda.

Em ambos casos, e ante a falta de assistência dos obrigacionistas, não foi possível constituir a Assembleia nem tomar nenhum acordo, tal e como consta em ata.

## C ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

### C.1 Conselho ou Órgão de Administração

**C.1.1 Detalhe o número máximo e mínimo de administradores ou membros do órgão de administração, previstos nos estatutos:**

Número máximo de administradores / membros do órgão	15
Número mínimo de administradores / membros do órgão	5

**C.1.2 Complete o seguinte quadro sobre os membros do Conselho ou Órgão de Administração, e a sua diferente condição:**

#### **ADMINISTRADORES/ MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nome ou denominação social do administrador/membro do órgão de administração	Representante	Última data de nomeação
Amado Franco Lahoz	N/A	25-07-2013
Francisco José Serrano Gill de Albornoz	N/A	25-07-2013
José Luis Aguirre Loaso	N/A	25-07-2013
Jesús Bueno Arrese	N/A	25-07-2013
Eugenio Nadal Reimat	N/A	25-07-2013
Francisco Manuel García Peña	N/A	25-07-2013

**B.1.3 Identifique, se for o caso, aos membros do Conselho ou Órgão de Administração que assumam cargos de administradores ou diretores em outras entidades que façam parte do grupo da entidade:**

Nome ou denominação social do conselheiro/membro do órgão de administração	Denominação social da entidade do Grupo	Cargo
Amado Franco Lahoz	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja.	PRESIDENTE
Amado Franco Lahoz	Ibercaja Banco, S.A.	PRESIDENTE
Francisco José Serrano Gill de Albornoz	Servicios a Distancia IBD, S.L.	SECRETÁRIO ADMINISTRADOR
José Luis Aguirre Loaso	Ibercaja Banco, S.A.	ADMINISTRADOR DELEGADO
Jesús Bueno Arrese	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja	SECRETÁRIO ADMINISTRADOR
Jesús Bueno Arrese	Ibercaja Banco, S.A.	ADMINISTRADOR
Jesús Bueno Arrese	Ibercaja Vida Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.U.	PRESIDENTE
Jesús Bueno Arrese	Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.U.	ADMINISTRADOR
Eugenio Nadal Reimat	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja	VICE-PRESIDENTE 1º
Eugenio Nadal Reimat	Ibercaja Banco, S.A.	ADMINISTRADOR
Eugenio Nadal Reimat	Ibercaja Vida Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.	ADMINISTRADOR
Francisco Manuel García Peña	Ibercaja Banco, S.A.	ADMINISTRADOR

**C.1.4 Complete o seguinte quadro com a informação relativa ao número de administradoras que integram o conselho de administração e as suas comissões, bem como a sua evolução nos últimos quatro exercícios:**

	Número de administradoras			
	2013 Número / %	2012 Número / %	2011 Número / %	2010 Número / %
Conselho de Administração	-	-	-	-
Comissão Executiva	-	-	-	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	-
Comissão de Nomeações e Retribuições	-	-	-	-

**C.1.5 Complete o seguinte quadro sobre a remuneração agregada dos administradores ou membros do órgão de administração, adquirida durante o exercício.**

	Milhares de euros	
	Individual	Grupo
Retribuição fixa	415	-
Retribuição variável	-	-
Dietas	133	-
Outras remunerações	28	-
<b>TOTAL:</b>	<b>576</b>	<b>-</b>

**C.1.6 Identifique aos membros da Alta Direção que não sejam à sua vez administradores ou membros do Órgão de Administração executivos, e indique a remuneração total adquirida ao seu favor durante o exercício:**

Nome ou denominação social	Cargo
Antonio Martínez Martínez	Diretor de Desenvolvimento Corporativo
Pedro Javier Camarero Gallardo	Diretor de Negócio
Juan Alberto Rovira Tolosana	Diretor de Controlo Global de Risco e SAREB
Marta Candela Samitier	Diretora de Planeamento e Controlo
Antonio Roy Berdejo	Diretor de Riscos
José María Portillo Melo	Diretor de Auditoria
Guadalupe Guerrero Manzano	Diretora de Negócio da Territorial de Extremadura
José Ignacio Miñambres Martínez	Diretor da Área Financeira

Eduardo Hernández Alonso	Diretor de Negócio da Territorial de Castilla e León
José Agustín Lalaguna Aranda	Diretor de Participadas
<b>Remuneração total alta direção (milhares de euros)</b>	<b>1.759</b>

**C.1.7 Indique se os estatutos ou o regulamento do conselho estabelecem um mandato limitado para os administradores ou membros do Órgão de Administração:**

Sim

Não

Número máximo de anos de mandato	6
----------------------------------	---

**C.1.7 Indique se as contas anuais individuais e consolidadas que se apresentam para a sua aprovação ao Conselho ou Órgão de Administração estão previamente certificadas:**

Sim

Não

Identifique, se for o caso, a /s pessoa/s que têm ou certificaram as contas anuais individuais e consolidadas da entidade, para a sua formulação pelo Conselho ou Órgão de Administração.

Nome	Cargo
N/A	N/A

**C.1.9 Explique, se os tiver, os mecanismos estabelecidos pelo Conselho ou Órgão de Administração para evitar que as contas individuais e consolidadas por ele formuladas se apresentem à Assembleia Geral ou órgão equivalente com ressalvas no relatório de auditoria.**

O Conselho de Administração tentará formular definitivamente as contas de maneira que não tenha lugar a ressalvas ou reservas no relatório de auditoria, e nos supostos excepcionais em que existam, tanto o Presidente da Comissão de Auditoria e Cumprimento como os auditores expliquem com clareza aos acionistas o conteúdo de ditas reservas ou ressalvas.

**C.1.10 O Secretário do Conselho ou do Órgão de Administração tem a condição de administrador?**

Sim

Não

**C.1.11 Indique, se os tiver, os mecanismos estabelecidos para preservar a independência do auditor, dos analistas financeiros, dos bancos de investimento e das agências de qualificação.**

O artigo 40º.3 e) dos estatutos sociais e o artigo 19º.7b) 5. do Regulamento do Conselho, que fazem referência ao funcionamento da Comissão de Auditoria e Cumprimento, estabelecem que esta Comissão conta entre as suas competências básicas a de assegurar a independência do auditor externo. A tal efeito, o Regulamento atribui-lhe as seguintes responsabilidades:

(i) Manter os relacionamentos com o Auditor de Contas ou sociedade de auditoria para

receber informação sobre aquelas questões que possam pôr em risco a independência deste para o seu exame pela Comissão, e quaisquer outras relacionadas com o processo de desenvolvimento da auditoria de contas, bem como manter com os Auditores de Contas ou sociedade de auditoria aquelas outras comunicações previstas na legislação de auditoria de contas e nas normas técnicas de auditoria. Em todo o caso, deverão receber anualmente dos Auditores de Contas a confirmação escrita da sua independência perante a Sociedade ou entidades vinculadas a esta direta ou indiretamente, bem como a informação dos serviços adicionais de qualquer classe prestados a estas entidades pelos citados auditores, ou pelas pessoas ou entidades vinculados a estes de acordo com o disposto no normativa sobre auditoria de contas.

(ii) Emitir anualmente, com carácter prévio à emissão do relatório de auditoria de contas, um relatório no qual se expressará uma opinião sobre a independência dos Auditores de Contas ou sociedade de auditoria. Este relatório deverá pronunciar-se, em todo o caso, sobre a prestação dos serviços adicionais a que faz referência a letra anterior.

(iii) Assegurar-se de que a Sociedade comunique como Facto Relevante à Comissão Nacional do Mercado de Valores o câmbio de auditor e o acompanhe de uma declaração sobre a eventual existência de desacordos com o auditor que sai e, se existisse, do seu conteúdo.

(iv) Assegurar-se de que a Sociedade e o auditor respeitam as normas vigentes sobre prestação de serviços diferentes aos de auditoria, os limites à concentração do negócio do auditor e, em geral, as demais normas estabelecidas para assegurar a independência dos auditores.

(v) Em caso de renúncia do auditor externo, examinar as circunstâncias que a tivessem motivado.

## C.2 Comissões do Conselho ou Órgão de Administração

### C.2.1 Enumere os órgãos de administração:

Nome do órgão	Nº de membros	Funções
Administrador Delegado	1	Como superior hierárquico da Sociedade, ocupar-se-á da condução do negócio e das máximas funções executivas da Sociedade e é o único canal de relacionamento entre os órgãos de governo da Sociedade, os altos diretores e resto do pessoal.
Comissão de Auditoria e Cumprimento	3	- Informar à Junta sobre questões que nela proponham os acionistas em matérias da sua concorrência.- Supervisionar a eficácia do controlo interno, da auditoria interna e dos sistemas de gestão de riscos.- Supervisionar o processo de elaboração e apresentação da informação financeira regulada.- Propor ao Conselho para a sua submissão à Assembleia, a nomeação de auditores de contas.- Receber informação dos auditores sobre questões que possam pôr em risco a independência destes, para o seu exame pela Comissão, e quaisquer outras relacionadas com o processo de desenvolvimento da auditoria de contas,

		<p>bem como aquelas outras comunicações previstas na legislação de auditoria de contas e nas normas de auditoria. -Emitir anualmente, com carácter prévio à emissão do relatório de auditoria de contas, um relatório no que se expressará uma opinião sobre a independência dos auditores de contas.</p>
Comissão de Nomeações e Retribuições	3	<p>Formular e revisar os critérios a seguir para a composição do Conselho e seleção de candidatos; avaliar as concorrências, conhecimentos e experiência necessários- Informar as propostas de nomeação de administradores pelo Conselho para a sua submissão à Assembleia Geral, bem como as propostas de reeleição ou cessação de ditos administradores;- Informar sobre os membros que devam fazer parte das comissões;- Propor e informar ao conselho: a política de retribuição de administradores; a retribuição individual de administradores executivos e condições dos seus contratos; e as condições básicas dos contratos especiais. - Revisão periódica dos programas de retribuição;- Zelar pela transparência da política retributiva;- Informar as transações que possam implicar conflitos de interesses; -Informar as nomeações e cessações de altos diretores que o primeiro executivo proponha ao conselho.</p>

**C.2.2 Detalhe todas as comissões do conselho ou órgão de administração e os seus membros:**

**COMITÉ DE AUDITORÍA**

Nome	Cargo
José Luis Aguirre Loaso	VOGAL
Jesús Bueno Arrese	VOGAL
Jesús Barreiro Sanz	SECRETÁRIO

**COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES**

Nome	Cargo
José Luis Aguirre Loaso	VOGAL
Jesús Bueno Arrese	VOGAL
Jesús Barreiro Sanz	SECRETÁRIO

**C.2.3 Realize uma descrição das regras de organização e funcionamento, bem como as responsabilidades que têm atribuídas a cada uma das comissões do conselho ou membros do órgão de administração. Se for o caso, deverão descrever-se as faculdades do Administrador Delegado.**

**COMISSÃO DE AUDITORÍA E CUMPRIMENTO**

Estará integrada por 3 membros, designados pelo Conselho tendo presentes os conhecimentos, aptidões e experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou gestão de riscos. Estará presidida por um administrador independente, que exercerá o seu cargo por um período máximo de 4 anos, ao termo do qual não poderá ser reeleito até passado 1 ano desde a sua cessação. Atuará como Secretário quem o seja do Conselho.

A Comissão reunir-se-á quantas vezes sejam necessárias para o cumprimento dos seus cometidos, e pelo menos 4 vezes ao ano ou a pedido da metade dos seus membros. Uma das suas sessões destinar-se-á a avaliar a eficiência e cumprimento das regras e procedimentos de governo interno e preparar a informação que o Conselho tem de aprovar e incluir na documentação pública anual.

A Comissão ficará validamente constituída quando coincidam a maioria dos seus membros, e adotará as suas decisões por maioria de votos dos mesmos. Os acordos levar-se-ão num livro de atas.

**COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES**

Estará formada por um mínimo de 3 e um máximo de 5 administradores, designados tendo presentes os conhecimentos, aptidões e experiência dos administradores e os cometidos da

comissão. O Conselho de Administração designará ao seu presidente, sendo o seu secretário o do Conselho.

A comissão reunir-se-á quantas vezes seja convocada por acordo da própria comissão ou do seu presidente e, ao menos, trimestralmente, ou quando o solicitarem a metade dos seus membros. Ficará validamente constituída quando coincidam, presentes ou representados, a maioria dos seus membros e adotará os seus acordos por maioria de votos dos administradores, presentes ou representados na reunião. Os acordos levar-se-ão num livro de atas.

**C.2.4 Indique o número de reuniões que manteve o comité de auditoria durante o exercício.**

Número de reuniões	6
--------------------	---

**C.2.5 No caso de que exista a comissão de nomeações, indique se todos os seus membros são administradores ou membros do órgão de administração externos.**

Sim

Não

**D OPERAÇÕES VINCULADAS**

**D.1 Detalhe as operações realizadas entre a entidade ou entidades do seu grupo, e os acionistas, participantes cooperativistas, titulares de direitos dominicais ou qualquer outro de natureza equivalente da entidade.**

Empréstimo subordinado concedido por Ibercaja Banco a Banco Grupo Cajatres por custo de 250 milhões de euros, prazo de até 10 anos e taxa de juro de Euribor 3 meses +6,5.

**D.2 Detalhe as operações realizadas entre a entidade ou entidades do seu grupo, e os administradores ou membros do órgão de administração, ou diretores da entidade.**

Não existem operações relevantes.

**D.3 Detalhe as operações intragrupo.**

Não existem operações relevantes.

**D.4 Detalhe os mecanismos estabelecidos para detetar, determinar e resolver os possíveis conflitos de interesses entre a entidade ou o seu grupo, e os seus administradores ou membros do conselho de administração, ou diretores.**

O artigo 30º do Regulamento do Conselho estabelece que os administradores devem comunicar ao Conselho de Administração qualquer situação de conflito, direto ou indireto, que possam ter com o interesse da Sociedade. Em caso de conflito, o Administrador afetado abster-se-á de intervir na operação à qual o conflito se refira.

Os administradores devem, igualmente, comunicar a participação direta ou indireta que, tanto eles como as pessoas vinculadas a estes nos termos estabelecidos na legislação vigente, tivessem no capital de uma sociedade com o mesmo, análogo ou complementar género de atividade que constitua o objeto social da Sociedade, e comunicar igualmente os cargos ou as funções que nela exerçam.

O artigo 32º do Regulamento do Conselho dispõe que os administradores não podem realizar, em benefício próprio ou de pessoas vinculadas, uma oportunidade de negócio da

Sociedade, a não ser que o investimento ou operação fosse oferecida previamente à Sociedade, que esta desistisse de explorar sem mediar influência do Administrador e que o aproveitamento da operação pelo Administrador fosse autorizado pelo Conselho, prévio relatório da Comissão de Auditoria e Cumprimento.

Igualmente, o Administrador deverá abster-se de utilizar o nome da Sociedade e de invocar a sua condição de Administrador da Sociedade para a realização de operações por conta própria ou de pessoas vinculadas.

Relativamente às transações da Sociedade ou das sociedades integradas no seu Grupo com os administradores ou os acionistas da sociedade ou pessoas a eles vinculadas, o artigo 33º do regulamento estabelece que estão submetidas a autorização pelo Conselho de Administração, prévio relatório da Comissão de Auditoria e Cumprimento, salvo que se trate de transações dentro do curso ordinário dos negócios sociais e que tenham carácter habitual ou recorrente, em cujo caso bastará a autorização genérica da linha de operações e das suas condições.

A autorização do Conselho não se entenderá, no entanto, precisa relativamente àquelas transações que cumpram simultaneamente as três condições seguintes:

- (i) Que se realizem em virtude de contratos cujas condições estejam estandarizadas e se apliquem em massa a muitos clientes.
- (ii) Que se realizem a preços ou tarifas estabelecidos com carácter geral por quem atue como fornecedor do bem ou serviço do que se trate.
- (iii) Que o seu montante não supere um por cento (1%) dos rendimentos anuais da Sociedade, de acordo com as contas anuais do último exercício encerrado à data da operação de que se trate.

Por último, o Conselho de Administração pode autorizar com carácter geral determinado tipo de operações que se realizem entre a Sociedade e os seus acionistas ou as participadas destes no enquadramento da implementação do Contrato de Integração subscrito pelas Caixas de poupança acionistas e Banco Grupo Cajatres, S.A. para a criação do Grupo, estabelecendo os requisitos que considere pertinentes para tal.

## **E SISTEMAS DE CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS**

### **E.1 Explique o alcance do Sistema de Gestão de Riscos da entidade.**

- O Banco desenvolve uma cultura de riscos integrada para toda a entidade, baseada num entendimento total dos riscos e a forma na que se gerem, sendo todos os membros da organização conscientes dos riscos que gerem.
- O Banco conta com uma gestão holística de riscos que se aplica a todas as suas unidades de negócio e de controlo, que abarca a exposição a todos os riscos, não só os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional senão que também inclui os riscos de concentração, de reputação, de cumprimento e legal. Este Enquadramento de Controlo recai na própria função de Direção de Controlo Global do Risco.

▪Em cumprimento da Circular 3/2008 de Banco de Espanha, segundo a qual, o modelo organizativo do Banco deve integrar o controlo dos diferentes riscos sob uma única área de gestão de riscos, existe a Direção de Controlo Global do Risco com as funções de: integrar o controlo dos diferentes riscos sob uma única área de gestão, vigiar o correto cumprimento do regulamento sobre o controlo de riscos e identificar as mudanças que se possam produzir, supervisionar a revisão periódica das políticas, procedimentos e manuais de risco do Banco, melhorar a eficiência na gestão de recursos próprios, colaborar na elaboração de informação periódica para a direção sobre a evolução dos recursos próprios, requerimentos de capital e coeficientes de solvência, o seguimento mensal dos limites, a aprovação do planeamento de capital e a proposta ao Conselho de Administração do relatório de Autoavaliação de Capital para a sua aprovação.

▪A gestão de risco do Banco Grupo Cajates realiza-se através de três níveis de seguimento de riscos:

▪Nível 1: Área de Risco de Crédito, Área Financeira e Comité de Ativos e Passivos (COAP), com os mecanismos próprios de controlo da cada área.

▪Nível 2: Área de Controlo Global do Risco, independente dos riscos que controla verifica o cumprimento das políticas e métodos de análises, admissão, seguimento e recuperação de riscos, e assegura o cumprimento dos limites e objetivos estratégicos referentes à gestão do risco do Banco.

-Nível 3: Área de Auditoria e Cumprimento Normativo, que verifica que as políticas, métodos e procedimentos utilizados para a análise e cobertura do risco de crédito são adequadas e se implantam efetivamente.

-A gestão do risco constitui um pilar estratégico que tem como objetivo principal preservar a solidez financeira e patrimonial do Banco, maximizando o relacionamento rentabilidade-risco sob os níveis de tolerância ao risco determinados pelos Órgãos de Governo, bem como facilitar as ferramentas que permitam o controlo e seguimento dos níveis de risco autorizados.

▪Portanto, o objetivo principal da Direção de Controlo Global do Risco é tutelar todos os riscos inerentes à atividade financeira, com o fim de garantir a solvência do Banco em qualquer circunstância. O Banco procede de maneira sistémica à identificação, medição e avaliação dos riscos inerentes a qualquer decisão de negócio, para atingir deste modo a otimização do relacionamento rentabilidade/risco no serviço prestado aos seus clientes.

▪Os princípios básicos que regem a gestão do risco em Banco Grupo Cajates são:

- 4.1 Prudência
- 4.2 Compromisso da Alta Direção
- 4.3 Independência.
- 4.4 Delegação de faculdades.
- 4.5 Diversificação
- 4.6 Visão global na gestão do risco
- 4.7 Gestão continuada do risco
- 4.8 Profissionalismo.
- 4.9 Gestão temporária da morosidade.
- 4.10 Seguimento e Controlo de posições.
- 4.11 Coerência e homogeneidade na metodologia e medição.

## **E.2 Identifique os órgãos da entidade responsáveis da elaboração e execução do Sistema de Gestão de Riscos.**

O conjunto de políticas, métodos e procedimentos relativos à gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração supervisiona e, conforme os casos aprova diretamente ou através das suas Comissões, a gestão dos riscos, desde o perfil de riscos da Entidade até operações concretas em função das atribuições.

Em segundo lugar, o Banco conta com o Comité de Direção e, complementarmente, com uma estrutura de comités que asseguram as decisões colegiadas pelos profissionais

experientes na cada matéria. Desde o ponto de vista dos Riscos, destacam:

- O Comité de Ativos e Passivos (COAP), que assume as funções de controlo e seguimento dos riscos de taxa de juro, mercado e liquidez, informando periodicamente ao Conselho de Administração sobre o grau de cumprimento dos limites vigentes e das políticas de cobertura ou de mitigação estabelecidas.
- O Comité de Riscos, que analisa as operações creditícias, de refinanciamento e reestruturação, as dações em pagamento, as anulações, a transferência para frustrados, etc que ultrapassem as atribuições das unidades de decisão de nível inferior.
- O Comité de Investimentos, que decide sobre as operações de investimento em Mercados, de acordo aos limites à posição, ao VaR e às perdas incorridas.
- O Comité de Participadas e de Negócio Imobiliário, que toma as decisões na matéria: novos investimentos e desinvestimentos, aumentos de capital, etc.
- O Comité de Auditoria Interna, zela por que a função de auditoria seja efetiva, independente e conforme com o seu Plano Anual.
- O comité de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo analisa, controla e comunica toda a informação relacionada com estas situações conforme estabelece o ordenamento jurídico vigente sobre a matéria.
- O Comité de Comunicação de Operações Suspeitas de Abuso de Mercado realiza o seguimento e controlo das questões previstas no Regulamento Interno de Conduta.
- O Comité de Cumprimento Normativo, verifica que se executa eficazmente a gestão do risco de cumprimento normativo e que a política de cumprimento resulta adequada e eficiente.
- Existem outros Comités que, embora não sejam estritamente de Risco (Comité Comercial, de Qualidade, Comité de Compras etc.), asseguram que as decisões sejam colegiadas.

Adicionalmente, a estrutura organizativa do controlo e gestão global dos riscos centraliza-se na Direção de Controlo Global do Risco. Entre as suas funções sobressaem o integrar o controlo de riscos baixo uma única área de gestão, supervisionar a revisão periódica das políticas e procedimentos de riscos da Entidade, realizar o seguimento mensal dos limites, e melhorar a eficiência na gestão dos recursos próprios.

### **E.3 Assinale os principais riscos que podem afetar à consecução dos objetivos de negócio.**

Os riscos mais relevantes cobertos pelo sistema de gestão de riscos na Entidade são:

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de que o Banco sofra perdas no valor dos seus ativos como consequência de que algum cliente ou alguma contraparte incumpram as suas obrigações contratuais de pagamento com ele. Este tipo de risco surge ao realizar operações com qualquer contrapartida (cliente particular, empresa, entidade financeira, organismo público ou Estado). Não afeta somente aos empréstimos e créditos, senão também a exposições fora e dentro do balanço tais como as garantias, aceitações e investimentos em valores. Dentro deste risco, inclui-se o risco de concentração creditícia e grandes riscos.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como o risco de que o Banco tenha dificuldades para cumprir com as obrigações económicas derivadas da sua atividade e que, em geral, se concentrará na necessidade de atender as suas passivos financeiros. A gestão deste risco é uma atividade fundamental dentro do Banco, cujos objetivos, junto das políticas associadas à mesma, são aprovados pelo Conselho de Administração do Banco a nível estratégico, correspondendo a responsabilidade quanto à sua implantação, execução e seguimento operativo ao Comité de Ativos e Passivos. (COAP).

#### Risco de mercado

Este risco compreende os riscos decorrentes de possíveis variações adversas das taxas de juro dos ativos e passivos, das taxas de câmbio nas quais estão denominadas as massas patrimoniais ou fora de balanço, e dos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis.

### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio da moeda estrangeira é o risco de que o valor razoável ou os fluxos de efetivo sócio aos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira flutuem como consequência das variações nas taxas de câmbio das divisas.

### Risco de preço

Entende-se por “risco de preço” o risco de que o valor razoável de um instrumento financeiro varie adversamente por mudanças nos preços de mercado diferentes das que se originam pelo risco de mudança em moeda estrangeira. O Banco está submetido a este risco de preço nas posições de renda fixa e variável cotadas classificadas nas carteiras de negociação e em disponíveis para a venda.

### Risco operacional

O risco operacional é o risco de que possam se produzir perdas por deficiências ou falhas dos processos internos, erros humanos, mau funcionamento dos sistemas, acontecimentos externos ou fraudes; inclui, entre outros, o risco em tecnologias da informação e o risco legal, mas exclui o risco estratégico e o de reputação.

## **E.4 Identifique se a entidade conta com um nível de tolerância ao risco.**

A tolerância ao risco estabelece-se como os montantes no perfil de riscos, que pode assumir a Entidade para manter a sua atividade de negócio perante a possível ocorrência de perdas inesperadas.

O Conselho de Administração é o responsável por aprovar e revisar o perfil de riscos da Entidade, mediante o mapa de riscos residuais que se estabelecem através da combinação dos riscos inerentes e os seus sistemas de gestão e controlo, de acordo com o estabelecido no modelo supervisor do Banco de Espanha.

Os riscos inerentes quantificam-se e classificam num nível de risco para a cada um dos seguintes tipos de risco: Risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco operacional e outros riscos, onde se recolhem os riscos de negócio, de cumprimento normativo e de reputação.

O Comité de Direção é responsável pelo estabelecimento e consecução do perfil de riscos mediante o estabelecimento dos limites e controlos adequados à cada risco. Os limites de riscos são revisados periodicamente pelo Conselho e pelos Comités de riscos, conforme o estabelecido nas suas políticas.

## **E.5 Indique que riscos se materializaram durante o exercício.**

Assumindo os compromissos da reestruturação, o Grupo realizou saneamentos extraordinários para, posteriormente, transferir o seu risco imobiliário à SAREB no

primeiro trimestre do ano. O valor líquido transferido à SAREB recebe-se em forma de obrigações de renda fixa por custo de 2.212 milhões. O impacto pelas dotações extraordinárias efetuadas assumiram-se no exercício 2012.

O plano de reestruturação do Banco Grupo Cajates, supõe uma ajuda de capital de 407 milhões de euros mediante a assinatura de obrigações contingentes convertíveis (CoCos) por parte do FROB e a assunção de perdas pelos detentores de dívida e obrigações subordinadas. Este apoio financeiro está sujeito ao cumprimento das medidas estabelecidas no plano de reestruturação.

O resumo destas medidas é o seguinte:

- Encerramento de até 187 escritórios durante o exercício 2013 e redução do quadro de pessoal do Banco em 592 empregados.
- Transferência de ativos relacionados com o setor imobiliário a SAREB por um custo de 2.212 milhões de euros.
- Desinvestimento em negócios estratégicos: 87 sociedades participadas relacionadas com o setor imobiliário durante o período 2013-2014, e 42 sociedades participadas de carácter não estratégico no 2013-2015.
- Recompra de passivos subordinados por um valor inferior ao que se encontram contabilizados. As ações previstas neste “Burden Sharing” realizaram-se durante o primeiro semestre de 2013.
- Devido aos sistemas de controlo e gestão de riscos expostos nos capítulos anteriores, o resto de materializações de riscos do exercício corresponde-se com os previstos dentro da atividade normal, e os seus níveis são aceitáveis.

## **E.6 Explique os planos de resposta e superintendência para os principais riscos da entidade.**

O Banco tem estabelecidas políticas, métodos e procedimentos que utiliza na análise, concessão, documentação, seguimento e controlo das suas operações de risco. Como já se comentou dentro do catálogo de funções assumidas pelo Conselho de Administração (artigo 30.3.a. dos Estatutos), este órgão tem a máxima responsabilidade na matéria, sendo o responsável em última instância da aprovação das políticas gerais de assunção de riscos.

O Conselho de Administração realiza um esforço contínuo para a adequação das políticas gerais de riscos às exigências do mercado e à situação da cada momento. Igualmente, aprova o Relatório de Autoavaliação de Capital (planeamento de capital) e realiza a superintendência dos limites estabelecidos nos diferentes riscos do Pilar 1 e 2 de Basileia II.

Segundo as melhores práticas do setor e em cumprimento do regulamento aplicável, Banco

Grupo Cajatres tem estabelecidas políticas, métodos e procedimentos que utiliza na análise, concessão, documentação, seguimento e controlo das suas operações de risco. As referidas políticas, métodos e procedimentos foram aprovados pelo Conselho de Administração ou pelo órgão diretivo com faculdades atribuídas para isso e estão adequadamente justificados e documentados.

Razões de legalidade e princípios de boa administração aconselham recolher e sistematizar num só documento o conjunto de políticas, métodos e procedimentos aplicáveis na concessão, estudo e documentação dos instrumentos de dívida, riscos contingentes e compromissos contingentes, na identificação do seu deterioro, e no cálculo dos custos necessários para cobrir o risco de crédito.

#### **F SISTEMAS INTERNOS DE CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS EM RELACIONAMENTO COM O PROCESSO DE EMISSÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA (SCIIF)**

Descreva os mecanismos que compõem os sistemas de controlo e gestão de riscos em relacionamento com o processo de emissão de informação financeira (SCIIF) da sua entidade.

##### **F.1 Meio de controlo da entidade**

Relatório, assinalando as suas principais características de, ao menos:

**F.1.1. Que órgãos e/ou funções são os responsáveis por: (i) a existência e manutenção de um adequado e efetivo SCIIF; (ii) a sua implantação; e (iii) a sua superintendência.**

O Conselho de Administração é o máximo responsável pela existência e manutenção de um SCIIF adequado e eficaz.

O Regulamento do Conselho de Administração estabelece no seu artigo 19º que serão competências da Comissão de Auditoria e Cumprimento relativamente aos sistemas de informação e controlo interno:

- Comprovar a adequação e integridade dos sistemas internos de controlo e revisar a designação e substituição dos seus responsáveis, bem como o processo de elaboração dos princípios e políticas contabilísticos.
- Conhecer e supervisionar a integridade e o processo de elaboração e apresentação da informação financeira relativa à Sociedade e, se for o caso, ao Grupo, revisando o cumprimento dos requisitos normativos, a adequada delimitação do perímetro de consolidação e a correta aplicação dos critérios contabilísticos.
- Supervisionar periodicamente os sistemas de controlo interno e gestão de riscos, para que os principais riscos se identifiquem, giram e deem a conhecer adequadamente, discutindo com os Auditores de Contas as debilidades significativas do sistema de controlo interno detetadas no desenvolvimento da auditoria.
- Zelar pela independência e supervisionar a eficácia das funções de auditoria interna e cumprimento normativo, propor a seleção, nomeação, reeleição e cessação dos responsáveis pelos serviços de auditoria interna e cumprimento normativo, propor o orçamento dos referidos serviços, receber informação periódica sobre as suas atividades e verificar que a Alta Direção tem em conta as conclusões e recomendações dos seus relatórios.

Para o exercício da superintendência do SCIIF, a Comissão dispõe de uma função de auditoria interna que recai na Direção de Auditoria e Cumprimento, que tem como principal objetivo, zelar pelo bom funcionamento dos sistemas de informação e controlo internos, bem como da avaliação do controlo interno realizada pelo auditor externo.

É responsabilidade da Alta Direção o desenho, implantação e funcionamento do SCIIF. Esta função executa-se através da Direção de Planeamento e Controlo, que é responsável pela elaboração dos estados financeiros e do estabelecimento e manutenção das oportunas baterias de controlos primários que têm de operar sobre as transações e demais operativa que tratam a informação que tem de constituir a fonte dos referidos estados.

**F.1.2. Se existem, especialmente no relativo ao processo de elaboração da informação financeira, os seguintes elementos:**

- Departamentos e/ou mecanismos encarregados: (i) do desenho e revisão da estrutura organizativa; (ii) de definir claramente as linhas de responsabilidade e autoridade, com uma adequada distribuição de tarefas e funções; e (iii) de que existam procedimentos suficientes para a sua correta difusão na entidade.

O desenho e a revisão da estrutura organizativa bem como a definição das linhas de responsabilidade e autoridade são concorrência do Conselho de Administração. A

implantação da referida estrutura é realizada pelo Administrador Delegado que determinará uma adequada distribuição de tarefas e funções.

O Administrador Delegado também zelarà por que exista uma adequada segregação de funções bem como que estejam perfeitamente definidas as linhas de autoridade e responsabilidade.

A difusão da estrutura organizativa a toda a entidade se realiza através da intranet corporativa, à qual tem acesso todo o pessoal.

- Código de conduta, órgão de aprovação, grau de difusão e instrução, princípios e valores incluídos (indicando se há menções específicas ao registo de operações e elaboração de informação financeira), órgão encarregado de analisar incumprimentos e de propor ações corretoras e sanções.

O Grupo Cajatres dispõe de um Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração, com data 1 de Fevereiro de 2012, aplicável a todas as pessoas que prestem serviços no Grupo.

O referido Código consta de uns princípios gerais que definem os valores de referência na atividade do Grupo e umas normas de conduta que proporcionam as diretrizes que devem ser cumpridas pelos empregados para prevenir o risco de comportamento não ético.

Entre as normas de conduta figura a de que os responsáveis pela elaboração e superintendência da informação financeira estão obrigados a zelar por uma adequada elaboração da mesma.

Corresponde ao Comité de Direção zelar pelo seu cumprimento, analisar incumprimentos e propor ações corretoras e sanções, exceto quando afete a membros dos Órgãos de Governo, em cujo caso compete ao Conselho de Administração.

- Canal de denúncias, que permita a comunicação ao Comité de Auditoria de irregularidades de natureza financeira e contabilística, além de eventuais incumprimentos do código de conduta e atividades irregulares na organização, informando se for o caso se este é de natureza confidencial.

A entidade está a analisar a implantação de um canal de denúncias que permita a comunicação à Comissão de Auditoria e Cumprimento da deteção de irregularidades de natureza financeira e contabilístico, garantindo a confidencialidade das mesmas.

- Programas de formação e atualização periódica para o pessoal envolvido na preparação e revisão da informação financeira, bem como na avaliação do SCIIF, que cubram pelo menos, normas contabilísticas, auditoria, controlo interno e gestão de riscos.

Os empregados pertencentes às áreas de Planeamento e Controlo e de Auditoria e Cumprimento Normativo encarregues da elaboração e revisão da informação financeira devem contar com os conhecimentos atualizados e suficientes que lhes qualifiquem para exercer as responsabilidades encomendadas.

Para isso, se dá a formação que se considera adequada em matérias como contabilidade, auditoria, controlo interno ou gestão de riscos.

As Direções de Planeamento e Controlo e de Auditoria e Cumprimento em coordenação com a de Recursos Humanos determinassem que planos de formação, interna e externa, são adequados para garantir a permanente capacitação e concorrência de todos os componentes de ditas Áreas.

As referidas ações formativas dividem-se entre jornadas presenciais e a distância.

## **F.2 Avaliação de riscos da informação financeira**

Relatório, pelo menos, de:

### **F.2.1. Quais são as principais características do processo de identificação de riscos, incluindo os de erro ou fraude, quanto a:**

- Se o processo existe e está documentado.

O processo de identificação de riscos da informação financeira existe e está documentado no Enquadramento de Controlo do SCIIF, aprovado pelo Conselho de Administração o 1 de Fevereiro de 2012.

Este processo é o pilar básico de um adequado sistema de controlo interno, pelo que nele estão implicados a área encarregada da elaboração da informação financeira, Planeamento e Controlo, a área encarregada da sua revisão, Auditoria e Cumprimento, a área onde se centraliza o controlo de riscos do Grupo, Controlo Global de Riscos, a Alta Direção como supervisor e o Conselho de Administração como máximo órgão encarregado do controlo interno da informação financeira.

- Se o processo cobre a totalidade de objetivos da informação financeira, (existência e ocorrência; integridade; avaliação; apresentação, detalhe e comparabilidade; e direitos e obrigações), se é atualizado e com que frequência.

O alcance do processo de identificação de riscos da informação financeira abarca desde a ocorrência e avaliação, até a apresentação e o detalhe da mesma.

Cajatres identifica a possibilidade de incorrer em erros na cada uma das possíveis fontes de risco, aplicando diferentes medidas de identificação em função da sua origem.

Utilizam-se meios de identificação e alerta automáticos para as fases de ocorrência, anotação e avaliação, empregando medidas de segurança lógica sobre os sistemas da informação financeira, e enquadramentos automáticos sobre a informação anotada.

Os sistemas tecnológicos asseguram um correto processo das atividades associadas a um grande volume de informação, transações e complexidade dos cálculos.

O detalhe da informação financeira e a sua apresentação estão assegurados também pelos procedimentos que se suportam nas aplicações técnicas de elaboração dos estados financeiros, tanto na sua segurança lógica como na exatidão dos seus cálculos.

O processo de identificação dos riscos da informação financeira atualiza-se através das Políticas de Segurança da Informação Financeira e do Manual de Políticas Contabilísticas, aprovados pelo Conselho o 1 de Fevereiro de 2012, com a frequência que nestas se estabeleça.

- A existência de um processo de identificação do perímetro de consolidação, tendo em conta, entre outras aspetos, a possível existência de estruturas societárias complexas, entidades instrumentais ou de propósito especial.

O processo de identificação de riscos abrange a totalidade do perímetro de consolidação de Cajatres, incluindo as empresas que compõem o grupo, as multigrupo e as associadas, e tendo em conta ademais, entre outras aspetos, a existência de estruturas societárias complexas como as entidades instrumentais.

- Se o processo tem em conta os efeitos de outras tipologias de riscos (operativos, tecnológicos, financeiros, legais, reputacionais, ambientais, etc.) na medida que afetem aos estados financeiros.

A Entidade tem em conta, como parte do processo de identificação de riscos, os seguintes riscos:

**Riscos contabilísticos:** São os riscos que afetam a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento da normativa contabilística aplicável.

**Riscos operacionais:** É a possibilidade de sofrer perdas como consequência da existência de processos técnicos e humanos inadequados, ou por falhas nos mesmos, bem como por falta de recursos, a formação ou as ferramentas necessárias para tomar decisões.

**Riscos tecnológicos:** São os riscos produzidos por falhas nos sistemas ou por erros nos processos que sobre eles se executam. Além dos erros no software e nos sistemas existem outros riscos tecnológicos indiretos que podem afetar em grande parte, como as falhas nas telecomunicações, ataques externos ou software maligno.

**Riscos de cumprimento:** É o que se deriva da eventual realização de práticas internas que pudessem causar uma perceção negativa aos nossos grupos de interesse (clientes, fornecedores, Administrações Públicas ou meio local).

**Risco reputacional:** Produzem-se como consequência de fatores externos, e podem ocasionar modificações no controlo interno da informação financeira.

- Que órgão de governo da entidade supervisiona o processo.

Os órgãos responsáveis de supervisionar o processo de identificação de riscos da informação financeira são a Área de Planeamento e Controlo, a Área de Auditoria e Cumprimento, o Comité de Ativos e Passivos, o Comité de Direção e a Comissão de Auditoria.

Planeamento e Controlo supervisiona a anotação, avaliação, detalhe e apresentação da informação financeira, bem como a correta estimativa das previsões.

Controlo Global do Risco identifica e comprova a correta anotação na informação financeira dos riscos derivados da atividade creditícia, de mercado e tesouraria, bem como os que se pudessem originar por risco operacional.

A Área de Auditoria e Cumprimento Normativo supervisiona a correta aplicação das normas, evitando que um erro na sua aplicação, ou um desconhecimento das mesmas provoque erros na informação financeira.

O Comité de Ativos e Passivos e o Comité de Direção validarão a correta apresentação e detalhe da informação financeira, bem como as estimativas e projeções.

A Comissão de Auditoria e Cumprimento tem a função de controlo e superintendência de todo o processo de identificação de riscos da informação financeira.

O Conselho de Administração, como máximo órgão de governo da entidade, aprovará as políticas de segurança da informação financeira e os manuais de políticas contabilísticas.

### **F.3 Atividades de controlo**

Relatório, assinalando as suas principais características, se dispõe pelo menos de:

**F.3.1. Procedimentos de revisão e autorização da informação financeira e a descrição do SCIIF, a publicar nos mercados de valores, indicando os seus responsáveis, bem como de documentação descritiva dos fluxos de atividades e controlos (incluindo os relativos a risco de fraude) dos diferentes tipos de transações que possam afetar de modo material os estados financeiros, incluindo o procedimento de encerramento contabilístico e a revisão específica dos julgamentos, estimativas, valorações e projeções relevantes.**

No artigo 5 do Regulamento do Conselho estabelece-se como concorrência não delegável a formulação das contas anuais e dos relatórios de gestão, tanto individuais como consolidados.

As estimativas nas que se baseiam as partidas mais relevantes dos estados financeiros ou as diferentes projeções que maneja a entidade são revisadas pela Alta Direção e o Conselho de Administração.

Esta revisão considera-se uma atividade de controlo, prévia à emissão de informação financeira, e é relevante na medida em que assegura que os julgamentos e projeções utilizados estão alinhados com os assumidos pelos responsáveis últimos de gerir a entidade e que foram revisados por estes.

A Comissão de Auditoria e Cumprimento é a responsável pela revisão da informação financeira, e encarregará a execução da avaliação aos auditores internos.

Para assegurar a veracidade da informação estabelecem-se controlos individuais operados nas diferentes áreas sobre as transações que afetam o reporte de informação financeira.

Toda a informação financeira se captura através das transações das aplicações informáticas, bem sejam departamentais ou de escritórios, de forma que se assegura a veracidade, autenticidade, avaliação e registo da informação.

Todas as atividades de controlo que asseguram o correto registo da informação financeira, realizam-se de forma automática, mediante os mecanismos estabelecidos pela segurança lógica dos sistemas de informação, bem como pelo cumprimento do estabelecido na “Política de Segurança da Informação Financeira”, incluída no “Manual de Políticas Contables” de Cajatres.

Quanto aos procedimentos de controlo das transações que afetam de modo material os estados financeiros, o seu objetivo é assegurar o adequado registo, avaliação, apresentação e detalhe das mesmas na informação financeira.

Distinguem-se dois tipos de procedimentos de controlo:

- Os realizados sobre a plataforma tecnológica que suporta os sistemas de informação financeira.
- Os realizados desde a Área de Planeamento e Controlo para assegurar a exatidão e integridade das transações.

Corresponde à Área de Auditoria e Cumprimento revisar os procedimentos de controlo, prestando especial atenção a uma adequada segregação de funções.

**F.3.2. Políticas e procedimentos de controlo interno sobre os sistemas de informação (entre outras, sobre segurança de acesso, controlo de câmbios, operação dos mesmos, continuidade operativa e segregação de funções) que suportem os processos relevantes da entidade relativamente à elaboração e publicação da informação financeira.**

A Entidade conta com uma Política de Segurança e Controlo sobre a informação financeira, incluída no Manual de Políticas Contabilísticas, na qual se estabelece o conjunto de diretrizes, obrigações, medidas de segurança e aspetos tecnológicos relacionados com a informação financeira, os níveis de autorização nas aplicações contabilísticas, e os controlos específicos para detetar possíveis incidências.

Os princípios gerais de segurança da informação centram-se em manter e garantir a segurança da informação objeto de tratamento, de forma que o serviço prestado garanta níveis ótimos de confidencialidade, integridade e continuidade.

A Área de Planeamento e Controlo de Cajatres é a encarregada da superintendência da política e das suas atualizações.

A entidade desenvolveu com data 22 de Novembro de 2011 a “Política do Plano de Gestão de Continuidade do Negócio”, com os seguintes objetivos:

- Assegurar a continuidade de negócio de Cajatres.
- Minimizar o dano causado por um desastre.
- Proporcionar uma resposta rápida perante qualquer incidente.
- Manter o nível de serviço das atividades e processos críticos

A Direção de RR.HH e Operações e a Direção de Tecnologia são as responsáveis pela implantação e seguimento desta política, e o Conselho de Administração da sua aprovação.

**F.3.3. Políticas e procedimentos de controlo interno destinados a supervisionar a gestão das atividades subcontratadas a terceiros, bem como daqueles aspetos de avaliação, cálculo ou avaliação encomendados a experientes independentes, que possam afetar de modo material aos estados financeiros.**

A Entidade não dispõe de uma política de subcontratação de serviços relacionados com a informação financeira.

Em caso de subcontratação de serviços relacionados com a informação financeira, não se têm em conta somente critérios económicos, senão que se decide a subcontratação uma vez contrastada a experiência, qualidade e prestígio dos diferentes fornecedores destes serviços.

Como os serviços externos contratados são do tipo de auditoria e consultoria, que estes são designados pelo Conselho de Administração, e pelo seu carácter cíclico e reiterado sobre um mesmo objeto, a contratação de serviços externos relacionados com a informação financeira será autorizada pelo Diretor de Planeamento e Controlo.

#### **F.4 Informação e comunicação**

Relatório, assinalando as suas principais características, se dispõe ao menos de:

**F.4.1. Uma função específica encarregada de definir, manter atualizadas as políticas contabilísticas (área ou departamento de políticas contabilísticas) e resolver dúvidas ou conflitos derivados da sua interpretação, mantendo uma comunicação fluída com os responsáveis pelas operações na organização, bem como um manual de políticas contabilísticas atualizado e comunicado às unidades através das quais opera a entidade.**

Corresponde à Área de Planeamento e Controlo definir e atualizar as políticas contabilísticas, bem como transmitir às pessoas da organização com envolvimento na elaboração da informação financeira, e o Conselho de Administração é o órgão responsável da aprovação destas políticas.

Estas políticas são atualizadas para a sua adequação às mudanças normativas, sempre que se produzem, e ao menos revisam-se uma vez ao ano. O Departamento de Intervenção Contabilístico, dependente da Direção de Planeamento e Controlo, é o encarregado de resolver dúvidas ou conflitos derivados da interpretação das políticas contabilísticas.

**F.4.2. Mecanismos de captura e preparação da informação financeira com formatos homogéneos, de aplicação e utilização por todas as unidades da entidade ou do grupo, que suportem os estados financeiros principais.**

As funções contabilísticas estão centralizadas na aplicação de Contabilidade Geral, na qual estão integradas as contabilidades das três Caixas e do Banco, eliminando a existência de contabilidades auxiliares. Trata-se de um sistema com as seguintes características:

- Multidivisa.
- Garante o acesso à informação segundo os níveis autorizados (utente-transação e centro operante-conta).
- Permite a captura e a validação de lançamentos em tempo real.
- Dentro do sistema identificam-se diferentes tipos de conta.
- Existem interfaces com as aplicações operativas que fornecem movimentos que contêm o reflexo dos factos contabilísticos que se produziram.
- O sistema usa os conceitos de centro origem e centro destino em lançamentos de contabilidade.
- Os utentes que tenham a autorização requerida podem realizar a manutenção por ecrã dos parâmetros fixos do sistema.
- A informação pode apresentar-se a diferentes níveis de agregação.
- Permite realizar três tipos de encerramento mensal (preliminar, parcial e definitivo), além do encerramento anual (parcial e definitivo).

## **F.5 Superintendência do funcionamento do sistema**

Relatório, assinalando as suas principais características, ao menos de:

**F.5.1. As atividades de superintendência do SCIIF realizadas pelo Comité de Auditoria bem como se a entidade conta com uma função de auditoria interna que tenha entre as suas comptências a de apoio ao comité no seu labor de superintendência do sistema de controlo interno, incluindo o SCIIF. Igualmente informar-se-á do alcance da avaliação do SCIIF realizada no exercício e do procedimento pelo qual o encarregado de executar a avaliação comunica os seus resultados, se a entidade conta com um plano de ação que detalhe as eventuais medidas corretoras, e se se considerou o seu impacto na informação financeira.**

O Regulamento do Conselho de Administração estabelece como competências da Comissão de Auditoria e Cumprimento, relativamente aos sistemas de informação e controlo interno, comprovar a adequação e integridade dos sistemas internos de controlo, conhecer e supervisionar a integridade e o processo de elaboração e apresentação da informação financeira, supervisionar periodicamente os sistemas de controlo interno e zelar pela independência e supervisionar a eficácia das funções de auditoria interna.

A entidade conta com uma função de auditoria interna que tem entre as suas funções, fixadas no Estatuto de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de Janeiro de 2011, o exame e avaliação da adequação do sistema de controlo interno e a revisão da precisão e fiabilidade da informação financeira.

O Diretor de Auditoria e Cumprimento tem estabelecida dependência orgânica do Administrador Delegado e dependência funcional da Comissão de Auditoria.

O Departamento de Auditoria Interna da Entidade procedeu, durante o exercício 2013, à revisão do cumprimento dos procedimentos sobre os Sistemas de Controlo Interno da informação financeira (SCIIF). Os resultados do seu trabalho e as propostas de melhoras derivadas do mesmo foram comunicados ao Administrador Delegado da Entidade, ao Comité de Auditoria Interna (órgão de gestão interno) e incluídos na Memória de Atividades da Área de Auditoria de 2013 para a Comissão de Auditoria e Cumprimento da Entidade.

**F.5.2. Se conta com um procedimento de discussão mediante o qual, o auditor de contas (de acordo com o estabelecido nas Normas Técnicas de Auditoria), a função de auditoria interna e outros peritos possam comunicar à alta direção e ao Comité de Auditoria ou administradores da entidade as debilidades significativas de controlo interno identificadas durante os processos de revisão das contas anuais ou aqueles outros que lhes tenham sido encomendados. Igualmente, informará de se dispõe de um plano de ação que trate de corrigir ou mitigar as debilidades observadas.**

Como se indicou anteriormente, a função de auditoria interna da Entidade, dentro dos trabalhos incluídos no Plano Anual da sua atividade, comunica tanto à Alta Direção (através do Comité de Auditoria Interna) como posteriormente à Comissão de Auditoria e Cumprimento (de maneira periódica nas sessões que celebra) os resultados obtidos na avaliação do sistema de controlo interno da informação financeira.

Por outro lado, também comunica as debilidades significativas de controlo interno que pudessem identificar-se em outras auditorias internas de processos efetuadas durante o exercício.

Nestes casos, elaboram-se planos de ação com o objetivo de mitigar as citadas deficiências observadas, dos quais se realiza o oportuno seguimento.

No que diz respeito ao auditor de contas, o procedimento estabelecido prevê a assistência do mesmo às reuniões da Comissão de Auditoria e Cumprimento da Entidade, com o fim de informar do resultado dos trabalhos desenvolvidos e, se for o caso, dar a conhecer o detalhe das debilidades de controlo interno evidenciadas e os planos de ação postos em marcha para remediar as referidas debilidades.

## **F.6 Outra informação relevante**

N/A

## **F.7 Relatório do auditor externo**

Relatório de:

**F.7.1. Se a informação do SCIIF remetida aos mercados foi submetida a revisão pelo auditor externo, em cujo caso a entidade deveria incluir o relatório correspondente como Anexo. Em caso contrário, deveria informar dos seus motivos.**

A Entidade não submeteu a revisão por parte do perito externo o seu sistema de controlos internos para a emissão da informação financeira, dada a recente conclusão da integração informática das três caixas que fazem parte do grupo, a modificação permanente dos

referidos sistemas para adaptar a esta situação e o processo iniciado de integração no Grupo absorvente Ibercaja.

## **G OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE**

### **Processo de integração com Ibercaja Banco, S.A.:**

Com data 23 de Maio de 2013, Ibercaja Banco, SAU, Banco Grupo Cajatres, S.A. e as suas respetivas Caixas acionistas acordaram a integração dos bancos mediante um processo de troca de ações e posterior fusão por absorção de Banco Grupo Cajatres por Ibercaja Banco. Com data 25 de Julho de 2013, prévio cumprimento das condições suspensivas e a obtenção das isenções e autorizações administrativas preceptivas, Ibercaja Banco passou a ser titular de 100% do capital social de Banco Grupo Cajatres, mediante um aumento de capital que foi subscrito pelos acionistas de Cajatres, que contribuíram como contraprestação a totalidade do capital social desta entidade.

**C.1.2** Até o 25 de Julho de 2013, a composição do Conselho de Administração era a seguinte:

Presidente:	Sr. Juan María Pemán Gavín
Vice-presidente 1º:	Sr. Vicente Eduardo Ruiz de Mencía
Vice-presidente 2º:	Sr. Francisco Manuel García Peña
Vogais:	Sr. Manuel Muela Martín-Buitrago Sr. Joaquín Vázquez Terry Sr. Rafael Alcázar Crevillén Sr. Luis Conde Díaz Sr. Luis Antonio Oro Giral Sr. Juan Antonio García Toledo Sr. Miguel Ruiz Martínez Sr. Alberto Astorga González Sr. Miguel Alejandro Martín Pérez

Secretário não conselheiro: Sr. Alberto Alonso Ureba

Vice-secretário não conselheiro: Sr. Enrique Francisco Jaramillo Álvarez.

**C.1.3** Sr. Francisco José Serrano Gill de Albornoz foi Subdiretor de Ibercaja Banco, e Diretor da sua Assessoria Jurídica, até 25 de Julho de 2013.

Sr. José Luis Aguirre Loaso é Diretor Geral da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón e Rioja.

Sr. Francisco José Serrano Gill de Albornoz ocupa, igualmente, o cargo de Administrador Solidário na sociedade Cerro Goya, S.A., pertencente ao Grupo Ibercaja.

**C.1.5** Em “retribuição fixa” indicam-se os salários recebidos pelos administradores na sua qualidade de executivos. São computadas, portanto, as remunerações percebidas durante o exercício 2013 por Sr. Luis Miguel Carrasco Miguel e Sr. Francisco Serrano Gill de Albornoz. No apartado de Grupo indica-se a remuneração adquirida pelos membros do conselho da entidade pela sua participação aos conselhos de administração e/ou a alta direção das entidades do grupo, diferente da matriz.

Exercícios incompletos: Embora um administrador não desenvolva a sua atividade durante o período completo sujeito a informação, a remuneração que perceba será incluída no epígrafe C.1.5 do relatório.

**C.1.6** Entender-se-á por alta direção os diretores gerais e assimilados que desenvolvam as suas funções de direção sob dependência direta dos órgãos de administração, de comissões executivas ou de administradores delegados. Para calcular a “remuneração da alta direção” ter-se-á em conta os mesmos conceitos retributivos do apartado C.1.5. que lhes seja de aplicação.

Exercícios incompletos: Embora um alto diretor não desenvolva a sua atividade durante o período completo sujeito a informação, a remuneração que receba será incluída no epígrafe C.1.6 do relatório.

**C.1.8** Entender-se-á que as contas anuais, individuais e consolidadas, estão “certificadas” quando se apresentem ao órgão de administração com uma declaração subscrita sob a sua responsabilidade pelas pessoas certificantes declarando que as referidas contas mostram em todas as aspetos significativas a imagem fiel da sua situação financeiro-patrimonial ao encerramento do exercício, bem como dos resultados das suas operações e dos câmbios tidos na sua situação financeira durante o exercício e contêm a informação necessária e suficiente para o seu entendimento adequado, de conformidade com o regulamento aplicável.

**C.2.1** Em órgãos de administração far-se-á alusão a todas as comissões criadas pelo órgão de administração e a o/o conselheiro/s delegado/séc.

Sr. Luis Miguel Carrasco Miguel foi Administrador Delegado da sociedade, até ao 26 de Junho de 2013, data em que apresentou o seu despedimento como administrador.

O Conselho de Administração designou o Sr. Francisco José Serrano Gill de Albornoz como Administrador Delegado da sociedade o 25 de Julho de 2013.

As Comissões de Auditoria e Cumprimento e de Nomeações e Retribuições estabeleceram contar com três membros cada uma, estando vaga à data do relatório o posto de Presidente em ambas as Comissões.

**C.2.2.** Depois da aquisição da sociedade por Ibercaja Banco, não se constituiu Comissão Executiva.

d) Até ao 25 de Julho de 2013, a composição da Comissão Executiva era a seguinte:

Presidente: Sr. Francisco Manuel García Peña  
Sr. Juan María Pemán Gavín  
Sr. Rafael Alcázar Crevillén  
Sr. Juan Antonio García Toledo  
Sr. Miguel Ruiz Martínez  
Sr. Luis Conde Díaz  
Sr. Miguel Alejandro Martín Pérez

Secretário (não administrador): Sr. Alberto Alonso Ureba

Vicesecretario (não administrador): Sr. Enrique Francisco Jaramillo Álvarez

▪ Até ao 25 de Julho de 2013, a composição da Comissão de Auditoria e Cumprimento era a seguinte:

Presidente: Sr. Joaquín Vázquez Terry

Vogais: Sr. Alberto Astorga González  
Sr. Juan Antonio García Toledo  
Sr. Miguel Alejandro Martín Pérez

Secretário (não administrador): Sr. Alberto Alonso Ureba

Vice-secretário (não administrador): Sr. Enrique Francisco Jaramillo Álvarez

▪ Até ao 25 de Julho de 2013, a composição da Comissão de Nomeações e Retribuições era a seguinte:

Presidente: Sr. Manuel Muela Martín-Buitrago

Vogais: Sr. Juan María Pemán Gavín  
Sr. Alberto Astorga González  
Sr. Luis Conde Díaz

Secretário (não administrador): Sr. Alberto Alonso Ureba

Vice-secretário (não administrador): Sr. Enrique Francisco Jaramillo Álvarez

Sr. Miguel Fernández de Pinedo demitiu como administrador em 19 de Dezembro de 2013. Até então era, também, Presidente da Comissão de Auditoria e Cumprimento e Presidente da Comissão de Nomeações e Retribuições.

Em 27 de Janeiro de 2014 a Assembleia Geral nomeou administradora do Banco a Sra.

Gabriela González-Bueno Lillo, bem como Presidenta da Comissão de Auditoria e Cumprimento e Presidenta da Comissão de Nomeações e Retribuições.

Toda a informação que tenha de incluir no relatório e não esteja sob o controlo da entidade, é facilitada em função do conhecimento que tenha a sociedade, das comunicações que se lhe tenham realizado em cumprimento das disposições vigentes e da informação que conste nos registos públicos.

Este relatório anual de governo corporativo foi aprovado pelo Conselho ou Órgão de Administração da entidade, na sua sessão de data 26 de Março de 2014.

Indique os administradores ou Membros do Órgão de Administração que vote em contra ou se tenham absterido em relacionamento com a aprovação do presente relatório.